

Anuário Brasileiro da Educação Básica

2014



Anuário Brasileiro da Educação Básica

2014

A graphic element consisting of the year '2014' in a purple serif font, positioned above a semi-circular arc composed of multiple concentric, overlapping bands in various shades of purple, pink, and blue.



SUMÁRIO

■ Apresentação	4
■ Guia de Consulta	5
■ A Educação Brasileira em 2013	7
■ Os Números da Educação Brasileira	15
■ Educação Infantil	16
▶ Educação Infantil – unidades da federação	22
■ Ensino Fundamental	24
▶ Ensino Fundamental – unidades da federação	28
■ Ensino Médio	30
▶ Ensino Médio – unidades da federação	34
◆ POPULAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS	36
▶ Artigo Gary Stahl – Universalizar é para todos	38
■ Educação Especial/Inclusiva	40
▶ Educação Especial – unidades da federação	44
▶ Artigo Carla Mauch e Wagner Santana – Educação inclusiva, princípio básico da Educação para Todos	46
■ Alfabetização até 8 anos	48
▶ Entenda como foi feita a Prova ABC	50
▶ Alfabetização até 8 anos – unidades da federação	51
■ Educação Integral	54
▶ Atividades complementares	56
▶ Educação Integral – unidades da federação	58
■ Fluxo e Qualidade	60
▶ Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	60
▶ Aprovação, reprovação e abandono	62
▶ Fluxo e Qualidade – unidades da federação	66
◆ DE OLHO NA QUALIDADE	68
◆ PISA – PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES	70
▶ Artigo Antonio Ibañez Ruiz – O currículo na Educação Básica	72

■	Escolaridade	74
▶	Escolaridade – unidades da federação	78
■	Alfabetização – 15 anos ou mais	80
▶	Alfabetismo Funcional	82
▶	Alfabetização – 15 anos ou mais – unidades da federação	84
■	EJA – Educação de Jovens e Adultos	86
▶	EJA – Educação de Jovens e Adultos – unidades da federação	88
■	Educação Profissional	90
▶	Educação Profissional – unidades da federação	92
◆	ENEM	94
▶	Artigo Haroldo da Gama Torres – Copo meio cheio e meio vazio	96
■	Educação Superior	98
▶	Educação Superior – unidades da federação	102
■	Professores – Formação	104
▶	Graduação em Educação	107
▶	Professores – Formação – unidades da federação	108
▶	Artigo Lucia Couto – Essência da boa prática pedagógica	110
■	Professores – Remuneração e Carreira	112
▶	Docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos – unidades da federação	114
■	Gestão e Financiamento	117
■	Gestão Democrática	118
◆	O CAMINHO DE UM PROJETO	120
◆	O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)	122
▶	Artigo Tatiana Britto – Financiamento	124
◆	FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	130
■	Glossário	132
■	Índice Remissivo	150



APRESENTAÇÃO

EXPEDIENTE

Organização

Priscila Cruz (Todos Pela Educação)
Luciano Monteiro (Editora Moderna)

Pesquisa e edição de texto

Fernando Leal e Paulo de Camargo,
com consultoria de Diana Fekete

Todos Pela Educação

Gerência de conteúdo
Ricardo Falzetta

Gerência técnica

Alejandra Meraz Velasco

Produção técnica

Gabriela Thomazinho
Isabela Furtado

Coordenação de design e projetos visuais:

Sandra Botelho de Carvalho Homma

Projeto gráfico e Capa:

Marta Cerqueira Leite
Coordenação de produção gráfica: André Monteiro,
Mária de Lourdes Rodrigues

Edição de arte:

APIS design integrado

Editoração eletrônica:

APIS design integrado

Ilustrações:

Mario Kanno

Cartografia:

Anderson de Andrade Pimentel

Revisão:

OK Linguística, Paula Bosi, Isabela Furtado,
Todos Pela Educação

Coordenação de pesquisa iconográfica:

Luciano Baneza Gabarron

Pesquisa iconográfica:

Evelyn Torrecilla,
Mária Magalhães

Coordenação de bureau:

Américo Jesus

Tratamento de imagens:

Fábio N. Precendo,
Bureau São Paulo

Pré-impressão:

Alexandre Petreca, Everton L.
de Oliveira Silva, Helio P. de Souza Filho,
Marcio H. Kamoto

Coordenação de produção industrial:

Wilson Aparecido Troque

Impressão e acabamento:

Impressão e acabamento

TODOS PELA EDUCAÇÃO

www.todospelaeducacao.org.br

EDITORA MODERNA LTDA.

Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho

São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904

Vendas e Atendimento: Tel. (0__11) 2602-5510

Fax (0__11) 2790-1501

www.moderna.com.br

2014

Impresso no Brasil

O movimento Todos pela Educação e a Editora Moderna têm a honra de apresentar a terceira edição do Anuário Brasileiro da Educação Básica.

Aqui, podem ser encontradas estatísticas e análises importantes para compreender o atual estágio do ensino no País e, principalmente, para monitorar o cumprimento do Plano Nacional de Educação – que, até o fechamento desta edição, ainda aguardava a votação final na Câmara, após uma tramitação de mais de três anos.

É importante ressaltar que o Anuário vai além de uma coletânea dos principais números divulgados pelas fontes primárias, representadas, entre outros, pelo Censo Demográfico e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e pelas informações do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) tabuladas para publicação, de responsabilidade do Ministério da Educação.

O Anuário tem a finalidade de analisar os diversos dados disponíveis no Brasil para produzir diferentes leituras, séries históricas e outras formas de organizar informações, contribuindo para uma compreensão mais profunda do complexo cenário do sistema educacional brasileiro e dos desafios que ainda persistem.

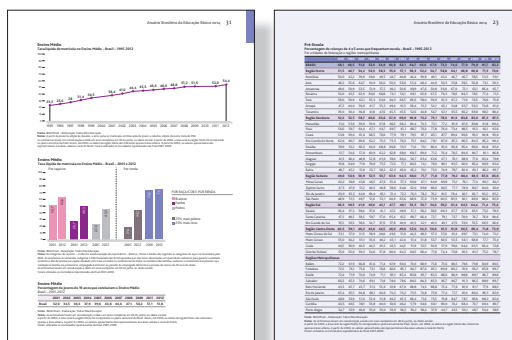
Por isso, o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2014 é um documento com muitas abordagens estatísticas inéditas, que elevam a temperatura dos debates e podem fundamentar as decisões que precisam ser tomadas no atual momento da Educação. E é assim que desejamos que este material seja recebido por aqueles que, como nós, acreditam que o direito à Educação não é outro senão o direito de todos, absolutamente todos, a um ensino de qualidade.

Boa leitura!

Guia de Consulta

O *Anuário Brasileiro da Educação Básica* está organizado de forma a facilitar a consulta e a compreensão das informações aqui reunidas. Na edição 2014, o eixo adotado é o Plano Nacional de Educação (PNE). Embora ao tempo de conclusão do Anuário o PNE esteja à espera de votação final no Congresso Nacional, o texto oferece uma proposta de organização das principais questões a serem enfrentadas na Educação brasileira. O Anuário segue, portanto, a ordem das 20 metas inicialmente propostas e aprovadas na Câmara dos Deputados (ainda que não votadas definitivamente até o fechamento desta edição), como forma de permitir uma melhor compreensão e acompanhamento dos desafios a serem enfrentados. Em cada uma das metas, além das estatísticas principais relativas a cada tema, será possível encontrar informações relacionadas às unidades da federação, entre outras.

Gráficos e tabelas mostram de forma clara o que há de mais relevante nos dados oficiais, de fontes como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).



Em cada uma das metas, foram elencadas estatísticas centrais disponíveis sobre cada um dos estados brasileiros. Os números e textos estão distribuídos em uma página dupla, ao final de cada seção.

Saiba mais sobre a produção do Anuário

Fruto da parceria da Editora Moderna com o movimento Todos Pela Educação, o *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2014* busca oferecer um panorama amplo do cenário educacional do País, a partir dos dados oficiais mais recentes. Para melhor compreensão dos números apresentados nas páginas seguintes, algumas observações são importantes:

- Com base nos microdados disponíveis, por exemplo, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), são realizadas novas leituras e organizadas séries históricas. Um bom exemplo são as desagregações por raça e quartis de renda para indicadores como taxa de atendimento e taxa líquida de matrícula para diferentes grupos de idade ou, ainda, para a escolaridade média da população de 18 a 29 anos.
- Alguns desses cálculos foram refeitos nesta edição, ajustados levando em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar. Com isso, em alguns gráficos e tabelas há diferenças em relação aos números da edição 2013.
- Nos gráficos e tabelas baseados nas informações da Pnad, não há dados para os anos de 2000 e 2010. Isso porque nesses anos não acontece a Pnad, pois é realizado o Censo Demográfico.

Acesse o Observatório do PNE (www.observatoriodopne.org.br) e acompanhe notícias, análises e o monitoramento dos indicadores referentes às 20 metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

“A Educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”

John Dewey, filósofo e educador





A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM 2013

À medida que se consolidam os avanços da Educação brasileira, ficam ainda mais evidentes as desigualdades sociais e regionais que ainda persistem no cenário nacional. Por isso mesmo, combatê-las é um dos aspectos prioritários nas estratégias previstas no Plano Nacional de Educação (PNE).

A Educação é um dos mais complexos desafios da sociedade contemporânea. Está ligada à conquista da cidadania, à consolidação das democracias, à participação social, à inserção no mundo do trabalho, à capacidade de inovar e produzir novos conhecimentos, à convivência pacífica e à tolerância, à qualidade de vida, entre tantos outros aspectos. A Educação é indissociável da própria sustentabilidade do desenvolvimento e do uso dos recursos do planeta.

Por isso, em todos os continentes, o debate educacional está vivo como nunca, tomado de um inevitável sentido de urgência: discutem-se a qualidade, o currículo, a formação dos professores, a duração da jornada escolar, o aperfeiçoamento da gestão e a própria organização da escola, entre outros temas. Afinal, como construir sistemas de ensino que respondam às necessidades do século 21?

Embora tais questões remetam a demandas da sociedade contemporânea, o Brasil tem ainda no horizonte desafios de grande envergadura. Em um tempo marcado pela revolução tecnológica, soa anacrônico lembrar que são muitas as crianças brasileiras que concluem os Anos Iniciais do Ensino Fundamental sem estar plenamente alfabetizadas ou que temos ainda 9% da população adulta analfabeta.

O descompasso entre nossos desafios e o tempo em que vivemos fica mais evidente quando se observa a desigualdade de condições para o desenvolvimento de uma Educação de qualidade para todos.

Há defasagens profundas quando se comparam resultados de alunos ricos e pobres. Os índices educacionais deixam claras as diferenças de oportunidades para brancos e pretos. As chances de avanço na escolaridade e de aprendizagem de uma criança da cidade são muito superiores às das crianças do campo. Da Creche à Educação Superior, passando pela Educação Profissionalizante, o sistema educacional brasileiro tem como uma das marcas a desigualdade, expressa em números.

O Plano Nacional de Educação contempla, em praticamente todas as 20 metas, mecanismos de diminuição da desigualdade, o que é um dado positivo. Contudo, a sociedade brasileira ainda se mostra um tanto tolerante com a exclusão, o que ajuda a explicar a permanência de uma escola com elevados índices de reprovação, evasão e abandono. Milhões de alunos deixam a escola, como se fosse um caminho natural para os que não aprendem.

Por isso, é preciso que a força da lei seja acompanhada por um grande esforço de conscientização pública de que a Educação só será boa quando o for igualmente para todos. A ideia de ilhas de excelência e escolas-modelo podem garantir notícias nos jornais, mas são insuficientes para transformar o quadro educacional. É preciso que haja um esforço comum para sintonizar o trabalho parlamentar, as políticas do Executivo, as ações nas escolas e a mobilização social com o foco na diminuição das desigualdades na Educação. Para isso, são necessárias políticas específicas, que olhem para as demandas de diferentes contextos socioculturais, de comunidades e regiões.

Nessa tarefa, a informação é um recurso estratégico, e essa é a contribuição que o Anuário Brasileiro da Educação Básica quer trazer para a sociedade.

O Brasil possui hoje um bom e reconhecido sistema de informações sobre Educação. Periodicamente, a divulgação do Censo Demográfico, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Censo Escolar e dos resultados da Prova Brasil, por exemplo, alimenta o debate educacional e as pesquisas. Contudo, além das informações tornadas públicas nos documentos

É preciso um esforço coletivo e políticas específicas para enfrentar as desigualdades na Educação



Toda criança pode e quer aprender

oficiais, há uma massa de dados que podem ser trabalhados com mais detalhamento, especialmente se buscarmos iluminar aspectos específicos da realidade educacional.

O Anuário Brasileiro da Educação Básica não é uma compilação simples de informações estatísticas. Trata-se de um documento com o foco claro em tratar a informação de modo que a sociedade possa acompanhar o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação e, dentro desse prisma, compreender a urgência do enfrentamento da desigualdade.

Por isso, a equipe do Todos Pela Educação produziu cruzamentos e recortes com base nos dados disponíveis, como por quartis de renda e raça para indicadores como taxa de atendimento e taxa líquida de matrícula de diferentes grupos de idade e de escolaridade média da população de 18 a 29 anos. Os números por unidade federativa e regiões metropolitanas permitem ver também as disparidades da cobertura. Assim, é possível ao leitor não habituado às estatísticas formar uma visão bastante detalhada do sistema educacional brasileiro.

Na Educação Infantil, por exemplo, 44% das crianças de 0 a 3 anos estão em creches, no quartil mais rico da população, contra apenas 16,2% das crianças das famílias mais pobres.

A desproporção se repete quando se consideram as crianças de 4 e 5 anos matriculadas na Pré-Escola, definida por lei como obrigatória a partir de 2016: 94,6% das crianças da população situada entre os 25% mais ricos estão na escola, contra 77,6% das mais pobres.

No Ensino Fundamental, a desigualdade afeta a base de toda a aprendizagem escolar futura e da cidadania: a alfabetização.

Avaliação Nacional da Alfabetização

No âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), foi realizada no final de 2013 a primeira edição da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). O objetivo foi avaliar o nível de alfabetização alcançado pelas crianças ao final do 3º ano do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa e em Matemática. Além disso, foram coletados dados relativos a fatores que podem impactar os resultados de cada escola. Assim, juntamente com o desempenho dos alunos, foram levantadas informações sobre infraestrutura das instituições, formação de professores, gestão e organização do trabalho pedagógico. Os resultados devem ser divulgados ao longo de 2014.

E os dados da Prova ABC 2012 revelam questões especialmente profundas quando se analisam os extremos. O percentual de crianças de 3º ano que atingem o mais alto nível de proficiência no Norte é a metade do verificado no Sudeste do País.

As desigualdades permanecem e, conseqüentemente, refletem-se no Ensino Médio, etapa final da Educação Básica. Enquanto 75% dos jovens do quartil mais rico da população estão matriculados nas escolas de nível médio, apenas 44,2% do quartil mais pobre conseguiu chegar a essa etapa.

A compreensão desse quadro requer também uma visão mais global do atendimento para as populações classificadas como minorias, como quilombolas, indígenas, entre outros – também contempladas no Anuário. Do mesmo modo, a Educação Especial/Inclusiva faz parte do sistema brasileiro e deve ser considerada em todas as análises sobre a democratização do acesso à escola.

O atendimento é apenas uma das variáveis dessa equação. A questão da qualidade não deve ser considerada o próximo passo, como muitas vezes é tratada, mas como um desafio imediato e concomitante. A melhoria dos dados de fluxo do sistema, com a diminuição dos indicadores de reprovação, evasão e abandono, combinada com a melhoria da aprendizagem, faz parte do passivo histórico da Educação, e não dos desafios futuros.

Como consequência, as defasagens colaboram para a constituição de uma sociedade profundamente desigual quanto às oportunidades – e isso também é perceptível na visão de conjunto proporcionada pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica.

Os jovens e adultos de 18 a 29 anos têm, em média, quatro anos a mais de escolaridade entre os mais ricos, em relação aos 25% mais pobres. Há nove vezes mais jovens de 18 a 24 anos do primeiro quartil de renda matriculados no Ensino Superior na comparação com os 25% mais pobres. Isso se reflete no trabalho e na renda: enquanto o salário médio de um cidadão dessa faixa etária com ensino superior completo chega a R\$ 2,3 mil, os vencimentos das pessoas que não completaram o Ensino Médio ficam em R\$ 752,00.

Enfim, em todas as etapas e modalidades da Educação, o que inclui a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos, o crivo da desigualdade torna necessárias políticas focadas nas populações com menos oportunidades. Não há soluções mágicas,

O magistério precisa ter atratividade suficiente para concorrer com outras carreiras mais rentáveis ou de mais prestígio

nem basta esperar pela elevação lenta dos indicadores. É preciso um conjunto de ações pactuadas e articuladas com base nas metas e estratégias traçadas pelo Plano Nacional de Educação.

Nesse quadro, sem dúvida, um dos elementos fundamentais é a valorização e a formação continuada do professor que já atua nas escolas, bem como da melhoria da atratividade da carreira.

Os dados calculados para este Anuário mostram que o salário médio do professor da Educação Básica (R\$ 1.874,50) representa metade do salário médio dos demais profissionais com ensino superior completo e é três vezes menor do que o dos profissionais da área de exatas.

Só teremos Educação de qualidade com bons professores e, para isso, é preciso atrair para a carreira do magistério os melhores alunos egressos do Ensino Médio. O magistério precisa ter atratividade suficiente, pois “concorre” com outras carreiras mais rentáveis ou de mais prestígio.

Assim, é necessário que o salário dos professores se aproxime do praticado entre os profissionais com a mesma escolaridade; que o magistério seja reconhecido como a mais importante das profissões, tanto por parte dos governos quanto da sociedade e das famílias; e que a formação inicial e a continuada preparem os professores para o pleno desenvolvimento das atividades em sala de aula e para o trabalho em equipe com os colegas da escola.

Mudanças demográficas

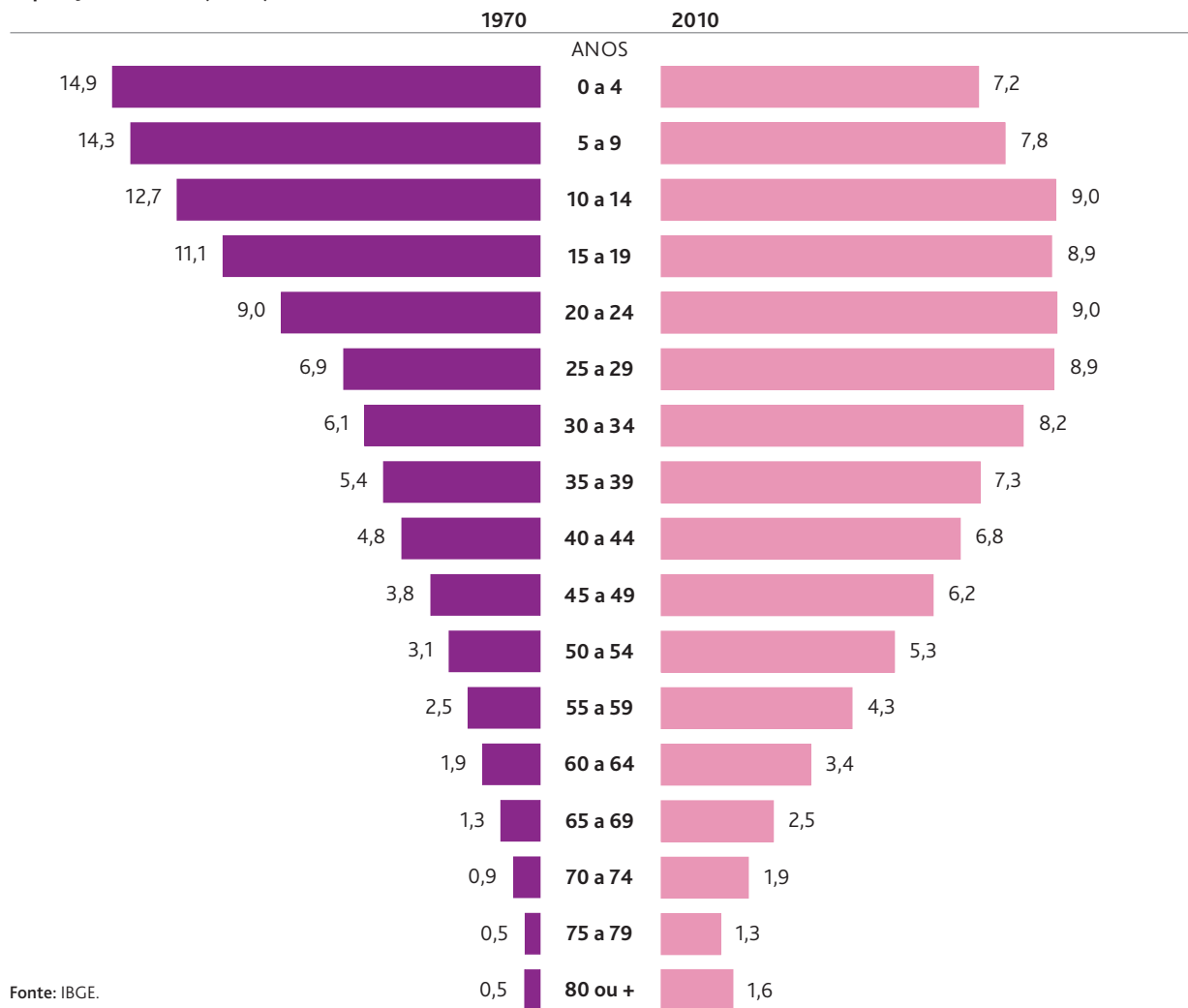
Tanto para a compreensão do comportamento dos indicadores educacionais como para a gestão dos sistemas de ensino, é muito importante acompanhar de perto a evolução da composição etária da população brasileira. Países com população mais jovem precisam responder a demandas mais fortes por vagas na Educação Básica, em especial nas creches, nas pré-escolas e nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Nas últimas décadas, a população brasileira experimenta um processo de envelhecimento, que pode ser comprovado pela análise da pirâmide etária do País. E essa tendência permanece: em 2010, havia 47,1 milhões de pessoas em idade escolar, mas, em 2020, esse total será de 41,5 milhões; uma redução de 5,6 milhões. Isso traz um impacto direto sobre as matrículas nas diversas etapas de ensino. Entre 2009 e 2011, registrou-se uma queda de 1,8 milhão de matrículas na rede pública de Ensino Fundamental. Ao mesmo tempo, é provável que cresça a demanda por vagas na Educação Superior.


Tudo passa pela questão do financiamento da Educação e da gestão adequada dos recursos, também temas das análises presentes neste documento. Mais do que nunca, o acompanhamento da eficiência dos gastos públicos depende de informação transparente e da participação da sociedade civil.

O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2014 pretende ser, assim, um instrumento útil para gestores públicos, profissionais de imprensa, educadores e todos os que acreditam na garantia ao direito à Educação de qualidade para todos como uma condição necessária para o desenvolvimento social brasileiro.

Pirâmide populacional – Brasil
População residente (Em %)



Fonte: IBGE.



“Na sala de aula, o professor precisa ser um cidadão e um ser humano rebelde.”

Florestan Fernandes, sociólogo



OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O diagnóstico, com base em dados abrangentes e precisos, é o primeiro passo para se chegar a políticas públicas eficazes, que se traduzam em serviços de qualidade e instrumento de desenvolvimento e combate às desigualdades sociais. Nas últimas décadas, o Brasil construiu um eficiente sistema de informação na área da Educação, que hoje permite a gestores, pesquisadores e à sociedade uma visão bastante acurada dos desafios educacionais brasileiros.

EDUCAÇÃO INFANTIL

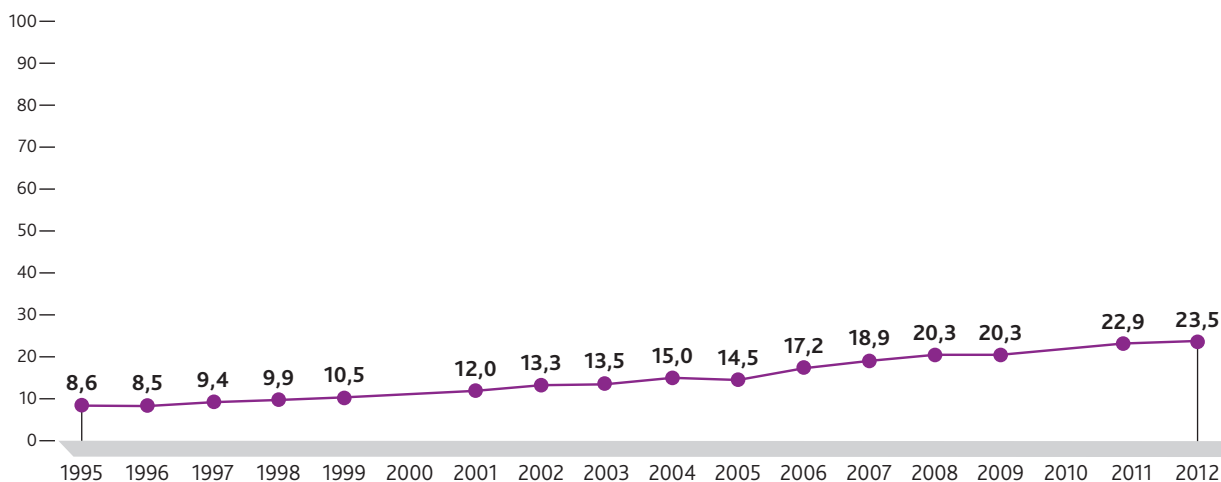
META DO PNE

*Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-Escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade, e ampliar a oferta de **Educação Infantil** em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PNE.*

Entre 2011 e 2012, a porcentagem de crianças de 4 e 5 anos que frequentam a escola cresceu apenas 0,5 ponto percentual. O ritmo é lento, e isso fica ainda mais evidente diante da meta de universalização do acesso à Pré-Escola, que deve ser cumprida no prazo de dois anos, segundo o Plano Nacional de Educação (PNE) e conforme a Emenda Constitucional nº 59, aprovada em novembro de 2009. No caso da Creche, a distância até o atendimento de ao menos 50% das crianças de 0 a 3 anos é ainda maior. Em todo o País, persistem filas à espera de vagas em muitas cidades, e a maioria dos gestores locais carece de um dimensionamento realista da demanda para planejar a ampliação da rede. Além disso, à medida que o atendimento é ampliado, ganham destaque as desigualdades, que ficam evidentes quando os números se desdobram pelos critérios de renda, raça/cor e regiões.

Creche

Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola – Brasil – 1995-2012

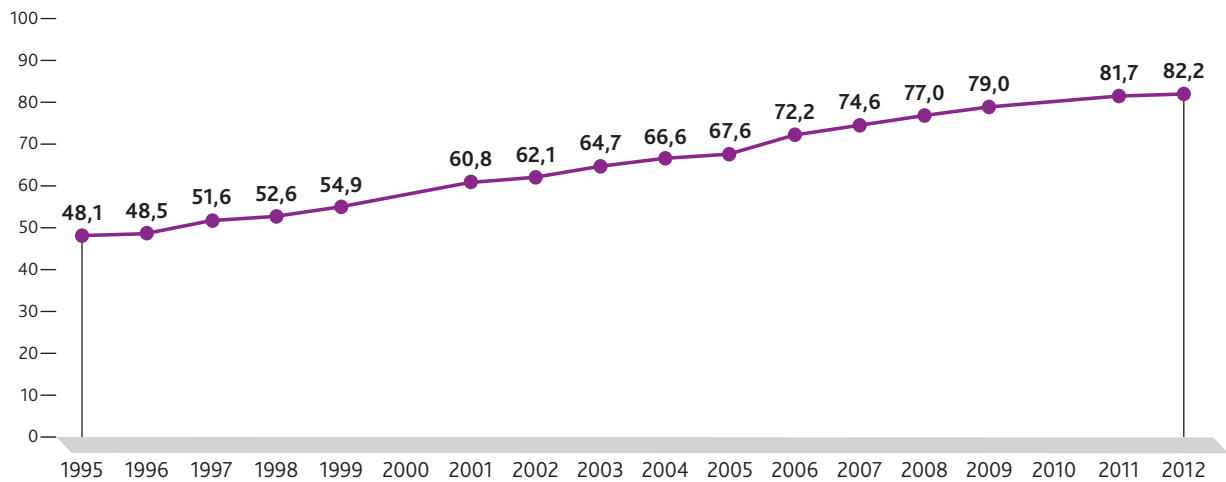


Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Pré-Escola**Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola – Brasil – 1995-2012****Fonte:** IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.**Notas:** As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

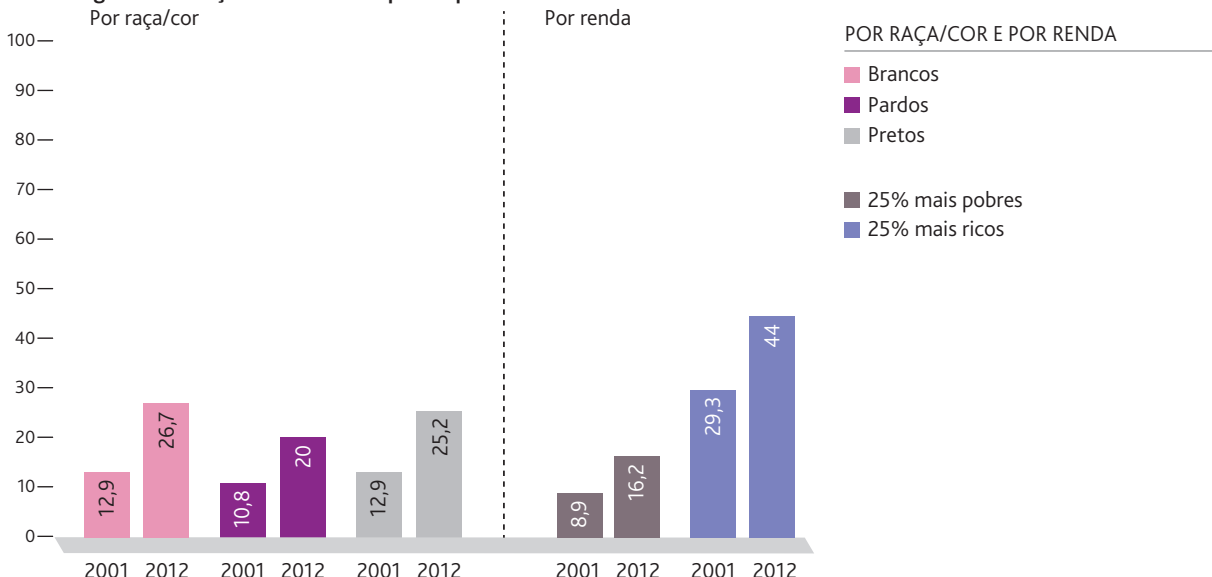
Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.



Brincar é um direito de todas as crianças que frequentam a Pré-Escola

Creche

Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola – Brasil – 2001 e 2012



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As categorias de raça/cor – conforme autodeclaração do respondente – Brancos, Pardos e Pretos não esgotam as categorias de raça/cor levantadas pelo IBGE. As estatísticas de Amarelos, Indígenas e Não Declarado não foram apuradas por não haver observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística.

Renda familiar *per capita* calculada com base em todos os rendimentos de todos os membros das famílias, exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas de menos de 10 anos de idade.

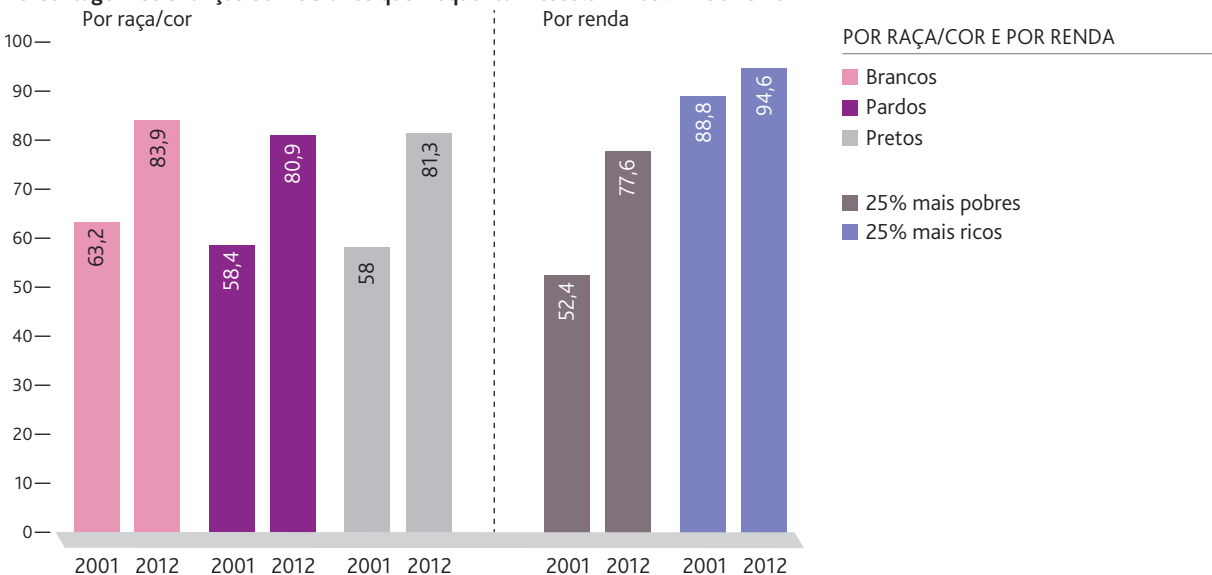
As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Pré-Escola

Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola – Brasil – 2001 e 2012



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As categorias de raça/cor – conforme autodeclaração do respondente – Brancos, Pardos e Pretos não esgotam as categorias de raça/cor levantadas pelo IBGE. As estatísticas de Amarelos, Indígenas e Não Declarado não foram apuradas por não haver observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística.

Renda familiar *per capita* calculada com base em todos os rendimentos de todos os membros das famílias, exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas de menos de 10 anos de idade.

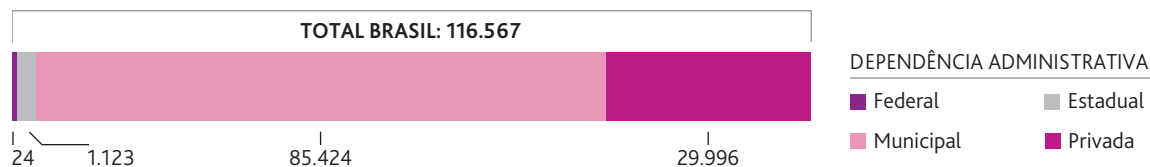
As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Educação Infantil

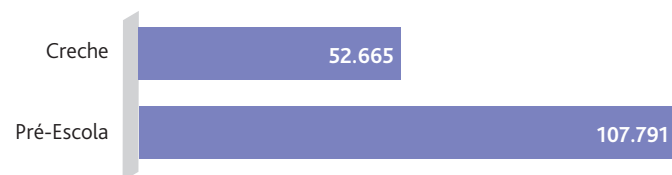
Estabelecimentos por dependência administrativa – 2012



Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Educação Infantil

Estabelecimentos por etapa de ensino – 2012

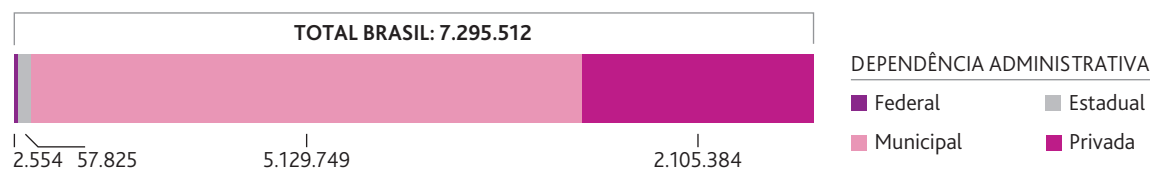


Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Nota: O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa de ensino.

Educação Infantil

Matrículas por dependência administrativa – 2012



Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Notas: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

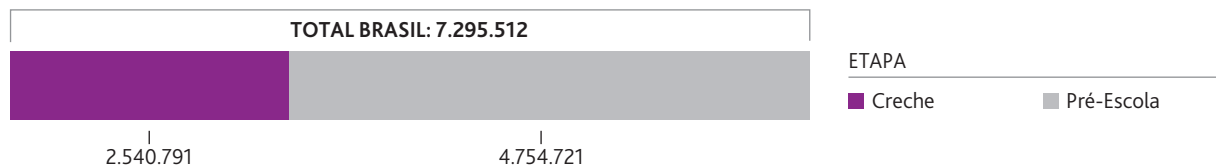
Inclui matrículas de turma unificada na etapa correspondente.

Na página anterior, é possível observar como as desigualdades se refletem no acesso das crianças à escola desde a primeira infância. Por exemplo: considerando apenas as famílias que pertencem ao grupo dos 25% mais ricos, a meta de atendimento de ao menos 50% das crianças de até 3 anos de idade estaria muito próxima de ser alcançada. No entanto, quando se trata dos 25% mais pobres, a distância em relação à meta do PNE é de mais de 30 pontos percentuais. Uma diferença expressiva de atendimento conforme a renda também se observa no caso das crianças de 4 e 5 anos, mas aí se destaca a evolução maior entre os 25% mais pobres no intervalo de 2001 a 2012.

Vale observar que houve um aumento das matrículas em Educação Infantil entre 2011 e 2012, de 6.980.052 para 7.295.512, concentrado nas creches, que passaram de um total de 2.298.707 matrículas para 2.540.791 (veja na *pág. seguinte*).

Educação Infantil

Matrículas por etapa de ensino – 2012

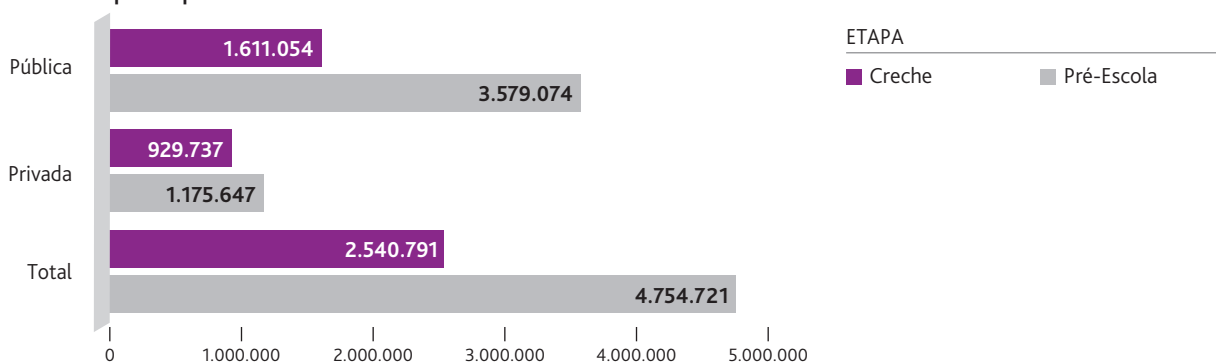
Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Notas: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Inclui matrícula em turma unificada na etapa correspondente.

Educação Infantil

Matrículas por etapa de ensino e área administrativa – 2012

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.**Educação Infantil**

Matrículas por etapa de ensino e região – 2012

	Educação Infantil	Creche	Pré-Escola
Brasil	7.295.512	2.540.791	4.754.721
Norte	573.995	102.677	471.318
Nordeste	2.092.771	533.609	1.559.162
Sudeste	3.193.491	1.319.584	1.873.907
Sul	959.446	423.436	536.010
Centro-Oeste	475.809	161.485	314.324

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Uma parcela significativa das matrículas em Creche (36,6%) está concentrada na rede privada, configurando um perfil de oferta de vagas que se altera um pouco na Pré-Escola e que é bem diferente nos Anos Iniciais e nos Anos Finais do Ensino Fundamental (*veja também na pág. 26*). Esse cenário reforça o desafio do setor público de Educação, sobretudo das redes municipais, em relação à primeira infância.

No quadro das matrículas de Educação Infantil por região, destaca-se o fato de o total da Pré-Escola entre 2011 e 2012 ter permanecido praticamente inalterado no Nordeste e apresentado crescimento modesto no Sudeste, que são as duas regiões mais populosas do País.



A importância da leitura desde a Educação Infantil: aula em escola para crianças de 0 a 6 anos em Caxias do Sul (RS)

Educação Infantil

Percentual de estabelecimentos da rede pública, por etapa de ensino, segundo recursos disponíveis na escola – Brasil – 2012

Recursos	Creche	Pré-Escola
Parque Infantil	43,1	23,8
Sala de Leitura	13,2	12,0
Banheiro dentro do prédio	89,3	80,0
Banheiro adequado à Educação Infantil	44,3	22,4
Água filtrada	90,4	86,6
Abastecimento de água		
Rede pública	75,2	52,9
Poço artesiano	11,5	18,1
Cacimba/Cisterna/Poço	9,4	17,7
Outros	2,8	8,0
Inexistente	4,5	7,3
Esgoto sanitário		
Rede pública	44,8	26,9
Fossa	53,6	66,1
Inexistente	3,1	8,1

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar 2012. Elaboração: Todos Pela Educação.

Muitas pré-escolas ainda carecem de recursos essenciais de infraestrutura

Creche

Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola – Brasil – 1995-2012

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
BRASIL	8,6	8,5	9,4	9,9	10,5	12,0	13,3	13,5	15,0	14,5	17,2	18,9	20,3	20,3	22,9	23,5
Região Norte	6,8	6,5	6,6	7,2	7,2	8,7	9,3	9,6	7,1	6,9	9,4	8,8	10,0	10,5	10,0	9,5
Rondônia	6,5	5,8	5,5	5,0	7,7	5,3	5,2	5,7	4,8	5,8	9,3	7,5	7,9	9,9	7,8	10,3
Acre	11,6	6,7	8,6	4,6	1,7	4,3	4,5	4,5	3,8	4,2	5,1	7,4	8,2	6,3	9,3	7,7
Amazonas	5,4	6,9	5,1	8,1	6,0	6,3	8,3	6,4	4,6	5,5	8,1	7,1	7,4	9,2	6,5	6,2
Roraima	8,6	16,7	13,9	7,0	12,9	15,5	16,0	14,9	15,1	13,0	11,4	13,2	13,7	16,7	12,1	13,3
Pará	8,6	7,8	8,1	8,3	10,3	10,9	12,3	12,0	9,1	7,5	10,4	9,1	11,2	10,7	11,8	10,5
Amapá	1,3	0,0	2,3	4,8	3,1	16,1	6,2	12,3	3,8	6,3	8,1	9,6	10,6	5,5	8,4	5,4
Tocantins	4,1	3,2	5,6	5,9	2,6	4,2	4,0	8,9	5,6	7,5	9,5	11,7	12,5	16,5	13,3	15,2
Região Nordeste	8,6	8,2	9,9	10,3	11,2	12,4	12,6	13,2	14,0	13,9	15,6	16,6	17,4	18,0	19,9	20,6
Maranhão	6,9	7,1	7,8	7,1	9,7	9,6	9,5	10,8	10,0	10,2	12,2	15,1	13,8	14,0	18,9	19,4
Piauí	8,8	8,1	13,3	12,1	11,1	12,0	11,0	12,1	12,7	11,1	10,0	17,5	16,5	19,7	20,0	20,8
Ceará	10,5	10,2	13,0	12,2	14,2	18,7	17,2	18,0	16,6	18,8	20,6	20,3	24,4	21,9	26,4	26,8
Rio Grande do Norte	13,7	13,6	15,1	14,7	16,2	18,0	18,0	20,6	21,7	20,4	21,7	21,5	22,6	26,2	23,4	26,9
Paraíba	6,4	6,2	6,6	8,2	10,9	10,7	11,9	13,4	13,9	14,4	16,6	16,4	16,9	16,7	22,0	23,3
Pernambuco	10,0	9,6	9,1	11,9	11,3	13,2	13,8	12,8	15,7	15,3	17,2	18,2	18,7	18,3	18,4	18,9
Alagoas	8,3	5,0	11,8	12,1	10,9	9,2	8,8	7,5	9,1	9,3	12,0	12,3	11,8	15,4	15,0	15,9
Sergipe	11,1	9,0	16,5	14,1	16,3	13,3	12,5	15,6	17,3	14,2	17,5	15,5	17,0	16,6	17,0	15,8
Bahia	6,7	6,7	6,9	7,9	8,4	9,3	10,9	11,6	13,3	12,4	13,7	14,1	15,4	16,7	17,7	18,4
Região Sudeste	9,3	9,5	9,8	10,2	10,7	13,0	14,9	14,7	17,8	17,3	21,2	23,9	24,6	24,7	28,4	27,6
Minas Gerais	5,6	6,0	7,3	8,0	8,6	10,1	10,7	10,2	13,8	12,9	15,0	17,4	17,9	18,5	21,3	20,9
Espirito Santo	7,9	11,3	11,3	11,5	12,2	14,6	15,2	19,1	18,3	20,7	17,6	25,2	30,0	21,5	29,2	33,7
Rio de Janeiro	12,2	13,0	13,1	14,2	13,8	14,2	17,6	16,4	20,0	18,0	23,4	24,8	23,7	23,3	28,3	27,0
São Paulo	10,5	10,0	9,8	9,8	10,6	14,0	16,0	16,0	19,1	18,9	24,0	26,8	27,8	28,6	31,9	30,6
Região Sul	8,7	8,7	9,8	10,7	11,3	12,4	14,6	15,4	19,1	17,0	19,5	22,6	25,9	25,5	29,1	31,8
Paraná	8,7	6,9	7,7	9,5	10,3	11,7	14,7	13,9	18,8	17,6	19,2	21,9	26,0	23,2	26,5	27,9
Santa Catarina	9,2	11,8	12,2	13,7	13,6	16,1	19,7	22,4	26,6	21,8	24,6	29,1	33,1	35,7	36,4	37,4
Rio Grande do Sul	8,4	8,9	10,8	10,4	11,2	11,2	11,6	13,1	15,0	13,2	16,8	19,6	21,4	21,9	27,3	32,4
Região Centro-Oeste	6,3	5,6	6,4	6,3	7,5	7,5	9,8	8,7	9,9	10,7	12,7	14,8	16,9	16,0	17,2	20,5
Mato Grosso do Sul	7,6	6,7	8,1	7,0	8,4	8,1	12,6	10,4	12,6	16,1	18,6	22,3	21,7	22,8	22,7	27,8
Mato Grosso	4,8	1,8	4,1	4,6	5,3	7,1	8,2	8,6	8,6	9,3	11,2	13,4	15,8	18,2	19,2	19,1
Goiás	3,7	4,7	5,3	5,0	6,6	5,1	7,4	6,7	7,1	7,4	8,5	10,5	14,7	10,5	12,5	16,9
Distrito Federal	13,0	11,5	10,0	10,9	11,1	12,6	14,4	12,2	15,1	14,7	18,3	19,6	18,5	18,9	19,9	23,1
Regiões Metropolitanas																
Belém	13,2	12,7	11,8	9,4	15,8	12,6	13,7	16,0	15,1	14,8	14,7	17,6	18,5	14,8	21,0	17,2
Fortaleza	14,6	14,1	15,4	15,6	16,3	17,6	17,1	21,7	20,0	20,4	21,3	22,4	24,8	23,4	23,8	25,0
Recife	16,0	16,8	14,9	19,1	18,2	22,9	25,2	22,2	25,0	24,7	26,9	25,9	26,2	24,9	28,3	26,8
Salvador	12,1	13,3	13,1	14,9	16,2	18,6	20,8	21,4	23,3	24,4	23,4	24,3	26,3	26,7	26,0	28,3
Belo Horizonte	8,7	10,4	9,4	10,9	11,1	12,8	16,2	15,5	16,1	16,5	22,7	23,7	25,5	24,7	25,1	25,1
Rio de Janeiro	13,0	14,0	14,7	15,1	14,3	14,7	17,8	15,3	19,0	19,1	21,7	26,1	23,4	22,0	28,3	26,1
São Paulo	12,0	10,9	10,7	11,5	10,7	12,5	16,3	16,6	20,1	19,8	25,0	27,0	27,3	30,8	31,7	28,6
Curitiba	14,4	9,7	10,3	10,7	12,6	14,7	15,6	18,2	20,8	23,3	21,6	27,8	28,8	27,0	30,9	31,9
Porto Alegre	11,0	11,6	14,8	12,3	12,6	15,9	12,6	15,3	17,8	16,7	19,7	22,8	23,7	23,3	25,8	29,5

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009. Flutuações nas estimativas de alguns anos são explicadas por altos coeficientes de variação.

Pré-Escola**Porcentagem de crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola – Brasil – 1995-2012**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
BRASIL	48,1	48,5	51,6	52,6	54,9	60,8	62,1	64,7	66,6	67,6	72,2	74,6	77,0	79,0	81,7	82,2
Região Norte	51,5	46,7	54,2	50,3	58,3	55,6	57,1	58,3	52,2	54,7	58,8	64,1	68,8	69,8	71,3	70,0
Rondônia	50,0	42,2	39,6	38,0	49,5	44,7	40,8	46,4	39,8	40,1	45,4	46,7	46,7	58,5	53,3	59,1
Acre	48,2	55,6	64,7	50,9	50,0	50,0	56,9	55,4	48,4	44,9	50,3	53,8	59,5	56,8	73,1	59,3
Amazonas	49,6	50,9	53,5	51,9	57,5	49,2	50,6	49,9	47,6	50,8	56,0	67,0	72,1	63,1	66,4	65,7
Roraima	50,0	45,5	62,9	60,0	68,8	74,1	56,1	69,1	63,9	67,5	79,3	78,6	84,5	78,5	77,4	71,3
Pará	58,6	50,9	62,1	55,3	64,9	64,5	66,5	66,6	58,0	59,9	61,3	67,2	71,9	76,5	76,9	73,8
Amapá	47,2	40,0	50,0	41,7	53,3	49,4	61,3	58,4	51,3	54,1	63,1	54,8	63,7	56,3	70,8	61,0
Tocantins	39,0	30,4	36,8	41,8	47,6	45,5	45,5	52,6	44,8	54,7	62,1	65,5	66,2	69,0	69,2	80,4
Região Nordeste	52,2	52,5	58,7	60,6	63,8	67,0	69,0	69,8	73,2	75,1	78,3	81,3	83,8	85,6	87,2	87,5
Maranhão	51,0	53,9	59,9	59,9	67,8	66,3	68,2	69,4	74,3	72,1	77,2	81,9	87,0	89,8	91,8	89,0
Piauí	56,6	59,7	64,4	67,1	64,7	69,7	61,1	68,7	76,3	77,8	76,0	73,4	88,5	91,3	92,1	92,6
Ceará	53,8	59,0	61,0	68,5	70,0	77,9	79,1	79,5	81,7	85,1	87,7	89,4	90,6	93,3	90,8	93,0
Rio Grande do Norte	62,0	60,7	69,6	62,2	73,5	73,3	76,3	75,1	84,5	78,1	87,0	87,2	86,5	84,5	85,2	90,4
Paraíba	59,9	52,2	66,3	64,9	68,8	66,8	70,5	71,6	70,1	80,4	81,0	83,8	85,4	86,0	84,8	85,0
Pernambuco	51,7	54,6	57,0	60,9	62,2	62,8	68,0	68,5	69,0	71,2	76,4	78,5	80,6	80,7	81,1	86,8
Alagoas	41,3	40,4	48,8	52,8	45,9	59,0	60,4	56,7	63,4	63,6	67,1	76,1	68,9	77,0	83,4	79,8
Sergipe	61,8	64,9	71,9	70,9	75,5	72,5	71,1	80,3	74,1	76,9	80,1	83,5	82,0	85,4	90,9	92,0
Bahia	48,7	45,2	51,9	53,7	58,2	62,3	65,0	65,2	70,1	73,3	74,9	78,7	82,6	83,1	86,2	83,7
Região Sudeste	49,0	50,6	50,9	52,5	53,7	63,6	64,5	68,0	71,7	71,8	77,8	79,2	80,4	83,5	85,6	85,6
Minas Gerais	40,2	39,9	43,8	46,5	47,6	55,6	57,3	60,9	67,1	64,9	69,9	72,1	76,1	77,4	80,1	84,1
Espírito Santo	47,5	47,9	51,2	40,3	49,8	58,6	64,8	62,0	69,8	68,6	80,5	77,7	78,9	80,7	84,0	92,0
Rio de Janeiro	63,9	65,5	64,9	66,4	65,1	72,4	72,2	76,3	78,2	76,2	81,3	78,4	82,1	82,7	85,2	85,2
São Paulo	48,9	51,5	49,7	51,6	53,1	64,9	65,6	68,9	72,0	73,9	80,5	83,3	82,1	86,9	88,6	85,9
Região Sul	38,3	39,5	41,9	40,6	43,1	47,7	49,1	53,3	53,7	54,3	59,2	61,4	64,5	64,4	71,4	75,4
Paraná	36,4	37,3	38,4	37,0	41,1	47,2	49,9	57,1	58,2	58,0	60,3	67,7	67,6	65,5	73,2	78,3
Santa Catarina	47,5	48,5	58,5	59,7	57,0	65,4	61,2	68,7	66,4	72,7	79,1	73,7	78,0	76,7	76,9	84,6
Rio Grande do Sul	35,5	36,5	36,0	34,7	37,6	37,8	40,9	40,3	42,1	40,3	49,1	47,9	53,0	55,5	66,3	66,6
Região Centro-Oeste	40,3	39,1	40,2	43,0	44,5	46,9	49,0	52,0	54,3	56,6	61,3	61,0	66,5	69,4	71,8	73,9
Mato Grosso do Sul	33,1	37,9	31,5	38,9	40,0	43,6	51,9	44,3	48,3	57,3	57,0	61,4	69,7	73,1	74,0	72,2
Mato Grosso	35,0	34,2	35,1	35,6	40,2	45,1	42,4	51,4	51,8	53,7	60,5	53,5	56,1	68,8	77,7	73,4
Goiás	40,5	36,9	40,3	44,5	43,5	43,5	44,5	51,9	52,5	50,9	57,9	59,0	64,4	63,3	66,4	72,8
Distrito Federal	55,9	53,6	59,3	54,6	57,8	60,0	64,5	60,5	66,4	71,6	74,4	73,8	81,3	81,7	75,2	78,7
Regiões Metropolitanas																
Belém	72,2	61,9	66,8	61,6	71,4	67,9	69,4	70,6	68,9	75,6	73,6	80,5	79,6	79,8	84,9	80,5
Fortaleza	72,5	76,1	73,6	73,1	76,8	82,6	85,1	84,7	87,0	85,1	89,8	89,2	91,0	93,2	85,8	89,7
Recife	72,4	71,9	70,0	74,9	71,1	83,1	85,4	83,8	83,7	85,3	88,6	86,9	88,8	89,7	86,7	89,6
Salvador	66,3	65,3	70,6	69,1	71,8	78,0	79,6	80,3	84,3	85,3	85,7	86,7	91,3	86,5	88,9	89,7
Belo Horizonte	43,3	45,7	45,7	51,3	55,6	61,8	67,0	68,8	74,3	68,8	73,4	77,6	81,6	81,7	77,9	88,3
Rio de Janeiro	65,4	65,5	64,8	68,1	64,9	70,2	70,2	73,3	74,8	75,9	77,4	77,7	81,0	80,4	85,5	82,9
São Paulo	48,9	53,9	51,0	52,0	51,8	64,2	65,5	68,4	71,6	73,5	79,8	84,7	78,7	83,6	88,2	82,0
Curitiba	40,5	40,5	38,1	33,8	40,0	50,6	46,4	57,9	64,6	60,1	69,0	70,2	68,4	70,7	69,4	80,7
Porto Alegre	34,7	32,9	40,0	33,0	33,0	33,9	38,2	39,2	38,4	37,9	44,7	43,5	50,1	48,7	56,4	58,9

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009. Flutuações nas estimativas de alguns anos são explicadas por altos coeficientes de variação.

ENSINO FUNDAMENTAL

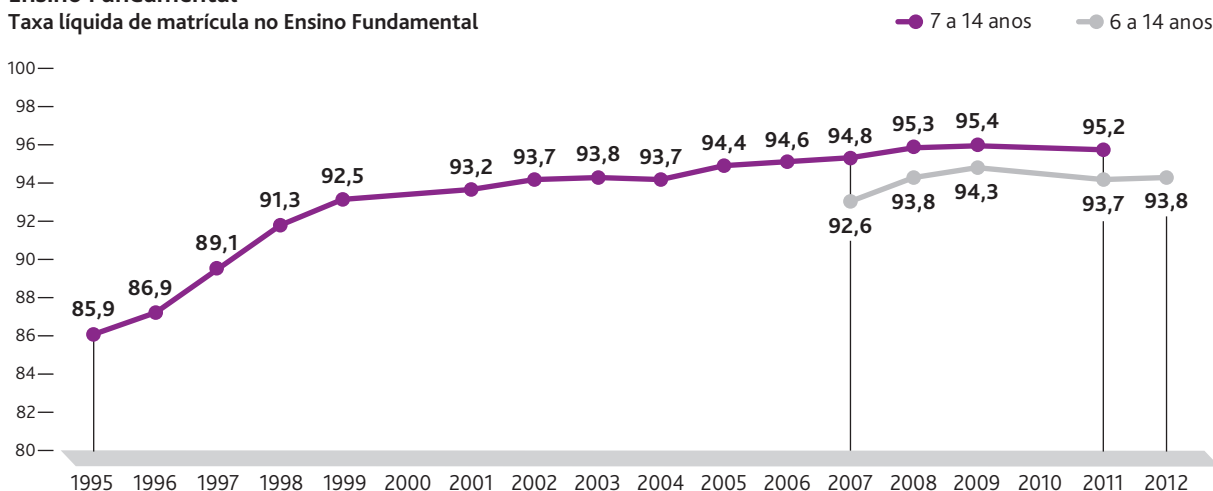
META DO PNE

Universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos conclua esta etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

Desde 2007, a taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental aumentou pouco mais de um ponto percentual. Embora 93,8% das crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos estejam frequentando o Ensino Fundamental, ainda há uma distância desafiadora até se alcançar a universalização estabelecida em lei e traduzida em meta do Plano Nacional de Educação (PNE) – por se tratar da inclusão da população em situação de maior vulnerabilidade social. O atendimento da totalidade da demanda nessa etapa de ensino passa certamente pelo enfrentamento das desigualdades regionais, de renda e de raça. Outro aspecto da meta do PNE diz respeito à conclusão do Ensino Fundamental na idade correta, desafio também de grandes proporções.

Ensino Fundamental

Taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental



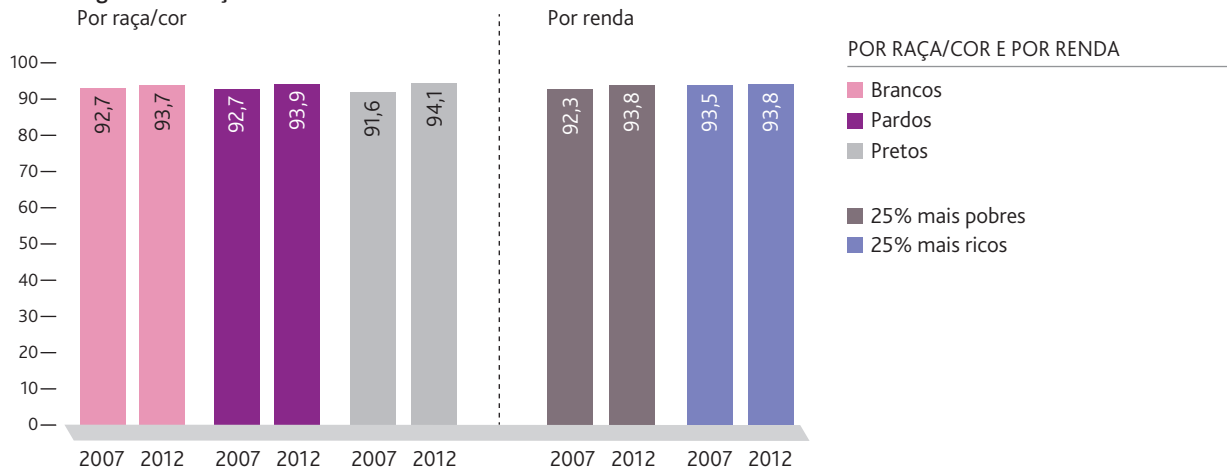
Fonte: Pnad - IBGE - Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: A partir da presente edição do Anuário, a taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental exclui as matrículas em Educação de Jovens e Adultos, objeto de outra meta do PNE, e inclui as matrículas declaradas como Classe de Alfabetização, categoria existente nos instrumentos do IBGE, apesar de extinta no sistema educacional.

As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Ensino Fundamental**Porcentagem de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental – Brasil – 2007 e 2012**

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As categorias de raça/cor – conforme autodeclaração do respondente – Brancos, Pretos e Pardos não esgotam as categorias de raça/cor levantadas pelo IBGE. As estatísticas de Amarelos, Indígenas e Não Declarado não foram apuradas por não haver observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística. Renda familiar *per capita* calculada com base em todos os rendimentos de todos os membros das famílias, exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas de menos de 10 anos de idade. As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar. Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Ensino Fundamental**Porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental – Brasil e Regiões – 2001-2012**

Brasil/Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Brasil	46,5	49,6	53,9	55,1	56,2	58,4	60,2	61,4	63,4	64,9	67,4
Norte	32,6	38,8	39,4	36,0	38,0	45,3	46,8	49,1	49,1	52,7	51,6
Nordeste	25,0	28,0	31,6	34,3	38,1	40,6	42,0	44,8	49,1	53,6	56,9
Sudeste	61,4	63,6	69,6	71,1	70,5	71,2	73,6	74,5	73,4	74,1	77,5
Sul	60,3	66,0	64,7	71,3	66,5	68,6	70,6	69,3	72,7	69,9	72,9
Centro-Oeste	46,0	49,3	54,0	57,1	59,6	60,1	63,7	64,5	70,5	74,3	71,4

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Entre 2001 e 2012, o número de jovens que concluíram o Ensino Fundamental até os 16 anos de idade aumentou mais de 20 pontos percentuais. A média nacional, porém, embute diferenças regionais significativas

Ensino Fundamental

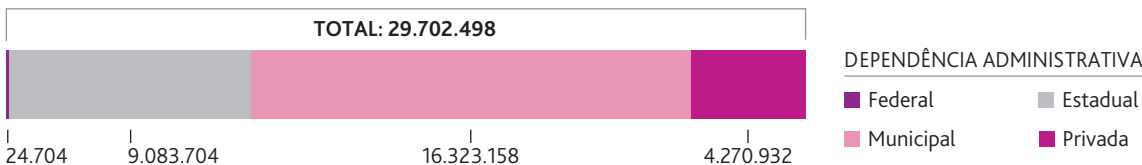
Estabelecimentos por dependência administrativa – 2012



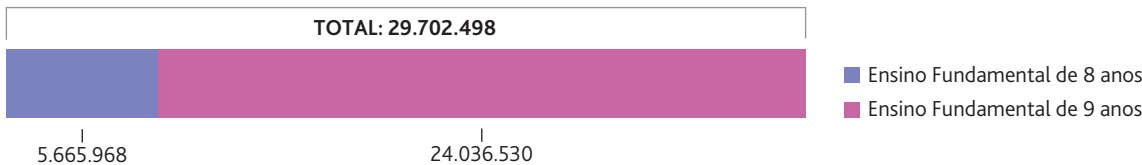
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Ensino Fundamental

Matrículas por dependência administrativa – 2012

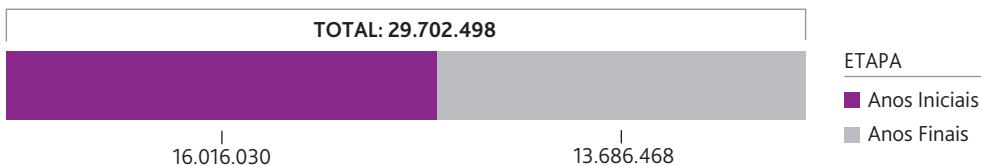


Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.



Ensino Fundamental

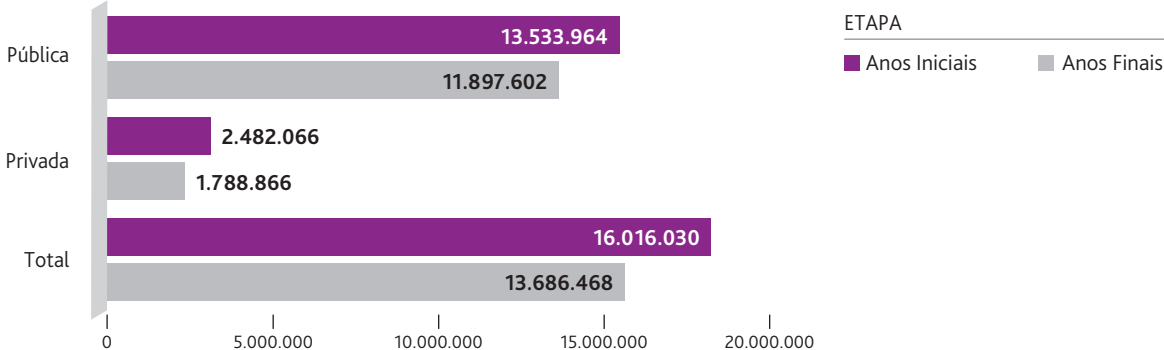
Matrículas por etapa de ensino – 2012



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Ensino Fundamental

Matrículas por etapa de ensino e área administrativa – 2012



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Ensino Fundamental

Matrículas por etapa de ensino e região – 2012

	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	Anos Finais
Brasil	29.702.498	16.016.030	13.686.468
Norte	3.224.439	1.875.177	1.349.262
Nordeste	9.076.655	5.007.124	4.069.531
Sudeste	11.339.899	5.854.264	5.485.635
Sul	3.847.399	2.066.362	1.781.037
Centro-Oeste	2.214.106	1.213.103	1.001.003

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.**Ensino Fundamental**

Porcentagem de estabelecimentos da rede pública segundo os recursos disponíveis na escola – Brasil – 2012

Recurso disponível	
Biblioteca e/ou sala de leitura	42,2
Só biblioteca	24,8
Só sala de leitura	12,1
Sala de leitura e biblioteca	5,2
Acesso à internet	45,8
Laboratório de informática	48,6
Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	17,6
Quadra de esportes	30,2
Água filtrada	85,0
Laboratório de ciências	8,0
Banheiro dentro do prédio	80,4
Abastecimento de água	
Rede pública	53,7
Poço artesiano	18,2
Cacimba/cisterna/poço	16,7
Outros	9,5
Inexistente	6,3
Esgoto sanitário	
Rede pública	28,8
Fossa	63,8
Inexistente	8,7

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Com a disseminação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a rede pública tem o desafio de ampliar o percentual de escolas com acesso à Internet

A análise dos números referentes às matrículas no Ensino Fundamental traz alguns destaques. Fica evidente a responsabilidade do setor público, proporcional à quantidade de matrículas que recebe, muito superior às do setor privado, e especialmente dos municípios, que ainda concentram cerca de metade dos estudantes do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais).

Vale notar, porém, que, entre 2011 e 2012, houve um declínio no número de matrículas na rede pública nessa etapa de ensino, e um ligeiro aumento na rede privada (4%).

Ensino Fundamental**Taxa líquida de matrícula – 1995-2011 – 7 a 14 anos**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
BRASIL	85,9	86,9	89,1	91,3	92,5	93,2	93,7	93,8	93,7	94,4	94,6	94,8	95,3	95,4	95,2
Região Norte	87,3	87,0	87,5	90,7	92,3	92,6	92,5	93,1	92,4	93,2	93,5	94,1	94,7	95,2	94,6
Rondônia	90,5	89,6	89,4	93,6	94,9	93,0	92,4	92,9	91,8	93,3	93,2	93,7	93,5	95,5	93,7
Acre	91,9	89,5	88,1	86,1	90,3	93,3	95,2	94,4	90,3	90,5	91,8	88,8	92,4	93,9	92,4
Amazonas	86,5	86,8	85,1	90,4	92,3	92,4	92,6	93,0	93,7	95,0	94,9	95,0	95,7	95,3	94,3
Roraima	97,1	97,2	91,5	93,0	96,6	93,6	84,1	94,1	95,6	95,2	94,7	95,6	95,3	97,1	96,9
Pará	85,8	85,8	87,4	89,8	91,5	92,4	92,8	92,9	91,7	92,2	92,8	94,3	94,7	94,8	94,8
Amapá	90,9	92,3	89,2	93,6	94,8	96,7	92,1	92,9	94,1	94,2	94,7	93,5	94,1	95,4	94,4
Tocantins	86,4	84,8	89,2	92,0	91,6	92,1	92,8	93,8	92,9	94,1	94,7	94,6	95,0	96,2	95,8
Região Nordeste	77,1	79,0	82,8	87,4	89,7	91,0	91,9	92,0	91,9	92,7	93,4	94,6	95,4	95,5	95,3
Maranhão	73,7	73,4	77,6	84,9	86,1	87,5	88,9	87,3	89,1	89,6	91,8	93,8	95,5	96,8	95,5
Piauí	80,5	78,2	83,7	88,1	90,1	92,9	92,5	94,2	93,8	92,6	95,4	96,2	96,0	96,5	96,8
Ceará	72,1	76,8	85,0	89,8	90,9	92,4	93,2	92,1	93,3	93,3	93,8	95,1	95,6	95,9	95,1
Rio Grande do Norte	85,9	86,0	87,2	90,2	92,7	93,3	93,4	94,9	94,4	94,6	94,0	94,9	95,3	94,8	93,8
Paraíba	78,0	78,8	83,5	89,0	92,7	93,2	93,3	95,5	94,1	94,1	93,7	94,0	95,9	94,2	94,0
Pernambuco	81,5	82,0	83,4	88,2	89,2	90,1	92,1	92,5	92,7	93,3	93,3	94,6	94,7	94,6	94,8
Alagoas	68,5	70,9	78,4	81,3	85,2	90,9	91,7	90,2	92,0	94,2	92,0	94,2	94,6	93,9	94,3
Sergipe	84,3	83,7	88,2	91,4	90,5	91,4	91,2	94,4	92,5	94,3	94,4	93,6	96,6	95,0	96,0
Bahia	77,2	81,3	82,7	86,4	90,5	90,9	91,7	92,1	90,2	92,3	93,6	94,8	95,5	95,8	96,0
Região Sudeste	91,4	91,5	93,2	93,7	94,1	94,7	95,2	95,1	95,3	95,9	95,8	95,5	95,9	95,9	95,6
Minas Gerais	89,7	90,6	93,1	93,5	94,2	95,3	95,9	96,1	95,8	96,3	95,2	95,6	95,8	96,0	96,5
Espírito Santo	87,6	89,2	91,4	90,2	92,5	92,2	93,0	94,0	94,6	93,2	94,6	93,7	95,5	95,4	94,9
Rio de Janeiro	90,0	88,9	89,9	90,9	92,3	92,0	93,3	93,1	92,8	94,2	94,2	96,0	96,0	97,0	96,6
São Paulo	93,1	93,2	94,5	95,1	94,9	95,5	95,7	95,4	96,0	96,6	96,8	95,4	96,0	95,4	94,8
Região Sul	89,3	91,0	92,2	93,1	94,2	94,3	94,5	94,6	94,2	94,7	94,7	93,8	94,3	94,3	94,2
Paraná	88,2	89,5	91,0	92,2	92,9	93,8	94,4	93,7	94,0	94,0	94,1	92,2	93,6	93,0	92,9
Santa Catarina	89,8	92,3	93,4	93,1	95,5	95,1	94,8	95,1	94,2	95,2	95,2	95,1	94,1	94,3	94,4
Rio Grande do Sul	90,2	91,9	92,8	94,0	94,7	94,4	94,6	95,2	94,5	95,2	95,1	94,8	95,3	95,7	95,4
Região Centro-Oeste	88,2	90,2	90,7	92,6	93,2	94,0	93,8	93,8	94,0	94,1	94,8	94,6	94,4	95,0	95,0
Mato Grosso do Sul	87,1	89,8	89,3	92,3	92,6	94,2	93,5	95,2	94,6	94,0	94,6	94,5	95,5	94,8	94,5
Mato Grosso	88,4	89,3	89,4	92,8	91,2	93,1	92,3	92,0	92,6	93,6	94,4	93,0	93,1	95,5	94,8
Goiás	86,5	89,2	90,2	91,7	93,6	94,3	94,7	94,1	93,8	94,5	94,8	95,1	94,0	94,5	94,5
Distrito Federal	93,4	94,3	95,4	95,1	95,6	94,3	94,2	93,9	95,8	94,2	95,4	95,6	96,0	95,9	96,9
Regiões Metropolitanas															
Belém	91,5	90,2	90,8	92,6	93,3	92,8	93,3	93,4	93,3	94,6	93,9	95,3	94,8	95,9	94,0
Fortaleza	83,4	85,5	88,2	90,8	91,1	92,8	94,3	92,1	92,8	93,7	93,7	94,8	95,4	96,0	94,8
Recife	89,3	88,7	88,9	91,6	91,2	91,0	92,5	91,8	94,5	94,3	94,1	95,6	95,2	94,9	93,9
Salvador	88,4	89,4	88,8	91,2	92,4	91,9	92,9	93,6	92,8	92,7	94,0	94,2	96,3	95,6	95,9
Belo Horizonte	92,9	93,7	93,9	94,3	95,3	96,4	97,1	96,2	97,0	96,6	96,3	94,6	96,3	96,7	97,1
Rio de Janeiro	90,6	89,6	90,0	90,9	92,2	91,8	92,8	92,7	92,7	94,2	94,0	95,5	95,6	96,5	95,9
São Paulo	94,1	93,8	94,9	95,3	94,9	96,0	95,6	95,5	95,9	96,9	96,8	95,0	95,8	94,9	94,4
Curitiba	91,5	92,4	90,6	93,9	93,5	93,4	95,9	93,9	94,2	94,2	93,3	91,8	96,0	92,8	93,0
Porto Alegre	92,0	92,8	92,3	93,9	95,2	93,2	93,9	95,1	94,8	95,3	94,8	95,4	95,6	95,5	94,7

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: A partir da presente edição do anuário, a taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental exclui as matrículas em Educação de Jovens e Adultos, objeto de outra meta do PNE, e inclui as matrículas declaradas como Classe de Alfabetização, categoria existente nos instrumentos do IBGE, apesar de extinta no sistema educacional.

As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Ensino Fundamental**Taxa líquida de matrícula – 2007-2012 – 6 a 14 anos**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	2007	2008	2009	2011	2012
BRASIL	92,6	93,8	94,3	93,7	93,8
Região Norte	91,9	92,8	93,3	92,6	93,0
Rondônia	91,0	91,5	93,8	92,2	93,8
Acre	87,3	90,6	93,3	90,9	90,7
Amazonas	93,2	93,9	93,6	92,8	92,3
Roraima	94,9	93,1	96,2	94,5	93,9
Pará	91,7	92,6	92,3	92,6	93,3
Amapá	89,5	90,9	94,3	91,7	91,4
Tocantins	93,6	94,0	95,7	94,0	94,4
Região Nordeste	92,7	94,0	94,2	93,7	93,6
Maranhão	91,1	92,8	94,1	92,8	93,8
Piauí	94,5	94,4	95,0	95,3	94,2
Ceará	93,8	94,8	95,4	94,4	93,8
Rio Grande do Norte	93,9	94,4	94,1	92,6	93,2
Paraíba	92,0	94,8	92,8	92,4	94,0
Pernambuco	93,2	93,5	93,6	92,9	92,8
Alagoas	91,3	91,5	92,5	93,1	91,5
Sergipe	91,6	95,3	92,9	93,8	95,8
Bahia	92,7	94,4	94,7	94,4	93,9
Região Sudeste	93,0	94,2	94,9	94,3	94,6
Minas Gerais	92,9	94,4	95,5	95,1	94,8
Espírito Santo	92,3	94,1	93,2	93,1	93,6
Rio de Janeiro	94,7	95,2	95,9	95,1	95,8
São Paulo	92,4	93,8	94,5	93,8	94,1
Região Sul	91,7	92,9	93,3	92,8	92,8
Paraná	90,4	92,8	92,5	92,3	92,4
Santa Catarina	92,7	92,8	93,5	93,2	92,4
Rio Grande do Sul	92,6	93,1	93,9	93,2	93,4
Região Centro-Oeste	92,9	93,5	94,0	93,6	93,6
Mato Grosso do Sul	92,4	94,9	94,5	94,1	93,2
Mato Grosso	92,1	92,4	94,6	92,3	92,8
Goiás	93,8	93,1	93,2	93,0	93,7
Distrito Federal	92,1	94,3	94,7	95,8	94,6
Regiões Metropolitanas					
Belém	93,2	93,3	94,1	92,5	94,5
Fortaleza	94,0	94,6	95,4	94,0	93,7
Recife	94,2	94,0	94,1	92,9	92,9
Salvador	92,3	95,2	94,5	94,7	94,7
Belo Horizonte	92,5	94,4	95,6	95,3	94,9
Rio de Janeiro	94,2	94,6	95,4	94,7	95,5
São Paulo	92,1	93,5	93,5	92,9	93,9
Curitiba	90,9	95,2	92,4	92,2	91,7
Porto Alegre	92,1	93,3	93,3	92,3	94,2

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: A partir da presente edição do anuário a taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental exclui as matrículas em Educação de Jovens e Adultos, objeto de outra meta do PNE, e inclui as matrículas declaradas como Classe de Alfabetização, categoria existente nos instrumentos do IBGE, apesar de extinta no sistema educacional.

As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

A análise das duas tabelas traz informações importantes. Além da ampliação do atendimento entre 1995 e 2012, é possível observar uma redução significativa da desigualdade regional: em 1995, 14,3 pontos percentuais separavam a taxa líquida de matrícula no Nordeste e no Sudeste. Em 2012, essa distância caiu para um ponto percentual.

Ao mesmo tempo, porém, ressalta-se que, desde 2007, a taxa líquida de matrícula de 6 a 14 anos, que deveria ter ganhado impulso, vem crescendo em ritmo lento em todas as regiões do País, ainda que ligeiramente mais forte no Sudeste. No geral, esse indicador tem se comportado de forma equivalente nos 26 estados e no Distrito Federal.

ENSINO MÉDIO

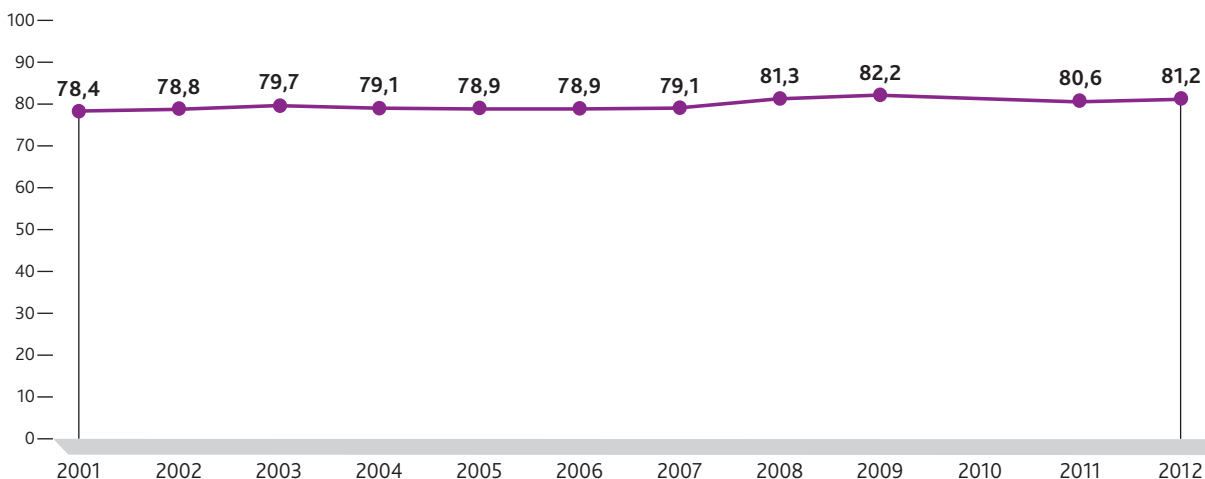
META DO PNE

*Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no **Ensino Médio** para 85%.*

Dois indicadores se complementam na análise do atual cenário e dos desafios que se colocam para o Ensino Médio no País. O gráfico abaixo mostra que 81,2% dos jovens de 15 a 17 anos estão matriculados na escola. No entanto, apenas 54,4% cursam o Ensino Médio, conforme evidencia a taxa líquida de matrículas relativa a essa etapa de ensino. O quadro se torna ainda mais complexo quando observadas as desigualdades na taxa líquida de matrícula por raça/cor e por renda. Não à toa, é baixo o percentual de jovens que conseguem concluir o Ensino Médio aos 19 anos (veja pág. 31).

Ensino Médio

Taxa de atendimento de jovens de 15 a 17 anos – Brasil – 2001-2012



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: A partir da presente edição do Anuário, a série exclui as matrículas em Educação de Jovens e Adultos, objeto de outra meta do PNE.

As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

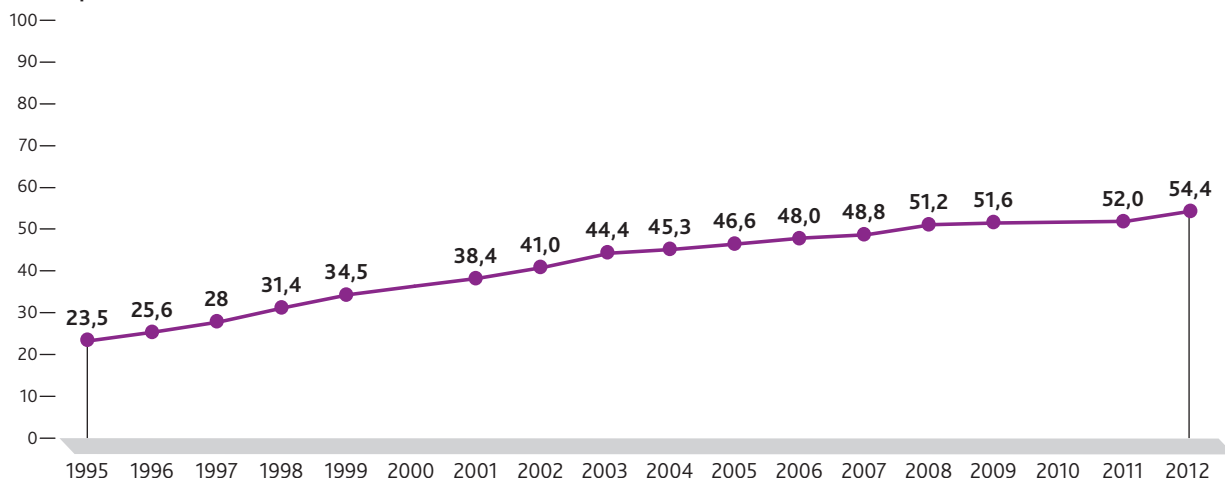
A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Cerca de 1,57 milhão de jovens brasileiros de 15 a 17 anos não estudam e não concluíram o Ensino Médio

Ensino Médio

Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio – Brasil – 1995-2012



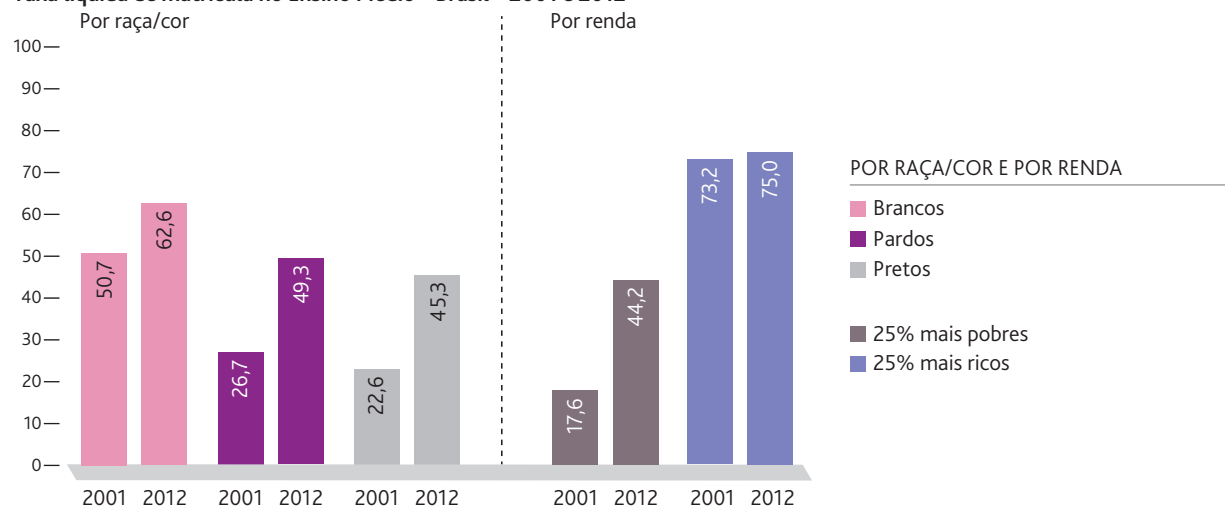
Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: A partir da presente edição do Anuário, a série exclui as matrículas em Educação de Jovens e Adultos, objeto de outra meta do PNE.

As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar. A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte. Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Ensino Médio

Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio – Brasil – 2001 e 2012



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As categorias de raça/cor – conforme autodeclaração do respondente – Brancos, Pretos e Pardos não esgotam as categorias de raça/ cor levantadas pelo IBGE. As estatísticas de Amarelos, Indígenas e Não Declarado não foram apuradas por não haver observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística. Renda familiar *per capita* calculada com base em todos os rendimentos de todos os membros das famílias, exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas de menos de 10 anos de idade.

As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Ensino Médio

Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio

Brasil – 2001-2012

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Brasil	32,0	34,5	36,3	37,9	39,6	43,8	44,6	47,1	50,2	51,1	51,8

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

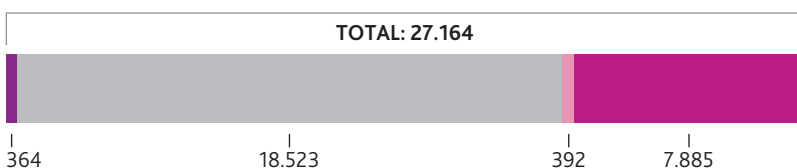
Ensino Médio

Jovens de 15 a 17 anos por etapa de ensino em que estão matriculados ou que estão fora da escola – 2012

	População	%
Ensino Fundamental	2.463.422	23,6
Ensino Médio	5.666.706	54,4
Alfabetização de jovens e adultos	11.677	0,1
Educação de Jovens e Adultos – Fundamental	147.676	1,4
Educação de Jovens e Adultos – Médio	20.356	0,2
Ensino Superior	149.187	1,4
Pré-vestibular	19.215	0,2
Não estudam e não concluíram o Ensino Médio	1.578.562	15,2
Não estudam, mas concluíram o Ensino Médio	361.169	3,5
Total	10.417.970	100

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação. A partir da presente edição do Anuário, a série exclui as matrículas em Educação de Jovens e Adultos, objeto de outra meta do PNE. As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar. A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte. Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado Estabelecimentos por dependência administrativa – 2012

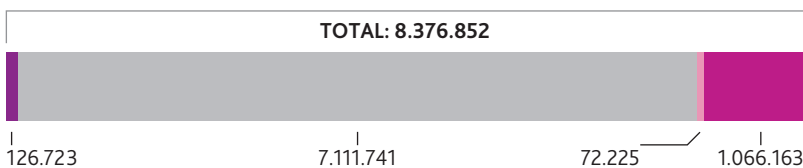


Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado Matrículas por dependência administrativa – 2012

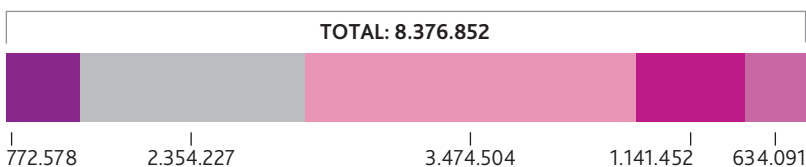


Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado Matrículas por região – 2012

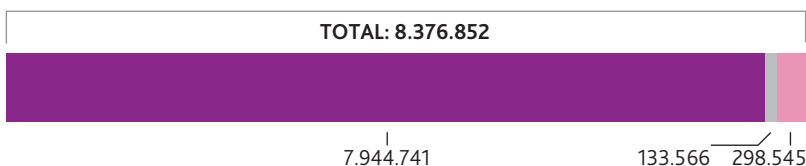


Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

REGIÕES

- Norte
- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Centro-Oeste

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado Matrículas por tipo de ensino – 2012

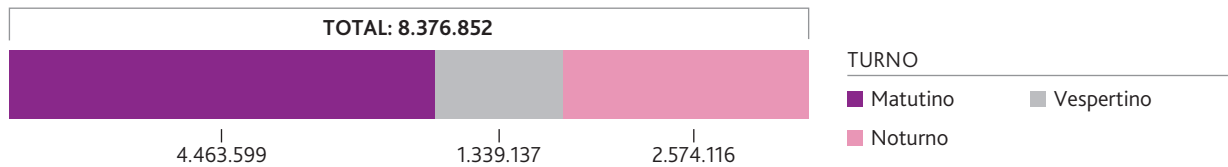


Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

TIPO

- Ensino Médio
- Normal/Magistério
- Integrado à Educação Profissional

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado Matrículas por turno – 2012



Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Notas: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Intervalo do turno matutino: das 6h às 12h59.

Intervalo do turno vespertino: das 13h às 16h59.

Intervalo do turno noturno: das 17h às 22h59 e da 0h às 5h59.

Ensino Médio

Porcentagem de estabelecimentos da rede pública segundo os recursos disponíveis na escola – Brasil – 2012

Recurso disponível	Porcentagem
Biblioteca e/ou sala de leitura	87,4
Só biblioteca	56,2
Só sala de leitura	19,5
Sala de leitura e biblioteca	11,8
Acesso à internet	93,0
Laboratório de informática	92,4
Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	37,2
Quadra de esportes	74,5
Água filtrada	87,7
Laboratório de ciências	44,4
Banheiro dentro do prédio	97,8
Abastecimento de água	
Rede pública	88,3
Poço artesiano	12,9
Cacimba/cisterna/poço	4,0
Outros	1,3
Inexistente	0,3
Esgoto sanitário	
Rede pública	58,3
Fossa	44,1
Inexistente	0,7

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

O ritmo de crescimento do percentual de jovens que logram concluir o Ensino Médio até os 19 anos vem diminuindo desde 2009. Esse é um indicador importante que reflete o fato de uma parcela significativa da população com idade entre 15 e 17 anos abandonar a escola precocemente ou ficar retida na etapa anterior, o Ensino Fundamental.

Vale destacar também que, apesar de o atendimento a essa população ainda estar distante da universalização, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio cresceu levemente entre 2011 e 2012, em muitas unidades da federação, como se vê no quadro da página seguinte.

Ensino Médio**Taxa líquida de matrícula – 2001-2012**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
BRASIL	23,5	25,6	28	31,4	34,5	38,4	41,0	44,4	45,3	46,6	48,0	48,8	51,2	51,6	52,0	54,4
Região Norte	18,2	17,4	19,6	23	26,9	28,3	31,0	34,5	29,0	31,8	35,6	37,8	40,4	40,2	42,6	43,9
Rondônia	22,6	28,8	26,3	34,6	34,4	35,6	36,7	39,1	36,2	35,4	38,5	41,5	41,9	47,8	45,2	47,3
Acre	20,7	19,0	24,2	23,9	29,5	29,3	30,6	43,7	29,0	36,3	44,2	41,7	43,7	48,5	41,7	46,6
Amazonas	17,7	19,0	20,5	23,1	27,4	31,4	35,7	36,7	30,9	35,0	38,5	36,2	40,3	41,2	41,2	44,8
Roraima	32,3	33,3	27	28,3	45,2	36,3	39,8	46,9	39,8	39,8	47,7	51,1	54,1	52,9	55,3	56,6
Pará	17,0	13,8	18,7	19,3	23,5	24,1	25,2	29,4	23,6	25,8	28,6	34,1	35,6	32,5	39,3	39,9
Amapá	25,3	15,5	20,4	34	33,7	27,9	41,8	39,1	41,4	49,3	49,0	50,6	56,3	51,6	49,6	48,7
Tocantins	13,3	14,8	13,2	20,2	24,1	29,8	31,9	36,5	36,5	38,7	46,1	46,0	53,1	56,8	52,9	49,7
Região Nordeste	12,4	13,7	14,4	16,3	18,2	22,1	23,9	27,2	29,0	32,0	34,7	36,2	37,7	40,4	44,2	46,0
Maranhão	12,4	13,1	13,3	15,2	15,5	18,3	19,4	22,7	27,6	31,3	34,5	36,2	35,7	41,4	44,8	45,5
Piauí	10,5	11,9	12,1	10,4	15,0	22,7	16,1	26,8	24,3	27,8	33,8	33,6	36,8	36,5	41,6	45,4
Ceará	13,2	15,1	14,8	21,1	21,0	26,4	30,3	31,3	35,4	40,5	44,5	44,1	47,1	50,6	53,8	55,3
Rio Grande do Norte	17,2	21,3	19,7	17,5	21,6	30,9	30,9	34,7	35,8	39,3	35,3	39,9	35,9	42,0	47,7	45,0
Paraíba	14,0	14,6	17,1	18,1	20,7	19,7	19,7	23,1	25,0	24,6	30,4	32,9	37,9	37,8	43,6	44,2
Pernambuco	14,3	15,8	16,8	17,5	19,5	23,5	25,4	28,3	27,9	31,7	33,9	35,2	33,5	38,8	43,5	45,5
Alagoas	13,6	10,5	12,9	10,8	14,9	14,5	19,0	18,1	21,8	22,9	27,9	26,0	33,0	34,3	33,9	39,7
Sergipe	9,4	11,1	11,9	17,5	17,6	21,5	24,8	30,6	30,1	27,7	30,1	34,7	37,0	38,5	43,1	43,1
Bahia	10,4	11,9	12,8	15,1	17,5	21,1	24,1	27,3	28,5	31,7	33,0	35,3	37,2	37,6	40,8	43,3
Região Sudeste	30,7	33,7	36,6	41,5	44,7	49,8	53,8	57,1	59,2	59,0	59,3	60,0	62,7	61,3	59,4	62,8
Minas Gerais	21,1	23,0	24,5	32,6	36,3	40,3	45,4	49,7	51,6	53,4	52,6	53,0	57,6	55,4	55,6	60,3
Espírito Santo	26,3	27,7	30,7	36,1	37,8	42,1	46,7	47,6	51,8	44,7	50,8	43,6	51,3	53,3	53,3	56,7
Rio de Janeiro	28,6	30,2	32,4	34,9	38,7	44,0	45,3	48,2	48,1	48,1	51,1	55,0	54,2	51,4	50,5	52,7
São Paulo	36,9	41,4	44,6	48,3	51,3	57,2	62,2	64,6	67,4	66,9	66,8	67,1	69,6	68,9	65,6	69,0
Região Sul	30,4	33,4	36,5	39,8	45,3	48,0	50,1	51,8	53,2	53,3	53,9	52,9	55,4	56,6	53,9	55,2
Paraná	27,4	30,2	33,0	39,0	48,2	47,7	49,6	52,3	51,9	51,3	51,3	55,8	56,4	58,2	57,2	58,8
Santa Catarina	29,6	36,1	36,7	41,5	43,1	52,5	55,1	55,9	57,5	63,0	61,2	52,6	58,4	59,1	52,3	56,2
Rio Grande do Sul	34,1	35,0	40,2	39,6	43,7	45,7	47,6	48,9	52,1	49,4	51,9	49,8	52,6	53,5	51,5	51,2
Região Centro-Oeste	22,6	24,7	29,2	30,4	33,5	38,3	41,0	44,7	46,1	46,6	48,4	50,4	52,0	54,7	56,7	58,9
Mato Grosso do Sul	23,7	28,3	29,9	30,5	34,2	34,0	38,2	43,8	41,5	42,6	43,7	39,5	46,8	46,7	47,7	43,9
Mato Grosso	19,0	23,3	24,7	24,9	29,1	40,1	38,5	37,8	44,4	45,7	47,0	48,4	50,4	54,0	59,6	60,5
Goiás	20,4	19,4	25,8	29,0	31,4	36,5	40,9	44,0	47,0	46,1	48,4	53,9	53,7	54,8	56,2	61,0
Distrito Federal	31,4	35,9	40,5	39,6	43,3	45,2	48,5	56,0	50,4	53,4	54,7	55,7	55,8	63,3	63,0	67,2
Regiões Metropolitanas																
Belém	27,1	24,1	29,6	23,8	30,9	31,0	32,2	34,0	34,7	38,0	39,3	44,2	49,8	42,7	50,1	50,2
Fortaleza	23,1	24,6	25,5	30,3	32,6	36,3	40,6	39,6	46,2	48,2	50,0	48,6	51,8	52,3	55,6	55,9
Recife	20,7	24,1	23,1	24,8	28,8	33,6	37,9	38,0	41,0	42,9	45,7	46,1	45,1	48,8	53,3	53,0
Salvador	19,3	23,5	25,2	30,1	32,1	35,6	36,3	40,7	40,0	40,9	43,0	45,7	45,5	41,8	47,2	44,9
Belo Horizonte	24,7	25,0	28,8	35,1	39,0	51,0	54,8	57,4	59,8	60,9	59,1	57,9	63,5	61,3	59,0	64,0
Rio de Janeiro	31,5	32,2	35,5	36,6	40,0	46,3	46,8	50,7	50,4	50,2	53,2	55,8	58,2	52,1	52,5	55,1
São Paulo	39,6	43,4	44,2	48,8	51,3	60,1	62,3	63,9	68,1	67,1	67,8	70,1	71,2	69,0	64,7	69,8
Curitiba	34,6	33,0	33,2	42,3	47,3	42,8	48,1	55,6	53,4	53,5	51,4	52,1	62,1	58,3	52,6	55,2
Porto Alegre	35,0	37,0	38,8	39,5	42,6	48,5	48,7	50,4	50,1	49,5	51,0	50,7	53,3	52,8	51,3	50,9

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: A partir da presente edição do anuário, a série exclui as matrículas em Educação de Jovens e Adultos, objeto de outra meta do PNE.

As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Ensino Médio**Porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
BRASIL	32,0	34,5	36,3	37,9	39,6	43,8	44,6	47,1	50,2	51,1	51,8
Região Norte	16,9	22,8	23,6	22,1	25,2	28,2	31,3	35,5	35,5	35,1	38,6
Rondônia	22,6	26,6	32,4	31,7	35,1	39,9	34,7	49,9	45,9	46,4	44,4
Acre	30,4	28,8	33,4	20,9	29,7	35,9	28,5	29,0	34,1	37,1	45,0
Amazonas	23,2	25,5	20,1	29,9	29,1	32,8	37,7	35,9	34,6	33,0	35,4
Roraima	17,1	36,1	39,5	30,8	41,4	45,9	54,7	45,3	55,4	60,0	65,5
Pará	11,6	18,2	21,5	15,4	18,5	19,1	22,7	29,2	30,0	29,6	35,3
Amapá	13,1	25,0	35,7	26,6	31,9	47,4	49,2	53,7	38,2	52,4	38,8
Tocantins	18,1	29,2	17,4	30,4	28,1	35,4	43,0	44,8	49,5	44,8	46,5
Região Nordeste	17,0	17,2	18,8	21,4	23,2	26,9	28,7	30,8	37,1	41,4	41,9
Maranhão	11,7	24,2	18,2	23,0	23,3	19,8	25,6	29,7	34,9	35,0	38,2
Piauí	17,6	12,6	18,0	14,0	20,0	22,4	21,8	28,8	34,3	35,8	35,3
Ceará	21,0	21,2	22,3	28,9	29,0	30,5	35,4	41,1	41,1	55,8	52,2
Rio Grande do Norte	15,7	22,4	18,8	25,0	34,4	44,2	35,9	38,3	35,2	57,6	42,3
Paraíba	16,4	15,5	13,3	10,7	19,9	25,0	29,9	26,5	30,6	36,8	47,1
Pernambuco	21,5	16,0	22,8	24,3	25,9	28,9	30,7	30,9	40,7	41,5	44,8
Alagoas	14,7	4,9	12,5	13,0	15,2	20,8	13,2	18,1	37,3	33,7	35,8
Sergipe	19,8	14,6	23,5	17,6	23,1	32,5	20,5	35,9	32,4	37,0	41,4
Bahia	15,2	14,7	17,3	20,8	19,5	24,3	29,1	25,9	36,9	36,4	37,1
Região Sudeste	43,9	46,2	48,4	50,3	52,2	56,6	56,9	58,9	59,8	59,1	60,9
Minas Gerais	37,7	37,9	37,6	38,4	44,9	45,7	45,0	47,1	48,4	49,0	52,5
Espírito Santo	36,3	38,2	41,9	50,3	44,8	43,1	49,1	45,7	52,1	55,6	61,2
Rio de Janeiro	36,7	39,0	40,9	44,4	45,1	51,7	46,6	52,5	54,1	50,3	52,0
São Paulo	50,0	53,4	56,9	58,2	59,0	65,5	66,7	68,3	68,3	67,6	68,7
Região Sul	38,8	42,7	44,8	50,8	50,6	55,6	51,2	54,8	60,5	55,8	56,4
Paraná	39,7	45,8	47,1	56,0	53,1	59,3	54,9	59,9	62,3	54,3	59,3
Santa Catarina	45,5	45,5	51,3	51,0	60,7	53,0	56,5	59,0	69,1	69,8	62,3
Rio Grande do Sul	34,0	38,1	38,0	45,4	41,3	53,7	44,5	47,8	53,1	48,7	50,0
Região Centro-Oeste	27,8	34,7	35,3	38,1	40,2	41,5	45,2	48,0	49,5	58,4	51,4
Mato Grosso do Sul	35,4	31,4	35,6	34,5	40,4	33,0	45,1	44,0	48,7	51,4	51,0
Mato Grosso	29,9	34,0	27,1	31,1	32,3	38,7	36,7	42,6	43,2	63,6	50,0
Goiás	20,1	33,1	32,8	40,3	37,3	41,1	44,4	48,1	46,0	55,3	45,1
Distrito Federal	34,7	42,7	50,2	44,8	55,7	53,3	54,7	58,2	64,7	66,5	67,5
Regiões Metropolitanas											
Belém	18,4	23,4	27,8	31,1	33,4	28,0	37,3	41,2	43,4	42,3	46,5
Fortaleza	27,9	33,9	38,8	43,5	37,0	39,8	47,0	48,7	48,7	47,3	50,6
Recife	28,3	28,1	34,5	38,2	38,2	39,4	45,5	38,9	53,0	57,8	53,5
Salvador	28,4	27,0	24,9	36,2	30,9	39,3	38,0	42,7	41,4	41,8	41,9
Belo Horizonte	43,3	41,3	49,2	48,0	54,8	56,8	53,8	57,1	53,1	55,3	55,4
Rio de Janeiro	37,8	41,0	45,6	47,7	45,0	58,0	49,3	54,6	53,3	51,8	52,5
São Paulo	51,6	55,3	58,3	58,0	62,0	67,6	66,8	70,5	64,2	66,2	72,5
Curitiba	46,0	55,1	48,0	63,0	54,5	57,9	59,0	65,8	66,7	59,4	61,8
Porto Alegre	36,7	43,4	42,2	45,4	45,3	51,2	51,9	47,1	50,2	49,2	50,0

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

POPULAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Embora as populações do campo, indígenas e remanescentes de quilombos não tenham meta específica no Plano Nacional de Educação (PNE), em muitas das 20 existentes há estratégias que contemplam esses grupos minoritários. De forma geral, o que se busca é ampliar a oferta de Educação nas áreas rurais, nas comunidades indígenas e quilombolas, “a partir de uma visão articulada ao desenvolvimento sustentável e à preservação da identidade cultural”.

Campo

Número de matrículas no campo por modalidade e etapa de ensino – Brasil – 2007-2012

ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO	ED. PROFISSIONAL (CONCOMITANTE E SUBSEQUENTE)	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	EDUCAÇÃO ESPECIAL	TOTAL GERAL
		TOTAL	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS					
2007	887.873	5.249.104	3.663.520	1.585.584	247.543	33.395	574.843	4.561	6.997.319
2008	895.857	5.099.125	3.510.030	1.589.095	252.661	32.678	535.363	4.360	6.820.044
2009	904.768	4.931.030	3.344.056	1.586.974	276.361	31.864	532.876	3.476	6.680.375
2010	861.752	4.746.484	3.169.426	1.577.058	289.075	34.787	502.978	2.882	6.437.958
2011	863.155	4.579.018	3.015.379	1.563.639	315.062	34.443	499.423	2.784	6.293.885
2012	859.526	4.388.806	2.853.680	1.535.126	322.479	34.593	471.064	2.361	6.078.829

Educação Indígena

Número de matrículas na Educação Indígena por modalidade e etapa de ensino – Brasil – 2007-2012

ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO	ED. PROFISSIONAL (CONCOMITANTE E SUBSEQUENTE)	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	EDUCAÇÃO ESPECIAL	TOTAL GERAL
		TOTAL	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS					
2007	18.389	151.323	112.673	38.650	14.987	0	23.403	103	208.205
2008	20.281	151.788	112.358	39.430	11.466	1.367	20.766	203	205.871
2009	22.537	164.727	117.119	47.608	19.021	152	23.343	165	229.945
2010	22.048	175.032	119.597	55.435	27.615	1.021	20.997	80	246.793
2011	23.782	175.098	121.167	53.931	19.193	1.639	23.794	93	243.599
2012	22.856	167.338	113.495	53.843	17.586	824	26.022	243	234.869

Áreas remanescentes de quilombos

Número de Matrículas em áreas remanescentes de quilombos por modalidade e etapa de ensino – Brasil – 2007-2012

ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO	ED. PROFISSIONAL (CONCOMITANTE E SUBSEQUENTE)	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	EDUCAÇÃO ESPECIAL	TOTAL GERAL
		TOTAL	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS					
2007	19.509	110.041	79.698	30.343	3.155	48	18.914	115	151.782
2008	25.492	137.114	88.726	48.388	8.432	749	24.977	102	196.866
2009	25.670	137.656	84.141	53.515	10.601	534	26.055	63	200.579
2010	28.027	145.065	89.074	55.991	12.152	55	25.052	134	210.485
2011	29.164	148.982	92.110	56.872	11.036	634	24.669	17	214.502
2012	29.640	149.336	90.876	58.460	12.262	127	21.588	34	212.987



TOTAL DE MATRÍCULAS NO BRASIL

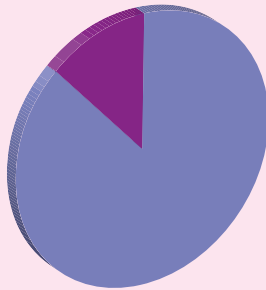
50.545.050



O que se verifica observando os dados abaixo é que as matrículas no campo, na Educação Indígena e nas áreas remanescentes de quilombos estão em queda ou estagnadas.



Segundo o PNE, é preciso estabelecer projetos de inclusão que levem em conta as necessidades e as características específicas dessas populações, além de adotar medidas que assegurem infraestrutura e transporte adequados.



TOTAL DE MATRÍCULAS:

No Campo
6.078.829

12%

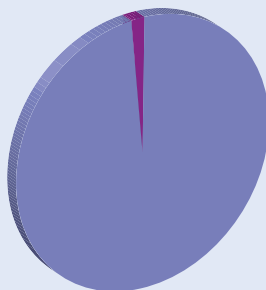
Δ% 2011/2012 -3,4

Urbana
44.466.221

88%

Número de estabelecimentos no campo por região – 2012

BRASIL	74.112
NORTE	15.952
NORDESTE	41.927
CENTRO-OESTE	1.816
SUDESTE	8.813
SUL	5.604



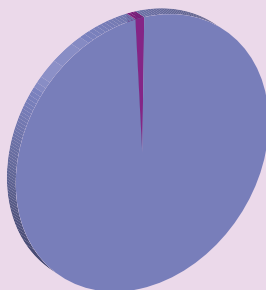
Indígenas
234.869

0,5%

Δ% 2011/2012 -3,6

Número de estabelecimentos em área indígena por região – 2012

BRASIL	2.954
NORTE	1.830
NORDESTE	605
CENTRO-OESTE	289
SUDESTE	71
SUL	159



Em áreas remanescentes de quilombos
212.987

0,4%

Δ% 2011/2012 -0,7

Número de estabelecimentos em área remanescente de quilombos por região – 2012

BRASIL	1.997
NORTE	348
NORDESTE	1.276
CENTRO-OESTE	87
SUDESTE	232
SUL	54

UNIVERSALIZAR É PARA TODOS

Em 2010, o UNICEF, globalmente, deu início a uma série de análises para entender melhor quem são as crianças que estão fora da escola e também quem são aqueles que estão em risco de evasão. O Brasil, devido aos grandes avanços em praticamente todos os indicadores relacionados à Educação, teve destaque nessa análise.

Mesmo com tantas conquistas rumo à universalização do direito de aprender, o desafio ainda é grande para assegurar que ele chegue a cada criança e a cada adolescente no País. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2012, mais de 3,3 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade estão fora da escola no Brasil. Desse total, 1,2 milhão têm 4 e 5 anos; 507 mil, de 6 a 14 anos; e mais de 1,6 milhão são adolescentes entre 15 e 17 anos.

Uma análise feita pelo UNICEF e pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação identificou que um dos principais fatores de risco para a permanência das crianças na escola é o fracasso escolar. A equação é simples, porém, perversa em seus impactos: o fracasso leva à repetência, que, conseqüentemente, gera elevadas taxas de distorção idade-série, o que, por fim, acaba com a criança ou o adolescente abandonando os estudos. Perpetua-se, assim, um ciclo de exclusão que passa de geração em geração.

Uma análise do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), feita com base em dados da Pnad 2011, mostra a relação do fracasso escolar com o ciclo de vida da criança e do adolescente. Enquanto 95,4% das crianças de 6 anos estão na escola, apenas, 76,2% das que têm 12 anos concluíram o 5º ano do Ensino Fundamental. Os desafios aumentam com o avançar da idade e se complexificam com a chegada da adolescência. Apenas 62,7% dos adolescentes de 16 anos concluíram o Ensino Fundamental, e menos da metade (48,7%) dos jovens de 19 anos concluiu o Ensino Médio no Brasil. O que vimos aqui é que muitas crianças e adolescentes se perdem no caminho da jornada escolar. E é aí que aparece um conceito fundamental para a inclusão escolar: qualidade.

Universalizar o direito à Educação só será possível com qualidade. E mais: Educação de qualidade deve ser integral, inclusiva e contextualizada. O que as altas taxas relacionadas ao fracasso escolar nos mostram claramente é que só estar na escola não basta. As crianças e os adolescentes precisam aprender os conteúdos correspondentes, se desenvolver e concluir a escolaridade na idade esperada. Com o enorme contingente de crianças e adolescentes que estão na escola, mas com baixos resultados de aprendizagem, com altos índices de repetência e atraso escolar, o Brasil ainda tem pela frente um longo caminho para garantir o direito à Educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes. Para isso, é preciso desnaturalizar o fracasso escolar. Repetir não pode ser aceitável e muito menos correto. Toda criança e todo adolescente podem e devem aprender!

A exclusão escolar no Brasil atinge, sobretudo, os grupos notoriamente excluídos. Isso indica que as desigualdades ainda existentes na sociedade brasileira impactam diretamente o sistema educacional e que, até hoje, o País tem tido dificuldades em dar respostas efetivas a esse problema por meio das políticas públicas.

As estatísticas mostram que a exclusão escolar tem cor. De acordo com dados do Censo, na faixa etária de 6 a 14 anos, 4,2% das crianças e adolescentes negros e 17% dos indígenas estão fora da escola. Entre a população branca da mesma faixa etária, 2,6% se encontram excluídas das salas de aula.

A exclusão escolar também tem endereço. Boa parte das crianças e adolescentes fora da escola está nas regiões Norte e Nordeste, que apresentam os mais vulneráveis indicadores sociais do Brasil. Também segundo o Censo, enquanto na região Sul 2,5% das crianças e dos adolescentes de 6 a 14 anos estão fora da escola, nas regiões Norte e Nordeste, os números ficam em 6,1% e 3,3%, respectivamente. Embora a histórica diferença entre os índices das zonas urbana e rural tenha diminuído consideravelmente nos últimos dez anos, ela ainda permanece significativa. Em 2000, a proporção de crianças e adolescentes fora da escola nas zonas rurais era de 13%, ante 5,1% nas zonas urbanas. Em 2010, os índices eram 5% e 2,9%, respectivamente.

A exclusão escolar tem classe social. Das crianças e dos adolescentes de 6 a 14 anos de idade que residiam em domicílios sem rendimento ou com rendimento mensal per capita inferior a um quarto do salário mínimo, 5,2% não frequentavam a escola. Entretanto, aumenta a renda, diminui a exclusão escolar. Nos domicílios com rendimento per capita de um salário mínimo ou dois, o número de crianças e adolescentes fora da escola cai para 2%. Naqueles com renda acima de três salários mínimos, baixa ainda mais, para 1,6%.

A exclusão escolar tem condição física e cognitiva. Em 2012, cerca de 140 mil crianças e adolescentes com deficiência, ou seja, 30%, que recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC) do governo federal, ainda estavam fora da escola. Vale ressaltar o grande avanço nesse aspecto. Em 2008, eram 270 mil (70%) crianças fora da escola que recebiam o BPC.

Assim, não existe uma única resposta para eliminar a barreira que exclui milhões de crianças e adolescentes do direito fundamental à Educação. As redes de ensino precisam reconhecer e eliminar os fatores que aprofundam a discriminação, olhar para cada menino e menina e entender os porquês de eles estarem fora da escola. É preciso criar estratégias específicas que busquem trazer para as salas de aulas essas crianças e adolescentes. Sobretudo, é preciso dar condições para que eles permaneçam na escola, aprendendo os conteúdos adequados para a idade, e que a escola faça parte do projeto de vida de cada um deles. Universalizar é para todos. Fora da escola, não pode!



Gary Stahl

É representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Brasil.

“É preciso desnaturalizar o fracasso escolar. Repetir não pode ser aceitável e muito menos corriqueiro. Toda criança e todo adolescente podem e devem aprender.”

EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

META DO PNE

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

As matrículas de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação crescem ano após ano, cada vez mais em classes comuns da rede regular de ensino, em especial da rede pública. A universalização do atendimento é um dos componentes da meta do Plano Nacional de Educação (PNE) para a Educação Especial. No entanto, ressalta-se o fato de que os dados disponíveis não são suficientes para uma análise que permita o monitoramento dessa meta.

As pesquisas populacionais, domiciliares e escolares oficiais não utilizam definições técnicas compatíveis entre si, que permitam dimensionar com precisão o número de crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na escola. Portanto, não é sabido o universo da população sobre o qual o atendimento deve ser monitorado. Indicadores auxiliares, como os exibidos nas tabelas abaixo, permitem uma análise contextual da situação.

Educação Especial

Porcentagem da população de 4 a 17 anos, com dificuldade permanente de ouvir, frequentando a escola – Brasil e regiões – 2010

Dificuldade permanente de ouvir								
Região	Todos os graus de dificuldade		Alguma dificuldade		Grande dificuldade		Não consegue de modo algum	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Brasil	89	662.614	90	520.837	86	94.604	84	47.167
Norte	87	81.698	89	66.959	83	10.593	75	4.144
Nordeste	89	262.131	91	211.955	86	37.022	78	13.153
Sudeste	90	209.015	91	158.382	87	30.279	88	20.353
Sul	89	68.472	89	51.496	88	11.035	85	5.939
Centro-Oeste	89	41.298	89	32.045	86	5.675	89	3.578

O atendimento de crianças e jovens com deficiência pelas redes de ensino varia conforme o tipo de dificuldade enfrentado por eles

Educação Especial

Porcentagem da população de 4 a 17 anos, com dificuldade permanente de enxergar, frequentando a escola
Brasil e regiões – 2010

Região	Dificuldade permanente de enxergar							
	Todos os graus de dificuldade		Alguma dificuldade		Grande dificuldade		Não consegue de modo algum	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Brasil	93	3.060.793	93	2.644.654	90	362.226	84	53.907
Norte	92	286.180	92	249.915	89	33.054	73	3.210
Nordeste	93	1.220.182	93	1.067.449	90	141.823	80	10.909
Sudeste	93	1.068.738	94	916.920	91	123.675	87	28.142
Sul	91	282.717	92	235.919	89	39.062	85	7.734
Centro-Oeste	92	202.976	92	174.451	91	24.612	83	3.912

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial

Porcentagem da população de 4 a 17 anos, com dificuldade permanente de caminhar, frequentando a escola
Brasil e regiões – 2010

Região	Dificuldade permanente de caminhar							
	Todos os graus de dificuldade		Alguma dificuldade		Grande dificuldade		Não consegue de modo algum	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Brasil	77	349.919	86	238.467	74	66.630	53	44.818
Norte	74	41.084	83	31.379	67	6.664	41	3.041
Nordeste	77	131.530	86	96.744	73	25.006	41	9.779
Sudeste	79	118.158	87	72.969	77	23.182	62	22.006
Sul	77	21.118	85	23.421	74	7.910	59	6.697
Centro-Oeste	78	38.029	86	13.954	75	3.868	59	3.295

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial

Porcentagem da população de 4 a 17 anos, com deficiência mental/intelectual permanente, frequentando a escola
Brasil e regiões – 2010

Deficiência mental/intelectual permanente		
Região	%	População
Brasil	70	324.979
Norte	65	30.767
Nordeste	66	105.089
Sudeste	74	120.920
Sul	74	45.867
Centro-Oeste	76	22.336

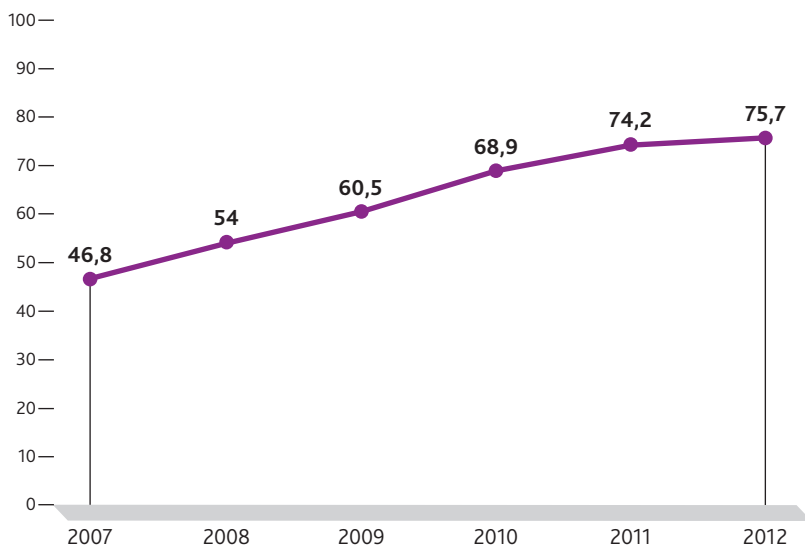
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial Matrículas – Brasil – 2012



Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação Especial Porcentagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns – Brasil – 2007-2012

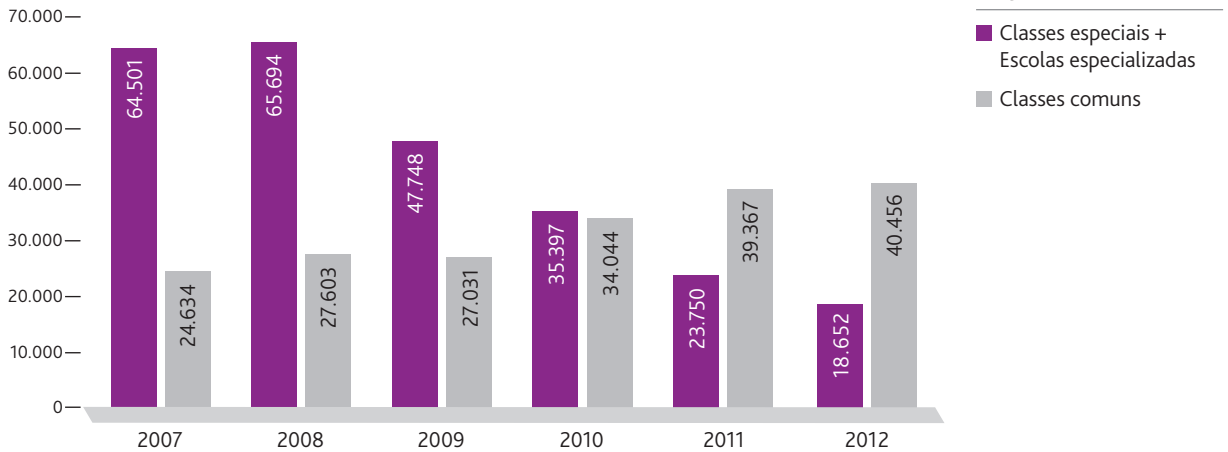


Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.



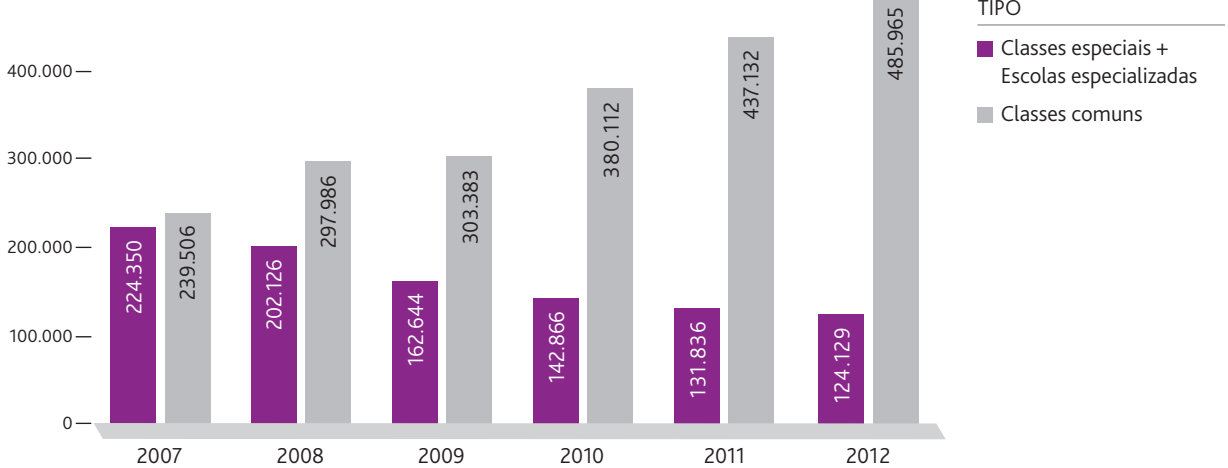
Assegurar a integração entre os alunos é essencial na Educação Especial

Educação Especial
Matrículas na Educação Infantil – Brasil – 2007-2012



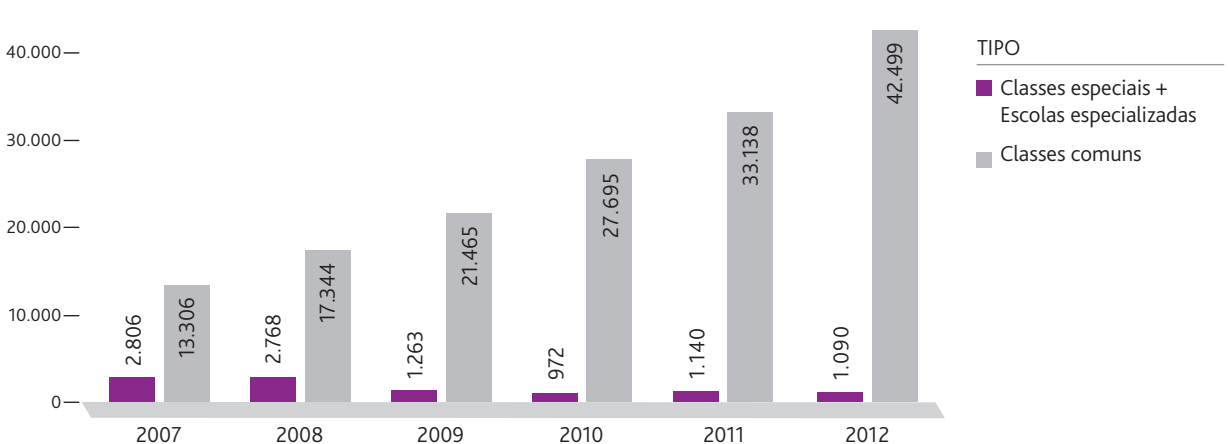
Fonte: MEC/Inep/DEED – Resumo Técnico – Censo da Educação Básica 2012.
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação Especial
Matrículas no Ensino Fundamental – Brasil – 2007-2012



Fonte: MEC/Inep/DEED – Resumo Técnico – Censo da Educação Básica 2012.
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação Especial
Matrículas no Ensino Médio – Brasil – 2007-2012



Fonte: MEC/Inep/DEED – Resumo Técnico – Censo da Educação Básica 2012.
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação Especial**Matrículas em classes comuns, classes especiais e escolas especializadas – Brasil – 2012**

Por unidades da federação

Unidade da federação	Total	Classes comuns	Classes especiais	Escolas especializadas
BRASIL	820.433	620.777	31.168	168.488
Região Norte	64.171	54.909	1.744	7.518
Rondônia	8.492	6.379	80	2.033
Acre	5.112	5.112	0	0
Amazonas	9.978	7.090	543	2.345
Roraima	1.674	1.674	0	0
Pará	25.084	23.748	638	698
Amapá	3.709	3.115	477	117
Tocantins	10.122	7.791	6	2.325
Região Nordeste	194.144	172.506	8.467	13.171
Maranhão	26.009	21.574	1.210	3.225
Piauí	11.236	10.835	30	371
Ceará	31.626	27.996	1.647	1.983
Rio Grande do Norte	12.298	12.273	0	25
Paraíba	15.211	14.342	115	754
Pernambuco	27.811	21.609	4.179	2.023
Alagoas	13.167	12.558	297	312
Sergipe	5.986	4.877	469	640
Bahia	50.800	46.442	520	3.838
Região Sudeste	331.416	233.174	11.729	86.513
Minas Gerais	94.195	58.107	826	35.262
Espírito Santo	14.929	14.929	0	0
Rio de Janeiro	48.693	34.958	7.237	6.498
São Paulo	173.599	125.180	3.666	44.753
Região Sul	165.646	108.981	7.145	49.520
Paraná	79.309	39.639	5.326	34.344
Santa Catarina	21.296	20.001	152	1.143
Rio Grande do Sul	65.041	49.341	1.667	14.033
Região Centro-Oeste	65.056	51.207	2.083	11.766
Mato Grosso do Sul	14.945	10.407	109	4.429
Mato Grosso	11.403	7.646	12	3.745
Goiás	23.594	22.171	258	1.165
Distrito Federal	15.114	10.983	1.704	2.427

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Educação Especial**Porcentagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns – Brasil – 2007-2012**

Por unidades da federação

Unidade da federação	2007	2008	2009	2010	2011	2012
BRASIL	46,8	54,0	60,5	68,9	74,2	75,7
Região Norte	47,7	56,5	64,0	75,6	83,5	85,6
Rondônia	42,1	52,5	54,2	65,1	73,6	75,1
Acre	55,1	69,7	78,1	85,4	92,5	100
Amazonas	29,2	44,3	47,2	56,8	66,1	71,1
Roraima	63,3	85,9	100	100	100	100
Pará	53,1	57,5	70,7	84,4	92,8	94,7
Amapá	53,2	68,2	67,6	79,7	81,7	84,0
Tocantins	50,6	57,4	61,6	72,9	78,6	77,0
Região Nordeste	53,0	59,3	68,8	79,6	86,8	88,9
Maranhão	50,1	54,3	64,5	76,1	81,4	82,9
Piauí	42,8	45,9	64,8	81,1	96,3	96,4
Ceará	63,0	65,9	71,4	76,6	86,4	88,5
Rio Grande do Norte	59,3	83,0	94,7	97,0	98,9	99,8
Paraíba	58,1	70,9	73,4	86,5	92,3	94,3
Pernambuco	33,4	39,7	47,2	62,7	73,0	77,7
Alagoas	60,8	71,6	81,2	91,5	95,5	95,4
Sergipe	39,1	49,4	54,0	66,7	78,1	81,5
Bahia	57,6	62,4	75,3	85,6	90,0	91,4
Região Sudeste	48,5	55,6	59,1	64,5	67,2	70,4
Minas Gerais	35,8	44,6	42,2	50,2	55,9	61,7
Espírito Santo	43,2	54,4	46,0	100	99,7	100
Rio de Janeiro	35,6	44,8	48,0	59,8	68,6	71,8
São Paulo	58,7	63,7	68,9	69,8	70,1	72,1
Região Sul	38,2	43,0	51,4	62,2	69,0	65,8
Paraná	37,8	35,9	37,8	50,9	58,3	50,0
Santa Catarina	35,8	41,9	90,8	92,0	93,1	93,9
Rio Grande do Sul	40,4	51,3	53,9	64,3	71,6	75,9
Região Centro-Oeste	45,4	56,4	63,3	70,5	75,1	78,7
Mato Grosso do Sul	43,1	52,3	56,3	63,5	68,3	69,6
Mato Grosso	36,7	41,6	47,4	52,7	58,9	67,1
Goiás	53,0	67,2	81,4	89,3	91,4	94,0
Distrito Federal	44,9	55,0	57,1	65,3	71,1	72,7

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

No Brasil, 23,9% da população (cerca de 45 milhões de pessoas) tem alguma deficiência, segundo dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Boa parte desse expressivo contingente permanece exposta ao preconceito e à discriminação. O acesso desse grupo a direitos fundamentais como Educação, cultura, trabalho, saúde, comunicação e informação representa um desafio enorme para as políticas públicas. E o fim do preconceito e da discriminação, um desafio para toda a sociedade brasileira.

A trajetória da Educação Inclusiva se insere no movimento mundial de defesa dos Direitos Humanos. A partir do final da década de 1980, e principalmente nos anos 2000, os direitos das pessoas com deficiência no Brasil foram sendo garantidos por meio de conquistas legais. O principal marco está na Constituição de 1988, que preconiza a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, além de estabelecer a garantia do direito de todos à Educação como condição fundamental para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nos anos posteriores, o Brasil se alinhou ainda mais aos movimentos internacionais. Neste contexto, é fundamental ressaltar a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, ratificada no Brasil e tornada constitucional por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do Decreto Executivo nº 6.949/2009.

A Convenção da ONU situou a questão da deficiência em um novo patamar de conceitos, ao defender o respeito às diferenças e a aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana. Buscou-se, assim, deixar de tratar as pessoas com deficiência apenas na perspectiva médico-clínica, para posicioná-las como indivíduos com direito de estar na sociedade, com garantia de acesso a todos os espaços e atividades sociais.

A Convenção estabelece também o direito das pessoas com deficiência à Educação, por meio de sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis. Esse fundamento está igualmente na base da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2008 pelo Ministério da Educação (MEC), que define diretrizes para os sistemas de ensino visando o estabelecimento de políticas de educação inclusiva pelos entes federativos.

Outro aspecto comum aos documentos da ONU e do MEC diz respeito à defesa inequívoca de que todos os estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação devem frequentar escolas regulares, pois se entende que segregar os alunos com deficiência em escolas ou classes especiais contraria os princípios da escola inclusiva e para todos.

Além das orientações em relação a acesso, participação e aprendizagens, o documento do MEC indica que, para os casos em que se mostrar necessário, os estudantes deverão contar com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), serviço que tem como funções identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação. Essas atividades são distintas em relação àquelas realizadas nas salas comuns e não as substituem.

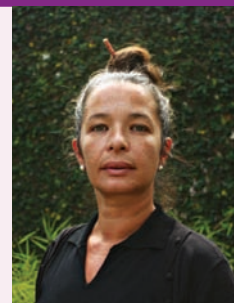
Nesse contexto, a construção de escolas inclusivas constitui enorme desafio. Implica transformações profundas nas representações sociais e culturais de toda a comunidade escolar a respeito das pessoas com deficiência. Além disso, supõe rever práticas pedagógicas e papéis dos profissionais da Educação. Demanda repensar materiais, processos, espaços e tempos. Os princípios que orientam a Educação Inclusiva ajudam a questionar e a superar uma visão artificial de heterogeneidade entre os alunos, indicando que a escola para todos é uma escola de seres múltiplos e únicos.

Entretanto, as resistências não são pequenas. Afinal, o modelo de Educação especial, com ênfase na deficiência e não no indivíduo, com princípios clínicos e não pedagógicos, perdeu por décadas e resiste amparado tanto por visões socioculturais alheias aos avanços no campo dos direitos humanos e das políticas educacionais, quanto por interesses econômicos de instituições que historicamente ofereceram Educação segregada em escolas especiais, com farto aporte de recursos públicos.

Esse debate está presente na tramitação do novo Plano Nacional de Educação (PNE). Desde a proposta encaminhada pelo MEC ao Congresso Nacional, em dezembro de 2010, passando pelas várias comissões da Câmara e do Senado, o texto da Meta 4 do PNE vem sofrendo alterações que refletem as posições e os interesses em conflito.

Na base da disputa está, principalmente, a introdução do termo “preferencialmente” antes da expressão “na rede regular de ensino”, no texto que estabeleceu como meta universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação. Ou seja, ao invés de orientar os sistemas a atender os alunos nas escolas regulares, tornou-se optativo tal procedimento. De uma só vez, o texto contraria tanto a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva como a Convenção da ONU (por tabela, a Constituição).

Portanto, é fundamental posicionar-se a favor da escola para todos, entendida como espaço de igualdade e pluralidade, de equiparação de oportunidades, de aprendizagem e de convivência entre os diferentes. Onde todos possam desfrutar dos mesmos direitos, sem qualquer tipo de discriminação.



**Carla Mauch e
Wagner Santana**

Coordenadores da área de educação da ONG *Mais Diferenças, Educação e Cultura Inclusivas*.



“A Convenção da ONU situou a questão da deficiência em um novo patamar de conceitos, ao defender o respeito às diferenças e a aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana.”

ALFABETIZAÇÃO ATÉ 8 ANOS

META DO PNE

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

As informações mais precisas disponíveis sobre a alfabetização de crianças até 8 anos foram geradas pela Prova ABC, realizada em 2011 e 2012. No final de 2013, foi aplicada pela primeira vez a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), cujos resultados devem ser divulgados em 2014. Os dados mostram que é preciso avançar muito nessa área. Nas tabelas abaixo, relativas à Prova ABC 2012, é possível ver o impacto de um ano a mais de escolaridade. Em matemática e em escrita, a porcentagem de alunos na faixa de proficiência ideal mais que dobra, por exemplo.

Porcentagem de alunos por faixa de proficiência em leitura – Brasil e regiões – 2012

	3º ano											
	Rede Pública						Rede Total					
	Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos		Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos	
	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro
Brasil	28,1	2,2	32,3	2,3	39,7	2,5	24,6	1,9	30,8	2,1	44,5	2,3
Norte	43,9	5,0	32,7	3,3	23,4	3,3	40,9	5,1	31,8	3,1	27,3	4,2
Nordeste	45,0	3,6	31,2	2,5	23,7	2,6	38,4	3,1	30,9	2,1	30,7	2,5
Sudeste	16,8	3,9	30,4	5,5	52,8	5,9	14,6	3,4	28,9	4,9	56,5	5,5
Sul	14,6	2,8	38,5	3,8	46,9	4,7	13,0	2,5	35,9	3,6	51,2	4,4
Centro-Oeste	26,0	6,4	32,3	3,9	41,7	4,5	22,6	5,6	29,6	3,4	47,8	4,6

	2º ano											
	Rede Pública						Rede Total					
	Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos		Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos	
	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro
Brasil	43,3	2,5	34,3	2,3	22,4	2,5	38,5	2,2	35,2	2,2	26,2	2,5
Norte	65,0	5,5	24,8	4,5	10,3	2,0	60,8	5,7	26,8	4,6	12,4	2,5
Nordeste	59,7	2,9	27,9	2,9	12,4	2,5	52,4	3,8	31,2	2,4	16,4	2,5
Sudeste	24,6	3,7	41,1	4,8	34,3	5,6	21,7	3,2	40,7	4,9	37,7	5,7
Sul	43,4	5,3	36,6	3,9	20,0	3,5	38,9	5,0	36,4	3,7	24,7	3,6
Centro-Oeste	48,3	5,1	32,4	3,7	19,3	3,5	41,3	4,9	32,4	3,3	26,3	4,2

Fonte: Prova ABC 2012 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: As porcentagens de alunos em cada nível na tabela resultam de um processo amostral e, portanto, é apresentada a margem de erro das estimativas. A margem de erro é calculada com um nível de 95% de confiança e equivale a 1,96 vez o erro-padrão da estimativa. Em 95% das reamostragens, o valor verdadeiro da porcentagem de alunos em cada nível estará dentro do intervalo de confiança, cujo limite inferior é a porcentagem de alunos menos a margem de erro, e o limite superior, a porcentagem de alunos mais a margem de erro.

Porcentagem de alunos por faixa de proficiência em escrita – Brasil e regiões – 2012

3º ano												
	Rede Pública						Rede Total					
	Menos de 50 pontos		De 50 a 75 pontos		Mais de 75 pontos		Menos de 50 pontos		De 50 a 75 pontos		Mais de 75 pontos	
	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro
Brasil	42,2	2,3	31,9	1,8	25,9	2,6	38,9	2,5	31,0	1,6	30,1	2,7
Norte	62,1	4,6	24,5	3,2	13,4	2,9	58,1	5,0	25,9	3,1	16,1	3,3
Nordeste	62,6	3,5	24,2	2,3	13,2	2,3	55,5	3,2	25,6	2,0	18,9	2,4
Sudeste	28,4	4,8	36,3	4,1	35,2	5,8	27,5	5,6	33,7	3,5	38,8	6,3
Sul	28,7	3,8	38,7	3,4	32,6	4,7	26,7	3,4	37,3	3,2	36,0	4,4
Centro-Oeste	34,9	4,3	34,6	2,8	30,5	4,9	31,0	4,0	32,9	2,8	36,2	5,0

2º ano												
	Rede Pública						Rede Total					
	Menos de 50 pontos		De 50 a 75 pontos		Mais de 75 pontos		Menos de 50 pontos		De 50 a 75 pontos		Mais de 75 pontos	
	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro
Brasil	63,8	3,3	24,7	2,1	11,4	2,7	59,7	3,1	26,3	2,0	14,0	2,5
Norte	83,1	3,0	13,0	2,3	3,8	1,0	79,3	3,4	15,4	2,3	5,3	1,5
Nordeste	78,8	2,9	15,7	2,1	5,5	2,5	72,4	2,7	18,4	1,9	9,2	1,9
Sudeste	51,4	8,0	31,8	5,2	16,7	6,7	48,5	7,4	33,4	4,9	18,1	6,1
Sul	57,9	5,2	29,3	3,2	12,8	3,3	55,0	4,9	29,6	3,0	15,3	3,2
Centro-Oeste	59,1	5,2	27,6	3,3	13,3	2,9	52,9	4,9	28,1	3,1	19,0	4,0

Fonte: Prova ABC 2012 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: As porcentagens de alunos em cada nível na tabela resultam de um processo amostral e, portanto, é apresentada a margem de erro das estimativas.

A margem de erro é calculada com um nível de 95% de confiança e equivale a 1,96 vez o erro-padrão da estimativa. Em 95% das reamostragens, o valor verdadeiro da porcentagem de alunos em cada nível estará dentro do intervalo de confiança, cujo limite inferior é a porcentagem de alunos menos a margem de erro, e o limite superior, a porcentagem de alunos mais a margem de erro.

Para compreender os resultados da Prova ABC, é importante ter em mente o que significa o patamar de 175 pontos na escala do Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica). Por exemplo, em leitura, os alunos que alcançaram essa pontuação identificam o tema de um texto assim como seus personagens, e estabelecem relações de causa e consequência entre as informações contidas no enredo. Na matemática, efetuam adição e subtração de números naturais com diferentes quantidades de algarismos e leem horas em relógios digitais relacionando, por exemplo, 20 horas com 8 horas da noite. Quando se trata da escrita, o patamar de 75 pontos equivale a habilidades como desenvolver bem o tema e os elementos organizacionais do gênero solicitado (adequação ao tema/gênero) e organizar bem as partes do texto, demonstrando bom domínio dos recursos coesivos (coesão e coerência).

Porcentagem de alunos por faixa de proficiência em matemática – Brasil e regiões – 2012

3º ano												
	Rede Pública						Rede Total					
	Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos		Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos	
	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro
Brasil	32,8	2,5	37,9	2,2	29,2	2,4	29,1	2,2	37,6	2,0	33,3	2,2
Norte	52,6	5,3	33,5	3,6	14,0	2,9	48,7	5,5	34,8	3,7	16,5	3,0
Nordeste	51,2	4,4	35,2	3,3	13,6	2,2	44,6	3,7	37,3	2,8	18,1	2,2
Sudeste	19,1	4,3	37,8	5,0	43,0	5,5	16,6	3,6	36,0	4,5	47,4	5,0
Sul	19,7	3,8	44,0	4,2	36,3	5,3	17,9	3,5	42,4	3,8	39,7	4,8
Centro-Oeste	31,4	4,4	42,5	2,8	26,1	3,8	27,2	4,0	41,0	3,0	31,8	4,5

2º ano												
	Rede Pública						Rede Total					
	Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos		Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos	
	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro
Brasil	54,1	2,9	33,9	2,1	12,0	1,9	49,9	2,6	35,7	1,9	14,3	1,9
Norte	71,8	3,3	23,1	3,0	5,1	1,6	69,2	3,3	25,1	2,9	5,8	1,6
Nordeste	68,9	2,9	23,8	3,3	7,3	2,5	63,6	3,7	27,8	2,8	8,7	2,2
Sudeste	36,6	6,0	44,5	4,2	18,9	4,5	33,5	5,3	44,6	3,9	21,8	4,3
Sul	58,4	5,4	31,6	4,4	10,0	3,1	53,1	5,2	33,7	4,2	13,1	3,1
Centro-Oeste	57,3	4,3	34,8	3,5	8,0	2,3	51,0	4,4	37,7	3,1	11,3	3,2

Fonte: Prova ABC 2012 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: As porcentagens de alunos em cada nível na tabela resultam de um processo amostral e, portanto, é apresentada a margem de erro das estimativas. A margem de erro é calculada com um nível de 95% de confiança e equivale a 1,96 vez o erro-padrão da estimativa. Em 95% das reamostragens, o valor verdadeiro da porcentagem de alunos em cada nível estará dentro do intervalo de confiança, cujo limite inferior é a porcentagem de alunos menos a margem de erro, e o limite superior, a porcentagem de alunos mais a margem de erro.

Entenda como foi feita a Prova ABC

A Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização (Prova ABC) foi realizada pelo movimento Todos Pela Educação em parceria com a Fundação Cesgranrio, o Instituto Paulo Montenegro e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em 2012, foi realizada em escolas urbanas, públicas e privadas, com Ensino Fundamental, envolvendo alunos de 2º e 3º anos. Ao todo, foram avaliados cerca de 54 mil estudantes, 2 mil de cada unidade da federação.

A avaliação ocorreu em 600 municípios de todo o Brasil, incluindo todas as capitais. Em cada escola, foram selecionadas duas turmas: uma do 2º ano e uma do 3º ano do Ensino Fundamental. Metade dos alunos realizou a prova de leitura e a outra metade a prova de matemática (20 questões cada). E todos os alunos fizeram a prova de escrita.

Por conter 20% de suas questões fornecidas pelo banco de itens do Inep/MEC, os resultados da Prova ABC em leitura e em matemática puderam ser calibrados na escala do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e são divulgados em três faixas de proficiência: percentual de alunos abaixo dos 125 pontos, entre 125 e 175 pontos e acima dos 175 pontos. Os resultados em escrita são divulgados também em três faixas de proficiência: abaixo dos 50 pontos, entre 50 e 75 pontos e acima de 75 pontos.

Porcentagem de alunos por faixa de proficiência em leitura – Unidades da federação – 3º ano – 2012

3º ano												
	Rede Pública						Rede Total					
	Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos		Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos	
	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro
BRASIL	28,1	2,2	32,3	2,3	39,7	2,5	24,6	1,9	30,8	2,1	44,5	2,3
Região Norte	43,9	5,0	32,7	3,3	23,4	3,3	40,9	5,1	31,8	3,1	27,3	4,2
Rondônia	16,4	6,7	40,2	5,9	43,3	8,8	15,4	6,3	38,8	5,5	45,8	8,2
Acre	24,1	6,0	35,5	5,6	40,4	6,2	23,2	5,7	35,0	5,4	41,8	5,8
Amazonas	45,2	13,1	35,2	8,5	19,6	6,6	40,8	14,3	33,4	8,1	25,8	12,2
Roraima	34,6	8,2	37,6	6,4	27,8	9,2	32,8	7,9	36,1	6,2	31,1	9,2
Pará	52,3	7,4	28,9	5,5	18,7	5,1	49,3	7,2	28,4	5,2	22,2	5,8
Amapá	52,9	9,3	27,7	6,6	19,5	4,6	48,8	9,0	28,4	6,2	22,8	4,7
Tocantins	33,4	8,3	38,0	6,8	28,6	6,6	30,8	7,8	36,7	6,2	32,4	6,4
Região Nordeste	45,0	3,6	31,2	2,5	23,7	2,6	38,4	3,1	30,9	2,1	30,7	2,5
Maranhão	45,3	10,2	29,2	4,8	25,4	8,5	43,2	9,0	28,9	4,4	27,9	7,8
Piauí	42,4	9,1	40,9	6,4	16,7	4,8	37,1	8,1	39,1	6,6	23,8	7,0
Ceará	33,6	6,3	31,2	6,6	35,2	9,0	27,2	5,0	30,6	5,5	42,1	7,3
Rio Grande do Norte	44,7	9,6	29,4	8,2	26,0	6,6	36,4	7,8	29,0	6,6	34,6	6,1
Paraíba	37,3	9,1	40,1	6,0	22,6	5,5	30,8	7,7	39,1	4,9	30,1	4,9
Pernambuco	46,5	8,9	30,6	7,1	22,8	5,0	36,9	7,2	30,1	5,8	32,9	6,2
Alagoas	58,3	9,2	27,9	5,9	13,7	4,9	50,6	8,5	27,7	5,1	21,7	5,5
Sergipe	40,6	8,6	36,2	5,3	23,1	6,0	33,3	7,4	35,4	5,1	31,3	6,7
Bahia	50,3	9,3	28,7	6,1	21,0	5,5	44,1	8,4	29,1	5,3	26,8	5,2
Região Sudeste	16,8	3,9	30,4	5,5	52,8	5,9	14,6	3,4	28,9	4,9	56,5	5,5
Minas Gerais	16,7	6,9	28,0	6,8	55,3	10,9	15,0	6,2	25,9	6,3	59,1	10,0
Espírito Santo	25,5	11,7	30,6	5,4	43,9	10,6	22,9	11,1	29,1	4,7	48,0	10,4
Rio de Janeiro	26,3	10,0	33,3	8,5	40,4	7,7	20,8	7,8	31,4	6,7	47,8	6,6
São Paulo	12,2	5,3	30,6	10,0	57,1	10,3	10,7	4,7	29,2	9,3	60,1	9,8
Região Sul	14,6	2,8	38,5	3,8	46,9	4,7	13,0	2,5	35,9	3,6	51,2	4,4
Paraná	15,0	5,2	41,5	5,8	43,4	7,2	13,2	4,6	38,3	5,3	48,4	6,6
Santa Catarina	15,8	5,1	34,1	9,8	50,1	11,9	14,2	4,8	31,5	9,3	54,3	11,4
Rio Grande do Sul	13,4	4,2	38,0	6,0	48,6	7,5	12,0	3,7	35,7	5,7	52,3	7,1
Região Centro-Oeste	26,0	6,4	32,3	3,9	41,7	4,5	22,6	5,6	29,6	3,4	47,8	4,6
Mato Grosso do Sul	16,6	5,0	39,9	5,5	43,6	7,8	16,0	4,6	38,0	5,2	46,0	7,3
Mato Grosso	26,0	5,3	32,7	4,4	41,3	7,8	24,2	5,0	30,7	4,2	45,1	7,2
Goiás	33,1	13,9	29,1	7,8	37,8	8,8	27,8	12,2	25,6	6,5	46,6	9,4
Distrito Federal	20,3	7,9	30,5	5,5	49,2	6,6	15,9	6,5	29,1	4,9	55,0	6,3

Fonte: Prova ABC 2012 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As porcentagens de alunos em cada nível na tabela resultam de um processo amostral e, portanto, é apresentada a margem de erro das estimativas. A margem de erro é calculada com um nível de 95% de confiança e equivale a 1,96 vez o erro-padrão da estimativa. Em 95% das reamostragens, o valor verdadeiro da porcentagem de alunos em cada nível estará dentro do intervalo de confiança, cujo limite inferior é a porcentagem de alunos menos a margem de erro, e o limite superior, a porcentagem de alunos mais a margem de erro.

Porcentagem de alunos por faixa de proficiência em escrita – Unidades da federação – 3º ano – 2012

3º ano												
	Rede Pública						Rede Total					
	Menos de 50 pontos		De 50 a 75 pontos		Mais de 75 pontos		Menos de 50 pontos		De 50 a 75 pontos		Mais de 75 pontos	
	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro
BRASIL	42,2	2,3	31,9	1,8	25,9	2,6	38,9	2,5	31,0	1,6	30,1	2,7
Região Norte	62,1	4,6	24,5	3,2	13,4	2,9	58,1	5,0	25,9	3,1	16,1	3,3
Rondônia	45,7	8,9	36,9	7,1	17,4	5,7	43,7	8,4	36,6	6,6	19,6	5,8
Acre	48,7	7,8	36,8	5,7	14,5	5,5	46,8	7,5	37,0	5,4	16,2	5,2
Amazonas	65,9	10,6	16,4	4,9	17,7	7,1	60,5	13,4	19,5	7,0	20,0	7,5
Roraima	59,9	9,4	23,3	5,0	16,8	6,8	56,6	9,5	23,6	4,9	19,9	6,8
Pará	68,3	7,3	23,1	5,7	8,6	4,2	63,9	7,5	24,5	5,5	11,6	5,1
Amapá	59,3	8,9	25,5	5,9	15,1	5,8	55,6	8,4	26,7	5,9	17,7	6,4
Tocantins	45,5	8,1	32,6	5,8	21,9	5,7	43,0	7,7	32,6	5,4	24,4	6,1
Região Nordeste	62,6	3,5	24,2	2,3	13,2	2,3	55,5	3,2	25,6	2,0	18,9	2,4
Maranhão	65,5	8,6	24,5	5,9	10,0	5,8	61,8	7,9	25,2	5,2	13,0	5,7
Piauí	68,9	6,5	20,6	4,8	10,5	3,3	62,6	5,8	21,4	4,9	16,0	4,4
Ceará	57,2	8,6	28,2	5,2	14,5	5,8	52,6	7,7	28,9	4,9	18,4	5,3
Rio Grande do Norte	64,5	10,0	23,7	6,9	11,8	4,9	54,7	8,5	27,0	6,4	18,3	6,4
Paraíba	61,7	9,4	22,2	5,9	16,1	4,9	53,1	8,1	23,6	5,0	23,3	5,1
Pernambuco	64,4	8,0	25,3	6,2	10,3	3,3	54,9	8,8	25,9	5,2	19,2	7,1
Alagoas	67,9	7,9	23,8	6,2	8,3	4,3	59,1	7,7	24,5	6,1	16,5	7,3
Sergipe	51,7	9,3	26,6	5,1	21,7	7,9	43,3	8,5	26,4	4,7	30,3	8,3
Bahia	61,7	9,4	22,3	5,5	16,0	6,9	54,9	8,6	24,8	5,1	20,3	6,3
Região Sudeste	28,4	4,8	36,3	4,1	35,2	5,8	27,5	5,6	33,7	3,5	38,8	6,3
Minas Gerais	22,2	6,2	40,5	5,8	37,2	9,9	20,1	5,5	38,3	5,3	41,6	8,8
Espírito Santo	45,9	11,0	30,6	4,2	23,5	12,5	41,4	11,0	30,2	3,9	28,4	12,5
Rio de Janeiro	36,0	15,3	30,8	7,6	33,3	9,8	32,2	12,3	30,8	6,1	37,1	8,7
São Paulo	27,0	6,4	36,8	7,1	36,2	9,8	27,8	9,5	32,9	6,1	39,3	11,6
Região Sul	28,7	3,8	38,7	3,4	32,6	4,7	26,7	3,4	37,3	3,2	36,0	4,4
Paraná	27,0	5,3	40,9	5,5	32,1	6,4	25,3	4,8	39,0	5,4	35,8	6,1
Santa Catarina	29,8	8,4	36,3	8,5	33,8	13,9	26,9	7,8	35,0	7,9	38,1	13,0
Rio Grande do Sul	29,9	6,4	37,8	5,0	32,3	6,6	28,0	5,7	36,9	4,8	35,2	6,2
Região Centro-Oeste	34,9	4,3	34,6	2,8	30,5	4,9	31,0	4,0	32,9	2,8	36,2	5,0
Mato Grosso do Sul	36,7	7,0	41,0	4,2	22,3	6,1	35,1	6,8	40,1	4,0	24,9	6,2
Mato Grosso	34,5	8,3	29,3	4,8	36,2	9,1	32,7	7,4	29,8	4,5	37,5	8,2
Goiás	33,4	8,4	32,0	5,3	34,6	9,9	28,4	7,7	29,5	5,3	42,1	10,0
Distrito Federal	36,7	7,9	39,6	5,1	23,7	5,5	30,9	6,9	36,5	4,7	32,6	6,9

Fonte: Prova ABC 2012 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As porcentagens de alunos em cada nível na tabela resultam de um processo amostral e, portanto, é apresentada a margem de erro das estimativas. A margem de erro é calculada com um nível de 95% de confiança e equivale a 1,96 vez o erro-padrão da estimativa. Em 95% das reamostragens, o valor verdadeiro da porcentagem de alunos em cada nível estará dentro do intervalo de confiança, cujo limite inferior é a porcentagem de alunos menos a margem de erro, e o limite superior, a porcentagem de alunos mais a margem de erro.

Porcentagem de alunos por faixa de proficiência em matemática – Unidades da federação – 3º ano – 2012

3º ano												
	Rede Pública						Rede Total					
	Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos		Menos de 125 pontos		De 125 a 175 pontos		Mais de 175 pontos	
	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro	%	Margem de erro
BRASIL	32,8	2,5	37,9	2,2	29,2	2,4	29,1	2,2	37,6	2,0	33,3	2,2
Região Norte	52,6	5,3	33,5	3,6	14,0	2,9	48,7	5,5	34,8	3,7	16,5	3,0
Rondônia	26,5	5,4	48,1	4,8	25,4	5,5	25,1	5,1	47,2	4,9	27,7	5,7
Acre	38,5	7,2	45,2	5,1	16,4	4,3	37,0	6,8	45,8	5,3	17,2	4,7
Amazonas	58,6	10,6	33,5	8,7	7,9	3,5	52,9	14,0	37,5	10,9	9,7	4,1
Roraima	49,6	8,7	39,7	6,8	10,7	3,6	46,5	8,9	38,9	6,3	14,6	4,6
Pará	56,9	9,5	29,0	5,9	14,2	5,5	52,8	9,1	30,0	5,5	17,2	5,7
Amapá	57,2	7,1	28,8	5,2	14,0	4,4	54,2	7,2	29,5	5,0	16,3	4,7
Tocantins	49,1	7,4	35,7	5,8	15,3	5,9	45,4	7,2	35,8	5,5	18,8	6,4
Região Nordeste	51,2	4,4	35,2	3,3	13,6	2,2	44,6	3,7	37,3	2,8	18,1	2,2
Maranhão	58,4	10,3	32,7	8,5	8,9	4,5	56,4	9,2	33,6	7,5	10,0	4,3
Piauí	50,0	6,9	38,3	6,7	11,8	4,4	46,7	6,4	38,6	6,0	14,7	5,1
Ceará	46,5	9,8	40,0	6,8	13,5	5,0	38,3	8,1	42,9	6,1	18,8	4,9
Rio Grande do Norte	57,8	10,4	32,5	8,5	9,8	4,4	50,4	8,7	32,1	6,7	17,4	5,8
Paraíba	39,4	9,0	40,9	6,4	19,7	6,3	32,9	7,5	43,6	5,5	23,5	5,5
Pernambuco	47,3	10,3	33,6	8,6	19,2	6,1	40,0	8,3	35,6	7,2	24,4	7,3
Alagoas	67,6	7,1	24,5	4,8	7,9	4,0	58,5	7,1	27,7	4,8	13,8	6,3
Sergipe	39,6	12,6	38,4	7,7	22,0	8,1	33,4	9,9	39,3	7,1	27,3	7,6
Bahia	51,8	12,5	35,6	9,2	12,5	5,3	45,2	10,8	38,1	7,9	16,7	4,8
Região Sudeste	19,1	4,3	37,8	5,0	43,0	5,5	16,6	3,6	36,0	4,5	47,4	5,0
Minas Gerais	18,7	9,2	37,2	8,0	44,1	9,8	16,6	8,3	34,1	7,4	49,3	9,1
Espírito Santo	23,9	5,4	36,8	5,5	39,3	8,6	21,5	4,8	35,6	5,8	42,9	8,4
Rio de Janeiro	23,6	11,0	37,2	5,2	39,2	10,1	19,0	8,1	36,8	4,1	44,2	7,8
São Paulo	17,1	5,5	38,5	8,9	44,4	9,0	15,0	4,7	36,7	8,3	48,4	8,7
Região Sul	19,7	3,8	44,0	4,2	36,3	5,3	17,9	3,5	42,4	3,8	39,7	4,8
Paraná	23,7	5,9	44,6	5,4	31,7	6,2	21,3	5,4	44,1	5,0	34,6	5,7
Santa Catarina	12,6	5,0	40,9	10,1	46,5	13,5	12,2	4,6	38,8	9,2	49,0	12,4
Rio Grande do Sul	19,6	7,4	45,2	7,5	35,2	9,6	17,6	6,7	42,6	6,9	39,8	9,0
Região Centro-Oeste	31,4	4,4	42,5	2,8	26,1	3,8	27,2	4,0	41,0	3,0	31,8	4,5
Mato Grosso do Sul	31,3	7,2	41,9	4,8	26,7	7,9	29,4	6,7	40,4	4,8	30,2	7,9
Mato Grosso	26,3	7,8	47,3	5,8	26,4	8,0	24,2	7,0	46,9	5,5	28,9	7,5
Goiás	35,5	7,7	41,2	5,1	23,3	6,0	29,6	7,4	39,5	5,7	30,9	8,6
Distrito Federal	28,2	9,7	40,6	5,0	31,2	9,4	23,1	8,1	38,8	4,7	38,1	8,9

Fonte: Prova ABC 2012 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As porcentagens de alunos em cada nível na tabela resultam de um processo amostral e, portanto, é apresentada a margem de erro das estimativas. A margem de erro é calculada com um nível de 95% de confiança e equivale a 1,96 vez o erro-padrão da estimativa. Em 95% das reamostragens, o valor verdadeiro da porcentagem de alunos em cada nível estará dentro do intervalo de confiança, cujo limite inferior é a porcentagem de alunos menos a margem de erro, e o limite superior, a porcentagem de alunos mais a margem de erro.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

META DO PNE

*Oferecer **Educação em tempo integral** em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica.*

Estimulado por programas federais, estaduais e municipais, o ensino em tempo integral vem se tornando uma realidade na rede pública brasileira. Hoje, quase 30% das escolas atendem alunos por um tempo superior a 7 horas diárias. No Sul do País, esse índice corresponde a 43,8% das escolas – mas, na região Norte, a apenas 13,6%.

Quando se observam as matrículas, é possível notar que o País ainda está distante da média definida pelo PNE. Hoje, 9% dos alunos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, matriculados na rede pública, têm acesso ao tempo integral. A maior cobertura ocorre na Educação Infantil (26,6% do total de alunos), enquanto que no Ensino Médio apenas 3,7% dos adolescentes ficam na escola por 7 horas ou mais.

Educação integral

Total e percentual de escolas públicas da Educação Básica com pelo menos uma matrícula em tempo integral
Brasil e Regiões – 2011 e 2012

Região	2011		2012	
	% de escolas com matrículas em tempo integral	total de escolas com matrículas em tempo integral	% de escolas com matrículas em tempo integral	total de escolas com matrículas em tempo integral
Brasil	26,1	40.707	28,3	43.816
Norte	11,4	2.564	13,6	3.033
Nordeste	16,9	11.117	19,8	12.698
Sudeste	40,1	16.196	39,9	16.146
Sul	38,9	7.777	43,8	8.791
Centro-Oeste	40,3	3.053	41,4	3.148

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Mais 3 mil escolas passaram a oferecer ensino em tempo integral, entre 2011 e 2012

Educação integral

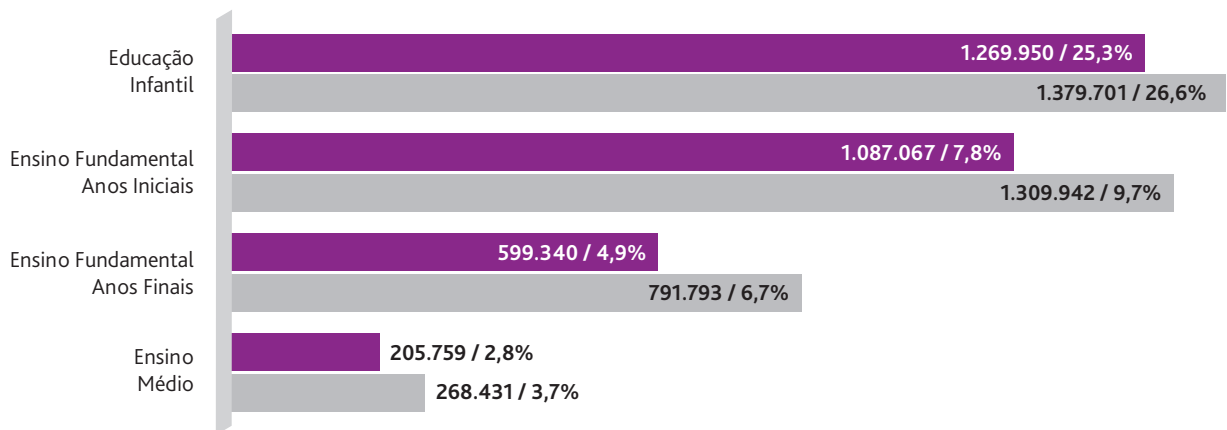
Total e percentual de matrículas em tempo integral em escolas públicas da Educação Básica
Brasil e Regiões – 2011 e 2012

	2011		2012	
	%	Matrículas	%	Matrículas
Brasil	7,5	3.211.811	9,0	3.817.926
Norte	5,0	238.907	6,2	292.141
Nordeste	5,7	758.197	8,0	1.029.764
Sudeste	8,7	1.422.009	9,7	1.543.036
Sul	9,9	557.831	12,2	682.441
Centro-Oeste	7,7	234.867	9,0	270.544

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação integral

Total e percentual de matrículas em tempo integral em escolas públicas por etapa de ensino
Brasil – 2011 e 2012



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

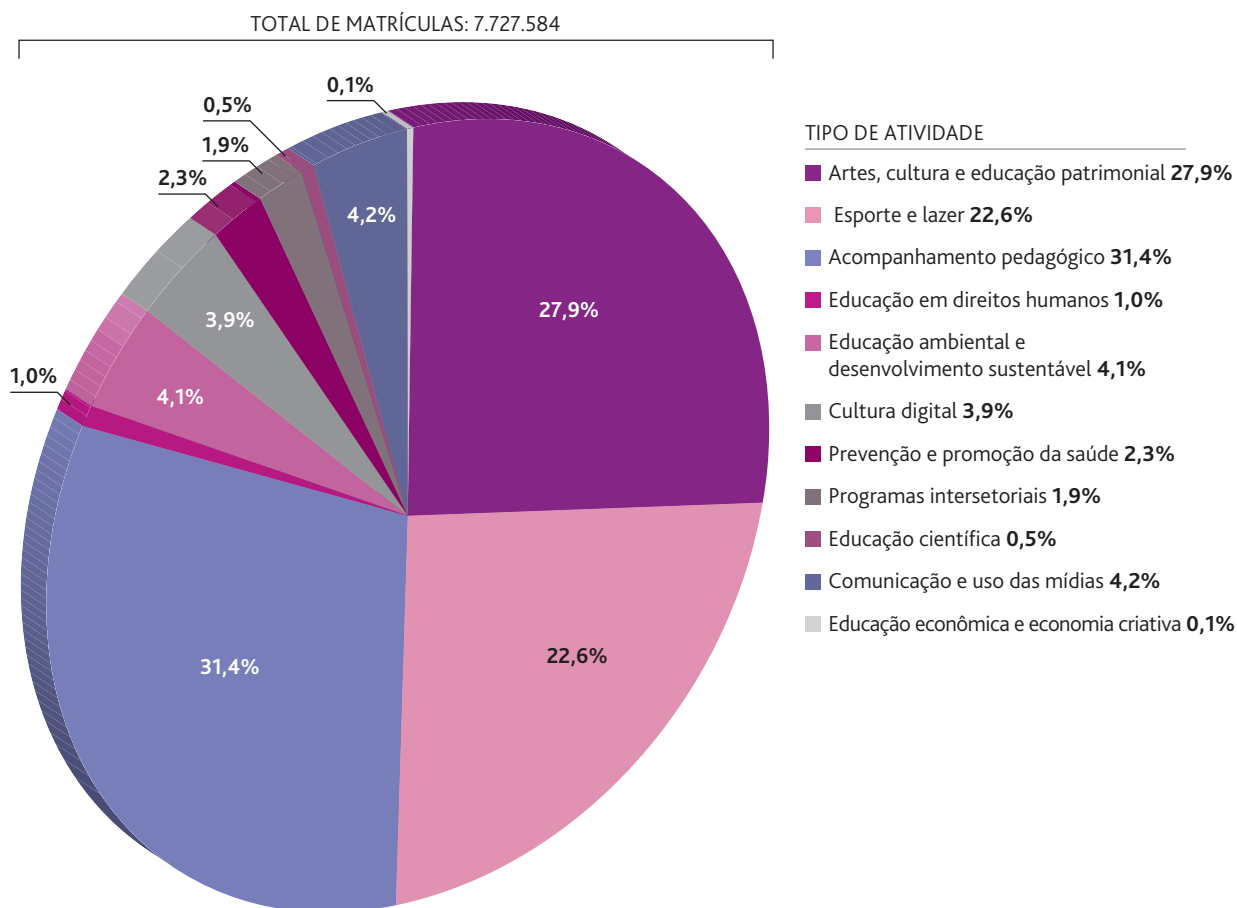
Educação Integral

Educação integral não é sinônimo de mais tempo na escola, apenas. Aos alunos matriculados nessa modalidade de ensino é preciso propiciar múltiplas oportunidades de aprendizagem por meio do acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e à tecnologia, por meio de atividades planejadas com intenção pedagógica e sempre alinhadas ao projeto político-pedagógico da escola.

Entre os temas polêmicos que ainda necessitam de mais reflexão, está a divisão do tempo didático. Na sua forma mais comum, predominam as aulas do currículo regular no período inicial e as atividades complementares no período oposto, o que, na visão de especialistas, pode levar à ideia de que o tempo extra é menos importante. Mas há outras questões importantes, como a formação do professor responsável pelas atividades em tempo integral, o currículo, a possibilidade de parceria com organizações sociais e a própria avaliação da eficácia da maior permanência do aluno na escola.

Educação integral

Atividades complementares – Brasil – 2012



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

De acordo com os dados do Censo Escolar 2012, as atividades complementares ao turno regular, tanto na rede pública como na privada, são muito diversas. Predominam as ações de acompanhamento pedagógico, esporte e lazer, artes, cultura e educação patrimonial. Dentro de cada grande área, porém, há igualmente múltiplas abordagens. No grupo artes, cultura e educação patrimonial, por exemplo, predominam a música e as artes cênicas. No caso do esporte e lazer, as diferentes modalidades de futebol predominam. No caso das atividades de acompanhamento pedagógico, matemática, português e letramento e alfabetização apresentam maior incidência.



Aula de balé clássico no Instituto Moinho Cultural para crianças e adolescentes da região de Corumbá (MS)

Número de matrículas em turmas de atividade complementar por tipo de atividade
Alunos da Educação Integral da rede pública – Brasil – 2012

Matrículas em artes, cultura e educação patrimonial		%	Valor absoluto	Total
Música	História da música e teoria musical	0,7	15.094	2.155.739
	Canto coral	8,4	180.064	
	Ensino coletivo de cordas (piano, violão, guitarra, violino), flauta doce, trompete, etc.	5,1	109.235	
	Banda fanfarra, percussão	17,0	366.279	
	Hip Hop	3,3	70.836	
Artes plásticas	História da arte	0,3	7.510	
	Pintura, grafite, desenho, escultura, colagem, desenho gráfico, mosaico, etc.	13,1	282.380	
Cinema		1,4	29.196	
Artes cênicas	Leitura e teatro	13,7	295.452	
	Danças	18,7	403.886	
	Práticas circenses e ópera	0,4	7.791	
Capoeira		9,9	212.935	
Educação patrimonial		0,5	9.736	
Outra categoria de arte e cultura		7,7	165.345	
Matrículas em esporte e lazer		%	Valor absoluto	Total
Recreação	Brincadeiras, jogos não estruturados, recreação/lazer, festas, etc.	22,4	391.204	1.744.505
	Futebol e futsal	27,3	476.504	
Atividades desportivas	Ginástica olímpica, localizada, aeróbica e rítmica, tênis de mesa	6,0	104.445	
	Voleibol, basquetebol, handebol, basquete de rua, natação	10,7	187.505	
	Artes Marciais (Taekwondo, Jiu-Jitsu, Judô, Karatê, etc.)	17,1	299.007	
	Xadrez tradicional e xadrez virtual	8,5	148.154	
	Ioga	0,1	1.810	
	Atletismo, corrida de orientação e ciclismo	1,6	28.170	
	Tênis de campo	0,2	2.944	
	Etnojogos	0,1	1.005	
Outra categoria		5,9	103.757	
Matrículas em acompanhamento pedagógico (reforço escolar)		%	Valor absoluto	Total
Matemática		35,70	864.776	2.422.643
Português		16,11	390.382	
Letramento e alfabetização		31,37	760.017	
Ciências		1,90	45.995	
História e Geografia		1,59	38.513	
Línguas estrangeiras e indígenas		1,75	42.336	
Leitura e produção de texto		5,79	140.352	
Filosofia e Sociologia		0,21	5.126	
Tecnologias de apoio à alfabetização		1,16	28.001	
Etnolinguagem		0,03	845	
Outra categoria		4,39	106.300	

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: Foram considerados apenas os alunos cuja matrícula na turma de escolarização é na rede pública e que a soma do tempo de permanência na turma de escolarização e na turma de atividade complementar atinja pelo menos 7 horas diárias.

Educação integral

Total e percentual de escolas públicas da Educação Básica com pelo menos uma matrícula em tempo integral

Por regiões e unidades da federação – 2011 e 2012

Unidade da Federação	2011		2012	
	% de escolas com matrículas em tempo integral	total de escolas com matrículas em tempo integral	% de escolas com matrículas em tempo integral	total de escolas com matrículas em tempo integral
BRASIL	26,1	40.707	28,3	43.816
Região Norte	11,4	2.564	13,6	3.033
Rondônia	18,4	230	19,4	239
Acre	10,0	169	17,2	287
Amazonas	15,0	803	15,2	808
Roraima	7,3	51	6,5	47
Pará	6,8	757	8,5	938
Amapá	12,8	96	20,2	154
Tocantins	27,5	458	34,7	560
Região Nordeste	16,9	11.117	19,8	12.698
Maranhão	5,6	714	9,2	1.154
Piauí	7,0	425	8,2	486
Ceará	28,7	2.082	32,2	2.290
Rio Grande do Norte	39,6	1.321	41,5	1.362
Paraíba	18,2	972	20,9	1.057
Pernambuco	31,3	2.408	31,8	2.429
Alagoas	20,0	565	24,7	684
Sergipe	10,5	206	12,9	250
Bahia	13,2	2.424	16,6	2.986
Região Sudeste	40,1	16.196	39,9	16.146
Minas Gerais	41,6	5.497	40,1	5.229
Espírito Santo	24,0	719	23,3	695
Rio de Janeiro	43,3	2.814	47,2	3.070
São Paulo	40,5	7.166	39,9	7.152
Região Sul	38,9	7.777	43,8	8.791
Paraná	40,3	2.859	46,9	3.353
Santa Catarina	45,9	2.430	48,9	2.584
Rio Grande do Sul	32,7	2.488	37,5	2.854
Região Centro-Oeste	40,3	3.053	41,4	3.148
Mato Grosso do Sul	59,1	727	60,8	754
Mato Grosso	37,1	847	37,5	863
Goiás	35,4	1.209	37,9	1.293
Distrito Federal	42,3	270	37,1	238

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação integral**Total e percentual de matrículas em tempo integral em escolas públicas da Educação Básica e por etapa de ensino**

Por regiões e unidades da federação – 2012

Unidade da Federação	EI, EF e Ensino Médio		Educação Infantil		Ensino Fundamental / Anos Iniciais		Ensino Fundamental / Anos Finais		Ensino Médio	
	%	Matrículas	%	Matrículas	%	Matrículas	%	Matrículas	%	Matrículas
BRASIL	9,0	3.817.926	26,6	1.379.701	9,7	1.309.942	6,7	791.793	3,7	268.431
Região Norte	6,2	292.141	6,1	29.863	8,4	145.100	7,4	92.596	2,6	18.420
Rondônia	5,5	23.740	11,4	4.663	6,1	9.012	5,6	6.659	4,4	2.678
Acre	11,1	27.983	6,8	1.902	14,5	13.563	15,5	9.973	6,5	2.436
Amazonas	7,0	77.480	2,8	3.000	9,9	39.894	8,3	24.770	4,9	8.414
Roraima	1,9	2.533	4,9	748	2,7	1.300	0	1	1,7	333
Pará	4,0	89.697	4,2	10.048	5,6	47.062	5,0	28.152	0,6	1.787
Amapá	9,0	19.000	1,2	214	15,7	11.770	11,8	6.833	0,3	101
Tocantins	13,8	51.708	21,5	9.288	17,5	22.499	14,5	16.208	4,1	2.671
Região Nordeste	8,0	1.029.764	11,2	169.600	9,3	386.429	8,2	291.782	7,4	154.648
Maranhão	3,8	74.247	2,7	7.350	5,7	37.528	4,9	2.6191	0,7	1.964
Piauí	4,5	37.510	1,1	1.226	4,6	12.515	6,7	14.286	3,6	4.933
Ceará	12,0	233.710	7,8	21.337	15,5	92.399	13,9	72.460	10,0	35.954
Rio Grande do Norte	11,2	81.842	6,5	6.535	16,6	39.096	17,1	31.258	2,6	3.304
Paraíba	9,4	82.328	26,0	23.990	8,2	23.229	9,4	22.351	10,0	12.068
Pernambuco	10,8	208.035	11,3	20.676	9,7	58.236	7,4	40.907	25,2	86.483
Alagoas	6,0	48.692	14,7	12.222	9,1	24.514	4,2	10.238	0,9	1.011
Sergipe	4,3	20.529	10,1	5.337	4,3	7.063	3,6	4.858	3,9	2.663
Bahia	7,2	242.871	20,0	70.927	8,4	91.849	7,4	69.233	1,2	6.268
Região Sudeste	9,7	1.543.036	32,7	702.210	10,3	492.242	5,6	257.867	2,0	60.170
Minas Gerais	9,6	395.458	28,6	129.907	12,3	159.772	6,0	74.023	1,8	13.548
Espírito Santo	6,3	50.579	15,5	21.417	5,4	13.632	5,0	10.640	1,2	1.469
Rio de Janeiro	14,1	388.766	37,8	115.317	16,2	139.548	12,1	93.810	6,8	32.260
São Paulo	8,5	708.233	34,8	435.569	7,6	179.290	3,3	79.394	0,8	12.893
Região Sul	12,2	682.441	53,3	371.362	10,4	189.534	5,7	91.702	2,8	27.457
Paraná	12,4	276.112	58,8	154.244	11,2	77.748	5,1	33.835	2,2	9.345
Santa Catarina	14,0	181.445	52,3	122.342	8,0	32.929	3,9	13.759	5,5	12.056
Rio Grande do Sul	11,0	224.884	47,3	94.776	11,0	78.857	7,4	44.108	1,7	6.056
Região Centro-Oeste	9,0	270.544	31,8	106.666	9,5	96.637	6,8	57.846	1,4	7.736
Mato Grosso do Sul	11,1	65.381	45,1	35.846	8,9	18.704	5,5	8.992	1,7	1.540
Mato Grosso	9,8	77.224	27,1	28.029	12,2	28.458	8,4	16.845	1,8	2.693
Goiás	9,8	114.001	34,5	41.618	10,8	44.018	7,4	25.585	1,2	2.693
Distrito Federal	2,9	13.938	3,7	1.173	3,4	5.457	4,5	6.424	1,0	810

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

FLUXO E QUALIDADE

META DO PNE

*Fomentar a **qualidade** da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do **fluxo escolar** e da aprendizagem.*

Os indicadores educacionais brasileiros de fluxo e qualidade seguem uma tendência de melhora. Contudo, trata-se de um ritmo lento diante do quadro educacional brasileiro. Os números mostram que, nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, a evolução é mais lenta, chegando a ser quase estacionária. Isso sugere a necessidade de políticas públicas mais focadas nas dificuldades enfrentadas em cada etapa. É importante notar, também, que a lentidão da melhora atinge a rede particular de ensino, que igualmente enfrenta problemas ligados à qualidade.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Ensino Fundamental – Anos Iniciais – 2005-2011

Por região e dependência administrativa

REDE PÚBLICA				
Região	2005	2007	2009	2011
Brasil	3,6	4,0	4,4	4,7
Norte	2,9	3,3	3,8	4,2
Nordeste	2,7	3,3	3,7	4,0
Sudeste	4,4	4,6	5,1	5,4
Sul	4,3	4,6	5,0	5,4
Centro-Oeste	3,8	4,2	4,8	5,1

REDE PRIVADA				
Região	2005	2007	2009	2011
Brasil	5,9	6,0	6,4	6,5
Norte	5,5	5,6	5,9	6,1
Nordeste	5,4	5,5	5,8	6,0
Sudeste	6,3	6,3	6,8	6,8
Sul	6,2	6,3	6,7	7,0
Centro-Oeste	5,9	5,9	6,4	6,7

Ensino Fundamental – Anos Finais – 2005-2011

Por região e dependência administrativa

REDE PÚBLICA				
Região	2005	2007	2009	2011
Brasil	3,2	3,5	3,7	3,9
Norte	3,0	3,3	3,5	3,6
Nordeste	2,6	2,9	3,1	3,2
Sudeste	3,6	3,9	4,1	4,2
Sul	3,6	3,9	4,1	4,1
Centro-Oeste	3,2	3,6	3,9	4,0

REDE PRIVADA				
Região	2005	2007	2009	2011
Brasil	5,8	5,8	5,9	6,0
Norte	5,4	5,3	5,3	5,6
Nordeste	5,3	5,4	5,5	5,6
Sudeste	6,1	6,1	6,0	6,2
Sul	6,1	6,1	6,2	6,2
Centro-Oeste	5,5	5,7	5,8	5,9

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Ensino Médio – 2005-2011

Por região e dependência administrativa

REDE PÚBLICA				
Região	2005	2007	2009	2011
Brasil	3,1	3,2	3,4	3,4
Norte	2,7	2,7	3,1	3,1
Nordeste	2,7	2,8	3,1	3,0
Sudeste	3,2	3,4	3,5	3,6
Sul	3,4	3,6	3,8	3,7
Centro-Oeste	2,9	3,0	3,2	3,3

REDE PRIVADA				
Região	2005	2007	2009	2011
Brasil	5,6	5,6	5,6	5,7
Norte	5,0	5,1	5,4	5,2
Nordeste	5,2	5,1	5,2	5,4
Sudeste	5,7	5,7	5,6	5,8
Sul	5,9	5,8	5,9	6,0
Centro-Oeste	5,7	5,5	5,8	5,6

Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar.

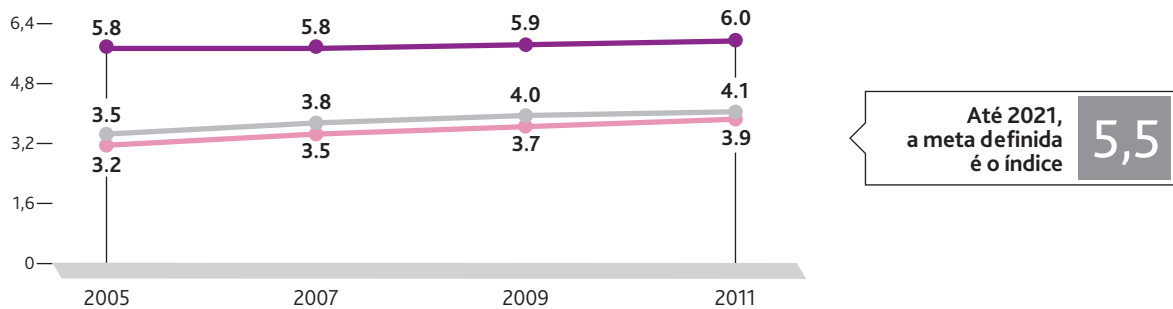
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Brasil

Por dependência administrativa – 2005-2011

Ensino Fundamental – Anos Iniciais



Ensino Fundamental – Anos Finais

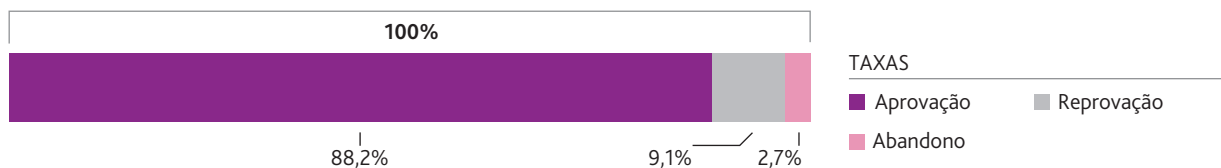


Ensino Médio



Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar.

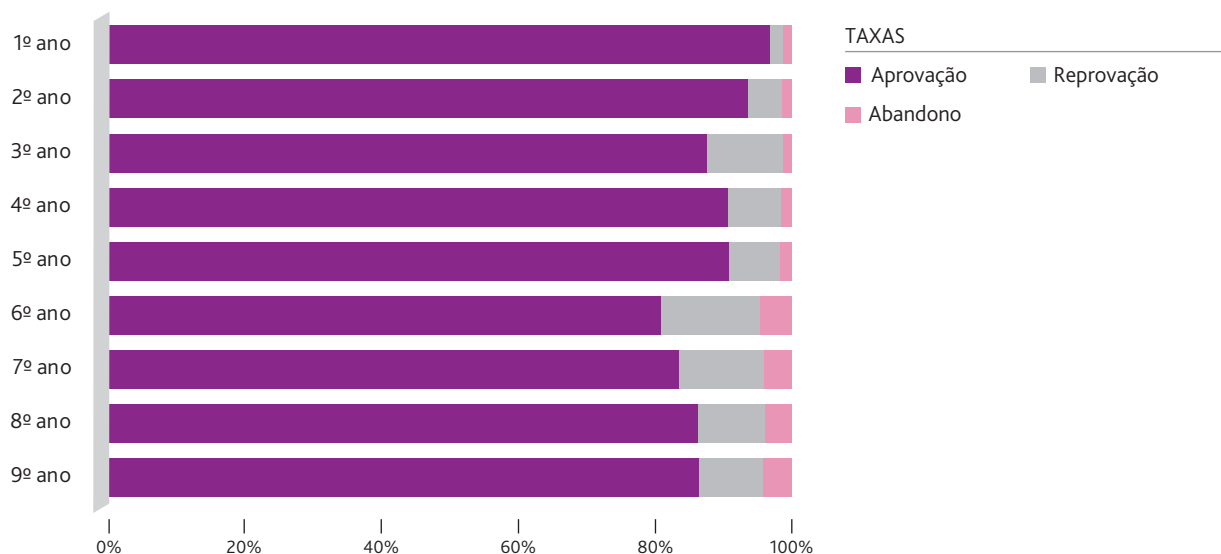
Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil Ensino Fundamental – Total – 2012



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil Ensino Fundamental – Por série – 2012 (Em%)

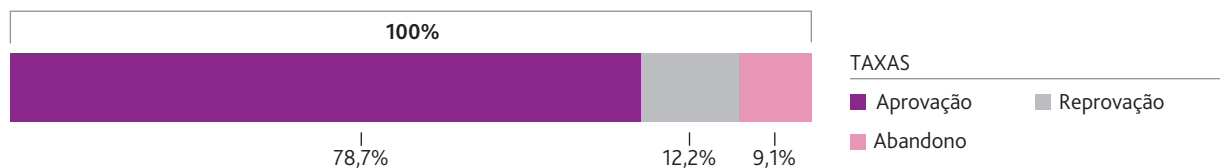
EF	Aprovação	Reprovação	Abandono
1º ano	96,8	1,9	1,3
2º ano	93,7	5,1	1,2
3º ano	87,6	11,1	1,3
4º ano	90,7	7,8	1,5
5º ano	90,8	7,5	1,7
6º ano	80,9	14,6	4,5
7º ano	83,5	12,5	4,0
8º ano	86,2	10,0	3,8
9º ano	86,4	9,5	4,1



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

14,6% dos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental foram reprovados ao final do ano letivo

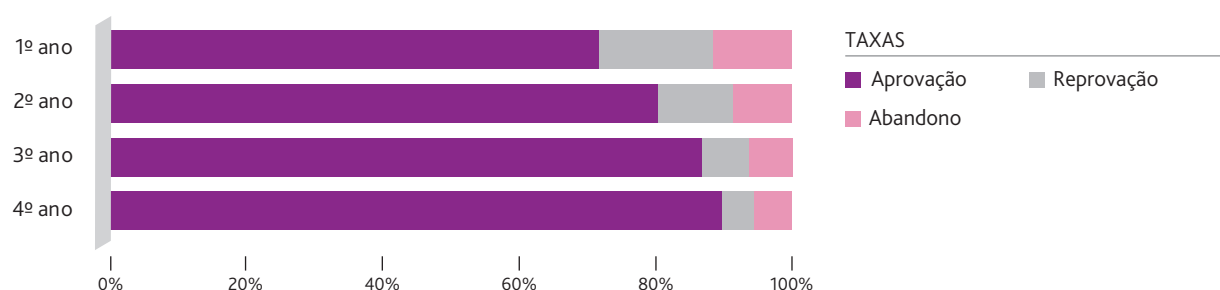
Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Total – 2012



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Por série – 2012 (Em %)

EM	Aprovação	Reprovação	Abandono
1º ano	71,6	16,8	11,6
2º ano	80,4	11,1	8,5
3º ano	86,8	6,9	6,3
4º ano	89,9	4,7	5,4



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Os indicadores de fluxo, somados aos de rendimento dos alunos, compõem o eixo da avaliação da eficiência dos sistemas de ensino. Um sistema onde os alunos acumulam defasagens, ficam retidos por reprovação ou abandonam a escola antes da conclusão da série, é ineficiente sob todos os pontos de vista: produz desigualdade, leva ao desperdício de recursos, dificulta o planejamento pedagógico e, acima de tudo, expressa a não realização do direito de aprender.

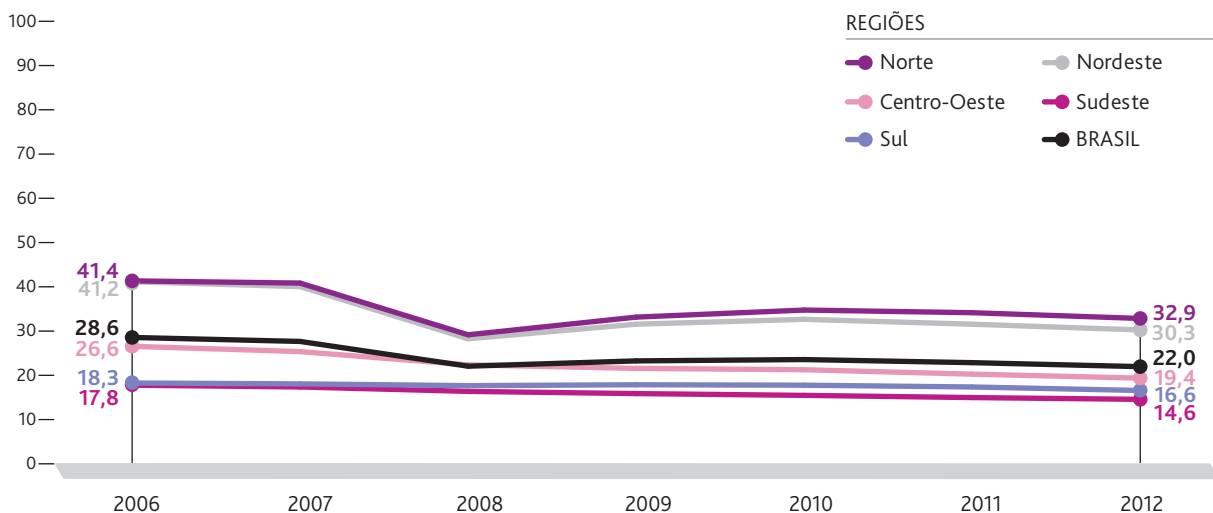
No Brasil, as taxas de reprovação ainda são muito elevadas, atingindo 9,1% dos alunos de Ensino Fundamental e 12,2% do Ensino Médio.

As séries com maiores taxas são aquelas que caracterizam transição, ou seja, o 6º ano do Ensino Fundamental e o 1º ano do Ensino Médio.

Fluxo – Taxa de distorção idade-série

Ensino Fundamental – Brasil e Regiões – 2006-2012 (Em %)

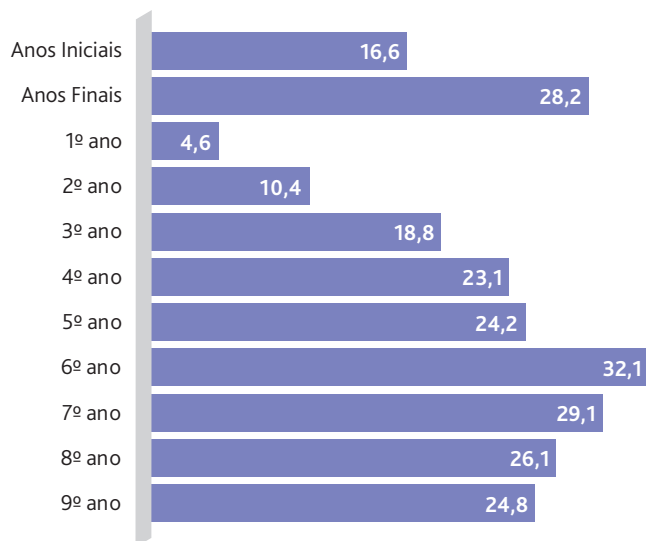
Brasil/Região	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	28,6	27,7	22,1	23,3	23,6	22,9	22,0
Norte	41,4	40,9	29,2	33,2	34,8	34,2	32,9
Nordeste	41,2	40,1	28,3	31,6	32,7	31,6	30,3
Sudeste	17,8	17,4	16,4	15,9	15,5	15,0	14,6
Sul	18,3	18,1	17,7	17,9	17,8	17,4	16,6
Centro-Oeste	26,6	25,4	22,4	21,6	21,3	20,3	19,4



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxa de distorção idade-série – Brasil

Ensino Fundamental – Por ano – 2012



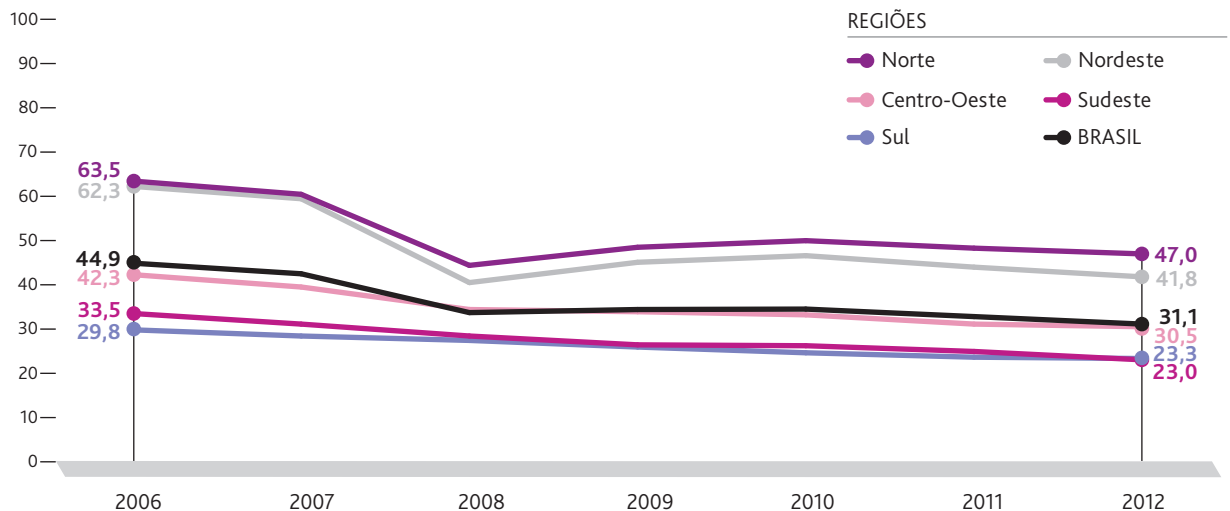
Distorção idade-série é definida pela defasagem de mais de 2 anos entre a idade adequada e o ano que o aluno está cursando

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxa de distorção idade-série

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Brasil e Regiões – 2006-2012 (Em %)

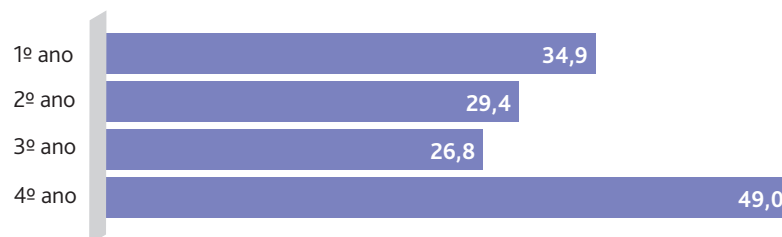
Brasil/Região	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	44,9	42,5	33,7	34,4	34,5	32,8	31,1
Norte	63,5	60,5	44,4	48,5	50,0	48,3	47,0
Nordeste	62,3	59,5	40,5	45,1	46,6	44,0	41,8
Sudeste	33,5	31,1	28,4	26,4	26,2	24,9	23,0
Sul	29,8	28,4	27,4	25,9	24,6	23,6	23,3
Centro-Oeste	42,3	39,5	34,4	33,9	33,2	31,1	30,5



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxa de distorção idade-série – Brasil

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Por ano – 2012



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

A distorção idade-série é consequência direta dos problemas de fluxo no sistema, e é definida pela diferença de 2 anos entre a série e a idade esperada dos alunos. Isso permite dizer, por exemplo, que 28,2% dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental tem idade superior ao esperado para as séries cursadas. O mesmo ocorre com 31,1% dos adolescentes do Ensino Médio.

Dessa forma, avaliações como o Pisa, que medem conhecimentos esperados de alunos de 15 anos, são impactadas pela alta defasagem idade-série brasileira, uma vez que parcela importante desses alunos ainda estão retidos nos anos finais do Ensino Fundamental.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 2005 e 2011

Por unidades da federação

Unidade da Federação	Ensino Fundamental - Anos Iniciais		Ensino Fundamental - Anos Finais		Ensino Médio	
	2005	2011	2005	2011	2005	2011
BRASIL	3,8	5,0	3,5	4,1	3,4	3,7
Região Norte	3,0	4,2	3,2	3,8	2,9	3,2
Rondônia	3,6	4,7	3,4	3,7	3,2	3,7
Acre	3,4	4,6	3,5	4,2	3,2	3,4
Amazonas	3,1	4,3	2,7	3,8	2,4	3,5
Roraima	3,7	4,7	3,4	3,7	3,5	3,6
Pará	2,8	4,2	3,3	3,7	2,8	2,8
Amapá	3,2	4,1	3,5	3,7	2,9	3,1
Tocantins	3,5	4,9	3,4	4,1	3,1	3,6
Região Nordeste	2,9	4,2	2,9	3,5	3,0	3,3
Maranhão	2,9	4,1	3,0	3,6	2,7	3,1
Piauí	2,8	4,4	3,1	4,0	2,9	3,2
Ceará	3,2	4,9	3,1	4,2	3,3	3,7
Rio Grande do Norte	2,7	4,1	2,8	3,4	2,9	3,1
Paraíba	3,0	4,3	2,7	3,4	3,0	3,3
Pernambuco	3,2	4,3	2,7	3,5	3,0	3,4
Alagoas	2,5	3,8	2,4	2,9	3,0	2,9
Sergipe	3,0	4,1	3,0	3,3	3,3	3,2
Bahia	2,7	4,2	2,8	3,3	2,9	3,2
Região Sudeste	4,6	5,6	3,9	4,5	3,6	3,9
Minas Gerais	4,7	5,9	3,8	4,6	3,8	3,9
Espírito Santo	4,2	5,2	3,8	4,2	3,8	3,6
Rio de Janeiro	4,3	5,1	3,6	4,2	3,3	3,7
São Paulo	4,7	5,6	4,2	4,7	3,6	4,1
Região Sul	4,4	5,5	3,8	4,3	3,7	4,0
Paraná	4,6	5,6	3,6	4,3	3,6	4,0
Santa Catarina	4,4	5,8	4,3	4,9	3,8	4,3
Rio Grande do Sul	4,3	5,1	3,8	4,1	3,7	3,7
Região Centro-Oeste	4,0	5,3	3,4	4,3	3,3	3,6
Mato Grosso do Sul	3,6	5,1	3,4	4,0	3,3	3,8
Mato Grosso	3,6	5,1	3,1	4,5	3,1	3,3
Goiás	4,1	5,3	3,5	4,2	3,2	3,8
Distrito Federal	4,8	5,7	3,8	4,4	3,6	3,8

Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar.

Quantidade e porcentagem de municípios que atingiram a meta do Ideb – 2011

Por unidades da federação

Unidade da federação	Rede pública - Anos Iniciais						Rede pública - Anos Finais					
	2011						2011					
	Sim		Não		Não divulgado*		Sim		Não		Não divulgado*	
	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%
BRASIL	4.060	73,6	1.167	21,1	291	5,3	3.343	60,2	2.014	36,3	194	3,5
Região Norte	344	76,6	94	20,9	11	2,4	217	48,3	200	44,5	32	7,1
Rondônia	42	80,8	9	17,3	1	1,9	28	53,8	24	46,2	0	0,0
Acre	21	95,5	1	4,5	0	0,0	15	68,2	5	22,7	2	9,1
Amazonas	49	79,0	12	19,4	1	1,6	53	85,5	8	12,9	1	1,6
Roraima	12	80,0	3	20,0	0	0,0	0	0,0	14	93,3	1	6,7
Pará	121	84,6	19	13,3	3	2,1	62	43,4	57	39,9	24	16,8
Amapá	7	43,8	9	56,3	0	0,0	2	12,5	13	81,3	1	6,3
Tocantins	92	66,2	41	29,5	6	4,3	57	41,0	79	56,8	3	2,2
Região Nordeste	1.242	69,3	493	27,5	56	3,1	1.008	56,3	716	40,0	67	3,7
Maranhão	114	52,5	99	45,6	4	1,8	92	42,4	117	53,9	8	3,7
Piauí	150	67,6	54	24,3	18	8,1	128	57,9	77	34,8	16	7,2
Ceará	174	94,6	8	4,3	2	1,1	167	90,8	16	8,7	1	0,5
Rio Grande do Norte	120	71,9	42	25,1	5	3,0	78	46,7	82	49,1	7	4,2
Paraíba	156	70,3	49	22,1	17	7,7	125	56,1	88	39,5	10	4,5
Pernambuco	117	63,2	66	35,7	2	1,1	136	73,5	46	24,9	3	1,6
Alagoas	54	52,9	48	47,1	0	0,0	25	24,5	74	72,5	3	2,9
Sergipe	41	54,7	31	41,3	3	4,0	27	36,0	47	62,7	1	1,3
Bahia	316	75,8	96	23,0	5	1,2	230	55,2	169	40,5	18	4,3
Região Sudeste	1.326	79,5	315	18,9	26	1,6	1.125	67,5	525	31,5	17	1,0
Minas Gerais	805	94,5	32	3,8	15	1,8	716	83,9	125	14,7	12	1,4
Espírito Santo	71	91,0	6	7,7	1	1,3	40	51,3	38	48,7	0	0,0
Rio de Janeiro	41	44,6	51	55,4	0	0,0	38	41,3	54	58,7	0	0,0
São Paulo	409	63,4	226	35,0	10	1,6	331	51,4	308	47,8	5	0,8
Região Sul	758	66,2	201	17,6	186	16,2	667	56,6	448	38,0	64	5,4
Paraná	279	69,9	97	24,3	23	5,8	231	57,9	168	42,1	0	0,0
Santa Catarina	249	85,6	24	8,2	18	6,2	219	75,0	66	22,6	7	2,4
Rio Grande do Sul	230	50,5	80	17,6	145	31,9	217	44,5	214	43,9	57	11,7
Região Centro-Oeste	390	83,7	64	13,7	12	2,6	326	70,1	125	26,9	14	3,0
Mato Grosso do Sul	76	97,4	2	2,6	0	0,0	39	50,0	38	48,7	1	1,3
Mato Grosso	119	84,4	19	13,5	3	2,1	126	89,4	12	8,5	3	2,1
Goiás	194	78,9	43	17,5	9	3,7	160	65,3	75	30,6	10	4,1
Distrito Federal	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

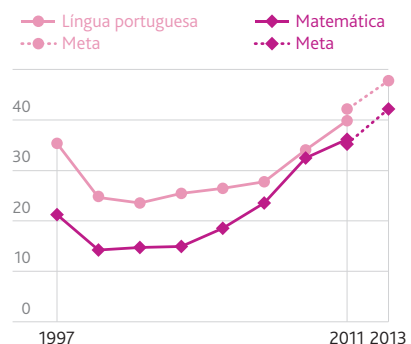
Nota: *Número de municípios que solicitaram não divulgação dos resultados, conforme portaria nº 410, de 3 de novembro de 2011, publicada pelo Inep.

DE OLHO NA QUALIDADE

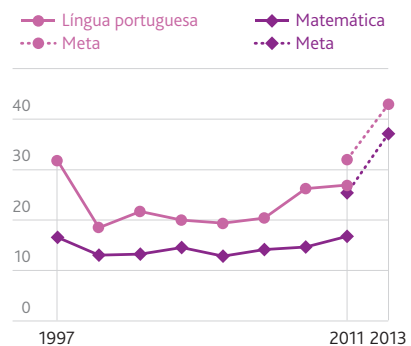
Cada vez mais o Brasil é capaz de realizar um diagnóstico objetivo do maior desafio da Educação no País: a melhora da qualidade. Isso significa, na prática, que os alunos não apenas frequentem a escola, mas mostrem que efetivamente estejam aprendendo. A Meta 3 do Todos Pela Educação prevê que, até 2022, 70% ou mais dos alunos tenham aprendido o que é adequado para seu ano. Os gráficos abaixo deixam evidente que há avanços importantes nesse sentido, mas que a distância em relação às metas estabelecidas ainda é significativa, em especial nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Percentual de alunos com aprendizado esperado, no Brasil, de 1997 a 2011
5º ano do Ensino Fundamental (Em %)

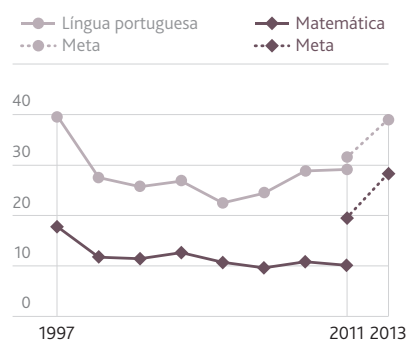
INDICADORES E METAS	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Alunos acima de 200 pontos no Saeb de língua portuguesa	35,5	24,8	23,7	25,6	26,6	27,9	34,2	40,0	
Meta de língua portuguesa								42,2	47,9
Alunos acima de 225 pontos no Saeb de matemática	21,4	14,4	14,9	15,1	18,7	23,7	32,6	36,3	
Meta de matemática								35,4	42,3


9º ano do Ensino Fundamental (Em %)

INDICADORES E METAS	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Alunos acima de 200 pontos no Saeb de língua portuguesa	31,8	18,6	21,8	20,1	19,5	20,5	26,3	27,0	
Meta de língua portuguesa								32,0	42,9
Alunos acima de 225 pontos no Saeb de matemática	16,7	13,2	13,4	14,7	13,0	14,3	14,8	16,9	
Meta de matemática								25,4	37,1


3º ano Ensino Médio (Em %)

INDICADORES E METAS	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Alunos acima de 200 pontos no Saeb de língua portuguesa	39,7	27,6	25,8	26,9	22,6	24,5	28,9	29,2	
Meta de língua portuguesa								31,5	39,0
Alunos acima de 225 pontos no Saeb de matemática	17,90	11,90	11,60	12,80	10,90	9,80	11,00	10,3	
Meta de matemática								19,6	28,3

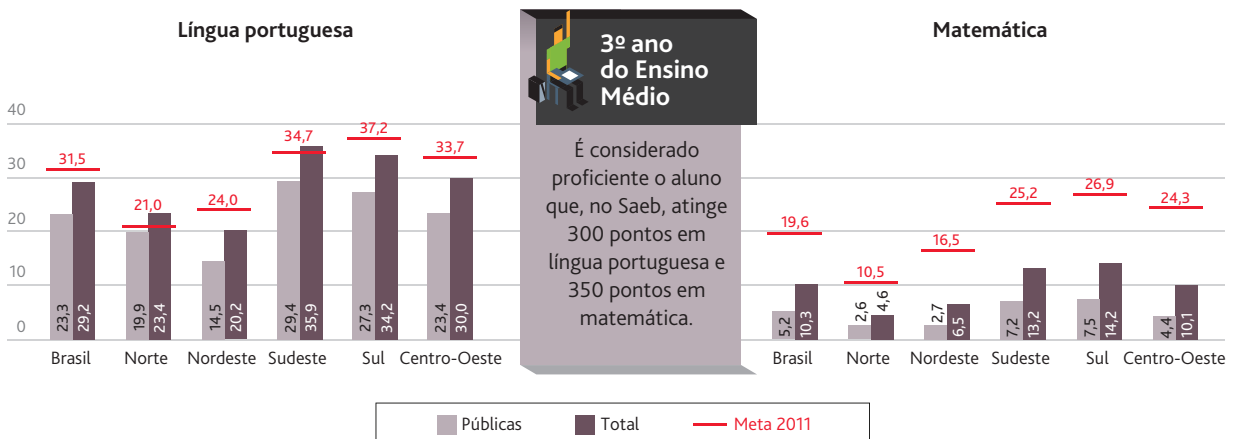
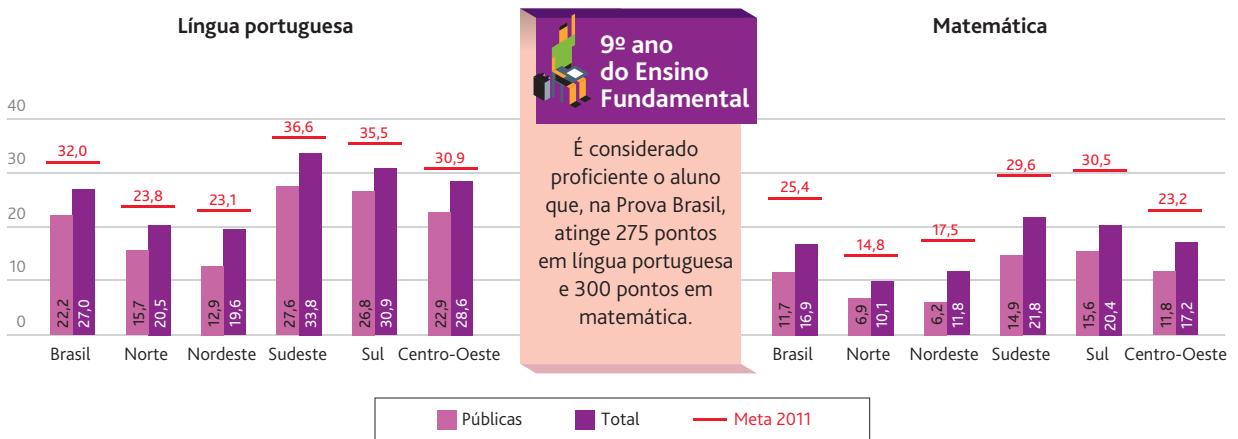
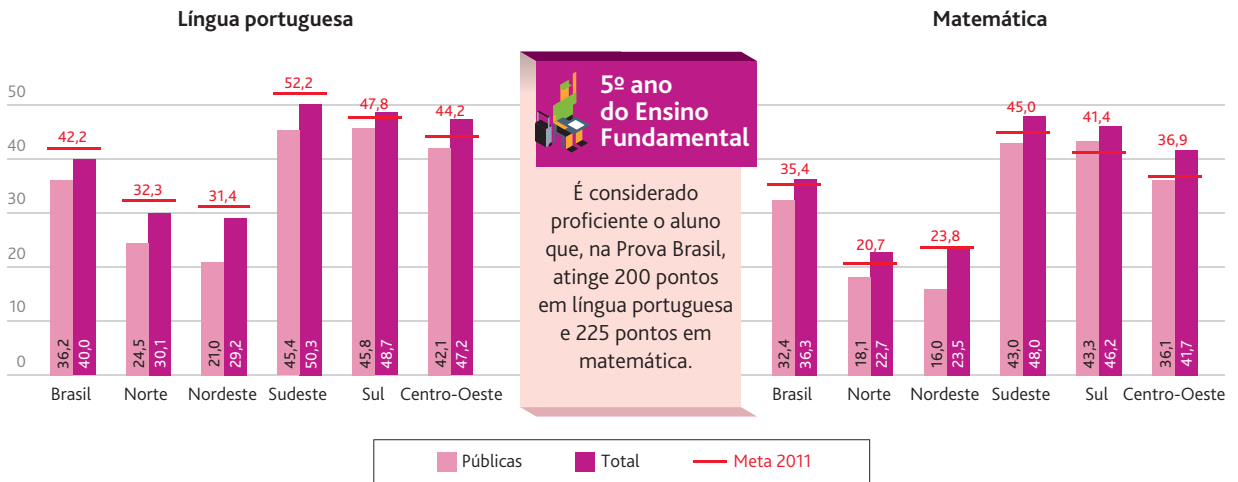


Nota: Até o fechamento desta edição, os dados que permitiriam o cálculo dos resultados de 2013 não estavam disponíveis.

Alunos com aprendizado adequado para a série

A avaliação da Educação Básica é realizada por meio da Prova Brasil (censitária para turmas de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental das redes públicas das áreas urbana e rural) e do Saeb (amostral, com alunos do 5º e 9º anos, e do 3º ano do Ensino Médio, das redes pública e privada de todo o País, também nas áreas urbana e rural).

Com base nos dados aferidos nesses dois instrumentos de avaliação, é possível calcular, dentro de um intervalo de confiança, o percentual de alunos com aprendizado adequado para a série ou ano que está cursando, em língua portuguesa, com ênfase nas habilidades de leitura, e em matemática, com destaque para a resolução de problemas.



PISA - PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES

Promovido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (conhecido pela sigla em inglês Pisa) é uma avaliação trienal aplicada a estudantes de 15 anos em cerca de 70 países. São avaliadas as habilidades de leitura, matemática e ciências, para que cada país conheça os próprios resultados educacionais e os compare internacionalmente.

Cada edição tem foco em uma área. Em 2000 e em 2009, o Pisa mirou a proficiência em leitura. A matemática foi o tema central em 2003 e novamente em 2012. Em 2006, a prioridade foi ciências.

No Pisa 2012, a cidade de Xangai, na China, registrou o melhor desempenho em matemática, com 613 pontos. Os 119 pontos que separam Xangai da média dos países da OCDE equivalem a três anos de escolarização. O Chile, em 51º lugar no ranking geral, é o país da América Latina mais bem colocado no Pisa.

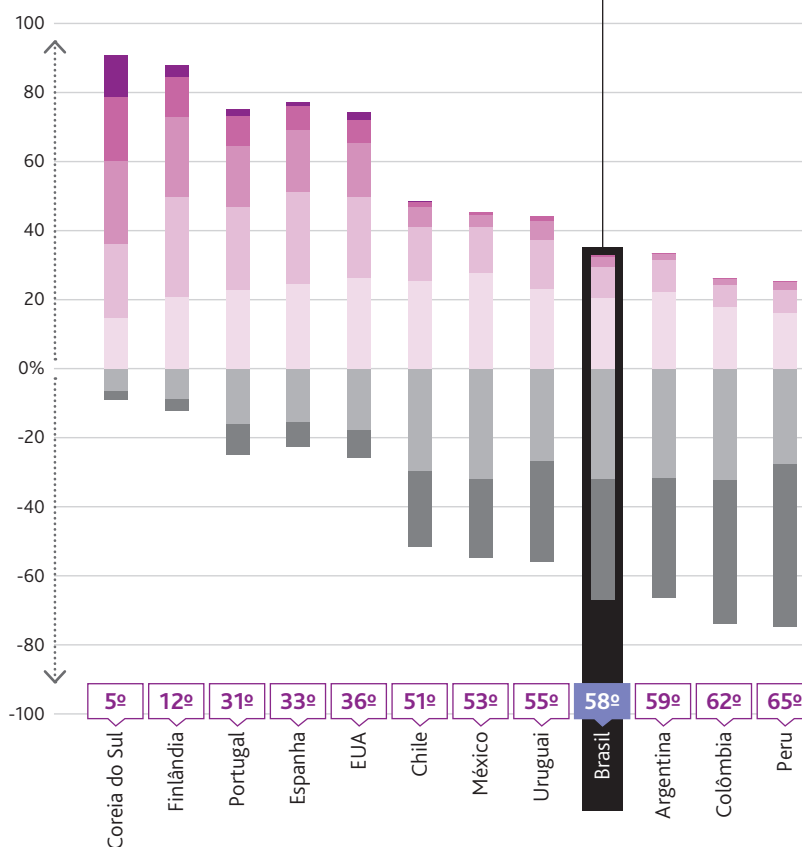


510 mil

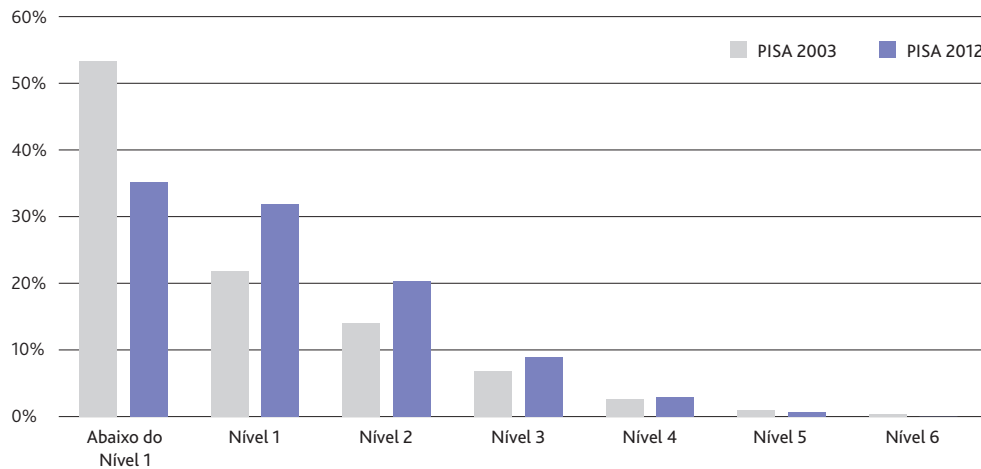
estudantes participaram do Pisa 2012, representando um universo bem maior, de cerca de 28 milhões de jovens.

O gráfico ao lado apresenta dados do "Relatório Nacional Pisa 2012 – Resultados brasileiros", organizado pela OCDE, Fundação Santillana e Inep/MEC, que faz uma análise do desempenho brasileiro, em matemática, no cenário internacional. Para estabelecer uma comparação, a publicação selecionou alguns países latino-americanos vizinhos – Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai; Portugal e Espanha, por sua proximidade cultural; Estados Unidos, pela dimensão continental como a nossa; e dois países que reconhecidamente apresentam bons sistemas educacionais, a Finlândia e a Coreia do Sul. Já no ranking geral, o Brasil figura em 58º lugar na proficiência dos estudantes em matemática, dentre os 65 países que participaram do Pisa 2012.

Distribuição dos estudantes por níveis de proficiência em matemática em alguns países – 2012

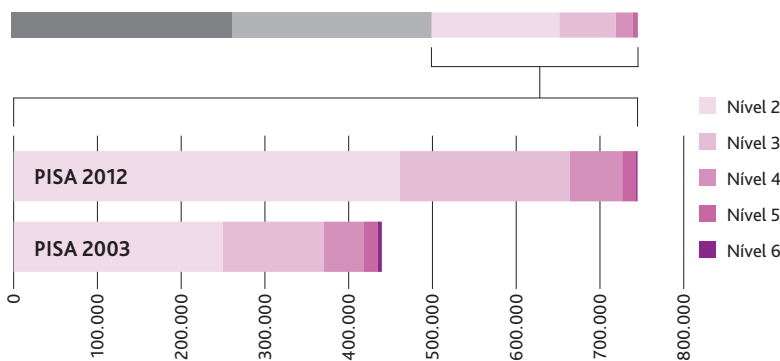


Distribuição percentual dos estudantes brasileiros nos níveis de proficiência em matemática nas edições do PISA de 2003 e 2012



O Brasil avançou 35 pontos na avaliação de matemática do Pisa entre 2003 e 2012. A média de desempenho dos estudantes brasileiros saltou de 356 para 391 no período, a maior evolução entre todos os países que participaram do exame.

Número de estudantes brasileiros situados no Nível 2 ou acima nas edições do PISA de 2003 e 2012



No entanto, 67,1% dos alunos brasileiros ainda estão abaixo da linha básica de proficiência, ou seja, abaixo do nível 1 (35,2%) ou no nível 1 (31,9%). Há dez anos, esse percentual era de 75,2%. O Nível 2 é o que a OCDE estabelece como necessário para que o estudante possa exercer plenamente a cidadania. A mudança na distribuição dos estudantes nos níveis de proficiência significa que mais de 300 mil passaram para o Nível 2 ou para acima desse nível. Vale mencionar que, em leitura, 49,2% dos estudantes brasileiros sabem apenas o básico (estão abaixo do nível 1 ou no nível 1 de proficiência). No caso de ciências, esse percentual é de 53,7%.

Entenda a escala de proficiência em matemática

O Pisa resume o que os estudantes conseguem fazer em matemática em uma escala com 6 níveis.



Conseguem identificar informações e executar procedimentos rotineiros de acordo com instruções diretas em situações explícitas.



São capazes de conceituar, generalizar e utilizar informações com base em suas investigações e em modelagem de situações-problema complexas



O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Depois da LDB, as primeiras Diretrizes Curriculares para a Educação Básica começaram a ser produzidas em 1998. Já se passaram 15 anos e, mesmo sem terem sofrido um processo formal de avaliação, a comunidade acadêmica, a escolar, os dirigentes, os parlamentares e a sociedade de forma geral avaliam que é necessária uma maior explicitação do que deve ser ensinado e aprendido pelas crianças e jovens que frequentam a escola. É o currículo nacional.

Não adianta pensar quais foram os percalços enfrentados pelas diretrizes para que elas não fossem implementadas, total ou parcialmente. É necessário não perder mais tempo e definir o que todos reclamam: a construção de um currículo que tenha condições de ser referência para todas as crianças e jovens do Brasil.

É importante ressaltar que as atuais diretrizes não são impedimento para implementar algumas das sugestões que têm surgido na mídia. O trabalho por área de conhecimento é um modelo desafiador que precisa ser estudado e pesquisado nas universidades para ser implementado por elas na formação de professores. Da mesma forma, metodologias diferenciadas, citadas nas diretrizes para melhorar a forma de ensinar e de aprender, deveriam ser incorporadas na formação de professores.

Uma referência nacional que estabeleça contornos (limites pode ser algo muito rígido) do que precisa ser ensinado é algo extremamente importante para poder verificar quais são as deficiências e as excelências existentes nas escolas brasileiras. Claro que para conhecer esse diagnóstico sempre será necessário estabelecer um processo de avaliação. No entanto, a avaliação não será tema discutido neste trabalho.

Um currículo, tendo por base as áreas de conhecimento, facilita a ação da transmissão desse conhecimento. Isso é fato verdadeiro, pois, ao analisar situações reais ou fenômenos naturais que precisem ser entendidos, muito provavelmente será necessário interagir com o conhecimento de mais de uma disciplina. Portanto, se as áreas de conhecimento facilitam a interdisciplinaridade, isso só será viável se houver, também, dedicação ao conhecimento disciplinar. Assim, aqueles que pensam negativamente, em relação às áreas de conhecimento, podem ficar tranquilos, que a base para realizar um bom trabalho por área de conhecimento é o próprio conhecimento das disciplinas.

Há propostas, no caso do Ensino Médio, de pensar num currículo que possibilite opções diferenciadas de áreas de estudo com o objetivo de facilitar o desenvolvimento dos estudantes que visam a futuras carreiras universitárias.

Considero que há formas de transmissão do conhecimento, mediante metodologias apropriadas, que permitem a um estudante poder

se aprofundar mais ou menos no conhecimento, de acordo com o interesse dele, presente ou futuro. Dessa forma, pode ser garantida a todos os estudantes a oportunidade de acesso a todos os conhecimentos incluídos na Educação Básica, sem necessidade de opção, pois, por ser básica, tem que ser a mesma para todos. Se houver opções, já não teremos uma Educação Básica igual para todos. Poderia ser introduzida mais uma desigualdade entre os alunos; desta vez, porém, desigualdade introduzida pela escola.

Além do mais, hoje em dia, é difícil deixar opções de lado, pois com as novas tecnologias é cada vez mais comum integrar os conhecimentos mais diversos.

A Educação Básica, conforme a LDB, tem por finalidades desenvolver o educando (dimensão 1), assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania (dimensão 2) e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho (dimensão 3) e em estudos posteriores (dimensão 4). Acredito que não há ninguém que discorde desse artigo da LDB. No entanto, o que acontece, na prática?

Ao considerar as avaliações que são feitas ao longo do tempo na Educação Básica, principalmente aquelas que têm consequências (caso do Enem, cuja pontuação obtida qualifica o estudante para ingresso em universidades), verifica-se que a dimensão 4 é a preponderante ou exclusiva. Essa consequência traz outra: as escolas fazem de tudo para poder obter uma boa “fotografia” nos resultados dos testes, esquecendo as outras dimensões, já que elas não aparecem nos exames considerados avaliativos.

É curioso como a sociedade acaba sendo direcionada pelo resultado dessa avaliação. Ela, aparentemente, só espera das escolas que o resultado das avaliações diga quais são boas, ruins ou medíocres para colocar seus alunos nas boas universidades.

Essa é uma grave distorção gerada pelo processo educativo que hoje está presente no sistema educacional brasileiro.

Para finalizar, destaco que um currículo nacional que não considere a contribuição e a participação dos docentes na discussão estará fadado mais uma vez ao fracasso.

O Conselho Nacional de Educação é o locus ideal para articular as discussões com a sociedade, o Parlamento, os Executivos federal, distrital, estaduais e municipais e para preparar o caminho de uma política curricular e um currículo nacional que trabalhe as quatro dimensões da LDB e que permita, ainda, que sejam contempladas na parte diversificada as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (art. 26 da LDB).



Antonio Ibañez Ruiz

Foi reitor da UnB (1989-93), secretário de Estado de Educação do DF (1995-98), secretário de Educação Profissional e Tecnológica no MEC (2003-05) e secretário Executivo Adjunto do MCTI (2007-12). Atualmente é Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (mandato 2012-16).

“Um currículo, tendo por base as áreas de conhecimento, facilita a ação da transmissão desse conhecimento.”



ESCOLARIDADE

META DO PNE

*Elevar a **escolaridade** média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).*

A escolaridade média da população entre 18 e 29 anos, que poderia ser chamada de “adulta jovem”, equivale ao Ensino Fundamental de nove anos completo e mais quase um ano do Ensino Médio. Alcançada a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), o brasileiro médio nessa faixa etária teria o Ensino Médio completo.

É fundamental ressaltar que é nos indicadores de escolaridade e de alfabetização (pág. 80) que as desigualdades talvez tenham sua expressão mais significativa. Como mostram os gráficos da página ao lado, as maiores diferenças são observadas entre as populações das cidades e do campo e entre os mais ricos e os mais pobres, ainda que as desigualdades regionais também sejam importantes. O tamanho dessa diferença, porém, vem caindo, mesmo que em ritmo lento. Além disso, a menor escolaridade se reflete na renda, como fica evidente nas tabelas da pág. 77.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos

Brasil e regiões 1995-2012 – Em anos de estudo

Região	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Brasil	6,6	6,8	6,9	7,1	7,3	7,7	8,0	8,2	8,4	8,6	8,9	9,0	9,2	9,4	9,6	9,8
Norte	6,6	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	7,7	7,9	7,4	7,7	8,0	8,2	8,4	8,6	8,7	8,9
Nordeste	5,1	5,3	5,4	5,6	5,8	6,2	6,5	6,8	7,0	7,2	7,5	7,8	8,1	8,3	8,6	8,9
Sudeste	7,4	7,6	7,6	7,9	8,1	8,5	8,8	9,1	9,3	9,5	9,7	9,8	10,0	10,1	10,2	10,4
Sul	7,2	7,3	7,4	7,7	8,0	8,4	8,6	8,9	9,2	9,4	9,6	9,6	9,9	10,0	10,1	10,2
Centro-Oeste	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	7,8	8,2	8,4	8,6	8,9	9,1	9,2	9,5	9,7	10,0	10,1

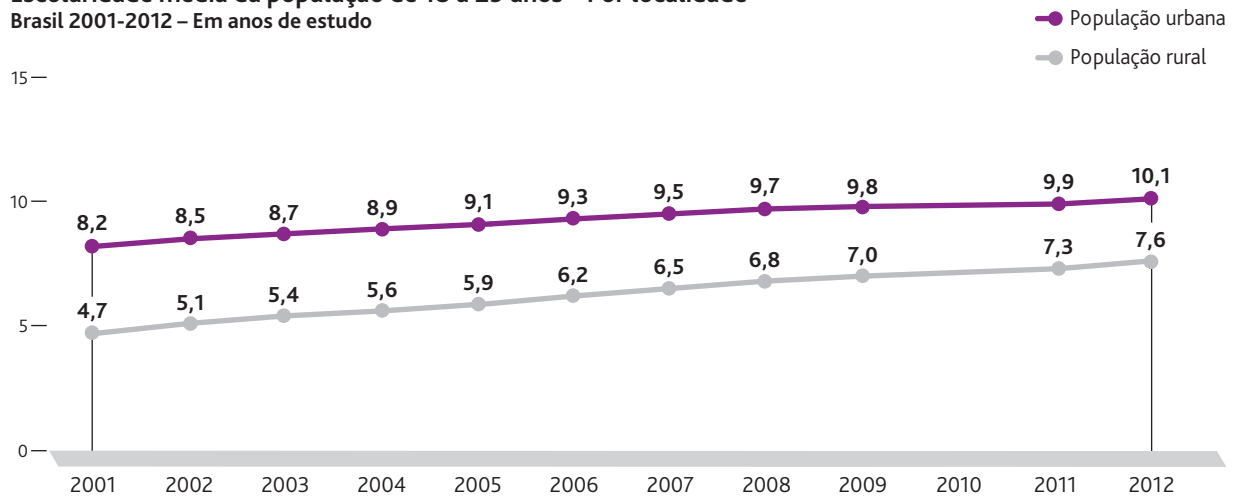
Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da Pnad.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Por localidade Brasil 2001-2012 – Em anos de estudo



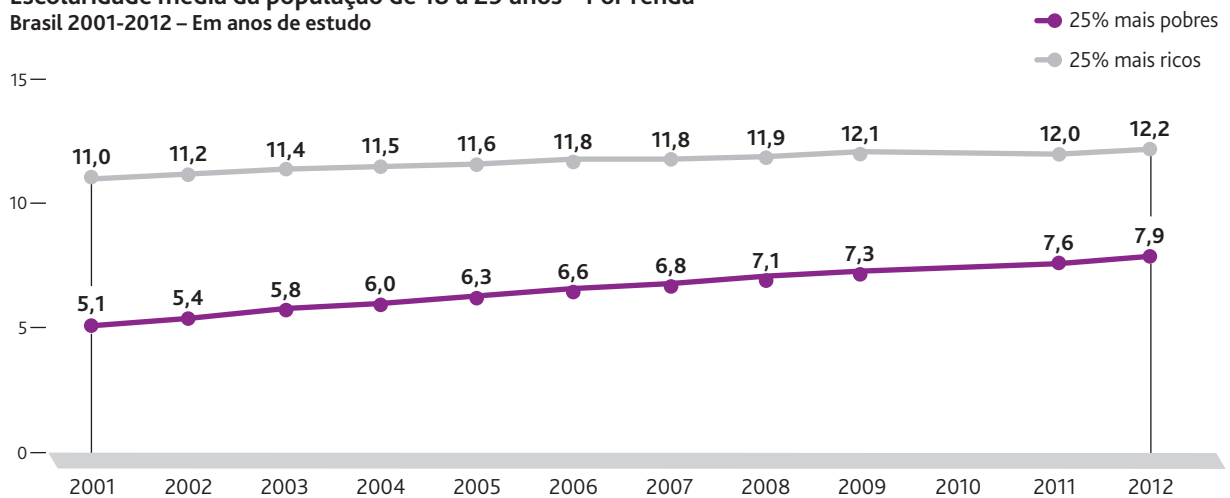
Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da Pnad.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Por renda Brasil 2001-2012 – Em anos de estudo



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da Pnad.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Renda familiar *per capita* calculada a partir de todos os rendimentos de todos os membros das famílias, excusive o rendimento das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas de menos de 10 anos de idade.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Por raça/cor Brasil e regiões 1995-2012 – Em anos de estudo

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Brancos	7,5	7,7	7,8	8,1	8,3	8,7	8,9	9,2	9,3	9,5	9,8	9,9	10,1	10,3	10,4	10,6
Pardos	5,5	5,7	5,7	6,0	6,2	6,6	6,9	7,2	7,4	7,7	7,9	8,1	8,4	8,6	8,9	9,1
Pretos	5,4	5,6	5,8	6,1	6,2	6,6	7,2	7,5	7,7	8,0	8,2	8,3	8,7	8,8	8,8	9,0

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da Pnad.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

**Rendimento médio do trabalho das pessoas de 18 a 29 anos ocupadas
Por cor/raça – Brasil – 2001-2012**

Ano	Renda média Total	Renda média Brancos	Renda média Pretos	Renda média Pardos
2001	R\$ 750,84	R\$ 926,54	R\$ 578,93	R\$ 541,51
2002	R\$ 724,41	R\$ 901,28	R\$ 588,26	R\$ 519,02
2003	R\$ 674,83	R\$ 837,61	R\$ 542,45	R\$ 491,95
2004	R\$ 674,53	R\$ 837,18	R\$ 555,70	R\$ 499,42
2005	R\$ 720,14	R\$ 883,11	R\$ 633,58	R\$ 544,47
2006	R\$ 767,00	R\$ 943,26	R\$ 646,28	R\$ 582,39
2007	R\$ 814,62	R\$ 997,17	R\$ 679,22	R\$ 629,87
2008	R\$ 853,27	R\$ 1.032,06	R\$ 779,84	R\$ 664,34
2009	R\$ 879,27	R\$ 1.057,08	R\$ 754,25	R\$ 700,00
2011	R\$ 970,62	R\$ 1.165,84	R\$ 825,56	R\$ 788,86
2012	R\$ 1.018,92	R\$ 1.222,80	R\$ 860,84	R\$ 837,92

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da Pnad. A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Rendimento total do trabalho (todos os trabalhos) deflacionado pelo INPC de setembro de 2012 para pessoas cuja condição de ocupação na semana de referência era ocupada e com rendimento diferente de zero.

O rendimento das pessoas com superior completo é 259% maior que o daquelas sem instrução



Rendimento médio do trabalho das pessoas de 18 a 29 anos ocupadas por nível de instrução Brasil – 2001/2006/2011/2012

Nível de instrução	2007	2008	2009	2011	2012
Sem instrução	R\$ 380,40	R\$ 424,18	R\$ 462,50	R\$ 573,98	R\$ 652,33
Fundamental incompleto ou equivalente	R\$ 481,30	R\$ 500,37	R\$ 503,19	R\$ 580,41	R\$ 614,99
Fundamental completo ou equivalente	R\$ 637,53	R\$ 654,04	R\$ 657,97	R\$ 742,81	R\$ 771,96
Médio incompleto ou equivalente	R\$ 597,81	R\$ 630,60	R\$ 634,28	R\$ 707,99	R\$ 752,68
Médio completo ou equivalente	R\$ 838,44	R\$ 852,56	R\$ 848,61	R\$ 929,98	R\$ 958,93
Superior incompleto ou equivalente	R\$ 1.125,08	R\$ 1.162,17	R\$ 1.160,91	R\$ 1.188,84	R\$ 1.234,54
Superior completo	R\$ 2.253,40	R\$ 2.286,38	R\$ 2.277,70	R\$ 2.321,07	R\$ 2.342,92

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da Pnad.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Rendimento total do trabalho (todos os trabalhos) deflacionado pelo INPC de setembro de 2012 para pessoas cuja condição de ocupação na semana de referência era ocupada e com rendimento diferente de zero.

Taxa de atendimento por grupo de idade e por faixa de rendimento mensal domiciliar per capita Brasil – 2001/2006/2011/2012

	4 e 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Total	82,2	98,2	81,2	27,4	10,8
Sem rendimento e menos de ¼ salário mínimo	73,5	97,3	78,3	23,2	5,9
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	78,6	98,0	79,8	21,1	5,8
Mais de ½ até 1 salário mínimo	83,5	98,2	80,5	22,1	8,7
1 salário mínimo ou mais	90,5	99,2	84,4	34,0	14,6

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.



Biblioteca da Escola Sesc de Ensino Médio, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Brasil – 1995-2012
 Por unidades da federação e regiões metropolitanas

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
BRASIL	6,6	6,8	6,9	7,1	7,3	7,7	8,0	8,2	8,4	8,6	8,9	9,0	9,2	9,4	9,6	9,8
Região Norte	6,6	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	7,7	7,9	7,4	7,7	8,0	8,2	8,4	8,6	8,7	8,9
Rondônia	6,8	6,8	7,0	7,6	7,6	7,2	7,8	7,8	7,7	7,6	7,9	8,5	8,6	9,0	9,1	9,3
Acre	7,3	6,7	7,2	7,7	7,5	7,4	7,8	7,6	7,0	7,4	7,6	8,2	8,2	8,6	8,7	9,1
Amazonas	7,2	7,0	7,3	7,3	7,7	7,8	8,1	8,5	8,1	8,5	8,6	8,8	8,7	9,0	8,7	9,2
Roraima	6,9	7,1	8,3	7,9	8,0	7,5	8,2	8,6	8,3	8,5	8,9	9,2	9,6	9,8	10,2	10,4
Pará	6,4	6,7	6,7	6,7	7,0	7,0	7,4	7,5	6,8	7,1	7,4	7,6	7,9	8,1	8,2	8,5
Amapá	7,4	7,1	6,9	7,5	7,7	8,5	8,4	8,7	8,7	9,0	9,5	9,3	9,6	9,3	9,7	9,6
Tocantins	5,6	5,9	6,1	6,2	6,5	7,1	7,5	7,5	7,9	8,3	8,2	8,7	9,2	9,6	9,4	9,5
Região Nordeste	5,1	5,3	5,4	5,6	5,8	6,2	6,5	6,8	7,0	7,2	7,5	7,8	8,1	8,3	8,6	8,9
Maranhão	4,9	5,0	4,9	5,2	5,5	6,0	6,2	6,6	6,9	6,9	7,2	7,7	7,8	8,1	8,3	8,5
Piauí	5,1	4,9	5,0	5,1	4,9	5,7	5,9	6,2	6,6	6,7	7,2	7,3	7,5	8,1	8,5	8,6
Ceará	5,0	5,1	5,3	5,5	5,8	6,4	6,9	7,2	7,4	7,7	8,1	8,4	8,6	8,8	9,1	9,3
Rio Grande do Norte	5,7	6,1	6,2	6,1	6,5	6,6	6,9	7,0	7,2	7,6	7,9	8,0	8,3	8,3	9,0	9,2
Paraíba	5,1	5,5	5,3	5,8	6,1	5,7	5,9	6,5	6,4	6,9	7,1	7,3	7,8	8,0	8,5	8,9
Pernambuco	5,5	5,9	5,7	6,2	6,2	6,5	6,7	6,9	7,3	7,4	7,6	7,7	8,1	8,4	8,5	8,9
Alagoas	4,8	5,1	5,2	5,1	5,3	5,1	5,3	5,5	5,8	6,1	6,5	7,1	7,1	7,6	8,2	8,3
Sergipe	5,5	5,5	5,4	6,1	6,2	6,6	6,6	7,1	7,1	7,3	7,6	8,1	8,5	8,5	8,7	8,9
Bahia	5,0	5,2	5,3	5,5	5,7	6,2	6,6	6,9	7,0	7,4	7,7	7,9	8,2	8,3	8,6	8,9
Região Sudeste	7,4	7,6	7,6	7,9	8,1	8,5	8,8	9,1	9,3	9,5	9,7	9,8	10,0	10,1	10,2	10,4
Minas Gerais	6,4	6,6	6,5	6,9	7,1	7,8	8,0	8,3	8,5	8,8	9,0	9,1	9,3	9,6	9,6	9,9
Espírito Santo	6,7	6,9	6,7	6,9	7,5	7,6	8,2	8,4	8,7	8,9	9,1	9,2	9,2	9,6	9,7	10,0
Rio de Janeiro	7,8	7,9	7,9	8,1	8,3	8,4	8,8	9,1	9,2	9,4	9,6	9,7	9,9	10,0	10,0	10,1
São Paulo	7,8	8,0	8,1	8,4	8,6	9,0	9,2	9,5	9,7	9,9	10,1	10,2	10,4	10,5	10,6	10,7
Região Sul	7,2	7,3	7,4	7,7	8,0	8,4	8,6	8,9	9,2	9,4	9,6	9,6	9,9	10,0	10,1	10,2
Paraná	6,9	7,0	7,2	7,5	7,9	8,4	8,7	9,0	9,2	9,4	9,7	9,7	10,0	10,0	10,1	10,3
Santa Catarina	7,2	7,4	7,4	7,8	7,8	8,6	8,6	8,9	9,3	9,7	9,7	9,8	10,1	10,3	10,3	10,5
Rio Grande do Sul	7,3	7,5	7,6	7,9	8,1	8,2	8,6	8,9	9,1	9,1	9,4	9,5	9,7	9,7	9,8	10,0
Região Centro-Oeste	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	7,8	8,2	8,4	8,6	8,9	9,1	9,2	9,5	9,7	10,0	10,1
Mato Grosso do Sul	6,3	6,7	6,7	7,0	7,3	7,8	8,2	8,2	8,3	8,5	8,8	9,1	9,3	9,4	9,6	9,9
Mato Grosso	6,4	6,7	6,7	7,0	7,1	7,4	7,9	8,0	8,3	8,5	8,6	8,5	9,2	9,4	9,8	9,9
Goiás	6,4	6,5	6,7	7,0	7,2	7,5	7,8	8,2	8,3	8,7	9,1	9,2	9,4	9,5	9,8	10,0
Distrito Federal	8,1	8,1	8,2	8,4	8,4	8,7	9,2	9,4	9,6	10,0	10,1	10,3	10,4	10,6	10,7	11,0
Regiões Metropolitanas																
Belém	7,8	8,0	8,2	8,1	8,3	8,2	8,4	8,4	8,6	8,8	9,0	9,3	9,4	9,4	9,7	9,9
Fortaleza	6,6	6,7	6,8	7,0	7,1	7,7	8,3	8,3	8,5	8,8	9,0	9,3	9,4	9,6	9,7	9,8
Recife	7,0	7,2	7,1	7,4	7,5	8,0	8,2	8,3	8,6	8,7	8,9	9,1	9,3	9,7	9,7	10,0
Salvador	7,2	7,4	7,6	7,7	7,8	8,2	8,5	8,6	8,9	9,0	9,4	9,4	9,7	9,6	9,8	10,0
Belo Horizonte	7,4	7,6	7,5	7,8	7,9	8,6	8,9	9,2	9,4	9,6	9,9	9,8	10,1	10,3	10,3	10,4
Rio de Janeiro	8,2	8,2	8,3	8,4	8,7	8,7	9,0	9,4	9,4	9,7	9,8	10,0	10,2	10,1	10,2	10,3
São Paulo	8,1	8,2	8,4	8,7	8,8	9,3	9,5	9,7	9,9	10,1	10,3	10,4	10,5	10,6	10,8	11,0
Curitiba	7,7	7,7	8,0	8,1	8,6	8,8	9,3	9,5	9,8	10,1	10,2	10,0	10,3	10,4	10,3	10,5
Porto Alegre	8,0	8,2	8,2	8,3	8,5	8,7	9,0	9,4	9,6	9,5	9,7	9,8	10,0	10,1	10,2	10,1

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da Pnad.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Brasil – 2001/2006/2011/2012
Por raça/cor

Unidade da federação	Branços				Pardos				Pretos			
	2001	2006	2011	2012	2001	2006	2011	2012	2001	2006	2011	2012
BRASIL	8,7	9,8	10,4	10,6	6,6	7,9	8,9	9,1	6,6	8,2	8,8	9,0
Região Norte	8,1	8,8	9,6	9,8	7,1	7,7	8,4	8,7	6,8	7,5	8,2	8,8
Rondônia	7,8	8,2	9,8	9,7	6,9	7,8	8,8	9,1	6,5	6,9	8,6	9,0
Acre	8,3	8,1	9,0	9,8	7,1	7,6	8,7	9,0	6,4	6,3	8,3	9,0
Amazonas	8,7	9,5	10,0	10,0	7,5	8,3	8,6	9,0	7,0	8,8	7,9	9,4
Roraima	8,8	9,8	10,7	11,3	7,3	8,7	10,2	10,3	6,0	8,1	9,7	10,1
Pará	7,8	8,4	9,1	9,5	6,8	7,2	8,0	8,2	7,0	7,4	7,6	8,5
Amapá	9,5	10,2	10,4	10,4	8,4	9,2	9,4	9,4	6,9	9,4	10,0	9,2
Tocantins	7,7	9,3	10,3	10,3	7,0	8,0	9,1	9,3	5,4	6,5	9,2	9,0
Região Nordeste	7,3	8,3	9,3	9,6	5,7	7,2	8,3	8,6	5,7	7,5	8,3	8,5
Maranhão	7,3	7,7	8,8	9,2	5,6	7,0	8,1	8,3	5,3	7,5	8,6	8,2
Piauí	7,0	8,6	9,3	9,0	5,2	6,7	8,2	8,4	5,6	7,4	8,2	8,9
Ceará	7,5	8,8	9,9	9,9	5,9	7,7	8,7	8,9	5,1	7,6	7,2	9,0
Rio Grande do Norte	7,5	8,6	9,8	9,7	6,0	7,5	8,6	8,8	5,5	7,5	7,5	8,2
Paraíba	7,1	7,9	9,3	9,5	5,0	6,6	8,3	8,6	4,5	5,4	6,5	8,2
Pernambuco	7,5	8,3	9,3	9,6	6,0	7,1	8,1	8,5	5,8	7,3	8,6	8,3
Alagoas	6,3	8,0	9,2	9,5	4,6	5,8	7,9	7,9	4,5	6,4	6,3	7,3
Sergipe	7,9	8,1	8,8	9,1	6,3	7,3	8,7	8,8	6,7	7,8	8,4	8,9
Bahia	7,2	8,4	9,1	9,7	5,9	7,4	8,4	8,7	6,0	7,8	8,6	8,7
Região Sudeste	9,2	10,3	10,8	11,0	7,5	8,8	9,5	9,7	7,1	8,7	9,3	9,4
Minas Gerais	8,5	9,8	10,3	10,7	7,1	8,4	9,1	9,3	6,5	8,2	9,0	9,1
Espírito Santo	8,4	10,0	10,4	10,8	7,2	8,5	9,1	9,6	5,9	8,0	9,3	8,9
Rio de Janeiro	9,2	10,2	10,7	11,0	7,6	9,0	9,4	9,6	6,9	8,6	8,9	9,1
São Paulo	9,5	10,5	11,0	11,1	7,8	9,2	10,0	9,9	7,9	9,3	9,8	9,8
Região Sul	8,6	9,9	10,4	10,6	6,9	8,1	9,0	9,0	6,9	8,3	8,9	9,0
Paraná	8,8	10,2	10,6	10,8	7,0	8,3	9,1	9,2	6,4	8,6	8,6	9,4
Santa Catarina	8,7	9,9	10,5	10,7	6,7	8,3	9,1	9,2	6,8	7,7	9,6	9,4
Rio Grande do Sul	8,4	9,7	10,1	10,3	6,6	7,8	8,6	8,5	7,1	8,4	8,8	8,8
Região Centro-Oeste	8,8	10,0	10,7	10,9	7,1	8,5	9,5	9,7	6,8	8,5	9,2	9,3
Mato Grosso do Sul	8,6	9,7	10,3	10,6	6,9	7,8	9,0	9,4	6,5	8,6	8,3	8,3
Mato Grosso	8,4	9,6	10,5	10,8	6,8	8,2	9,5	9,4	7,7	7,9	8,9	8,9
Goiás	8,5	9,8	10,6	10,8	6,9	8,5	9,3	9,5	6,2	8,3	9,4	9,2
Distrito Federal	9,8	10,9	11,5	11,7	8,0	9,5	10,1	10,5	7,1	9,5	10,4	10,3
Regiões Metropolitanas												
Belém	8,9	9,7	10,4	10,8	7,9	8,8	9,5	9,6	7,6	8,1	8,8	9,6
Fortaleza	8,5	9,9	10,5	10,2	7,1	8,6	9,2	9,5	6,0	8,5	9,2	9,4
Recife	9,0	9,8	10,5	10,8	7,4	8,5	9,4	9,6	7,4	8,2	9,1	9,3
Salvador	9,9	10,7	11,1	11,3	8,0	9,4	9,7	10,0	7,4	8,9	9,3	9,4
Belo Horizonte	9,3	10,7	11,1	11,3	8,0	9,3	9,9	10,0	7,4	8,9	9,3	9,7
Rio de Janeiro	9,5	10,5	11,0	11,2	7,8	9,2	9,6	9,8	7,2	8,7	9,0	9,2
São Paulo	9,8	10,8	11,3	11,4	8,2	9,4	10,1	10,3	7,9	9,4	10,1	10,3
Curitiba	9,1	10,6	10,7	11,0	7,2	9,0	9,3	9,2	8,1	8,8	9,0	10,1
Porto Alegre	9,0	10,1	10,4	10,4	6,4	8,3	9,0	8,9	7,7	8,7	9,1	9,1

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da Pnad.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

As categorias raça/cor – conforme autodeclaração do respondente – Brancos, Pretos e Pardos não esgotam as categorias de raça/cor levantadas pelo IBGE.

As estatísticas Amarelos, Indígenas e Não Declarado não foram apuradas por não ter observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística.

ALFABETIZAÇÃO - 15 ANOS OU MAIS

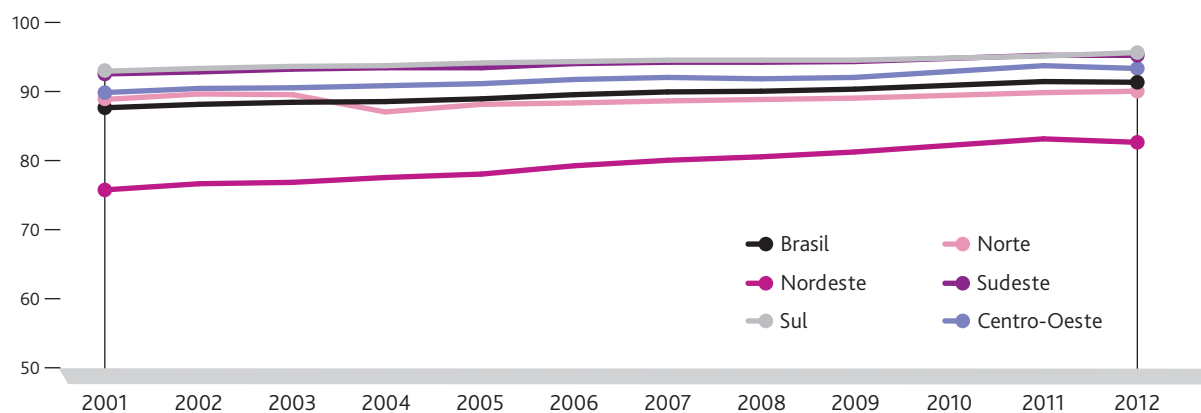
META DO PNE

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

O Brasil tem 13,2 milhões de analfabetos adultos, segundo levantamento feito pela Unesco, no Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos. Em termos percentuais, isso significa que 8,7% da população com 15 anos ou mais é considerada analfabeta pelos parâmetros oficiais. Vale destacar a importância de outro indicador também contemplado pelo PNE: o analfabetismo funcional (veja pág. 82).

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Brasil e Regiões – 2001 a 2012 (Em %)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Brasil	87,6	88,1	88,4	88,5	88,9	89,5	89,9	90,0	90,3	91,4	91,3
Norte	88,8	89,6	89,5	87,0	88,1	88,3	88,6	88,8	89,0	89,8	90,0
Nordeste	75,7	76,6	76,8	77,5	78,0	79,2	80,0	80,5	81,2	83,1	82,6
Sudeste	92,5	92,8	93,2	93,4	93,4	94,0	94,2	94,2	94,3	95,2	95,2
Sul	92,9	93,3	93,6	93,7	94,1	94,3	94,5	94,5	94,5	95,1	95,6
Centro-Oeste	89,8	90,4	90,5	90,8	91,1	91,7	92,0	91,8	92,0	93,7	93,3



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

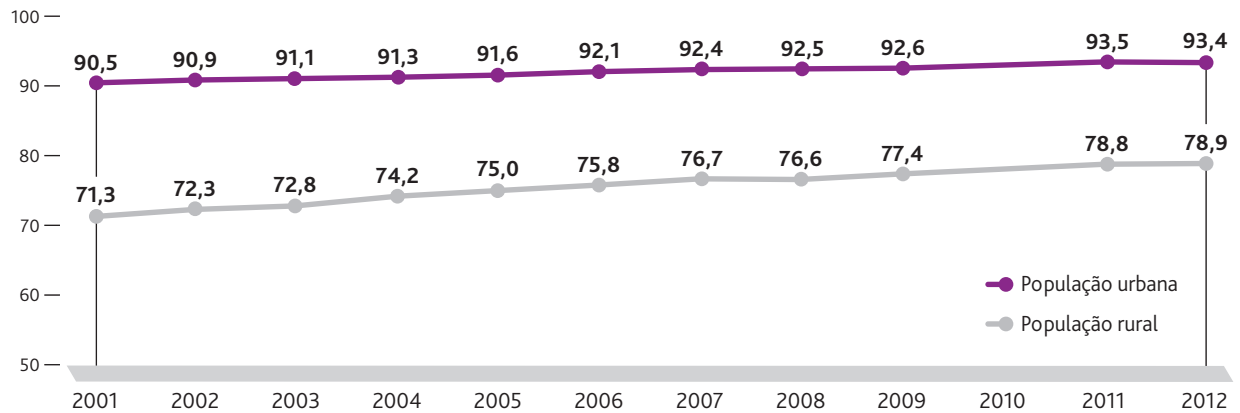
Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da Pnad.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Urbana/Rural – 2001 a 2012 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

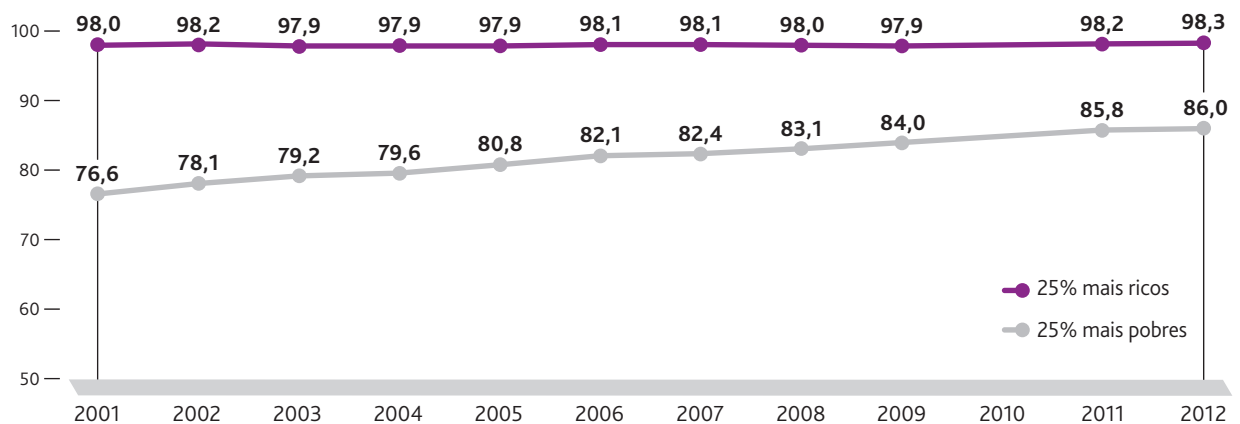
Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da Pnad.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Renda familiar per capita – 2001 a 2012 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: Renda familiar *per capita* calculada com base em todos os rendimentos de todos os membros das famílias, exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas de menos de 10 anos de idade.

As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da Pnad.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Por raça/cor – 2001 a 2012 (Em %)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Branco	92,3	92,5	92,9	92,8	92,9	93,4	93,8	93,8	94,1	94,7	94,7
Pardo	81,9	82,7	83,1	83,8	84,3	85,2	85,8	86,3	86,5	88,4	88,2
Preta	81,3	83,3	83,1	83,4	85,3	85,8	85,5	86,6	86,7	87,1	88,1

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As categorias raça/cor – conforme autodeclaração do respondente – Branco, Preto e Pardo não esgotam as categorias de raça/cor levantadas pelo IBGE. As estatísticas Amarelo, Indígena e Não Declarado não foram apuradas por não haver observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística.

As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da Pnad.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

Alfabetismo funcional

Enquanto as estatísticas oficiais brasileiras retratam o tema do analfabetismo absoluto, autodeclarado, a intensa transformação tecnológica torna mais relevante para a vida social um conceito mais moderno — o alfabetismo funcional.

O termo surgiu nos Estados Unidos, na década de 1930, e referia-se à capacidade de o indivíduo decifrar códigos de tarefas militares. A difusão do termo se deve à sua adoção pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), na década de 1970. A definição foi revista, diante das dificuldades metodológicas de padronização entre os diferentes países e, por isso, optou-se por uma medida que levasse em conta os anos de escolarização.

No Brasil, o IBGE considera como analfabetos funcionais os que têm menos de quatro anos de estudos completos. Segundo esse critério, 18,3% da população com 15 ou mais anos de idade era analfabeta funcional em 2012.

Essa medida, contudo, tem eficácia questionável quando se leva em conta que, no Brasil, por deficiências do sistema de ensino, os anos de escolaridade não significam uma efetiva alfabetização.

Diante da necessidade de buscar indicadores mais precisos do alfabetismo funcional, o Instituto Paulo Montenegro e a Ação Educativa desenvolveram, em 2001, o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf).

A pesquisa é aplicada a cada dois anos, com amostragem de 2 mil pessoas, na população de 15 a 64 anos. Na área de língua materna (já que o estudo inclui também o alfabetismo matemático), os questionários levam em conta o histórico educacional e as habilidades de leitura e escrita, entre outros fatores.

Nível de alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos
Por escolaridade da população – 2011-2012 (Em %)

Níveis	Escolaridade				
	Nenhuma	Fundamental I	Fundamental II	Médio	Superior
Analfabeto	54	8	1	0	0
Rudimentar	41	45	25	8	4
Básico	6	43	59	57	34
Pleno	0	5	15	35	62

Níveis de alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos segundo renda familiar – 2011-2012 (Em %)

Níveis	Renda – em salários mínimos			
	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5
Analfabeto	17	6	3	1
Rudimentar	31	30	14	6
Básico	45	49	50	41
Pleno	8	15	33	52

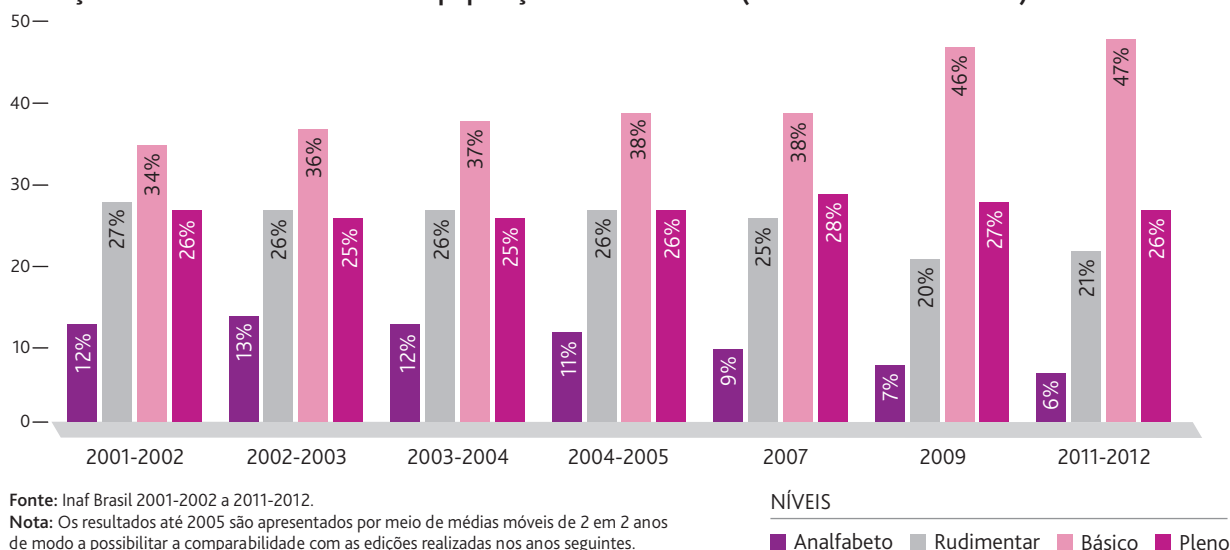
Fonte: Inaf Brasil 2011-2012.

O Inaf leva em conta o analfabetismo e outros três níveis de alfabetismo:

- **Analfabetismo:** não domina as habilidades medidas.
- **Alfabetismo Nível Rudimentar:** localiza uma informação simples em enunciados de uma só frase, um anúncio ou chamada de capa de revista, por exemplo.
- **Alfabetismo Nível Básico:** localiza uma informação em textos curtos ou médios, mesmo que seja necessário realizar inferências simples.
- **Alfabetismo Nível Pleno:** localiza mais de um item de informação em textos mais longos, compara informação contida em diferentes textos, estabelece relações entre as informações (causa/efeito, regra geral/caso, opinião/fato), reconhece a informação textual mesmo que ela contradiga o senso comum.

Mesmo com a taxa de analfabetismo caindo, é importante observar (*ver gráfico abaixo*) que crescem apenas os níveis intermediários (rudimentar e básico), quando o desejável seria um aumento em cascata, resultando em taxas cada vez mais altas de alfabetismo pleno.

Evolução do alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos (2001-2002 a 2011-2012)



Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade

Por unidades da federação e regiões metropolitanas – 2001 a 2012 (Em %)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
BRASIL	87,6	88,1	88,4	88,5	88,9	89,5	89,9	90,0	90,3	91,4	91,3
Região Norte	88,8	89,6	89,5	87,0	88,1	88,3	88,6	88,8	89,0	89,8	90,0
Rondônia	89,8	91,4	91,4	89,6	90,1	89,4	90,5	90,8	90,2	90,3	91,4
Acre	83,3	87,0	83,1	81,9	79,0	82,5	84,3	85,1	83,7	85,6	86,5
Amazonas	92,3	93,7	93,4	91,0	93,3	92,2	92,1	91,2	92,7	91,6	91,7
Roraima	88,5	87,9	90,3	89,3	87,5	91,2	89,0	90,3	92,3	90,4	92,6
Pará	88,8	89,3	89,4	85,4	86,6	86,7	87,3	87,5	87,2	89,4	89,5
Amapá	92,8	93,8	90,7	91,5	92,6	94,7	92,8	95,3	96,7	92,4	93,3
Tocantins	81,5	81,9	82,4	82,8	83,7	85,1	85,8	85,6	86,5	87,8	86,6
Região Nordeste	75,7	76,6	76,8	77,5	78,0	79,2	80,0	80,5	81,2	83,1	82,6
Maranhão	76,6	77,1	76,2	76,9	77,0	77,2	78,6	80,5	80,9	78,4	79,2
Piauí	70,6	70,4	71,6	72,7	72,6	73,8	76,6	75,7	76,6	80,7	81,2
Ceará	75,2	77,4	77,3	78,2	77,4	79,4	80,8	80,9	81,5	83,5	83,7
Rio Grande do Norte	75,8	77,3	76,6	77,7	78,5	78,2	80,4	80,0	81,9	84,2	84,0
Paraíba	72,8	72,9	74,8	74,7	74,8	77,3	76,5	76,5	78,4	82,8	81,4
Pernambuco	78,0	78,4	78,2	78,6	79,4	81,4	81,3	82,0	82,2	84,3	83,3
Alagoas	69,4	68,8	69,6	70,5	70,7	73,6	74,9	74,3	75,4	78,2	78,2
Sergipe	78,6	79,8	80,8	80,6	80,3	81,8	83,2	83,1	83,7	84,0	83,7
Bahia	77,2	78,3	78,7	79,6	81,2	81,4	81,5	82,5	83,1	85,6	84,1
Região Sudeste	92,5	92,8	93,2	93,4	93,4	94,0	94,2	94,2	94,3	95,2	95,2
Minas Gerais	88,3	88,9	88,9	90,1	89,9	90,9	91,1	91,3	91,4	92,1	92,6
Espírito Santo	88,5	89,3	89,7	90,5	91,3	90,5	91,5	91,2	91,5	93,6	93,3
Rio de Janeiro	94,4	94,8	95,3	95,1	95,1	95,7	95,6	95,6	96,0	96,3	96,2
São Paulo	94,0	94,1	94,6	94,5	94,6	95,0	95,4	95,3	95,3	96,3	96,2
Região Sul	92,9	93,3	93,6	93,7	94,1	94,3	94,5	94,5	94,5	95,1	95,6
Paraná	91,3	92,1	92,2	92,0	92,9	93,4	93,4	93,4	93,3	93,7	94,7
Santa Catarina	94,1	94,5	95,0	95,2	94,8	94,9	95,6	95,6	95,1	96,1	96,8
Rio Grande do Sul	93,8	93,7	94,2	94,5	94,8	94,8	95,0	95,0	95,4	95,7	95,7
Região Centro-Oeste	89,8	90,4	90,5	90,8	91,1	91,7	92,0	91,8	92,0	93,7	93,3
Mato Grosso do Sul	89,7	91,0	90,4	90,5	90,9	91,5	91,7	91,9	91,3	93,6	93,0
Mato Grosso	88,8	89,8	89,3	89,9	90,3	90,8	89,9	90,4	89,8	92,6	91,9
Goiás	88,3	88,7	89,1	89,3	89,8	90,4	91,2	90,7	91,4	92,8	92,7
Distrito Federal	94,5	94,3	95,5	95,8	95,3	96,2	96,3	96,0	96,6	96,9	96,5
Regiões Metropolitanas											
Belém	95,8	95,3	94,4	95,0	95,7	96,0	95,6	95,8	95,6	96,8	97,1
Fortaleza	87,5	88,6	88,0	88,4	88,0	88,8	90,2	89,8	90,4	90,8	90,8
Recife	89,0	89,5	88,6	89,3	90,4	91,4	91,3	91,1	91,8	92,2	91,9
Salvador	93,3	92,8	92,9	93,2	93,9	94,4	94,7	95,2	94,6	95,0	95,4
Belo Horizonte	94,3	94,2	94,1	94,4	94,7	95,0	95,3	95,6	95,3	95,9	96,3
Rio de Janeiro	95,1	95,8	96,4	95,8	96,1	96,6	96,3	96,4	96,8	97,1	96,8
São Paulo	94,8	95,1	95,4	95,6	95,4	96,2	96,2	96,3	95,8	97,0	97,0
Curitiba	95,6	95,7	96,4	95,8	96,2	96,6	96,3	97,0	96,6	95,9	97,0
Porto Alegre	95,8	95,7	96,3	96,4	96,5	96,5	96,5	96,3	97,0	97,0	97,3

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da Pnad.

A partir de 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003 os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade – Por raça/cor – 2001, 2006, 2011 e 2012 (Em %)

	Brancos				Pardos				Pretos			
	2001	2006	2011	2012	2001	2006	2011	2012	2001	2006	2011	2012
BRASIL	92,3	93,4	94,7	94,7	81,9	85,2	88,4	88,2	81,3	85,8	87,1	88,1
Região Norte	92,1	92,1	92,8	93,0	87,8	87,3	89,4	89,5	83,0	84,3	85,2	86,2
Rondônia	92,0	92,0	91,8	91,6	88,6	89,3	90,7	91,5	85,5	77,1	81,6	89,9
Acre	85,5	85,6	87,8	91,0	83,2	82,6	86,3	85,6	70,3	71,7	79,9	84,9
Amazonas	94,2	95,1	95,3	93,7	91,5	91,3	91,0	91,7	90,7	92,9	91,2	88,5
Roraima	92,6	93,8	93,2	94,7	88,5	90,5	91,9	92,1	73,2	89,6	81,1	90,0
Pará	92,6	91,2	92,6	93,3	87,4	85,3	88,9	88,9	87,6	86,1	84,9	84,9
Amapá	96,2	97,0	97,3	96,1	94,3	94,1	90,8	93,4	74,8	91,9	92,2	86,7
Tocantins	86,1	91,0	91,2	92,2	80,7	84,3	87,0	84,9	61,2	72,9	83,8	84,7
Região Nordeste	81,0	83,4	86,7	86,5	73,8	77,5	82,0	81,2	70,5	77,2	79,9	80,3
Maranhão	81,6	82,0	83,1	86,1	75,5	76,1	78,3	78,3	72,8	74,1	71,6	72,4
Piauí	77,5	82,5	85,8	83,8	68,8	71,4	78,9	80,2	60,8	67,8	79,7	81,9
Ceará	81,2	84,4	87,9	88,5	72,2	76,8	81,9	81,9	62,6	76,0	70,8	76,3
Rio Grande do Norte	82,0	82,7	87,7	87,5	71,9	75,7	81,7	81,4	71,6	73,5	80,2	79,2
Paraíba	79,6	82,9	86,6	87,4	70,1	74,7	82,3	78,7	55,5	62,1	70,9	74,2
Pernambuco	82,7	84,9	87,5	86,7	75,6	79,4	82,5	81,5	69,5	78,0	81,4	80,5
Alagoas	77,2	81,0	81,5	82,5	66,4	70,0	78,1	77,0	59,4	66,1	68,8	72,0
Sergipe	88,3	86,0	86,8	84,0	74,9	79,7	83,5	83,6	84,0	82,3	80,0	83,7
Bahia	79,9	82,3	87,5	86,1	77,0	81,3	84,9	83,4	73,1	80,6	85,4	83,9
Região Sudeste	94,6	95,6	96,7	96,5	89,1	91,8	93,4	93,8	86,2	90,7	92,4	92,7
Minas Gerais	91,8	93,7	94,7	94,8	85,2	88,6	90,2	91,0	79,9	87,4	88,4	90,4
Espírito Santo	92,2	94,2	95,3	94,8	86,4	88,6	92,7	92,9	78,7	81,9	90,4	88,9
Rio de Janeiro	96,0	97,0	97,4	97,2	93,0	94,9	95,6	95,9	89,1	92,3	94,2	93,7
São Paulo	95,1	95,7	97,2	97,0	91,1	93,4	94,7	94,8	88,7	92,7	94,0	93,8
Região Sul	94,2	95,4	96,1	96,5	85,4	89,4	91,3	92,4	87,2	89,8	90,8	92,7
Paraná	93,4	95,0	95,2	96,1	84,5	89,1	90,8	91,6	83,8	86,9	84,9	89,6
Santa Catarina	94,6	95,8	96,6	97,2	85,2	88,6	92,6	94,8	90,4	87,4	94,8	96,1
Rio Grande do Sul	94,6	95,5	96,5	96,4	87,4	90,5	91,5	92,8	88,2	92,1	93,4	93,5
Região Centro-Oeste	92,9	94,3	95,4	95,2	87,8	90,1	93,0	92,3	82,6	86,9	88,6	89,9
Mato Grosso do Sul	92,3	93,7	95,1	95,3	87,2	89,9	92,6	90,9	81,0	84,3	89,1	89,4
Mato Grosso	93,4	94,6	95,7	94,6	87,0	89,1	92,0	90,7	84,3	83,4	84,2	88,1
Goiás	91,6	93,1	94,2	94,6	86,3	88,5	92,3	91,7	75,9	85,5	88,8	89,6
Distrito Federal	96,4	97,4	98,2	97,2	93,1	95,4	96,1	96,5	91,0	94,9	94,5	92,9
Regiões Metropolitanas												
Belém	92,6	91,2	92,6	93,3	87,4	85,3	88,9	88,9	87,6	86,1	84,9	84,9
Fortaleza	81,2	84,4	87,9	88,5	72,2	76,8	81,9	81,9	62,6	76,0	70,8	76,3
Recife	86,7	84,9	87,5	75,6	81,5	79,4	82,5	69,5	80,5	78,0	81,4	91,4
Salvador	79,9	82,3	87,5	86,1	77,0	81,3	84,9	83,4	73,1	80,6	85,4	83,9
Belo Horizonte	91,8	93,7	94,7	94,8	85,2	88,6	90,2	91,0	79,9	87,4	88,4	90,4
Rio de Janeiro	96,0	97,0	97,4	97,2	93,0	94,9	95,6	95,9	89,1	92,3	94,2	93,7
São Paulo	95,1	95,7	97,2	97,0	91,1	93,4	94,7	94,8	88,7	92,7	94,0	93,8
Curitiba	93,4	95,0	95,2	96,1	84,5	89,1	90,8	91,6	83,8	86,9	84,9	89,6
Porto Alegre	94,6	95,5	96,5	96,4	87,4	90,5	91,5	92,8	88,2	92,1	93,4	93,5

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As categorias raça/cor – conforme autodeclaração do respondente – Brancos, Pretos e Pardos não esgotam as categorias de raça/cor levantadas pelo IBGE.

As estatísticas Amarelos, Indígenas e Não Declarado não foram apuradas por não ter observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística.

As estimativas levam em consideração a idade em anos completos na data de referência da Pnad.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

META DO PNE

*Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de **Educação de Jovens e Adultos** na forma integrada à Educação Profissional, nos ensinos Fundamental e Médio.*

A meta do Plano Nacional de Educação (PNE) referente à Educação de Jovens e Adultos (EJA) difere das demais por sua especificidade, ao abordar particularmente as matrículas em cursos que integram Educação Profissional. Talvez seja uma forma de apontar um caminho para essa modalidade de ensino, cujo total de matrículas vem caindo nos últimos anos em todas as regiões. Embora algumas experiências ligadas ao mundo do trabalho se destaquem no País, a opção da EJA integrada à Educação Profissional ainda registra números pouco expressivos, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Total de matrículas e matrículas na EJA integrada à Educação Profissional
Ensinos Fundamental e Médio - 2012

	Total EJA	Nível Fundamental			Nível Médio		
		Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas Integrado à Educação Profissional	Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas Integrado à Educação Profissional
Brasil	3.906.877	2.561.013	18.622	0,73	1.345.864	35.993	2,67
Norte	521.401	370.576	2.005	0,54	150.825	4.302	2,85
Nordeste	1.538.222	1.168.152	13.913	1,19	370.070	20.549	5,55
Sudeste	1.219.411	665.611	1.439	0,22	553.800	6.373	1,15
Sul	369.730	215.015	1.090	0,51	154.715	2.892	1,87
Centro-Oeste	258.113	141.659	175	0,12	116.454	1.877	1,61

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica.*

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação de Jovens e Adultos

Matrículas por etapa de ensino – 2007-2012

Ano	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por etapa de ensino								
	Total geral	Ensino Fundamental					Ensino Médio		
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Integrado à Educação Profissional	Projovem (Urbano)	Total	Médio	Integrado à Educação Profissional
2007	4.985.338	3.367.032	1.160.879	2.206.153	1.618.306	1.608.559	9.747
2008	4.945.424	3.295.240	1.127.077	2.164.187	3.976	...	1.650.184	1.635.245	14.939
2009	4.661.332	3.094.524	1.035.610	2.055.286	3.628	...	1.566.808	1.547.275	19.533
2010	4.287.234	2.860.230	923.197	1.922.907	14.126	...	1.427.004	1.388.852	38.152
2011	4.046.169	2.681.776	935.084	1.722.697	23.995	...	1.364.393	1.322.422	41.971
2012	3.906.877	2.561.013	870.181	1.618.587	18.622	53.623	1.345.864	1.309.871	35.993
Δ% 2011/2012	-3,40	-4,50	-6,90	-6,00	-22,40	...	-1,40	-0,90	-14,20

Fonte: MEC/Inep/DEED.

Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica 2012.

Notas: Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

Educação de Jovens e Adultos: inclui matrículas de EJA presencial e semipresencial.

O Projovem (Urbano) passou a ser coletado em 2012.

Educação de Jovens e Adultos

Matrículas no Ensino Fundamental – 2012

	TOTAL	Presencial	Semipresencial	Integrada presencial	Integrada semipresencial
Brasil	2.561.013	2.329.843	212.548	17.288	1.334
Norte	370.576	346.082	22.489	1.865	140
Nordeste	1.168.152	1.122.027	32.212	13.217	696
Sudeste	665.611	531.784	132.388	941	498
Sul	215.015	190.945	22.980	1.090	–
Centro-Oeste	141.659	139.005	2.479	175	–

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação de Jovens e Adultos

Matrículas no Ensino Médio – 2012

	TOTAL	Presencial	Semipresencial	Integrada presencial	Integrada semipresencial
Brasil	1.345.864	1.026.658	283.213	35.034	959
Norte	150.825	120.494	26.029	3.916	386
Nordeste	370.070	293.016	56.505	20.256	293
Sudeste	553.800	390.727	156.700	6.093	280
Sul	154.715	110.836	40.987	2.892	–
Centro-Oeste	116.454	111.585	2.992	1.877	–

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação de Jovens e Adultos

Matrícula total na EJA e na EJA integrada à Educação Profissional – Brasil 2012

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

2012							
Brasil, regiões e unidades da federação	Total EJA	Nível Fundamental			Nível Médio		
		Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas Integrado à Educação Profissional	Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas Integrado à Educação Profissional
BRASIL	3.906.877	2.561.013	18.622	0,73	1.345.864	35.993	2,67
Norte	521.401	370.576	2005	0,54	150.825	4.302	2,85
Rondônia	67.226	38.818	500	1,29	28.408	279	0,98
Acre	28.723	20.623	148	0,72	8.100	250	3,09
Amazonas	109.117	77.537	144	0,19	31.580	526	1,67
Roraima	11.077	5.145	30	0,58	5.932	337	5,68
Pará	257.481	199.943	1.029	0,51	57.538	2.213	3,85
Amapá	24.132	17.084	0	0,00	7.048	161	2,28
Tocantins	23.645	11.426	154	1,35	12.219	536	4,39
Nordeste	1.538.222	1.168.152	13.913	1,19	370.070	20.549	5,55
Maranhão	178.714	147.983	583	0,39	30.731	1.511	4,92
Piauí	98.338	71.317	1.554	2,18	27.021	2.957	10,94
Ceará	199.378	140.530	890	0,63	58.848	1.506	2,56
Rio Grande do Norte	88.139	69.834	349	0,50	18.305	1.838	10,04
Paraíba	144.361	109.190	320	0,29	35.171	900	2,56
Pernambuco	232.370	184.802	6.957	3,76	47.568	957	2,01
Alagoas	103.833	91.086	471	0,52	12.747	448	3,51
Sergipe	56.006	41.736	1.105	2,65	14.270	443	3,10
Bahia	437.083	311.674	1.684	0,54	125.409	9.989	7,97
Sudeste	1.219.411	665.611	1.439	0,22	553.800	6.373	1,15
Minas Gerais	348.323	184.996	702	0,38	163.327	1.542	0,94
Espírito Santo	72.598	42.922	43	0,10	29.676	1.135	3,82
Rio de Janeiro	316.590	195.790	541	0,28	120.800	3.479	2,88
São Paulo	481.900	241.903	153	0,06	239.997	217	0,09
Sul	369.730	215.015	1.090	0,51	154.715	2.892	1,87
Paraná	146.719	85.847	381	0,44	60.872	1.447	2,38
Santa Catarina	74.776	35.402	129	0,36	39.374	289	0,73
Rio Grande do Sul	148.235	93.766	580	0,62	54.469	1.156	2,12
Centro-Oeste	258.113	141.659	175	0,12	116.454	1.877	1,61
Mato Grosso do Sul	43.924	22.516	0	0,00	21.408	236	1,10
Mato Grosso	101.054	57.744	175	0,30	43.310	727	1,68
Goiás	61.773	33.882	0	0,00	27.891	914	3,28
Distrito Federal	51.362	27.517	0	0,00	23.845	0	0,00

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

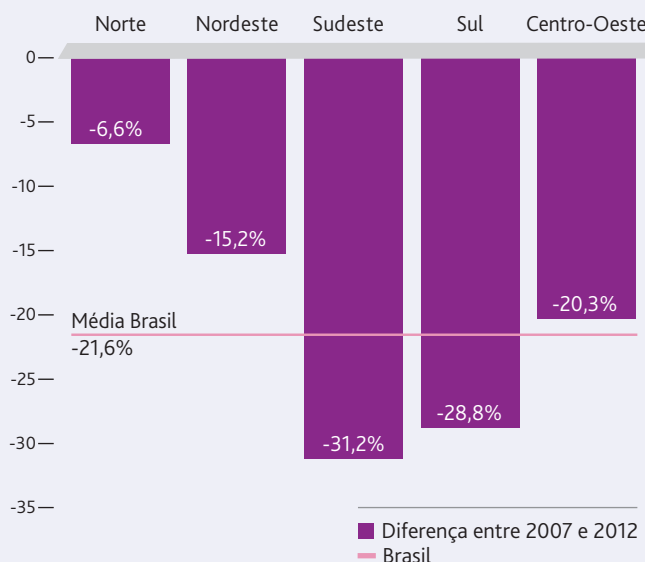


Aluno de EJA durante aula de alfabetização em escola do bairro da Lapa, Rio de Janeiro

Educação de Jovens e Adultos
Matrículas

Brasil e regiões – 2007-2012

	TOTAL 2007	TOTAL 2012	Δ% 2007/2012
BRASIL	4.985.338	3.906.877	-21,6%
Norte	558.046	521.401	-6,6%
Nordeste	1.812.988	1.538.222	-15,2%
Sudeste	1.771.264	1.219.411	-31,2%
Sul	519.165	369.730	-28,8%
Centro-Oeste	323.875	258.113	-20,3%



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Nota: Inclui matrículas da Educação de Jovens e Adultos presencial, semipresencial e integrada à educação profissional.

Os números da EJA integrada à Educação Profissional nas unidades da federação seguem tendência semelhante à da média nacional, com alguns poucos destaques positivos, como os estados do Rio Grande do Norte e do Piauí, no caso do Ensino Médio, como mostra a tabela da página ao lado.

A tabela e o gráfico ao lado, por sua vez, evidenciam a queda das matrículas na EJA desde 2007, em especial nas regiões Sudeste e Sul, com reduções bem mais significativas do que a média do Brasil.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META DO PNE

Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

O total de matrículas na Educação Profissional, que compreende as formas de articulação concomitante, subsequente e integrada ao Ensino Médio, cresce a cada ano. Hoje, equivale a 16% do total de matrículas no Ensino Médio. Entre 2009 e 2012, o número aumentou 31% e a maior parte desses novos estudantes está na rede pública, quando considerados os indicadores referentes ao total do País. Observada a distribuição regional das matrículas, destaca-se o fato de Nordeste e Sul apresentarem totais semelhantes, apesar das diferenças populacionais. A região Sudeste, por sua vez, concentra mais da metade dos jovens brasileiros que cursam a Educação Profissional. Geralmente, prevalece a forma de articulação subsequente, com exceção do Nordeste, em que se nota forte presença da forma integrada.

Educação Profissional

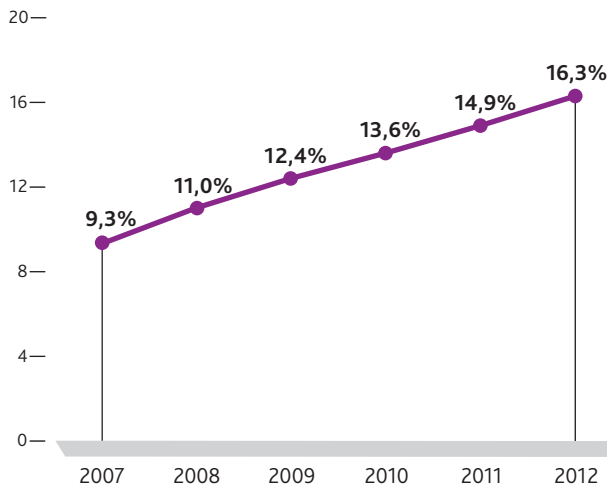
Matrículas nas redes pública e privada

Brasil e regiões – 2009-2012

	2009			2010			2011			2012		
	Total	Pública %	Privada %	Total	Pública %	Privada %	Total	Pública %	Privada %	Total	Pública %	Privada %
Brasil	1.036.945	51,8	48,2	1.140.388	52,2	47,8	1.250.900	53,5	46,5	1.362.200	53,6	46,4
Norte	52.678	70,8	29,2	55.416	68,9	31,1	64.893	68,1	31,9	77.786	66,1	33,9
Nordeste	161.766	72,5	27,5	190.038	73,8	26,2	232.496	74,3	25,7	271.660	72,4	27,6
Sudeste	568.051	42,1	57,9	622.514	41,8	58,2	664.570	42,3	57,7	708.120	42,4	57,6
Sul	204.984	59,2	40,8	219.020	60,3	39,7	228.397	60,5	39,5	233.081	61,6	38,4
Centro-Oeste	49.466	45,6	54,4	53.400	47,2	52,8	60.544	55,2	44,8	71.553	52,9	47,1

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Matrículas da Educação Profissional em relação ao total de matrículas do Ensino Médio – 2007-2012



Fonte: MEC/Inep/DEED. *Sinopse Estatística da Educação Básica.*

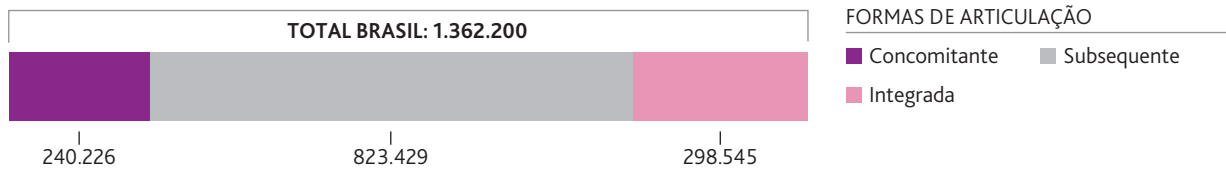
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Em 2007, o total de matrículas na Educação Profissional era equivalente a 9,3% do total do Ensino Médio; em 2012, essa porcentagem chegou a 16,3%

Educação Profissional

Matrículas por região e formas de articulação com o Ensino Médio – 2012

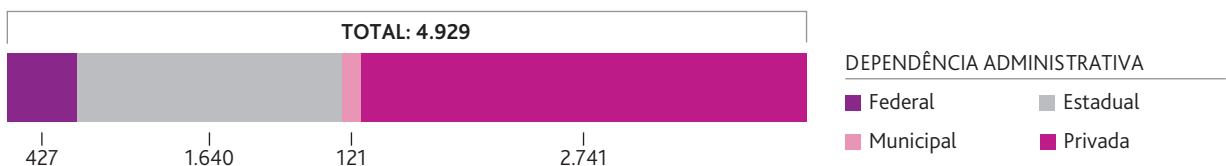
	Total Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Concomitante	240.226	8.508	21.744	167.419	34.367	8.188
Subsequente	823.429	49.492	122.570	465.496	142.539	43.332
Integrada	298.545	19.786	127.346	75.205	56.175	20.033
TOTAL	1.362.200					



Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica.*

Educação Profissional

Estabelecimentos por dependência administrativa – 2012



Fonte: MEC/Inep/DEED.

Notas: O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino.

Inclui estabelecimentos que oferecem educação profissional concomitante, subsequente e integrada.

Educação Profissional**Matrículas de Ensino Médio regular e da Educação Profissional**

Por regiões e unidades da federação – 2012

	Matrículas no Ensino Médio	Matrículas na Educação Profissional	Matrículas na Educação Profissional em relação ao total de matrículas no Ensino Médio (Em %)
BRASIL	8.376.852	1.362.200	16,3
Região Norte	772.578	77.786	10,1
Roraima	65.745	6.446	9,8
Acre	39.273	3.426	8,7
Amazonas	181.519	25.457	14,0
Roraima	21.055	2.827	13,4
Pará	356.554	25.016	7,0
Amapá	39.122	5.400	13,8
Tocantins	69.310	9.214	13,3
Região Nordeste	2.354.227	271.660	11,5
Maranhão	308.433	17.110	5,5
Piauí	155.998	28.343	18,2
Ceará	406.567	52.905	13,0
Rio Grande do Norte	145.943	19.954	13,7
Paraíba	142.290	13.540	9,5
Pernambuco	392.384	45.718	11,7
Alagoas	131.801	15.380	11,7
Sergipe	81.739	6.049	7,4
Bahia	589.072	72.661	12,3
Região Sudeste	3.474.504	708.120	20,4
Minas Gerais	848.983	150.832	17,8
Espírito Santo	137.357	44.762	32,6
Rio de Janeiro	603.057	126.524	21,0
São Paulo	1.885.107	386.002	20,5
Região Sul	1.141.452	233.081	20,4
Paraná	484.607	87.323	18,0
Santa Catarina	254.636	52.770	20,7
Rio Grande do Sul	402.209	92.988	23,1
Região Centro-Oeste	634.091	71.553	11,3
Mato Grosso do Sul	100.488	14.585	14,5
Mato Grosso	159.661	17.979	11,3
Goiás	262.168	23.692	9,0
Distrito Federal	111.774	15.297	13,7

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.



Escola de marcenaria no Paraná

Educação Profissional**Matrículas nas modalidades integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio nas redes pública e privada**

Por regiões e unidades da federação – 2012

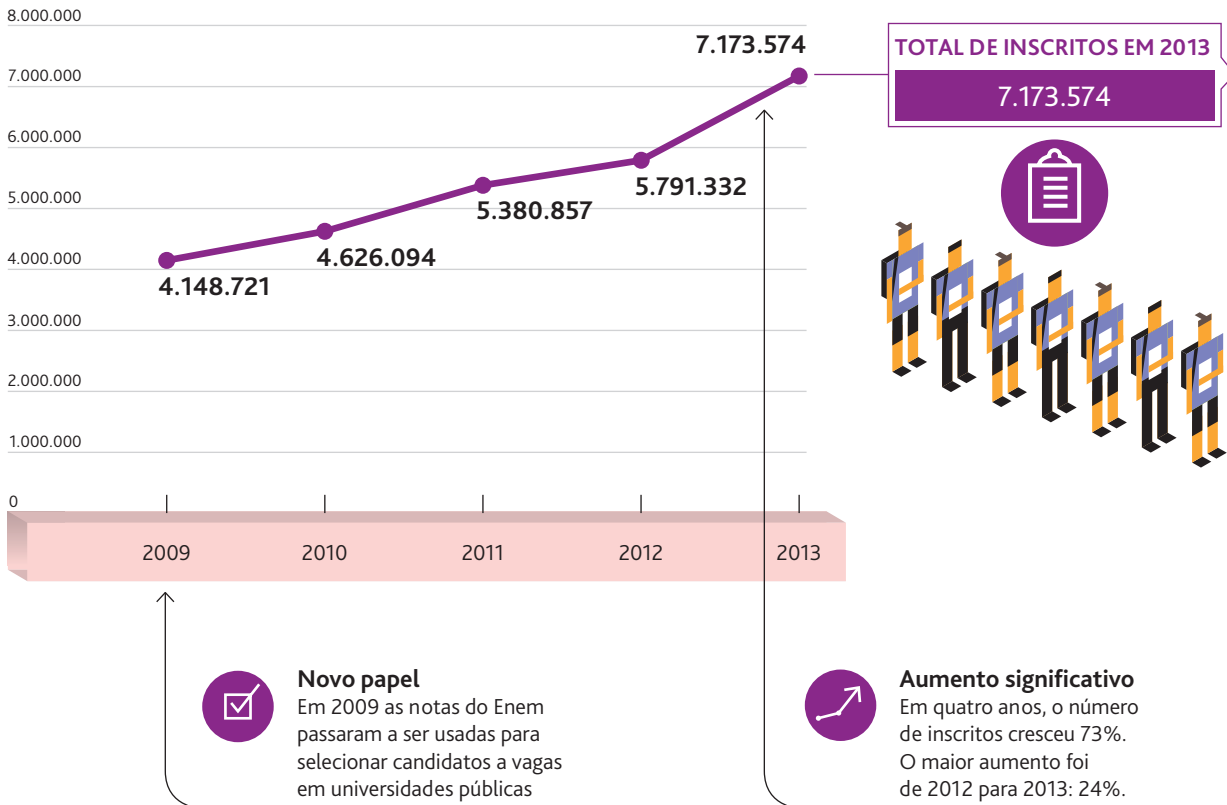
	Rede Total			Rede Pública			Rede Privada		
	Ensino Médio integrado à Educação Profissional	Concomitante	Subsequente	Ensino Médio integrado à Educação Profissional	Concomitante	Subsequente	Ensino Médio integrado à Educação Profissional	Concomitante	Subsequente
BRASIL	298.545	240.226	823.429	273.431	106.277	350.042	25.114	133.949	473.387
Região Norte	19.786	8.508	49.492	19.146	2.354	29.882	640	6.154	19.610
Rondônia	3.049	1.004	2.393	2.678	77	633	371	927	1.760
Acre	365	153	2.908	365	0	2.344	0	153	564
Amazonas	3.671	1.875	19.911	3.671	995	13.782	0	880	6.129
Roraima	1.955	148	724	1.955	41	655	0	107	69
Pará	5.557	4.364	15.095	5.371	1.093	8.691	186	3.271	6.404
Amapá	1.819	453	3.128	1.819	24	2.124	0	429	1.004
Tocantins	3.370	511	5.333	3.287	124	1.653	83	387	3.680
Região Nordeste	127.346	21.744	122.570	125.840	8.441	62.438	1.506	13.303	60.132
Maranhão	6.335	800	9.975	6.006	640	2.858	329	160	7.117
Piauí	15.423	1.388	11.532	15.105	1.015	8.666	318	373	2.866
Ceará	32.395	7.375	13.135	32.291	1.634	1.508	104	5.741	11.627
Rio Grande do Norte	7.030	651	12.273	7.030	62	5.279	0	589	6.994
Paraíba	7.196	562	5.782	7.196	168	2.955	0	394	2.827
Pernambuco	10.507	4.664	30.547	10.358	557	16.580	149	4.107	13.967
Alagoas	5.971	1.063	8.346	5.971	242	1.479	0	821	6.867
Sergipe	1.859	264	3.926	1.700	257	3.208	159	7	718
Bahia	40.630	4.977	27.054	40.183	3.866	19.905	447	1.111	7.149
Região Sudeste	75.205	167.419	465.496	54.727	81.938	163.416	20.478	85.481	302.080
Minas Gerais	15.388	25.609	109.835	13.445	6.872	15.215	1.943	18.737	94.620
Espírito Santo	15.278	6.096	23.388	13.613	2.934	10.024	1.665	3.162	13.364
Rio de Janeiro	15.499	49.260	61.765	10.393	21.807	18.131	5.106	27.453	43.634
São Paulo	29.040	86.454	270.508	17.276	50.325	120.046	11.764	36.129	150.462
Região Sul	56.175	34.367	142.539	55.137	11.857	76.697	1.038	22.510	65.842
Paraná	32.749	1.953	52.621	31.936	29	34.288	813	1.924	18.333
Santa Catarina	11.622	14.149	26.999	11.548	4.591	10.632	74	9.558	16.367
Rio Grande do Sul	11.804	18.265	62.919	11.653	7.237	31.777	151	11.028	31.142
Região Centro-Oeste	20.033	8.188	43.332	18.581	1.687	17.609	1.452	6.501	25.723
Mato Grosso do Sul	2.650	1.688	10.247	2.514	123	4.772	136	1.565	5.475
Mato Grosso	11.153	688	6.138	11.153	323	3.774	0	365	2.364
Goiás	5.533	3.344	14.815	4.217	666	3.186	1.316	2.678	11.629
Distrito Federal	697	2.468	12.132	697	575	5.877	0	1.893	6.255

Fonte: MEC/Inep/DEED – Síntese Estatística da Educação Básica.

ENEM

O Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) conquistou um espaço importante na ampliação da perspectiva de continuidade escolar dos brasileiros, especialmente quando se tornou meio de acesso à Educação Superior. Cerca de 7,1 milhões de pessoas se inscreveram para realizar o exame, em 2013, sendo mais da metade composta por jovens e adultos, na faixa etária de 19 a 35 anos.

Inscrições confirmadas – Brasil – 2013



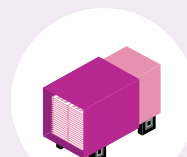
Logística

ENEM 2013

A realização do exame mobiliza um grande número de pessoas e recursos.



15,9 milhões
Provas impressas



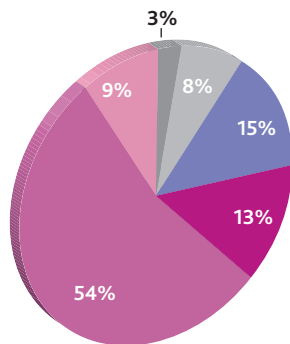
11,5 mil
Rotas de distribuição



Treineiros

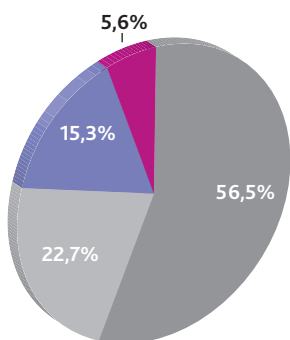
A participação de quem tem menos de 17 anos no total de inscritos para o Enem tem aumentado.

Por faixa etária



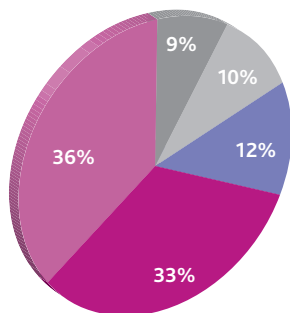
FAIXA ETÁRIA	INSCRIÇÕES
Menor que 16 anos	206.655
16 anos	552.921
17 anos	1.048.396
18 anos	901.639
19 a 35 anos	3.836.288
Maior de 35 anos	627.675
Total	7.173.574

Por situação de conclusão



SITUAÇÃO	INSCRIÇÕES
Concluiu o Ensino Médio	4.051.921
Concluirá no ano atual	1.626.931
Concluirá após o ano atual	1.095.747
Não concluiu e não está cursando o Ensino Médio	398.975
Total	7.173.574

Por Região



REGIÃO	INSCRIÇÕES
Centro-Oeste	620.646
Norte	746.083
Sul	886.705
Nordeste	2.358.506
Sudeste	2.561.634
Total	7.173.574

Fontes: MEC/Inep. Indicadores educacionais e dados consolidados Enem 2013.



1.661
Municípios onde a prova é aplicada



16,3 mil
Locais de prova



724,2 mil
Trabalham nos locais de prova

O Ensino Médio brasileiro passou por importantes transformações nos últimos 20 anos. Nesse período, a cobertura aumentou substancialmente, sobretudo para os mais pobres. Em 1995, por exemplo, apenas 23,5% dos brasileiros de 15 a 17 anos cursavam esse nível de ensino (Pnad); já em 2012, foram 54,4%. Essa é a metade cheia do copo.

Mas não há como celebrar: a cobertura ainda é baixa, mesmo quando comparada à de países com níveis de renda similar. E a melhoria na cobertura do Ensino Médio no Brasil ocorreu principalmente no período de 1995 a 2006. A partir daí, a taxa líquida de matrícula no Ensino Médio começou a crescer mais lentamente, e o número de alunos cursando o nível médio permaneceu praticamente constante, em torno de 8,1 milhões (Pnad). Quanto ao grau de conclusão, em 2012 observamos que apenas 51,8% dos jovens de 19 anos tinham terminado o nível médio. Na prática, isso significa que mais de um terço dos que estão ingressando agora no mercado de trabalho jamais concluirá esse nível de ensino. Num mercado cada vez mais sofisticado e exigente em termos de qualificação, esse resultado revela que grande parte da nova geração terá enorme dificuldade de encontrar uma ocupação adequada. Essa é a parte dramaticamente vazia do copo.

Um dado revelador é que a estagnação na evolução dos níveis de cobertura a partir de meados da década passada ocorreu primeiro nos estratos superiores da distribuição de renda: entre os 20% mais ricos, a cobertura estabilizou-se um pouco abaixo de 80% a partir de 2002. Tal resultado sugere haver um teto para o avanço da escolarização. Porém, como a não cobertura entre os mais ricos não pode ser atribuída a causas econômicas –, como a necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho – o mais provável é que o fenômeno esteja associado às próprias condições de oferta do ensino básico, inclusive em escolas privadas. Questões como a adequação do currículo, o interesse do jovem pelos conteúdos, a percepção de relevância do nível médio também precisam ser consideradas – um tema, aliás, que vem sendo debatido internacionalmente.

Outro aspecto crucial da parte vazia do copo diz respeito à qualidade do Ensino Médio, que continua bastante limitada, apesar de uma modesta melhora no período recente. O IDEB – que é um indicador que combina aspectos de cobertura e de desempenho escolar – mostra que a escola pública de Ensino Médio passou de 3,1 pontos em 2005 para 3,4 em 2012. No entanto, esse avanço foi mais lento que o observado no Ensino Fundamental, e sua melhora foi mais influenciada pelo aumento da cobertura do que da qualidade.

Segundo os dados da amostra SAEB, houve queda da proficiência dos alunos de escolas públicas nas avaliações de português (3º ano do Ensino Médio) entre 1999 e 2005, com avanço lento a partir daí. Considerando o conjunto do período, houve estagnação, com média de 257,01 em 1999 e 261,38 em 2011. É importante lembrar que uma proficiência entre 175 e 250 pontos no 3º ano do Ensino Médio significa que o aluno tem severas limitações no domínio culto do nosso idioma: sabe apenas distinguir entre o que é fato e o que é opinião

em um fragmento de texto e identificar a finalidade básica de um texto simples. É muito pouco.

Em matemática, o quadro não é menos preocupante. A média do indicador SAEB permaneceu estável para o conjunto do período considerado, em torno de 270 pontos no caso da escola pública. Vale notar que apenas o nível de proficiência superior a 300 pontos inclui o domínio de equações de primeiro grau, que em tese devem ser aprendidas ainda no Ensino Fundamental.

Enfim, como continuar a encher o copo? Os aspectos aqui discutidos evidenciam a necessidade de uma ampla revisão do Ensino Médio no Brasil. É verdade que diversas iniciativas de reforma foram anunciadas nos últimos 20 anos, mas os limitados resultados concretos mostram nossa impotência em superar as dificuldades e transformar formulação de políticas em implementação efetiva. Como consequência, a crise do Ensino Médio continua a desafiar governos, gestores e professores.

No atual modelo, não existem percursos escolares alternativos ou um sistema mais diversificado que atenda às aspirações dos jovens. A retomada do esforço relacionado ao ensino profissionalizante não resolve esse dilema. Afinal, a questão é saber se a ampliação da Educação profissional contribuirá para resolver o problema da baixa qualidade do ensino e da falta de motivação.

Em política pública, a segunda metade do copo é sempre a mais difícil de encher. Exige maior cooperação dos envolvidos e a construção de consensos que nos permitam responder a perguntas difíceis, mas inevitáveis: será que devemos insistir no extenso currículo previsto hoje para o nível médio, independentemente da trajetória de vida ou da área de conhecimento escolhida no curso superior? Por outro lado, que áreas do currículo precisam ser aprofundadas para dar conta das novas realidades da vida moderna? E como deve ser a arquitetura do sistema para abarcar satisfatoriamente diferentes projetos, expectativas e situações existenciais dos jovens?

Essa discussão coloca dois aspectos centrais: promover mudanças relacionadas ao currículo e repensar a estrutura organizacional. Primeiro, precisamos rever as bases curriculares, construindo consensos sobre as expectativas de aprendizagem e a integração do currículo às novas tecnologias educacionais. Segundo, a estrutura organizacional deve ser mais flexível, inclusive considerando um novo engajamento de governos municipais e de outras organizações da sociedade, como o Pronatec e algumas experiências estaduais comecem a ensaiar.

Os jovens de hoje, intensamente conectados às redes sociais, continuam numa escola cuja lógica organizacional ainda remonta ao século XIX. E o choque de gerações, que sempre existiu, está se intensificando e ganhando novas dimensões de classe, com o ingresso dos mais pobres nesse nível de ensino. Em suma, é fundamental promover a diversificação do currículo e a revisão do envelhecido modelo único de Ensino Médio. Chegou a hora de – com sobriedade – encarmos o desafio da reforma. E esse é um desafio de todos.



Haroldo da Gama Torres

É economista, pesquisador do Cebrap e autor do estudo “O que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola”.

“Em política pública, a segunda metade do copo é sempre a mais difícil de encher. Exige maior cooperação dos envolvidos e a construção de consensos que nos permitam responder a perguntas difíceis, mas inevitáveis.”

EDUCAÇÃO SUPERIOR

METAS DO PNE

*Elevar a taxa bruta de matrícula na **Educação Superior** para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, asseguradas a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público.*

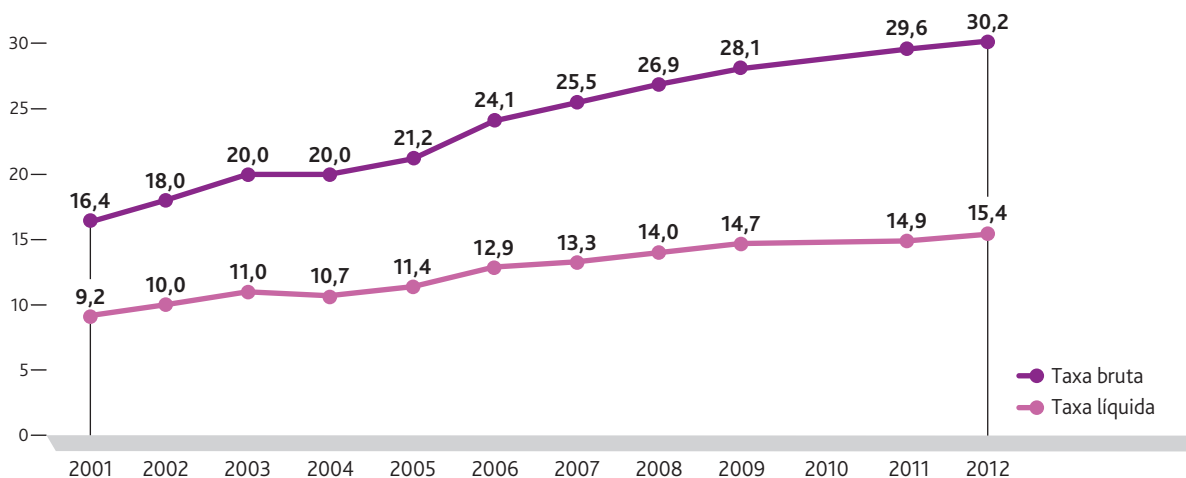
Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores.

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

O desafio da elevação da taxa líquida de matrícula na Educação Superior é complexo. O índice passou de 6% para 15,4%, entre 1995 e 2012, mas o Brasil ainda está a meio caminho da meta estabelecida pelo PNE. O alcance passa pelo enfrentamento das desigualdades de oportunidades educacionais, pela melhoria da qualidade e do fluxo no Ensino Médio e também por decisões como a expansão planejada dos cursos e do número de vagas oferecidas nos ensinos público e privado.

Educação Superior

Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos
Taxas bruta e líquida de matrícula – 2001-2012



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar. Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Educação Superior

Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos
Taxa líquida de matrículas por renda – Brasil – 2001-2012

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Total	9,2	10,0	11,0	10,7	11,4	12,9	13,3	14,0	14,7	14,9	15,4
25% mais pobres	0,7	0,7	0,9	0,8	1,3	1,5	2,0	2,5	2,7	3,9	4,1
25% a 50%	2,0	2,8	3,5	3,3	4,3	5,3	6,2	6,7	8,0	9,1	9,8
50% a 75%	7,5	8,6	10,4	11,3	12,7	14,4	15,4	16,0	18,0	17,4	18,8
25% mais ricos	32,5	34,5	37,2	36,7	37,4	41,4	39,1	39,6	40,6	37,1	38,4

Taxa líquida de matrículas por raça/cor – Brasil – 2001-2012

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Branços	14,4	15,8	17,1	16,5	17,6	19,6	20,2	20,9	21,6	21,4	22,4
Pretos	2,2	3,2	4,3	4,7	6,2	6,6	6,4	7,3	7,2	7,8	8,0
Pardos	3,5	4,0	4,6	5,1	5,6	6,4	7,1	7,9	8,7	9,6	10,2

Taxa líquida de matrículas por localidade – Brasil – 2001-2012

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Urbana	10,5	11,5	12,6	12,5	13,3	14,8	15,2	15,9	16,6	16,6	17,2
Rural	1,4	1,6	1,6	1,7	2,2	2,5	3,1	3,4	4,3	4,0	4,3

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

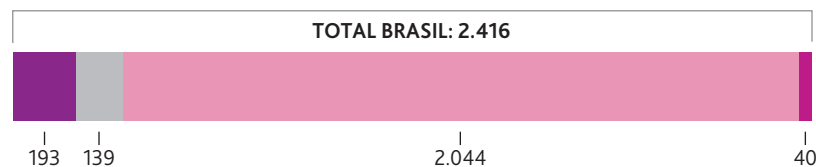
As categorias raça/cor – conforme autodeclaração do respondente – Brancos, Pretos e Pardos não esgotam as categorias de raça/cor levantadas pelo IBGE.

As estatísticas Amarelos, Indígenas e Não Declarado não foram apuradas por não ter observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística.

O acesso à Educação Superior é marcado por diferenças socioeconômicas significativas

Educação Superior

Número de instituições – 2012

**ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA**

- Universidades
- Centros Universitários
- Faculdades
- Institutos Federais (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets)

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Educação Superior

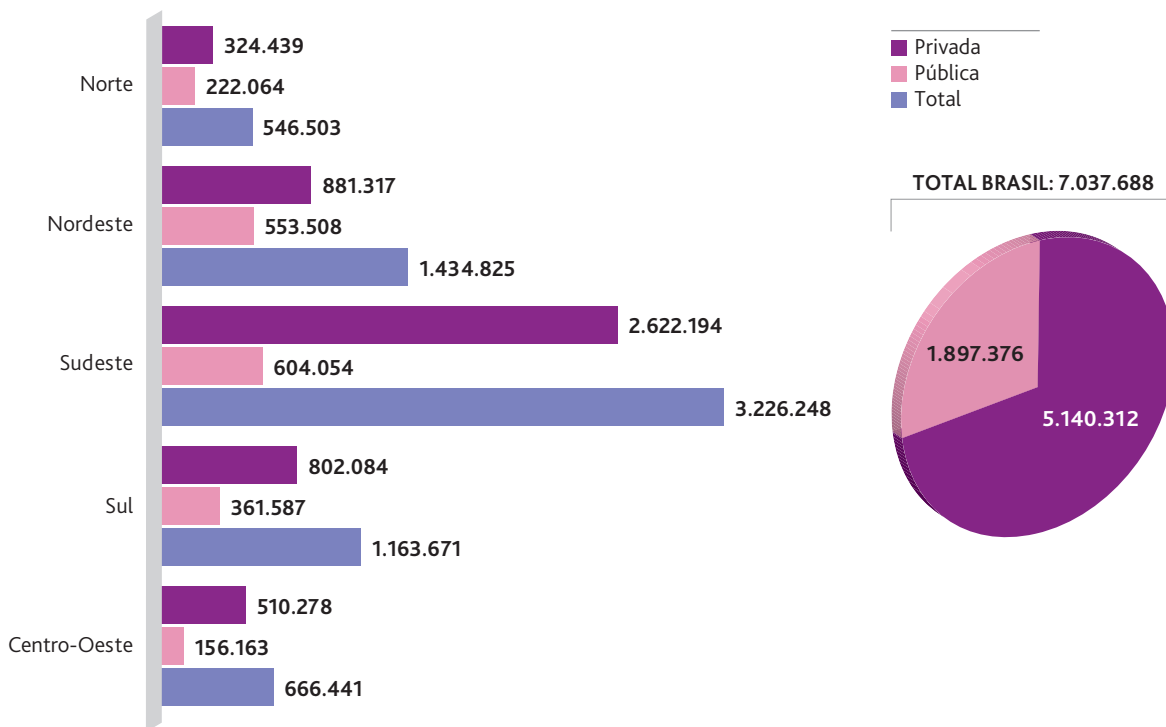
Número de instituições por região – 2012

Grandes Regiões	Total Geral	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IF e Cefet
Brasil	2.416	193	139	2.044	40
Norte	154	16	8	123	7
Nordeste	444	37	10	386	11
Sudeste	1.173	80	87	995	11
Sul	409	46	21	336	6
Centro-Oeste	236	14	13	204	5

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Educação Superior

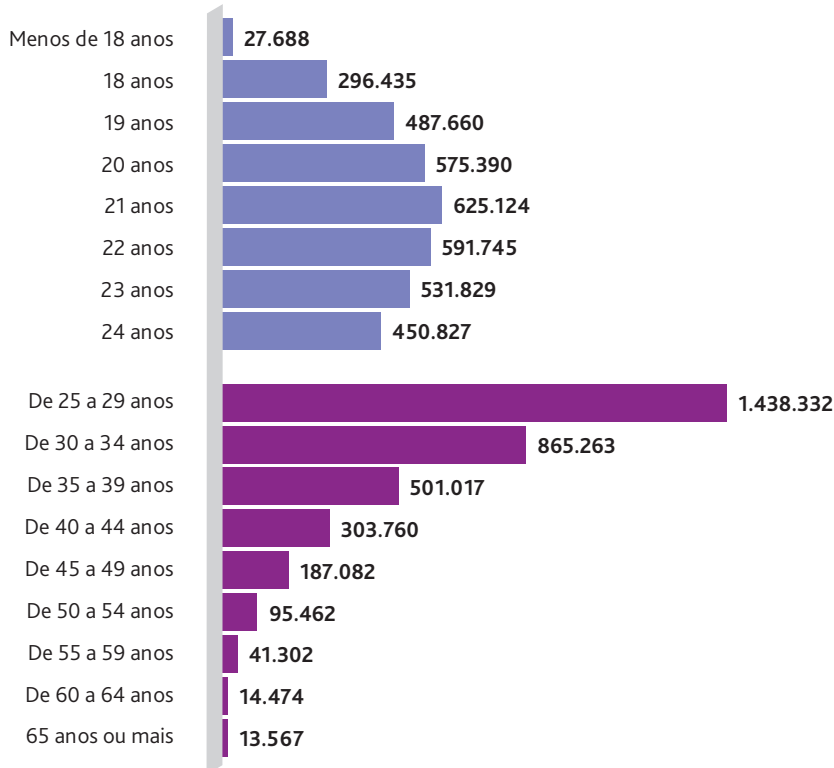
Matrículas por dependência administrativa no Brasil e Regiões – 2012



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Educação Superior

Matrículas por faixa etária, Brasil – 2012



3,4 milhões é o número de matrículas de pessoas com mais de 25 anos na Educação Superior

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.



Candidatos realizam a prova da Fuvest em São Paulo

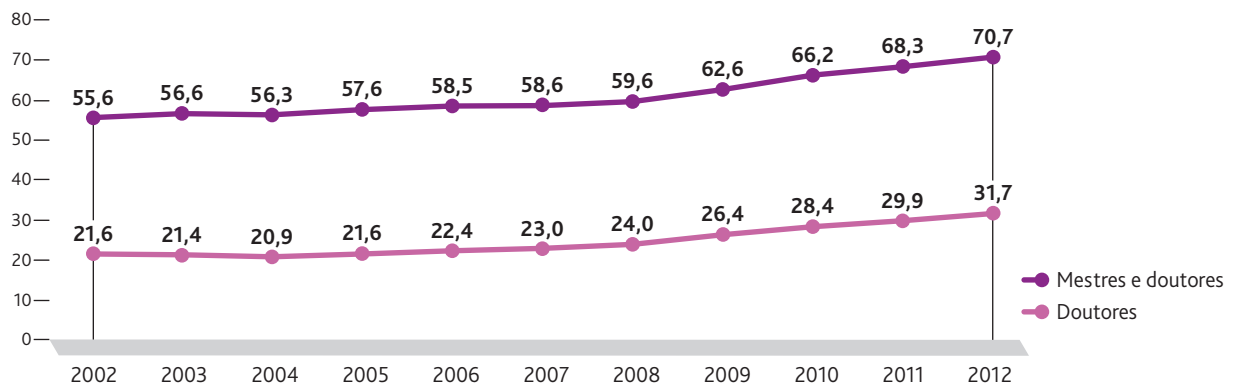
Assim como ocorre na Educação Básica, a Educação Superior também expressa as consequências das desigualdades sociais e de oportunidades educacionais que caracterizam a história do ensino brasileiro.

Cursar uma universidade ainda é um privilégio da população branca urbana das camadas de maior poder econômico, quando se tomam por comparação critérios como renda, raça e localidade.

Entre os 25% mais ricos da população de 18 a 24 anos, 38,4% cursam a Educação Superior. Em contrapartida entre os 25% mais pobres apenas 4,1% têm a mesma possibilidade. Do mesmo modo, se 22,4% dos brancos dessa faixa etária estão matriculados na Educação Superior, o mesmo ocorre somente para 8% dos pretos.

Educação Superior

Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente da Educação Superior – Brasil – 2002-2012



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior
Taxa líquida de matrícula – 1995 - 2012 – Por regiões, unidades da federação e regiões metropolitanas

Total	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
BRASIL	6,0	6,1	6,4	7,0	7,5	9,2	10,0	11,0	10,7	11,4	12,9	13,3	14,0	14,7	14,9	15,4
Região Norte	3,5	3,4	3,5	3,6	3,8	5,3	7,0	6,4	5,7	6,9	7,7	9,0	9,6	10,9	10,8	11,0
Roraima	2,6	2,7	2,0	4,8	5,2	5,2	8,7	9,5	7,7	8,2	9,4	11,6	12,9	14,7	10,9	12,1
Acre	2,5	7,5	6,2	5,5	4,0	9,3	7,9	10,6	6,0	9,2	10,6	13,2	10,7	10,1	13,5	16,3
Amazonas	2,8	3,1	3,5	2,7	3,4	4,7	8,1	6,7	5,4	7,3	9,0	11,1	10,8	13,4	12,5	11,7
Roraima	5,9	7,0	7,3	5,9	4,0	4,9	3,1	7,9	5,2	6,5	9,5	13,8	10,7	20,9	26,8	22,1
Pará	3,8	3,6	4,2	4,4	3,4	5,0	6,0	4,9	4,3	5,6	5,4	6,1	7,1	7,1	7,8	8,5
Amapá	4,2	4,5	0,5	0,6	4,0	4,7	4,6	9,3	8,6	9,6	12,6	11,4	12,5	13,7	14,4	13,1
Tocantins	4,1	1,8	2,6	2,2	4,7	6,2	8,5	6,6	10,2	10,0	10,8	11,0	14,1	17,9	14,6	14,5
Região Nordeste	3,0	3,2	3,1	3,3	3,8	5,2	5,2	5,8	5,9	6,1	7,3	7,6	8,3	9,5	10,7	11,4
Maranhão	2,7	1,9	1,2	1,0	2,3	4,4	4,1	5,0	5,0	5,2	6,0	6,6	4,3	6,9	6,2	7,3
Piauí	2,0	1,8	3,2	2,5	1,7	7,0	5,3	6,7	6,8	7,9	8,5	6,4	9,6	13,7	12,9	13,3
Ceará	2,8	2,9	2,9	2,8	4,2	5,9	6,7	6,2	6,6	6,8	8,2	8,5	9,9	9,7	13,1	12,4
Rio Grande do Norte	3,7	4,2	5,5	4,2	4,7	6,1	6,4	5,9	5,5	6,6	8,6	10,1	9,9	10,1	11,7	15,1
Paraíba	4,3	5,2	4,9	5,9	7,3	5,0	6,5	7,1	6,1	6,3	8,1	7,9	8,6	11,0	15,7	13
Pernambuco	4,1	4,1	3,4	4,6	4,4	5,7	5,3	5,7	6,3	6,6	7,9	7,5	8,7	9,5	10,5	12,2
Alagoas	2,7	4,3	2,8	4,1	3,9	5,7	4,6	5,5	4,1	4,4	5,2	6,8	7,7	11,1	11,9	11,4
Sergipe	3,8	3,9	3,5	4,4	5,4	7,3	7,1	7,8	8,0	8,6	10,9	10,4	13,3	15,0	14,0	14,2
Bahia	2,3	2,7	2,7	2,7	3,0	4,1	4,2	5,4	5,6	5,5	6,1	6,8	7,5	7,8	8,7	9,9
Região Sudeste	8,0	7,6	8,5	8,9	9,5	11,2	12,3	13,3	13,4	14,1	16,1	16,8	17,0	17,3	16,5	16,9
Minas Gerais	4,7	5,0	5,1	5,5	5,7	7,0	9,4	10,2	10,9	11,1	13,4	13,6	14,2	15,0	15,5	16,3
Espírito Santo	4,3	4,4	5,0	4,5	7,7	9,2	14,6	11,5	12,6	12,3	13,2	16,0	12,7	12,3	15,8	15,0
Rio de Janeiro	8,4	8,5	8,1	9,6	10,5	12,6	14,1	15,8	14,8	16,1	19,4	17,4	18,0	18,5	16,4	15,7
São Paulo	9,8	8,9	10,5	10,7	11,1	12,8	12,9	14,0	14,2	15,0	16,5	18,1	18,3	18,3	17,1	17,8
Região Sul	7,6	7,9	8,2	9,8	10,5	12,8	13,9	16,4	15,7	16,5	17,4	17,0	19,1	19,2	18,9	20,1
Paraná	5,8	6,7	6,8	8,5	9,5	12	12,4	15,2	17,4	15,4	16,7	17,5	18,7	19,4	19,9	19,2
Santa Catarina	7,3	6,9	7,3	9,2	9,1	13,9	14,1	17,0	14,8	18,6	19,0	18,0	20,1	20,5	19,0	22,5
Rio Grande do Sul	9,8	9,7	10,2	11,4	12,3	13,0	15,4	17,3	14,6	16,4	17,2	15,8	18,8	18,3	17,7	19,5
Região Centro-Oeste	5,2	6,7	6,4	7,0	7,8	9,8	12,1	12,5	12,5	14,0	15,1	16,0	16,6	17,9	19,9	19,4
Mato Grosso do Sul	4,5	7,8	6,4	7,4	8,3	10,6	12,8	13,9	12,1	13,8	12,7	15,4	13,3	16,4	18,4	20,7
Mato Grosso	3,2	7,9	5,5	5,9	5,5	7,2	9,2	8,0	8,5	10,3	11,8	10,9	16,9	16,2	19,4	16,8
Goiás	4,5	4,5	4,7	5,6	7,0	8,9	11,0	12,0	12,2	13,2	14,8	15,2	13,4	16,4	18,2	17,3
Distrito Federal	9,9	9,1	11,1	10,6	11,7	14,0	16,9	17,3	18,2	20,2	21,8	24,0	26,3	24,1	25,8	25,7
Regiões Metropolitanas																
Belém	9,6	8,8	9,1	9,7	7,7	7,8	9,8	8,4	10,2	10,6	10,6	14,0	14,0	12,8	16,6	15,8
Fortaleza	5,3	5,5	5,7	5,2	7,5	10,0	11,1	10,6	11,7	11,6	11,9	12,8	14,5	13,2	16,0	15,5
Recife	7,0	5,9	6,6	8,2	7,1	9,8	9,2	9,7	10,8	12,3	13,9	12,5	12,8	14,5	15,0	14,7
Salvador	6,4	7,9	7,9	7,3	8,0	9,7	10,3	10,8	12,6	10,3	12,7	14,7	13,9	13,1	16,1	15,8
Belo Horizonte	7,2	8,4	7,1	8,2	7,3	8,8	12,0	13,9	13,8	14,0	17,0	16,2	18,5	18,6	17,9	21,0
Rio de Janeiro	9,7	9,6	9,4	10,9	12,1	13,2	14,6	17,7	15,7	17,7	21,1	18,8	19,3	20,1	17,5	17,8
São Paulo	11,1	10,3	11,4	11,8	11,4	13,8	14,1	14,4	14,6	15,9	17,3	18,9	19,4	19,2	17,4	18,5
Curitiba	7,8	8,6	10,7	10,4	12,5	15,5	16,4	18,2	18,2	17,5	19,9	20,8	20,2	21,4	19,8	21,4
Porto Alegre	11,9	12,2	13,6	13,7	13,4	15,4	18,7	19,6	17,0	17,4	18,0	18,1	20,8	19,5	20,0	21,3

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 30 de junho, ou idade escolar.

Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001-2009.

A partir de 2004, a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da Pnad. Assim, até 2003, os dados da região Norte são referentes apenas à área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos das áreas urbana e rural do Norte.

Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente da Educação Superior – 2012
Por regiões e unidades da federação

Total	Mestres e doutores	Doutores
BRASIL	70,7	31,7
Região Norte	59,9	20,8
Rondônia	52,4	14,6
Acre	57,3	23,6
Amazonas	62,9	19,8
Roraima	60,0	19,2
Pará	68,0	26,5
Amapá	41,4	9,6
Tocantins	48,6	17,6
Região Nordeste	67,9	28,0
Maranhão	54,6	19,5
Piauí	55,3	17,0
Ceará	74,2	28,8
Rio Grande do Norte	72,0	34,6
Paraíba	78,3	36,2
Pernambuco	69,4	29,7
Alagoas	62,3	25,1
Sergipe	72,3	33,0
Bahia	65,8	26,3
Região Sudeste	73,1	35,6
Minas Gerais	69,4	29,8
Espírito Santo	73,5	28,4
Rio de Janeiro	77,7	40,7
São Paulo	73,1	37,0
Região Sul	74,8	32,4
Paraná	71,7	30,4
Santa Catarina	68,9	25,7
Rio Grande do Sul	82,8	39,5
Região Centro-Oeste	63,7	27,0
Mato Grosso do Sul	68,2	31,3
Mato Grosso	59,5	23,9
Goiás	58,8	21,5
Distrito Federal	71,3	34,9

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Superior*.

Número de mestres e doutores titulados – 2012
Por regiões e unidades da federação

Total	Mestres titulados	Doutores titulados
BRASIL	42.878	13.912
Região Norte	1.962	264
Rondônia	102	6
Acre	48	0
Amazonas	496	86
Roraima	44	0
Pará	1.087	166
Amapá	61	3
Tocantins	124	3
Região Nordeste	7.642	1.798
Maranhão	311	6
Piauí	298	10
Ceará	1.229	367
Rio Grande do Norte	826	207
Paraíba	1.160	287
Pernambuco	1.647	520
Alagoas	272	16
Sergipe	402	36
Bahia	1.497	349
Região Sudeste	20.894	8.807
Minas Gerais	4.483	1.294
Espírito Santo	656	63
Rio de Janeiro	4.890	1.877
São Paulo	10.865	5.573
Região Sul	9.205	2.421
Paraná	3.165	593
Santa Catarina	1.725	439
Rio Grande do Sul	4.315	1.389
Região Centro-Oeste	3.175	622
Mato Grosso do Sul	469	13
Mato Grosso	504	61
Goiás	978	165
Distrito Federal	1.224	383

Fonte: GeoCapes.

Alguns estados brasileiros titularam menos de 10 doutores ou não titularam ninguém em 2012

PROFESSORES – FORMAÇÃO

METAS DO PNE

*Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência do PNE, política nacional de **formação e valorização** dos profissionais da Educação, assegurando que todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.*

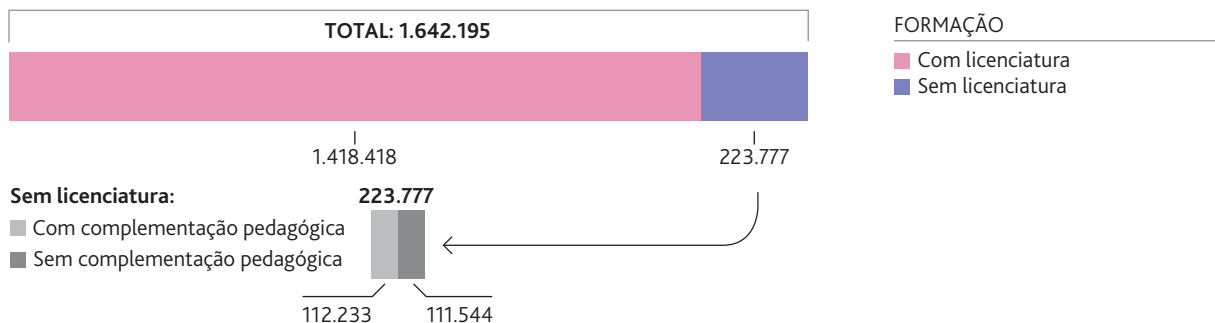
*Formar em nível de **pós-graduação** 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.*

O Brasil possui 2,1 milhões de docentes na Educação Básica, sendo que quase 1,7 milhão são mulheres. Entre outras implicações, esse vasto quadro profissional requer políticas de formação em larga escala, que se tornam necessárias para, por exemplo, elevar a escolaridade média dos professores.

Em 2007, por exemplo, 68,4% dos docentes da Educação Básica possuíam nível superior. Hoje, esse índice já alcança 78,1% – ainda distante, portanto, da universalização da formação em nível superior proposta pelo PNE. Hoje, 16% dos professores da Educação Básica possuem apenas o Ensino Médio com habilitação Normal ou Magistério.

Professores com formação superior

Professores da Educação Básica com licenciatura, sem licenciatura e com complementação pedagógica – 2012



Professores na Educação Básica Por etapa e sexo – 2008-2012

2008	TOTAL	Masculino	Feminino
Educação Básica	1.988.161	366.843	1.621.318
Educação Infantil	353.193	342.577	10.616
EF - Anos iniciais	717.332	64.415	652.917
EF - Anos finais	785.912	207.384	578.528
Ensino Médio	458.910	165.542	293.368

2010	TOTAL	Masculino	Feminino
Educação Básica	2.005.734	380.314	1.625.420
Educação Infantil	381.471	10.909	370.562
EF - Anos iniciais	717.295	66.907	650.388
EF - Anos finais	795.155	216.703	578.452
Ensino Médio	477.273	176.237	301.036

2012	TOTAL	Masculino	Feminino
Educação Básica	2.101.408	411.546	1.689.862
Educação Infantil	443.405	13.516	429.889
EF - Anos iniciais	734.043	72.788	661.255
EF - Anos finais	801.763	229.694	572.069
Ensino Médio	497.797	190.080	307.717

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

2009	TOTAL	Masculino	Feminino
Educação Básica	1.977.978	365.395	1.612.583
Educação Infantil	369.698	11.284	358.414
EF - Anos iniciais	721.513	66.416	655.097
EF - Anos finais	783.194	207.942	575.252
Ensino Médio	461.542	165.784	295.758

2011	TOTAL	Masculino	Feminino
Educação Básica	2.045.351	395.228	1.650.123
Educação Infantil	408.739	11.897	396.842
EF - Anos iniciais	724.542	69.606	654.936
EF - Anos finais	793.891	222.421	571.470
Ensino Médio	488.528	183.973	304.555

As mulheres compõem 80% do total de professores brasileiros. Hoje, 1,7 milhão de professoras atuam na rede de Educação Básica

Professores na Educação Básica Por nível de escolaridade – 2007-2012

2007	%	Total Absoluto
Superior	68,4	1.288.688
Ensino Médio	5,5	103.341
Ensino Médio normal/magistério	25,2	474.950
Ensino Fundamental	0,8	15.982

2009	%	Total Absoluto
Superior	67,8	1.341.178
Ensino Médio	7,1	139.974
Ensino Médio normal/magistério	24,5	484.346
Ensino Fundamental	0,6	12.480

2011	%	Total Absoluto
Superior	74,1	1.515.322
Ensino Médio	6,4	131.082
Ensino Médio normal/magistério	18,9	387.584
Ensino Fundamental	0,6	11.363

2008	%	Total Absoluto
Superior	67,1	1.333.662
Ensino Médio	6,5	129.636
Ensino Médio normal/magistério	25,7	510.824
Ensino Fundamental	0,7	14.039

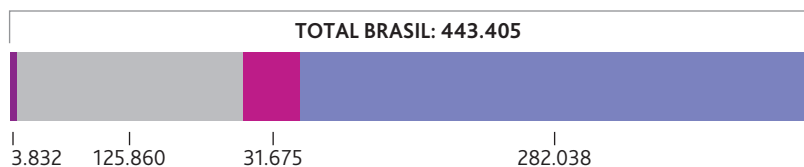
2010	%	Total Absoluto
Superior	68,9	1.381.909
Ensino Médio	8,0	160.553
Ensino Médio normal/magistério	22,5	450.707
Ensino Fundamental	0,6	12.565

2012	%	Total Absoluto
Superior	78,1	1.642.195
Ensino Médio	5,5	115.456
Ensino Médio normal/magistério	16,0	335.418
Ensino Fundamental	0,4	8.339

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Professores

Número de professores da Educação Infantil por escolaridade – 2012



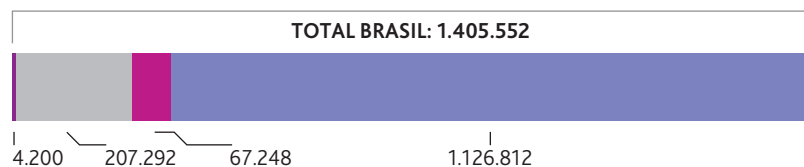
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

ESCOLARIDADE

- Ensino Fundamental
- Médio Normal Magistério Magistério Indígena
- Ensino Médio
- Superior

Professores

Número de professores do Ensino Fundamental por escolaridade – 2012



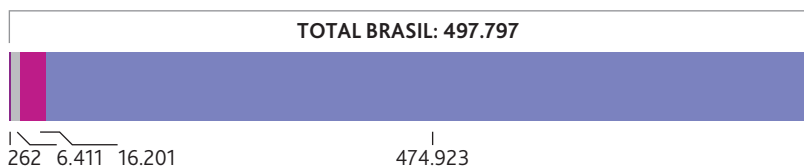
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

ESCOLARIDADE

- Ensino Fundamental
- Médio Normal Magistério Magistério Indígena
- Ensino Médio
- Superior

Professores

Número de professores do Ensino Médio por escolaridade – 2012



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

ESCOLARIDADE

- Ensino Fundamental
- Médio Normal Magistério Magistério Indígena
- Ensino Médio
- Superior

Professores

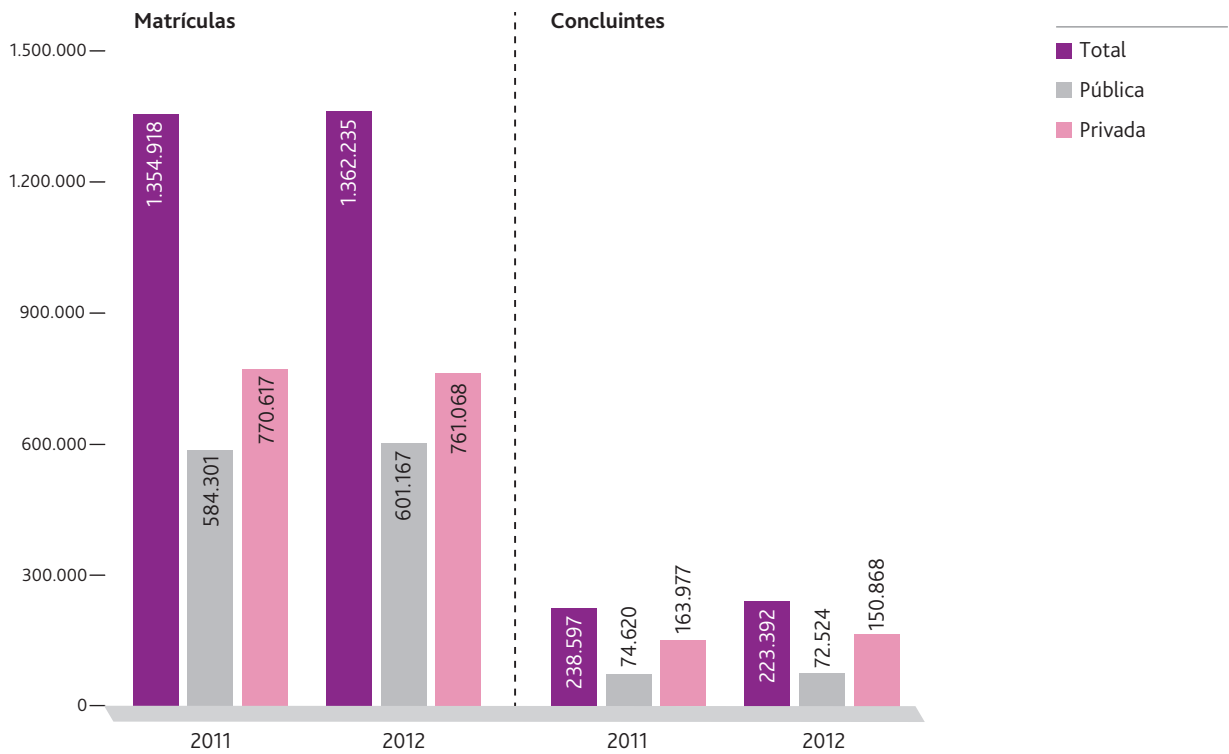
Porcentagem de professores da Educação Básica com pós-graduação Brasil – 2008-2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Todas as redes	25,2	24,8	24,9	27,2	29,0
Federal	80,3	76,0	76,8	78,0	79,2
Estadual	33,5	32,9	32,0	34,8	35,9
Municipal	21,2	21,2	21,9	24,8	27,6
Privada	24,2	23,0	22,1	22,7	23,5

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

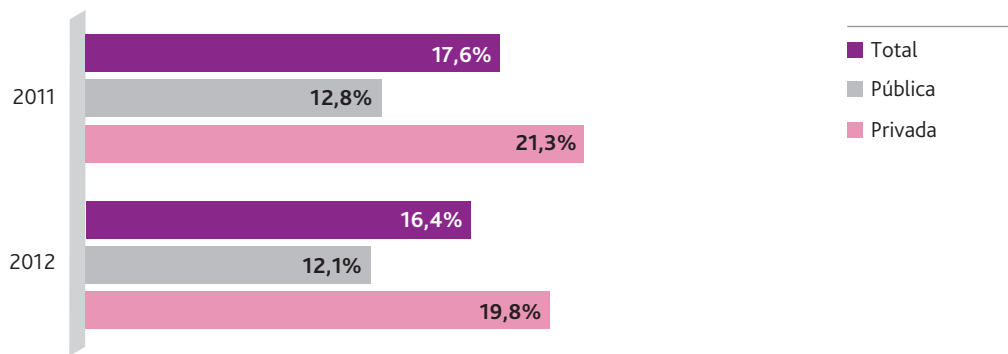
Dos professores que atuam na Educação Infantil, no Brasil, 64% possuem formação em nível superior

Número de concluintes em cursos de graduação da área de Educação – Brasil – 2011-2012



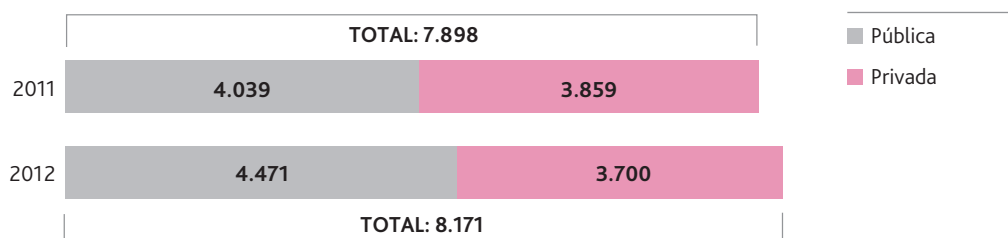
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse da Educação Superior.

Proporção entre concluintes e matrículas em cursos de graduação da área de Educação – Brasil – 2011-2012



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Cursos de graduação da área de Educação – Brasil – 2011-2012



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Porcentagem de professores da Educação Básica por escolaridade
Por regiões e unidades da federação - 2012

	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Médio normal/magistério	Superior			
				Total	Com licenciatura	Sem licenciatura	Com pós graduação ¹
BRASIL	0,4	5,5	16,0	78,1	67,5	10,6	29,0
Região Norte	0,7	8,2	19,6	71,4	65,0	6,4	19,0
Rondônia	0,7	3,5	10,9	84,9	77,2	7,7	38,2
Acre	2,5	14,7	13,0	69,8	64,6	5,2	21,1
Amazonas	0,9	9,6	13,0	76,5	70,1	6,4	19,2
Roraima	2,5	9,5	22,3	65,7	59,9	5,8	22,7
Pará	0,4	8,9	26,5	64,2	57,6	6,6	13,2
Amapá	0,1	1,4	23,6	74,9	67,7	7,2	20,9
Tocantins	0,5	5,8	12,0	81,6	76,3	5,3	22,4
Região Nordeste	0,6	8,2	26,5	64,7	55,5	9,2	21,8
Maranhão	0,8	5,5	40,9	52,9	47,4	5,4	16,4
Piauí	1,5	8,1	23,4	67,1	59,9	7,2	19,5
Ceará	0,2	8,5	11,5	79,8	70,7	9,1	22,2
Rio Grande do Norte	0,4	8,6	14,3	76,7	64,8	11,9	24,6
Paraíba	0,6	7,6	21,3	70,5	58,9	11,6	23,5
Pernambuco	0,5	4,7	26,0	68,8	60,5	8,3	28,7
Alagoas	0,7	9,7	31,7	57,9	51,0	6,9	17,0
Sergipe	0,3	3,3	15,1	81,2	70,3	10,8	30,0
Bahia	0,7	12,1	32,4	54,8	43,1	11,6	20,1
Região Sudeste	0,2	3,3	11,8	84,7	72,2	12,6	28,4
Minas Gerais	0,2	4,2	10,2	85,4	74,6	10,8	32,4
Espírito Santo	0,1	2,6	4,2	93,2	70,8	22,4	53,6
Rio de Janeiro	0,3	3,5	25,1	71,1	59,7	11,4	19,5
São Paulo	0,1	2,9	8,6	88,4	75,5	12,9	27,0
Região Sul	0,4	4,3	9,4	85,9	76,1	9,8	48,2
Paraná	0,2	1,7	6,8	91,2	81,8	9,5	60,0
Santa Catarina	0,3	9,4	7,1	83,3	71,8	11,5	46,3
Rio Grande do Sul	0,6	3,8	13,6	82,1	73,0	9,0	37,3
Região Centro-Oeste	0,4	6,0	5,5	88,2	75,5	12,6	34,2
Mato Grosso do Sul	0,1	3,3	4,2	92,4	85,4	7,0	37,0
Mato Grosso	1,1	9,1	3,9	85,9	65,0	20,9	42,2
Goiás	0,3	7,2	6,8	85,7	76,0	9,7	26,5
Distrito Federal	0	2,1	5,8	92,1	77,8	14,3	38,3

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

¹ Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Docentes da Educação Infantil com formação continuada Por regiões – 2011-2012

	Total docentes		Com formação continuada				Sem formação continuada	
			Específica para Educação Infantil		Outras			
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
BRASIL	408.739	443.405	84.937	93.872	54.003	69.753	269.799	279.780
Norte	25.924	27.888	3.591	4.061	2.945	3.911	19.388	19.916
Nordeste	106.999	113.364	14.296	16.801	10.857	14.940	81.846	81.623
Sudeste	183.123	200.748	40.019	43.127	23.938	30.813	119.166	126.808
Sul	66.603	73.455	21.104	23.608	12.031	14.822	33.468	35.025
Centro-Oeste	26.090	27.950	5.927	6.275	4.232	5.267	15.931	16.408

Fonte: MEC/Inep/DEED – Elaboração Todos Pela Educação.

Docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com formação continuada Por regiões – 2011-2012

	Total docentes		Com formação continuada				Sem formação continuada	
			Específica para anos iniciais do EF		Outras			
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
BRASIL	724.541	734.043	42.491	68.874	160.974	168.396	521.076	496.773
Norte	66.681	67.496	3.529	4.964	12.003	12.469	51.149	50.063
Nordeste	213.603	215.142	10.158	16.316	35.343	39.690	168.102	159.136
Sudeste	285.463	289.898	13.404	24.944	66.716	67.838	205.343	19.7116
Sul	103.182	105.257	11.215	16.734	33.002	33.512	58.965	55.011
Centro-Oeste	55.612	56.250	4.185	5.916	13.910	14.887	37.517	35.447

Fonte: MEC/Inep/DEED – Elaboração Todos Pela Educação.

Nota: Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de atendimento educacional especializado (AEE).

Docentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental com formação continuada Por regiões – 2011-2012

	Total docentes		Com formação continuada				Sem formação continuada	
			Específica para anos finais do EF		Outras			
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
BRASIL	793.889	801.763	19.288	27.788	148.889	170.171	625.712	603.804
Norte	77.192	78.988	1.737	2.245	14.805	16.173	60.650	60.570
Nordeste	249.194	248.497	5.954	8.638	39.982	48.300	203.258	191.559
Sudeste	297.636	304.718	5.198	8.152	45.474	51.461	246.964	245.105
Sul	113.646	114.950	5.334	7.196	39.215	43.955	69.097	63.799
Centro-Oeste	56.221	54.610	1.065	1.557	9.413	10.282	45.743	42.771

Fonte: MEC/Inep/DEED – Elaboração Todos Pela Educação.

Nota: Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de atendimento educacional especializado (AEE).

Docentes do Ensino Médio com formação continuada Por regiões – 2011-2012

	Total docentes		Com formação continuada				Sem formação continuada	
			Específica para o Ensino Médio		Outras			
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
BRASIL	488.527	497.797	12.255	18.229	80.417	93.989	395.855	385.579
Norte	33.581	34.977	1.632	1.693	7.648	8.098	24.301	25.186
Nordeste	122.509	123.853	2.327	3.631	17.161	20.929	103.021	99.293
Sudeste	217.027	221.219	4.794	8.235	23.672	27.764	188.561	185.220
Sul	77.756	80.744	3.023	3.991	27.074	31.637	47.659	45.116
Centro-Oeste	37.654	37.004	479	679	4.862	5.561	32.313	30.764

Fonte: MEC/Inep/DEED – Elaboração Todos Pela Educação.

Nota: Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de atendimento educacional especializado (AEE).

Não se pode pensar em formação de professores sem refletir sobre as condições de trabalho e incentivo à carreira desse profissional essencial para a constituição de uma sociedade democrática. Esses pilares não se dissociam por serem dimensões que organizam o “fazer bem” do professor, para que ele possa, efetivamente, “fazer o bem”. Se bem formado, com condições dignas, com um salário compatível com seu desempenho e uma perspectiva de carreira promissora que dê bons horizontes para sua maturação profissional e pessoal, ele terá o que um profissional precisa para exercer sua função.

No entanto, os problemas que o magistério tem enfrentado estão enraizados em muitos solos e há muitas décadas e afetam diretamente a qualidade do ensino ofertada em todo o sistema público. Qualidade de ensino, para além de vários aspectos que a estruturam, passa necessariamente pela formação dos professores e é a condição mais urgente a ser pensada para a próxima década pelos diversos atores sociais.

A formação continuada – a fonte alimentadora da movimentação histórica da prática pedagógica, pois o conhecimento, com sua dinâmica, exige um acompanhamento contínuo – lamentavelmente não vem cumprindo a tarefa de ser continuada e às vezes nem de ser formadora. Frequentemente tem caráter episódico ou é estruturada apenas para suprir as históricas lacunas da formação inicial.

É bem verdade que o Brasil já chegou bem próximo do que foi estabelecido pela LDB de 1996 no que tange à obrigatoriedade da formação inicial dos professores em nível superior. O Censo nos mostra que 78% dos mais de 2 milhões de professores da Educação Básica têm formação em nível superior, mas é bem verdade também que a qualidade dessa formação não acompanhou a rapidez de seu crescimento. Em 2012, do 1.366.559 professores matriculados em cursos de licenciatura em todo o País, mais de 30% faziam cursos a distância e basicamente em instituições particulares – muitas das quais com qualidade duvidosa.

Diante desse quadro de lacunas da formação inicial resta, à formação continuada se estruturar para repor o tempo, as habilidades e os conhecimentos perdidos. Há de se rever a formação inicial. A sociedade deve se perguntar se a “velha” pedagogia responde à demanda por bons professores para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Qual tem sido o papel da didática e das metodologias de ensino nos currículos que estruturam a pedagogia? Ela tem servido para formar professores ou seu foco é a formação de gestores e pesquisadores? Cabe a retomada da discussão sobre os Institutos Superiores de Educação e seus cursos normais superiores? A licenciatura das áreas do conhecimento tem tido o mesmo status que o bacharelado dentro das universidades? A importância que os planos de carreira elaborados pelos sistemas de ensino dão às pós-graduações stricto sensu, que têm seu foco na pesquisa, é válida quando o que se demanda é a boa prática para o bom profissional?

Essas, e talvez outras mais, são questões a serem enfrentadas por gestores, profissionais de Educação e toda a comunidade acadêmica.

As universidades, juntamente com os sistemas públicos de ensino, não podem se furtar a isso e, terão de estar abertas para esse debate.

Além desses problemas mais gerais, os sistemas públicos, particularmente os municipais, têm dificuldade de estruturar programas de formação continuada centrados na prática do professor. A maioria das iniciativas são seminários, palestras e encontros pontuais com um grande número de pessoas que acabam por se desprender do cotidiano escolar. Seus projetos político-pedagógicos de formação de fato não se constituem como políticas, mas como ações isoladas e voluntaristas de governos, muitas vezes, tecnocráticos ou eleitoreiros.

Formação continuada se faz na escola e com base no que nela se realiza. As jornadas de trabalho dos professores para essa organização já estão garantidas na Lei 11.738/2008. Se não temos, ainda, a efetiva implantação de um terço da jornada para formação e preparação dos professores, que está prevista, já temos, sim, um esforço dos sistemas em organizá-la aos poucos. No entanto, essas horas não cumprirão sua missão histórica se não forem organizadas com racionalidade, autonomia e competência pelas equipes escolares.

Outro fator essencial é concretizar a figura do coordenador pedagógico para essa tarefa. E bom lembrar que o coordenador pedagógico, responsável pelo bom uso dessas horas pelo coletivo dos professores de uma escola, sai da mesma “cesta” de formação inicial que todos os outros profissionais. Há, portanto, a necessidade de desenvolver ações específicas de formação e acompanhamento do coordenador pedagógico.

Iniciativas importantes já foram disparadas, como a reestruturação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com olhos na Educação Básica e a elaboração do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), que tem fomentado a formação inicial em serviço, ainda que elas insistam no velho modelo das licenciaturas. Hão de se estruturar melhor as iniciativas de formação continuada da Plataforma Freire que não se efetivaram. Os fóruns estaduais do Parfor, compostos, de forma acertada, pelas secretarias estaduais e municipais de Educação representadas pelas UNDIMES, junto com as universidades públicas e comunitárias, sempre pleitearam essa questão e não obtiveram respostas concretas.

Portanto, a próxima etapa de organização de políticas públicas de formação de professores tem pela frente duas grandes tarefas a serem consolidadas. A primeira delas é estruturar mais e melhor a formação continuada para os mais de 2 milhões de professores em serviço, e a segunda, e talvez a mais difícil, é desenvolver um novo paradigma da formação inicial para que ela assuma, definitivamente, sua tarefa temporal e não comprometa o papel de sua irmã gêmea, a formação continuada, que tem como dever dar respostas à elaboração histórica e, portanto, ao processo da competência docente.

Como o mestre Anísio Teixeira nos ensinou: “Afim, é na escola que se trava a última batalha contra as resistências de um país à mudança”. Talvez, nosso mestre tenha dito isso porque é lá que temos alunos e professores reais e palpáveis, e não imaginários.



Lucia Couto

Secretária de Educação de Diadema/SP (2009 a 2011), coordenadora-geral de Ensino Fundamental do MEC (2012) e, atualmente, pós-graduanda na PUC-SP.

“A formação continuada – que deveria ser a fonte alimentadora da movimentação histórica da prática pedagógica, pois o conhecimento, com sua dinâmica, exige um acompanhamento contínuo – lamentavelmente não vem cumprindo a tarefa de ser continuada e às vezes nem de ser formadora.”

PROFESSORES – REMUNERAÇÃO E CARREIRA

METAS DO PNE

Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o **rendimento médio** ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência do PNE.

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de **planos de carreira** para os profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Dentre os parâmetros que permitem analisar a situação da remuneração dos professores, um dos mais aceitos - e adotado pelo PNE - é a comparação com outros profissionais de mesma escolaridade. Os dados mostram que a remuneração média do professor da Educação Básica brasileira é 50% da média salarial dos trabalhadores com formação superior, situada na faixa de R\$ 3,6 mil mensais. Se a remuneração salarial for considerada um fator relevante na escolha da carreira, é previsível que o magistério não seja a opção preferencial dos jovens.

Rendimento médio dos professores da Educação Básica e de profissionais de outras áreas com curso superior – Setores público e privado – Brasil 2002-2012 (Em R\$)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Professores da Educação Básica	1.709	1.500,1	1.487,6	1.532,8	1.670,6	1.633	1.675,5	1.663,9	1.804,9	1.874,5
Profissionais na área de Exatas	5.787,3	5.134	4.868,6	5.331,7	5.146,1	5.560,9	5.474	5.464,5	5.711,3	5.775,7
Profissionais na área de Humanas	4.308,1	3.936,4	3.773,3	3.683,4	3.998,1	4.077,6	3.738,6	3.990,8	3.948,3	4.077,4
Profissionais na área da Saúde	4.716,2	4.319,3	4.302,3	4.382,7	4.446,4	4.480	4.546,9	4.190,8	4.566,7	4.517,8
Média de rendimento dos profissionais com curso superior	3.910,3	3.482,2	3.390,3	3.438	3.570,7	3.541,4	3.425,1	3.406,2	3.530,3	3.623,5

Fonte: IBCE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Outro indicador relevante no contexto desta meta do PNE, gerado com dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), do IBGE, mostra o número de municípios que possuem ações de regulamentação e de valorização da carreira do magistério. Embora os dados não sejam recentes, sinalizam uma evolução positiva: em todo o País, metade dos municípios adotam medidas nesse sentido, e esse percentual não varia significativamente nas diversas regiões. Em seguida, vale observar que a maioria dos professores lecionam em apenas um estabelecimento de ensino, em especial na Creche, na Pré-Escola e na Educação Especial.

Porcentagem de municípios conforme ações de regulamentação e de valorização da carreira do magistério

Região	Adota medidas de valorização?			
	2006		2009	
	Sim	Não	Sim	Não
Brasil	33,3	66,7	49,9	50,1
Norte	30,6	69,4	41,4	58,6
Nordeste	33,0	67,0	50,7	49,3
Sudeste	31,0	69,0	45,7	54,3
Sul	35,7	64,3	54,5	45,5
Centro-Oeste	39,1	60,9	58,8	41,2

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Elaboração: Todos Pela Educação.

Docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam – Por etapa de ensino – 2012

	Total	Quantidade de Estabelecimentos					
		1		2		3 ou mais	
		%	Total	%	Total	%	Total
Educação Básica	2.101.408	78,0	1.638.884	18,1	380.535	3,9	81.989
Creche	189.397	98,2	185.961	1,7	3.307	0,1	129
Pré-Escola	277.669	96,5	267.884	3,3	9.085	0,3	700
EF - Anos Iniciais	734.043	91,3	670.170	8,1	59.777	0,6	4.096
EF - Anos Finais	801.763	82,2	659.095	15,4	123.429	2,4	19.239
Ensino Médio	497.797	84,9	422.544	12,2	60.922	2,9	14.331
Educação Profissional	71.896	93,3	67.048	5,9	4.254	0,8	594
Educação Especial	29.492	97,9	28.885	2,0	603	0,0	4
EJA	253.630	94,9	240.719	4,7	11.836	0,4	1.075

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Nota: Professores são contados uma única vez em cada Unidade da Federação (UF), porém, podem atuar em mais de uma UF.

Docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam – Brasil e regiões – 2012


	Docentes na Educação Básica						
	Total	Quantidade de Estabelecimentos					
		1		2		3 ou mais	
		%	total	%	total	%	total
BRASIL	2.101.408	78,0	1.638.884	18,1	380.535	3,9	81.989
Região Norte	182.119	81,3	148.090	15,1	27.459	3,6	6.570
Rondônia	16.823	82,4	13.864	15,2	2.555	2,4	404
Acre	10.445	83,2	8.690	15,6	1.631	1,2	124
Amazonas	39.070	78,7	30.763	19,3	7.529	2,0	778
Roraima	6.891	87,3	6.018	12,0	827	0,7	46
Pará	80.691	78,2	63.084	15,7	12.629	6,2	4.978
Amapá	10.243	91,6	9.382	7,7	792	0,7	69
Tocantins	17.956	90,7	16.289	8,3	1.496	1,0	171
Região Nordeste	613.367	81,1	497.459	15,9	97.737	3,0	18.171
Maranhão	94.044	81,0	76.159	16,4	15.387	2,7	2.498
Piauí	44.351	74,4	33.008	19,2	8.523	6,4	2.820
Ceará	91.408	81,7	74.645	15,2	13.919	3,1	2.844
Rio Grande do Norte	34.471	80,7	27.835	15,9	5.498	3,3	1.138
Paraíba	46.694	79,5	37.141	17,3	8.064	3,2	1.489
Pernambuco	90.715	81,4	73.875	16,0	14.534	2,5	2.306
Alagoas	32.299	81,1	26.201	15,3	4.951	3,6	1.147
Sergipe	22.118	76,5	16.927	18,9	4.187	4,5	1.004
Bahia	157.267	83,7	131.668	14,4	22.674	1,9	2.925
Região Sudeste	848.459	75,7	642.452	19,9	168.461	4,4	37.546
Minas Gerais	218.397	79,0	172.618	18,8	41.022	2,2	4.757
Espírito Santo	41.425	70,3	29.106	24,6	10.211	5,1	2.108
Rio de Janeiro	153.892	69,6	107.069	22,2	34.200	8,2	12.623
São Paulo	434.745	76,7	333.659	19,1	83.028	4,2	18.058
Região Sul	310.507	74,7	231.830	20,3	62.984	5,1	15.693
Paraná	120.477	72,6	87.482	20,6	24.804	6,8	8.191
Santa Catarina	73.008	78,1	57.046	17,6	12.843	4,3	3.119
Rio Grande do Sul	117.022	74,6	87.302	21,7	25.337	3,7	4.383
Região Centro-Oeste	146.956	81,0	119.053	16,3	23.894	2,7	4.009
Mato Grosso do Sul	26.922	70,3	18.919	24,4	6.562	5,4	1.441
Mato Grosso	33.902	78,4	26.576	18,8	6.386	2,8	940
Goiás	58.365	83,1	48.507	14,6	8.510	2,3	1.348
Distrito Federal	27.767	90,2	25.051	8,8	2.436	1,0	280

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Nota: Professores são contados uma única vez em cada Unidade da Federação (UF), porém, podem atuar em mais de uma UF.



Aula de sociologia para uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em São Paulo (SP)



“Não é a terra que constitui a riqueza das nações, e ninguém se convence de que a Educação não tem preço.”

Rui Barbosa, jurista e político

GESTÃO E FINANCIAMENTO



A gestão e o financiamento são temas essenciais para a melhoria da Educação brasileira e, por isso mesmo, recebem atenção específica no PNE. O objetivo é assegurar mecanismos que promovam e consolidem o regime de colaboração entre União, estados e municípios, estimulem a participação social e propiciem a provisão de recursos para as metas estabelecidas no plano.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

METAS DO PNE

*Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da **gestão democrática da Educação**, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.*

O aprimoramento da gestão democrática das escolas públicas integra o Plano Nacional de Educação. O termo comporta diferentes dimensões: pressupõe a participação efetiva da família, a inserção da comunidade escolar, a autonomia de gestão da escola, inclusive com a possibilidade de escolha de diretores, a formação de redes intersetoriais, entre outros aspectos. Observa-se no País um claro avanço institucional, com o crescimento dos conselhos municipais de Educação, entre outras instâncias participativas.

Porcentagem de municípios com Conselho Municipal de Educação, segundo as regiões – 2006/2009/2011

	2006	2009	2011
Brasil	67,6	79,1	84,8
Norte	41,6	58,4	65,0
Nordeste	59,0	75,8	84,0
Sudeste	80,9	87,2	90,0
Sul	72,4	81,9	88,0
Centro-Oeste	65,5	76,0	79,8

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2011.

Porcentagem de municípios com alguns conselhos relacionados à política de Educação, segundo as regiões – 2011

Regiões	Percentual de municípios com alguns conselhos relacionados à política de Educação			
	Conselho de Controle do Fundeb	Conselhos Escolares	Conselho de Alimentação Escolar	Conselho de Transporte Escolar
Brasil	98,1	76,2	95,3	24,6
Norte	97,3	68,2	92,2	20,5
Nordeste	97,9	83,8	96,0	20,5
Sudeste	98,1	76,7	94,8	22,7
Sul	98,1	63,8	95,3	26,1
Centro-Oeste	99,8	84,8	97,2	47,2

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011.

Forma de eleição do diretor, conforme respostas aos questionários para diretores da Prova Brasil – 2009/2011

Forma de eleição	Percentual de diretores	
	2009	2011
Apenas seleção	8,9	9,7
Apenas eleição	18,1	19,9
Seleção e eleição	11,4	13,2
Indicação de técnicos	9,3	11,4
Indicação de políticos	18,1	21,7
Outras indicações	10,8	12,8
Outra forma	6,5	8,1
Sem resposta/anulada	17,1	3,3

Fonte: MEC/Inep/Prova Brasil – Elaboração: Todos Pela Educação.

Porcentagem de conselhos com participação de professores, alunos, funcionários e pais – 2009/2011

	Percentual	
	2009	2011
Professores	72,3	85,7
Alunos	56,0	65,4
Funcionários	70,8	83,6
Pais	71,2	83,8

Fonte: MEC/Inep/Prova Brasil – Elaboração: Todos Pela Educação.

Percentual de municípios com secretaria municipal exclusiva para a Educação, segundo as grandes regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2006/2009/2011

	2006	2009	2011
Brasil	26,3	43,1	52
Norte	28,3	53,9	59,5
Nordeste	22,3	44,2	56,4
Sudeste	37,2	51,2	61,6
Sul	19,5	29,4	32,1
Centro-Oeste	17,8	34,3	44,8
População			
Até 5 mil habitantes	16,3	28,6	38,3
De 5.001 a 10 mil habitantes	17,1	34,1	43,7
De 10.001 a 20 mil habitantes	23,6	42,8	51,8
De 20.001 a 50 mil habitantes	36,4	53,7	65,7
De 50.001 a 100 mil habitantes	52,7	70,6	74,4
De 100.001 a 500 mil habitantes	64,9	79,4	82,4
Mais de 500 mil habitantes	66,7	87,5	89,5

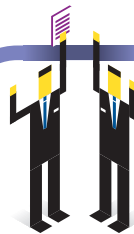
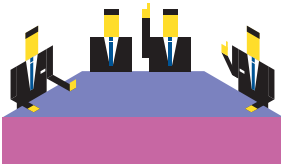
Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011.

52% dos municípios brasileiros possuem secretarias exclusivas para a Educação

O CAMINHO DE UM PROJETO

DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA O SENADO

(pode ocorrer o caminho oposto)



1. O projeto é proposto pelos deputados, senadores, Poder Executivo, Procuradoria Geral da República, Supremo Tribunal Federal (STF) ou por grupos de cidadãos.

2. O texto é analisado por comissões ou por uma comissão especial. Em regime de urgência, vai para votação em plenário. Na tramitação regular, é analisado pelas comissões. Se aprovado nas comissões segue para o Senado (ou Câmara, se iniciou no Senado), ou a partir de requerimento de parlamentares pode seguir para plenário.

3. Aprovado pelo plenário, o projeto segue para o Senado (ou Câmara).

Projetos de iniciativa popular

Há dois caminhos para que os cidadãos apresentem seus projetos:

1. Abaixo-assinado

É preciso reunir assinaturas de 1% dos eleitores do País, cerca de 1,3 milhão de pessoas, em 2011. As assinaturas devem vir de pelo menos cinco unidades da federação, reunindo o mínimo de 0,3% do eleitorado de cada UF.

A Lei da Ficha Limpa, que impede a candidatura de políticos condenados por crimes graves, nasceu de um projeto de iniciativa popular que chegou à Câmara dos Deputados em 2009, subscrito por 1,3 milhão de eleitores, o mínimo da época.

2. Entidades Civis

Associações comunitárias, organizações não-governamentais, órgãos de classe, sindicatos e outras entidades civis podem enviar propostas de leis para a Comissão de Legislação Participativa (CLP). As propostas aprovadas são transformadas em projetos de lei que são apresentados pela CLP à Mesa Diretora da Câmara.

A CLP detalha os requisitos para que entidades enviem propostas em seu *site*, <www.camara.gov.br/clp>. Modelos para redigir propostas também estão disponíveis lá.

Este infográfico explica a tramitação de um Projeto de Lei, mas há outras proposições legislativas importantes, com diferentes caminhos de tramitação, como é o caso da Medida Provisória (MP) e da Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Pelo caminho da MP, tramitaram, por exemplo, a Lei que instituiu o Fundeb. Já pela via da PEC, foi criado o Fundef.

O EXEMPLO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) é um exemplo da importância das comissões especiais. Na Câmara dos Deputados, a previsão inicial era que o PNE fosse apreciado pelas comissões de Educação e Cultura, Finanças e Tributação e Constitui-

ção e Justiça e de Cidadania. Uma vez criada a comissão especial (em março de 2011), ela passou a ser a única instância de análise.

Outro aspecto a ser observado: cada vez mais as comissões, temáticas ou especiais, exercem seu poder terminativo, ou seja, uma

APROVAÇÃO NO SENADO



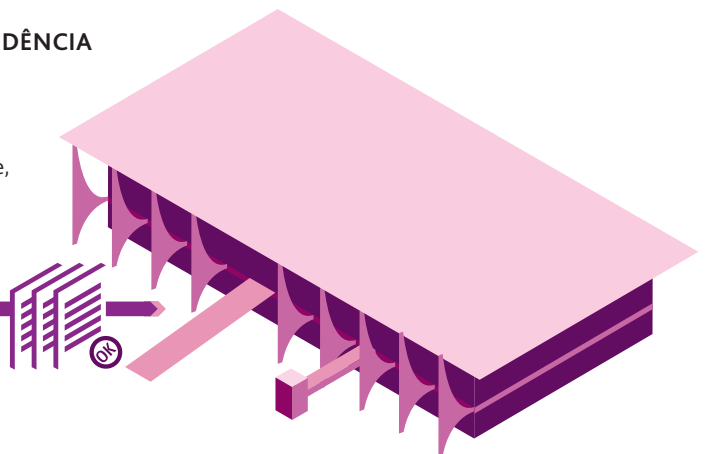
4. O texto passa por comissões do Senado (ou Câmara).

5. Pode ser aprovado em votação terminativa nas comissões e, se não houver mudanças, seguir para sanção presidencial, ou ser submetido a votação no plenário.

6. Caso os senadores façam alterações, o texto volta para análise da Câmara, que aceita ou rejeita as mudanças.

SANÇÃO DA PRESIDÊNCIA

7. Após aprovação no plenário no Senado (ou Câmara), o projeto segue para o presidente, que pode sancionar, vetar parcial ou integralmente.



Votos para aprovação no Congresso



Projetos de lei

Maioria simples de deputados e senadores, em um turno.



Medidas provisórias

Maioria simples de parlamentares, em um turno.



Emenda à Constituição

3/5 de deputados e senadores, em dois turnos.

vez um projeto seja aprovado em caráter terminativo em uma comissão, não precisa ir a plenário. Se isso acontecer em uma comissão da Câmara, o projeto vai direto ao Senado, ou vice-versa. O PNE foi apresentado pelo MEC ao Congresso e é composto

por 20 metas que deverão guiar as ações dos governos municipais, estaduais e federal na próxima década. Na primeira fase de discussões, recebeu quase 3 mil emendas, sugeridas principalmente por grupos e entidades ligadas à Educação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC



Órgãos vinculados

- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- Conaes - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
- IBC - Instituto Benjamin Constant
- Ines - Instituto Nacional de Educação de Surdos
- Fundaj - Fundação Joaquim Nabuco
- Colégio Pedro II

..... Vinculação
 Subordinação

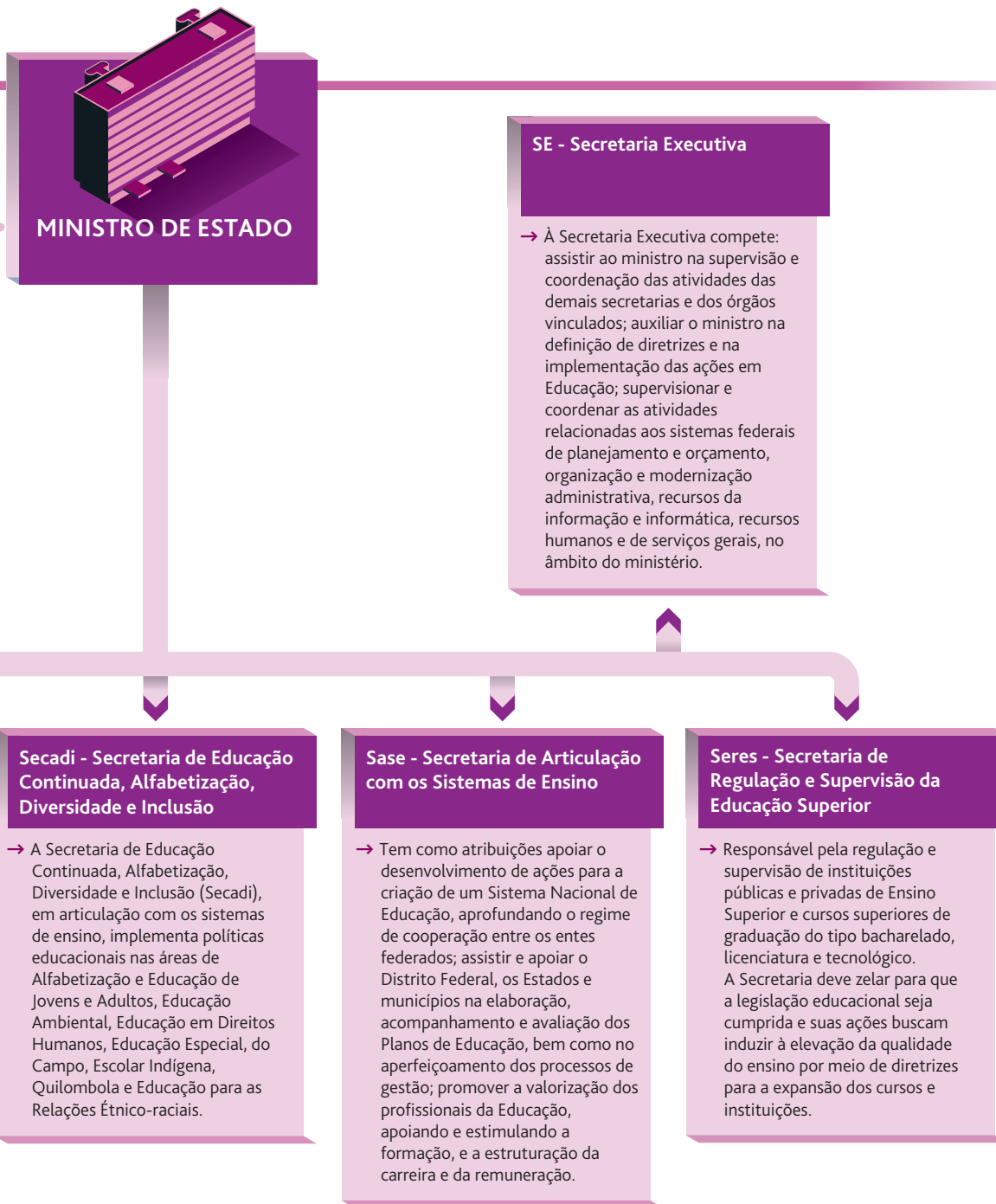


ENTENDA A ESTRUTURA DO MEC

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que só foi ganhar sua sigla atual em 1953. Suas atividades iniciais incluíam saúde, esporte, Educação e meio ambiente. Antes da criação do ministério, a Educação era responsabilidade do Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. O MEC atualmente está organizado funda-

mentalmente com base em suas secretarias, por meio das quais exerce suas funções primordiais previstas na Constituição de 1988.

A Secretaria de Educação Básica (SEB) atua em relação à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, principalmente no que diz respeito a políticas públicas orientadoras.



Na outra ponta, a Secretaria de Educação Superior (Sesu) é responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior. A manutenção, supervisão e desenvolvimento das Instituições Públicas Federais de Ensino Superior (Ifes) e a supervisão das

instituições privadas também são de responsabilidade da Sesu. Destacam-se ainda órgãos vinculados ao MEC, como Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

FINANCIAMENTO

METAS DO PNE

Ampliar o investimento governamental em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

O tema do financiamento tem pautado a agenda da Educação no Poder Legislativo. No projeto do novo Plano Nacional de Educação (PNE), a meta 20, referente ao percentual de investimento público no setor em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), é sem dúvida uma das mais polêmicas.

No primeiro momento de discussão do PNE, na Câmara dos Deputados, houve intensa mobilização social para que o Legislativo incrementasse o percentual previsto no projeto do Poder Executivo. Foi assim que se transformaram em meta intermediária os 7% do PIB inicialmente propostos, definindo-se os 10% como meta para o final do decênio. O investimento em proporção do PIB é defendido, por expressivo segmento da comunidade educacional, como indicador-síntese da magnitude do esforço conjugado que União, estados e municípios precisam fazer para efetivar o cumprimento das demais metas do plano, em direção a uma Educação de qualidade para todos.

Não se trata exatamente de uma novidade. O pleito de 10% do PIB para a Educação ganhou fôlego nos anos 1990, nos debates capitaneados pela sociedade civil durante os Congressos Nacionais de Educação (Coned). Integrou, assim, a chamada Proposta da Sociedade Brasileira para o PNE, apresentada como projeto de lei na Câmara em 10 de fevereiro de 1998. A esse projeto contrapôs-se outro, encaminhado pelo governo ao Legislativo apenas um dia depois. O texto do Executivo previa elevar, “através de esforço conjunto da União, dos estados e municípios e do setor privado”, o percentual do PIB aplicado em Educação para atingir o mínimo de 6,5%.

Ao deliberar sobre as propostas, o Congresso Nacional fixou a meta em 7% do PIB, excluindo o setor privado do cômputo e prevendo regra anual de ampliação dos gastos públicos em Educação, à razão de 0,5% do PIB nos quatro primeiros anos e de 0,6% no quinto ano do PNE. Entretanto, ao ser sancionado, o PNE 2001-2010 teve esse dispositivo vetado pelo presidente da República. Nas razões do veto, alegou-se que a meta contrariava a Lei de Responsabilidade Fiscal por não indicar fontes de receita para a ampliação prevista, nem se ajustar ao Plano Plurianual vigente, além de não apontar a forma como o esforço seria compartilhado entre os entes federados. Embora esses argumentos já não ecoem de modo tão contundente no debate atual, as preocupações que os motivaram permanecem, de certo modo, por ser atendidas. E novas incertezas se avizinham no horizonte do próximo PNE.

De acordo com os indicadores divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), o investimento público total em Educação pública alcançou 6,1% do PIB em 2011. Considerando o PIB atual, da ordem de R\$ 4,8 trilhões,

Tatiana Britto

Consultora Legislativa
do Senado Federal

“De onde virão os recursos para fechar essa conta? Embora vitoriosa no discurso, a bandeira dos 10% do PIB para a educação ainda está distante de ter sua implementação garantida.”

seria preciso incrementar o investimento público no setor em cerca de R\$ 187,2 bilhões para cumprir a meta 20 do PNE. De onde virão os recursos para fechar essa conta? Embora vitoriosa no discurso, a bandeira dos 10% do PIB para a Educação ainda está distante de ter sua implementação garantida.

A destinação de verbas oriundas da exploração do petróleo na camada do pré-sal foi vislumbrada como um reforço do caixa da Educação, sem incorrer em grandes disputas redistributivas, já que se trata essencialmente de recursos vindouros e de novos contratos, ainda não incorporados ao orçamento. Assim, intensa mobilização cercou a aprovação no Congresso e a sanção sem vetos da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que destinou receitas do petróleo para a saúde e a Educação pública, com prioridade para o nível básico. A lei incluiu a previsão expressa de destinação de 50% do principal do Fundo Social, até o cumprimento das metas do PNE, uma das propostas defendidas pela sociedade civil. Na prática, o texto final avançou muito em relação ao que havia sido ini-

Estimativa do percentual do investimento público direto em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por nível de ensino – Brasil 2000-2011

Ano	Percentual do investimento público direto em relação ao PIB (Em %)						
	Todos os níveis de ensino	Níveis de Ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
De 1ª a 4ª séries ou anos iniciais	De 5ª a 8ª séries ou anos finais						
2000	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5	0,7
2001	4,0	3,3	0,3	1,3	1,1	0,6	0,7
2002	4,1	3,3	0,3	1,5	1,1	0,4	0,8
2003	3,9	3,2	0,3	1,3	1,0	0,5	0,7
2004	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5	0,7
2005	3,9	3,2	0,3	1,4	1,1	0,4	0,7
2006	4,3	3,6	0,3	1,4	1,3	0,6	0,7
2007	4,5	3,8	0,4	1,5	1,4	0,6	0,7
2008	4,7	4,0	0,4	1,5	1,5	0,7	0,7
2009	5,0	4,2	0,4	1,6	1,6	0,7	0,7
2010	5,1	4,3	0,4	1,6	1,5	0,8	0,8
2011	5,3	4,4	0,5	1,6	1,5	0,9	0,9

Fonte: Inep/MEC/DEED.

Notas: Utilizaram-se os seguintes grupos de natureza de despesa: pessoal ativo e encargos sociais; outras despesas correntes; investimentos e inversões financeiras.

Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: transferências correntes e de capital ao setor privado; Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado).

A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em tecnologia, demais cursos de graduação (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* - mestrado, mestrado profissional e doutorado (excetuando-se as especializações *Lato Sensu*);

Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do governo federal, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios.

Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional os valores despendidos pelo governo federal para o Programa Bolsa-Escola.

Entre os anos de 2000 e 2005, para os dados estaduais, foi utilizado como fonte de informações um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente nos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente.

A partir de 2006, utilizou-se como fontes de dados estaduais e municipais o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação – Siope, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi/STN, para todos os anos.

Para o cálculo dos valores de investimentos públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários:

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC; Secretaria do Tesouro Nacional (STN); FNDE; Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Caixa Econômica Federal (CEF); e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

cialmente proposto, por meio de medida provisória, e representou uma vitória importante para a Educação.

Mas, justamente por se tratar de dinheiro novo, a contribuição efetiva que o petróleo poderá dar para o financiamento do setor é controversa. Entram na conta diversas projeções, relativas à capacidade de exploração da Petrobras, aos custos envolvidos nas operações do pré-sal, ao preço do barril de óleo no mercado internacional. Pelas estimativas oficiais, o montante de receitas do petróleo destinadas à Educação somará R\$ 112 bilhões em dez anos.

Além de insuficiente para o alcance dos 10% do PIB, o emprego de recursos do petróleo na Educação apresenta certas fragilidades, que devem ser consideradas em sua regulamentação. A primeira refere-se à necessidade de definir um critério claro para a distribuição dos recursos entre os entes federados, de modo a avançar na construção de um padrão mínimo de qualidade nacional na Educação Básica. A segunda decorre do uso de uma fonte não renovável para arcar com despesas continuadas, como a remuneração dos profissionais da Educação. Outra é a indefinição do que poderá ser financiado com esses recursos, já que a lei se refere de modo genérico à “Educação”, e não ao conceito legal de “manutenção e desenvolvimento do ensino”, que arrola as despesas passíveis e aquelas vedadas no cômputo da vinculação constitucional de impostos.

Superada a visão de que o percentual do PIB inclui gastos privados, resta o debate sobre a contabilização dos gastos públicos no setor privado. Na prática, trata-se da diferença entre o investimento público total e o chamado investimento público direto em Educação, estimado pelo MEC, em 2011, em 5,3% do PIB.

Estimativa do investimento público direto em Educação por estudante, por nível de ensino, e proporção do investimento público por estudante da Educação Superior sobre o investimento público por estudante da Educação Básica – Brasil – 2000-2011

(Em R\$ – valores atualizados para 2011 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA)

Ano	Investimento público direto por estudante							
	Todos os níveis de ensino	Níveis de ensino						Proporção da Educação Superior sobre a Educação Básica (estudante)
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior	
				De 1ª a 4ª séries ou anos iniciais	De 5ª a 8ª séries ou anos finais			
2000	1.962	1.633	1.867	1.606	1.639	1.557	18.050	11,1
2001	2.031	1.693	1.686	1.587	1.786	1.772	17.839	10,5
2002	2.026	1.678	1.588	1.854	1.721	1.247	16.912	10,1
2003	2.029	1.704	1.827	1.796	1.706	1.432	14.818	8,7
2004	2.147	1.822	1.947	1.928	1.949	1.333	15.001	8,2
2005	2.282	1.933	1.843	2.157	2.054	1.348	15.255	7,9
2006	2.657	2.307	1.995	2.375	2.608	1.844	15.385	6,7
2007	3.074	2.695	2.435	2.833	2.952	2.161	16.309	6,1
2008	3.524	3.097	2.596	3.248	3.466	2.497	17.370	5,6
2009	3.814	3.353	2.568	3.614	3.769	2.635	17.576	5,2
2010	4.353	3.813	3.134	4.110	4.159	3.153	19.141	5,0
2011	4.916	4.267	3.778	4.341	4.401	4.212	20.690	4,8

A inclusão apenas da Educação pública na meta 20 do PNE tem raízes na defesa histórica da escola pública, presente nos grandes debates da Constituinte, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e do PNE anterior. Com lastro no art. 213 da Constituição, que determina que os recursos públicos devem ser destinados às escolas públicas – excepcionando apenas as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos –, essa perspectiva é desafiada pela configuração atual do campo educacional.

Desde a criação do Programa Universidade para Todos (Prouni), as instituições privadas de Educação Superior têm sido responsáveis por parte expressiva da expansão e democratização do acesso a esse nível de ensino, favorecidas por isenções fiscais. Também o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) tem crescido vertiginosamente, com juros subsidiados, e já é apontado como a nova fronteira de expansão da Educação Superior no País. Da mesma forma, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) apoia-se fortemente em instituições privadas para ampliar a oferta de vagas na Educação profissional. Todos esses programas, sem contar outros, como o Ciência Sem Fronteiras, canalizam recursos públicos de forma direta ou indireta para o setor educacional privado, com ou sem fins lucrativos.

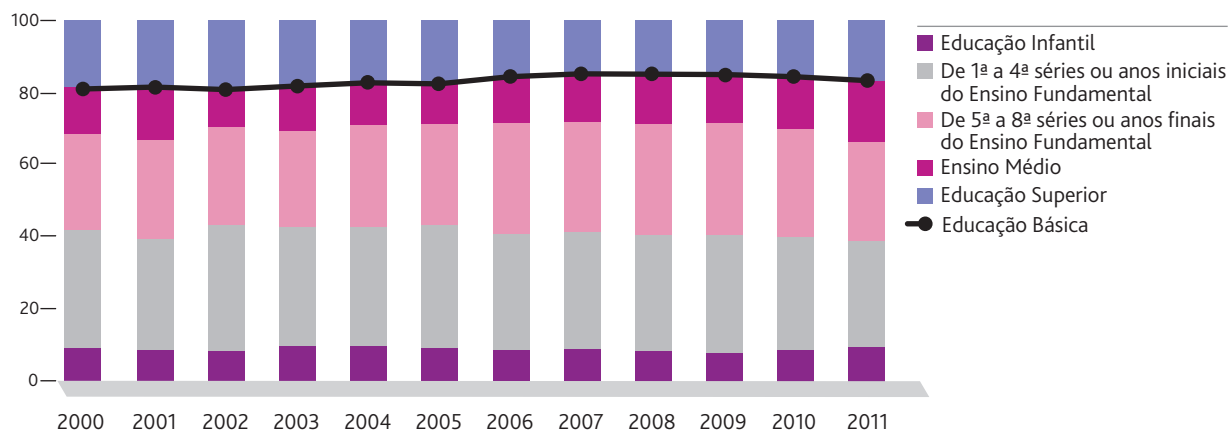
Finalmente, é preciso considerar que a própria operacionalização da meta 20, considerando o modelo federativo brasileiro, é complexa. Tal como o PNE 2001-2010, o novo PNE não explicita qual deve ser o incremento financeiro que cabe à União e aos entes subnacionais para chegar aos 10% do PIB. Sem definir como será dividida a conta, fica mais difícil cobrar o cumprimento da meta.

Estimativa da proporção relativa do investimento público direto em Educação, por nível de ensino – Brasil 2000-2011

Ano	Proporção do investimento público direto (Em %)						
	Níveis de ensino						
	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior	Todos os níveis de ensino
De 1ª a 4ª séries ou anos iniciais			De 5ª a 8ª séries ou anos finais				
2000	81,6	8,6	33,3	26,6	13,0	18,4	100,0
2001	81,6	8,0	31,0	27,8	14,8	18,4	100,0
2002	80,9	7,6	35,5	27,3	10,6	19,1	100,0
2003	81,9	9,0	33,7	26,7	12,5	18,1	100,0
2004	82,8	9,0	33,7	28,4	11,7	17,2	100,0
2005	82,5	8,5	34,8	28,1	11,2	17,5	100,0
2006	84,5	7,7	32,6	31,0	13,2	15,5	100,0
2007	85,3	8,2	32,9	30,5	13,6	14,7	100,0
2008	85,2	7,8	32,5	31,1	13,9	14,8	100,0
2009	85,1	7,2	33,0	31,5	13,4	14,9	100,0
2010	84,5	7,8	32,0	29,9	14,9	15,5	100,0
2011	83,4	8,7	29,8	27,8	17,1	16,6	100,0

Fonte: Inep/MEC/DEED.

Estimativa da proporção relativa do investimento público direto em Educação pública, por nível de ensino – Brasil 2000-2011



Fonte: MEC/Inep/DEED – Elaboração: Todos Pela Educação.

Estimativa do percentual do investimento público direto em Educação em relação ao Produto Interno Público (PIB), por esfera de governo – Brasil 2000-2012

Percentual do investimento público direto em relação ao PIB (Em %)				
Ano	Todos os níveis	União	Estados	Municípios
2000	3,9	0,7	1,7	1,5
2001	4,0	0,8	1,7	1,6
2002	4,1	0,7	1,8	1,6
2003	3,9	0,7	1,6	1,6
2004	3,9	0,6	1,6	1,7
2005	3,9	0,7	1,6	1,7
2006	4,3	0,7	1,6	1,7
2007	4,5	0,8	1,9	1,8
2008	4,7	0,8	2,0	1,9
2009	5,0	1,0	2,0	1,9
2010	5,1	1,0	2,0	2,0
2011	5,3	1,1	2,1	2,0
2012	5,5	1,0	2,2	2,3

Fonte: MEC/Inep/DEED, com base em <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/03/19/gasto-direto-da-uniao-em-educacao-publica-e-1-do-pib-ha-4-anos/>
 Nota: Considera apenas os gastos com Educação pública

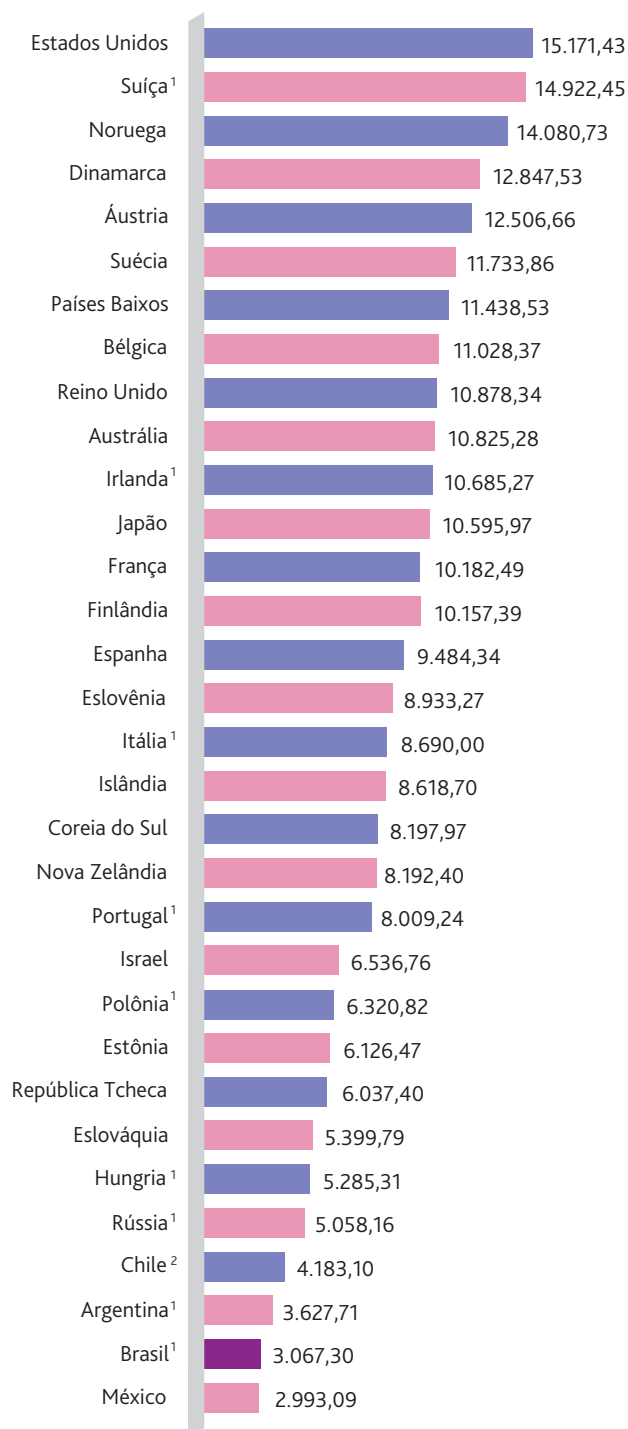
Estimativa do percentual do investimento público total em Educação em relação ao Produto Interno Público (PIB), por esfera de governo – Brasil 2000-2012

Percentual do investimento público total em relação ao PIB (Em %)				
Ano	Todos os níveis	União	Estados	Municípios
2000	4,7	0,9	2,0	1,8
2001	4,8	0,9	2,0	1,8
2002	4,8	0,9	2,1	1,8
2003	4,6	0,9	1,9	1,8
2004	4,5	0,8	1,8	1,9
2005	4,5	0,8	1,8	1,9
2006	5,0	0,9	2,1	2,0
2007	5,2	1,0	2,1	2,0
2008	5,4	1,0	2,3	2,1
2009	5,7	1,2	2,3	2,2
2010	5,8	1,2	2,3	2,3
2011	6,1	1,3	2,5	2,3
2012	6,4	1,3	2,5	2,6

Fonte: MEC/Inep/DEED, com base em <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/03/19/gasto-direto-da-uniao-em-educacao-publica-e-1-do-pib-ha-4-anos/>
 Nota: Considera todos os gastos, com Educação pública e privada

Gasto anual por estudante, do Ensino Fundamental ao Superior – 2010

Em dólares convertidos pela paridade do poder de compra



A média dos países da OCDE é de

US\$ 9.313

Brasil investe pouco mais de 3 mil dólares por ano por estudante do Ensino Fundamental à Educação Superior, o que representa 33% do gasto médio dos países da OCDE

Fonte: OCDE – Education at a Glance – 2013.

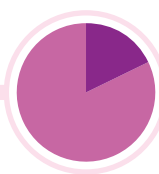
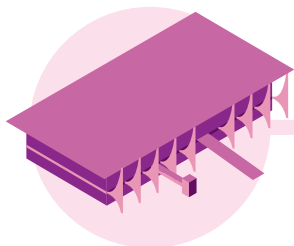
1. Somente instituições públicas (para a Itália e a Rússia, exceto na educação terciária).

2. Ano de referência: 2011.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

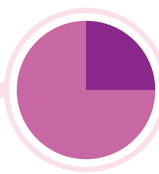
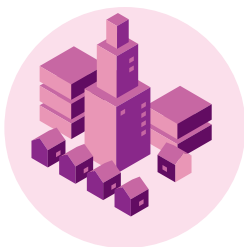
De onde saem os recursos

Impostos e o salário-educação alimentam os grandes fundos governamentais que financiam o sistema de ensino público.



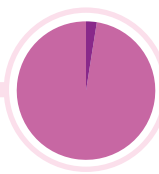
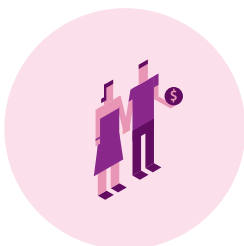
Impostos federais

18% dos impostos como IR e IPI são destinados ao financiamento das instituições de ensino público federais, a programas educacionais e para complementar os investimentos em **Educação Básica** de Estados sem arrecadação suficiente.



Impostos estaduais e municipais

Pelo menos **25%** dos recursos arrecadados com impostos municipais e estaduais como IPTU e ICMS, somando-se os repasses federais, são destinados à **Educação Básica**.



Salário-educação

2,5% do recebimento de todos os empregados é destinado ao salário-educação, valor dividido entre União e Estados.

PARA ENTENDER MELHOR

O primeiro passo para acompanhar como se dá o financiamento do ensino público no País é conhecer o que diz a Constituição, que trata do tema no artigo 212: a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Do mesmo modo, o artigo 3º, modificado pela

Emenda Constitucional 59, trata do padrão da qualidade e da equidade, nos termos do Plano Nacional da Educação.

Além de estabelecer percentuais mínimos de investimento na Educação, o texto constitucional introduz um conceito muito importante: as ações de “manutenção e desenvolvimento do ensino”. Encaixam-se nesse conceito, por exemplo, as despesas relacionadas à manuten-

Para onde vão os recursos

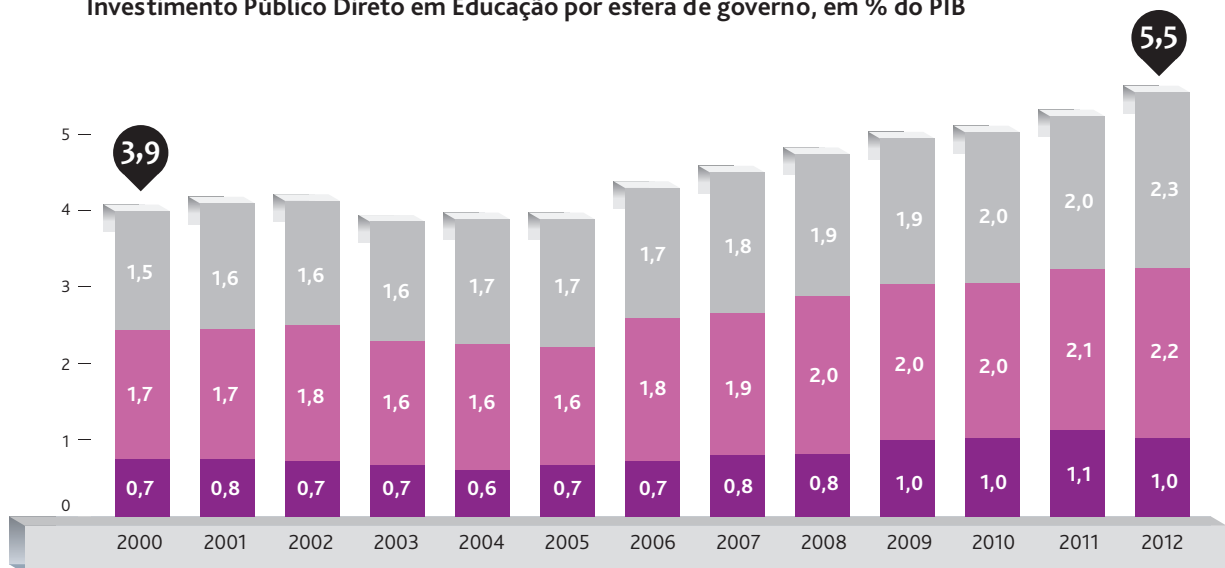
➤ O Fundeb

Cada unidade da Federação tem seu Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, para onde vão 20% da receita estadual vinculada à Educação e 20% das receitas municipais de uma cesta de fontes. No mínimo, 60% do Fundeb vai para o pagamento do magistério e o restante financia as atividades das escolas. Quando o Fundo não tem o suficiente para garantir o investimento mínimo por aluno, ele é complementado pela União.

➤ O FNDE

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação financia programas como Dinheiro Direto na Escola, Livro Didático e Transporte Escolar.

Investimento Público Direto em Educação por esfera de governo, em % do PIB



Fonte: Inep/MEC

ção e ao funcionamento das escolas, à remuneração e ao aperfeiçoamento dos profissionais da Educação e à aquisição de material didático. Não fazem parte, no entanto, programas de alimentação, como a merenda escolar, e de assistência médica.

No esforço de garantir recursos para a Educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) é uma

conquista relevante por ter a função de somar e redistribuir, da forma mais equânime possível, entre os Estados e os municípios, parte significativa dos recursos destinados ao ensino. Nesse aspecto, vale lembrar que o grosso dos recursos do Fundeb provém de Estados e municípios, e não da União, como se pensa comumente. A União participa apenas de forma complementar, atendendo a Estados e municípios que não alcancem os valores mínimos.

GLOSSÁRIO

ABANDONO

Condição do aluno que deixa de frequentar a escola durante o andamento de determinado ano letivo.

ADMITIDO

Aluno recebido por uma escola, por meio de transferência, em determinado ano letivo, após o Dia Nacional do Censo Escolar (última quarta-feira do mês de maio).

ALFABETISMO FUNCIONAL

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) é um indicador que revela os níveis de alfabetismo funcional da população adulta brasileira. O principal objetivo do Inaf é oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade, de modo a fomentar o debate público, estimular iniciativas da sociedade civil, subsidiar a formulação de políticas públicas nas áreas de Educação e cultura, além de colaborar para o monitoramento de seu desempenho.

ALUNO

Pessoa matriculada que frequenta a escola no Dia Nacional do Censo Escolar (última quarta-feira do mês de maio). O mesmo que educando.

ALUNOS NO TURNO NOTURNO (%)

Percentual de alunos matriculados no turno noturno, cujo horário de início é a partir das 17 horas.

ANALFABETISMO

Estado ou condição de analfabeto, por falta de instrução elementar. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e com o Censo Demográfico decenal, são consideradas analfabetas as pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem; aquelas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram; as que apenas assinam o próprio nome; e aquelas que se declaram “sem instrução” ou que declaram possuir menos de um ano de instrução.

ANOS

Organização das turmas com base no conhecimento dos alunos dos conteúdos curriculares, independentemente de suas idades, e avaliação da aprendizagem para aprovação ou reprovação ao fim do ano letivo.

APROVADO

Aluno que concluiu, com sucesso, determinada série no final do ano letivo, apresentando os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para cursar no ano seguinte o ano imediatamente posterior.

ÁREA RURAL

Aquela que se localiza fora dos limites definidos legalmente como área urbana.

CRITÉRIOS DE ALFABETISMO

Criado nos Estados Unidos, na década de 1930, o conceito de alfabetismo funcional originalmente indicava a capacidade de entendimento de instruções escritas necessárias para a realização de tarefas militares. Modernamente, o termo designa a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos, em contextos cotidianos. Segundo o Instituto Paulo Montenegro, que calcula o Índice Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf), é considerada alfabetizada funcionalmente a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita e habilidades matemáticas para fazer frente às demandas de seu contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.

ÁREA URBANA

Área interna ao perímetro urbano de uma cidade, vila ou área urbana isolada, definida por lei.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades de livre escolha de cada escola que se enquadram como complementares ao currículo obrigatório, tais como atividades recreativas, artesanais, artísticas, de esporte, lazer, culturais, de acompanhamento e reforço ao conteúdo escolar, aulas de informática, línguas estrangeiras, Educação para a cidadania e direitos humanos.

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Avaliação prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), a ser realizada no final do 3º ano do Ensino Fundamental. O objetivo desta avaliação, coordenada pelo INEP, será avaliar periodicamente o nível de alfabetização alcançado pelas crianças ao final do ciclo de alfabetização.

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

Capacidade de um estabelecimento de ensino, em termos de instalações, material e pessoal, para acolher um determinado número de alunos.

CAQI – CUSTO ALUNO QUALIDADE INICIAL

Índice que referencia o investimento público em Educação com base em critérios que assegurem condições iniciais para uma Educação de qualidade, tais como número e remuneração de professores, corpo técnico, infraestrutura e outros. De acordo com estratégia proposta na meta 20 do PNE, o CAQi, quando implantado, deverá ter seu valor ajustado progressivamente até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade.

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA

Infraestrutura do estabelecimento de ensino, incluindo o perfil físico (número de salas e capacidade de atendimento, existência ou não de biblioteca, laboratórios, salas com TV/vídeo, microcomputadores, conexão à internet, quadras de esportes, etc.), bem como dados sobre abastecimento de água, energia elétrica, esgoto sanitário, entre outros. O mesmo que “infraestrutura da escola”.

CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Pesquisa educacional, em caráter censitário, que levanta informações estatístico-educacionais sobre a Educação Básica brasileira; realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em parceria com as secretarias de Educação estaduais e municipais, coleta dados sobre infraestrutura da escola, pessoal docente, matrículas, jornada escolar, rendimento e movimento escolar, por nível, etapa e modalidade de ensino, e é aplicada diretamente em todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados do país por meio de questionário padronizado. Até o ano de 2006, a unidade básica de pesquisa do Censo era a escola. A partir de 2007, o Censo adota o aluno como unidade básica de coleta, incluindo, além dos dados gerais sobre a escola, informações específicas sobre cada aluno, cada professor regente e cada turma; adota ainda o Sistema Educacenso como instrumento de coleta via internet. O mesmo que “Censo Escolar” e “Censo da Educação Básica”.

As informações coletadas pelo Censo Escolar servem de base para a formulação de políticas públicas e para a distribuição de recursos públicos (merenda e transporte escolar, livros didáticos e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, programa Dinheiro Direto na Escola e Fundeb, entre outros). São utilizadas também por outros ministérios, como Saúde e Esporte, por organismos internacionais, como a Unesco e o Unicef, por pesquisadores e estudantes, em nível nacional e internacional.

CICLOS

Organização das turmas por faixa etária ou desenvolvimento bio-psicossocial dos alunos, e maior flexibilidade quanto ao tempo necessário à aprendizagem em cada ciclo constituído por mais de um ano letivo.

CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO (CA)

Conjunto de alunos que são reunidos em sala de aula para aprendizagem da leitura e da escrita, durante um semestre ou um ano letivo; formalmente as CAs não pertencem nem à Educação Infantil nem ao Ensino Fundamental e encontram-se em fase de extinção.

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Órgão colegiado com atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação, cabendo-lhe, segundo suas atribuições legais, formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira. A estrutura se desdobra nas outras esferas administrativas, com os conselhos estaduais e os conselhos municipais da Educação.

COMPOSIÇÃO DO CNE

O Conselho Nacional de Educação é composto por duas Câmaras, uma de Educação Básica (CEB) e uma de Educação Superior (CES). Os assuntos de interesse comum, tanto da Educação Básica quanto da Educação Superior, são tratados no âmbito do Conselho Pleno (CP).

CONCLUINTE

Aluno que finaliza determinado nível de ensino, estando habilitado a receber diploma/certificado de conclusão do curso e, conseqüentemente, apto ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino posterior ao concluído.

CONCLUSÃO

Término de determinado nível de ensino formalizado pela expedição de diploma/certificado de conclusão do curso que habilita o estudante ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino posterior ao concluído.

CONSED – CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO

Entidade nacional que representa as secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal.

CONSELHO ESCOLAR

São órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Os conselhos representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade.

CORREÇÃO DE FLUXO

Medidas, estratégias ou programas que objetivam a recuperação dos atrasos escolares, decorrentes, em geral, da repetência e da evasão, tendo em vista a adequação do aluno ao ano recomendado à sua idade.

CRECHE

Etapa da Educação Infantil que presta atendimento a crianças de até 3 anos de idade.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Instância administrativa à qual a escola está subordinada, na esfera federal, estadual, municipal ou privada. O agrupamento das escolas de uma mesma esfera denomina-se rede. O agrupamento das dependências administrativas das esferas federais, estaduais e municipais denomina-se rede pública.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Condição do aluno que cursa determinado ano com idade superior à recomendada. Considera-se que o aluno está defasado se ele tem dois anos a mais que a idade adequada para o ano. O mesmo que “defasagem idade-série”.

DOCENTES COM FORMAÇÃO SUPERIOR (%)

Indicador que expressa o percentual de docentes em exercício com escolaridade em nível superior.

EAD – EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Educação a distância é o processo de ensino, mediado por tecnologias, por meio do qual formadores e alunos, fisicamente separados, desenvolvem atividades educativas. Entre as tecnologias mais frequentemente utilizadas estão, atualmente, a internet e a televisão. Contudo, a EAD tem uma longa história, da qual fazem parte o correio, o rádio e outras tecnologias.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Primeiro nível da Educação escolar regular que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. A Educação Básica pode organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, tendo por base a idade, a competência e outros critérios, ou de forma diversa, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Modalidade de Educação escolar oferecida para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino ou em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (LDB, art. 58, parágrafos 10 e 20).

EDUCAÇÃO FINANCEIRA/ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF)

A Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros. Com informação, formação e orientação claras, as pessoas adquirem os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a elas associados e, então, façam escolhas bem embasadas, saibam onde procurar ajuda e adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, a Educação Financeira é um processo que contribui, de modo consistente, para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) tem a finalidade de promover a educação financeira e contribuir para o fortalecimento da cidadania, para a eficiência e a solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e para a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. Os principais propósitos da educação financeira são ampliar a compreensão do cidadão quanto ao consumo, poupança e crédito, para que o indivíduo seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos financeiros.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Atendimento de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no sistema educacional regular, com base no reconhecimento das diferenças e da reestruturação da cultura, práticas pedagógicas e metodologias de ensino, de forma a atender às necessidades de todas as crianças e jovens. Forma de Educação especial, a qual inclui também classes e escolas especiais, e a integração com apoio especializado. No ensino integrado, o aluno com deficiência se adapta, com auxílio da equipe escolar, aos demais estudantes. Por exemplo, um aluno com dificuldades auditivas, integrado numa escola regular, pode usar um aparelho auditivo e geralmente espera-se que aprenda a falar de forma a poder pertencer ao grupo. Na concepção da Educação inclusiva, espera-se que os professores e as outras crianças aprendam a língua de sinais; escolas e sistemas de Educação precisam ser transformados para atender às necessidades individuais de todos os educandos, com ou sem deficiência ou necessidade especial. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, 2006, adotada pelo Brasil em 2007).

EDUCAÇÃO INFANTIL

Primeira etapa da Educação Básica regular, oferecida em Creche e Pré-Escola, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Infantil atende crianças de até 6 anos de idade, mas, com a publicação da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, a Educação Infantil passa a atender crianças de até 5 anos de idade.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONCOMITANTE

São cursos ofertados a quem está cursando o Ensino Médio, em que a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso. Nesse regime, o aluno faz somente o Ensino Técnico

no Instituições Públicas Federais de Ensino Superior (Ifes), devendo, obrigatoriamente, estar matriculado no Ensino Médio em outra escola, sem dependência. Esta concomitância pode ocorrer em uma determinada série, dependendo do curso ofertado. Esses cursos são ofertados, também, a quem já tenha concluído o Ensino Médio

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA

São cursos oferecidos somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno. Como se trata de curso único, realizado de forma integrada e interdependente, não será possível concluir o Ensino Médio de forma independente da conclusão do Ensino Técnico de Nível Médio ou o contrário, de acordo com o Decreto 5154/04, com o Parecer CNE/CEB 39/2004 e com a Resolução CNE/CEB 01, de 03/02/2005.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUBSEQUENTE

São cursos oferecidos para conduzir o aluno à habilitação profissional técnica, com carga horária variável em cada módulo. Para ingresso nestes cursos, é necessário que o candidato tenha concluído o Ensino Médio.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Oferecida em articulação com o ensino regular ou por Educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. A Educação Profissional pode ser de nível médio, de graduação e pós-graduação (LDB, arts. 39, § 2º, e 40).

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Abrange a graduação e a pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros.

EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Modalidade de Educação escolar para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria, em cursos ou exames, habilitando o aluno/candidato ao prosseguimento de estudos em caráter regular (LDB, art. 37).

ENEM – EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

Criado em 1998, é uma avaliação do desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica e dos que concluíram o Ensino Médio em anos anteriores. Utilizado como critério de seleção à bolsa do Prouni e por universidades como critério de seleção para o ingresso na Educação Superior, complementando ou substituindo o vestibular. Desde 2009, foi reformulado pelo MEC e utilizado como prova de seleção unificada nos processos seletivos das instituições públicas de Educação Superior.

ENSINO DE TEMPO INTEGRAL

Ensino Fundamental ou Médio regular ministrado em turmas com jornada escolar igual ou superior a sete horas diárias, incluídas nessa jornada tanto as atividades relativas ao currículo obrigatório,

como aquelas referentes aos temas transversais e a outras atividades complementares.

ENSINO FUNDAMENTAL

Nível de ensino da Educação Básica regular, obrigatório e gratuito na escola pública, que tem por objetivo a formação básica do cidadão. O Ensino Fundamental de oito anos esteve em vigor até 2010, quando era ofertado para a faixa etária de 7 a 14 anos de idade. Em 2006, a Lei nº 11.24/2006 deu nova redação à LDB e ampliou a duração do Ensino Fundamental para nove anos, que passou a ser ofertado para a faixa etária de 6 a 14 anos de idade.

ENSINO MÉDIO

Nível final da Educação Básica regular, com duração mínima de três anos. Tem por finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

ENSINO REGULAR

Modalidade da Educação Básica oferecida sistematicamente e conforme a legislação vigente pelos sistemas de ensino nos diferentes níveis/etapas (Infantil, Fundamental e Médio), não abarcando as modalidades que requerem um tratamento pedagógico específico (Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos).

ESCOLARIDADE MÉDIA EM ANOS DE ESTUDO

Escolaridade média (em anos) da população com mais de 10 anos de idade; é calculada com base apenas nos anos e níveis concluídos com aprovação, desconsiderando-se as reprovações.

ESCOLARIDADE BRASILEIRA

O brasileiro com idade entre 18 e 29 anos possui, em média, 9,8 anos de estudo.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Unidade organizacional que, sob uma única dependência administrativa e uma única direção, ministra ensino coletivo sistematicamente, podendo ocupar um ou mais prédios e funcionar em um ou mais turnos. O mesmo que “escola”, “estabelecimento escolar”, “unidade de ensino” e “unidade escolar”.

EVASÃO

Condição do aluno que, matriculado em determinado ano, em determinado ano letivo, não se matricula na escola no ano seguinte, independentemente de sua condição de rendimento escolar ter sido de aprovado ou de reprovado.

FLUXO ESCOLAR

Progressão dos alunos entre anos letivos consecutivos, em determinado nível de ensino de um sistema seriado. Em relação ao fluxo escolar, o aluno pode assumir as condições de promovido, repetente ou evadido.

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Autarquia federal vinculada ao MEC, responsável pela gestão do Fundeb e dos programas de apoio à Educação Básica.

FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Criado pela EC 53/06, em substituição ao Fundef, com vigência para o período 2007-2020, com implantação gradativa entre 2007 e 2009, quanto aos novos recursos e matrículas. Regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007. Entre suas características, estão: natureza contábil e âmbito estadual, complementação da União às unidades da federação com valor por aluno/ano inferior ao mínimo nacional, e subvinculação de no mínimo 60% de cada Fundo ao pagamento dos profissionais do magistério da Educação Básica em efetivo exercício. Diferenças em relação ao Fundef: 1ª) além dos impostos e transferências originais do Fundef (FPE/FPM, ICMS, IPI-Exp, Lei Kandir), outras receitas (ITR, IPVA, ITCM), excluídos apenas IRRF, IPTU, ISS e ITBI; 2ª) redistribuição dos recursos do Fundo entre o governo estadual e os de seus municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de Educação Básica pública presencial, de acordo com (17 diferentes) ponderações quanto ao valor por aluno/ano entre etapas e modalidades da Educação Básica, enquanto no Fundef considerava-se a matrícula do Ensino Fundamental, diferenciada somente em Anos Iniciais e finais, urbano e rural.

FUNDEF – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Criado pela EC 14/96 e vigente entre 1998 e 2006, regulamentado pela Lei nº 9.424/96 e Decreto nº 2.264/97. Três modificações no financiamento da Educação Básica pública: 1ª) subvinculou ao financiamento do Ensino Fundamental 60% dos 25% de MDE ou (15% do total) dos Estados, DF e municípios; 2ª) criou um fundo de natureza contábil, com automaticidade nos repasses dos recursos, de âmbito estadual (um fundo por estado e DF, num total de 27 fundos), constituído pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações (IPI-Exp) e Lei Kandir, promovendo a redistribuição dos recursos do Fundef no interior de cada unidade federada entre os governos estadual e municipais, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino; e 3ª) subvinculou no mínimo 60% das receitas do Fundo em cada ente federado à remuneração dos profissionais do magistério no exercício de suas atividades. Assegurou complementação financeira da União aos Estados com valor por aluno/ano inferior ao mínimo fixado nacionalmente.

GASTO MÉDIO POR ALUNO

Investimento médio em Educação por aluno no sistema educacional, em determinado nível de ensino.

GASTO PÚBLICO COMO PORCENTAGEM DO PIB

Investimento direto realizado em Educação em relação ao Produto Interno Bruto.

LIVRO DIDÁTICO

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma das principais ações do FNDE. O PNLD é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o FNDE adquire e distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino, que pode ser: Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, assim como das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes.

IDADE MEDIANA DE CONCLUSÃO DAS SÉRIES/CURSOS

Idade de referência que divide o total de concluintes, em determinado nível de ensino, em dois grupos de igual tamanho. A idade mediana de conclusão é calculada determinando-se, com base no ano ordenado das idades dos alunos concluintes, em qual idade obtêm-se 50% das matrículas desses alunos.

IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Criado em 2007, é calculado com base nos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep no Saeb, para as unidades da federação e para o país, e na Prova Brasil, para os municípios.

IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Índice que sintetiza informações de renda (PIB *per capita*), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e Educação (índice de analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino). Estas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

IDI – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Indicador desenvolvido pelo Unicef, que incorpora variáveis como oferta de serviços de saúde; oferta de serviços de Educação e cuidado e proteção que a família deve proporcionar à criança nos primeiros anos. O índice é calculado com base nos seguintes indicadores: escolaridade da mãe e do pai, matrícula de crianças de 4 a 6 anos na Pré-Escola e acesso a serviços de saúde (pré-natal e vacinação).

INTERVALO DE CONFIANÇA

O intervalo de confiança é necessário quando se trabalha com dados amostrais. Como a amostra não representa perfeitamente toda a população de interesse, os indicadores baseados em amostras apresentam erro. É possível obter um intervalo dentro do qual o verdadeiro valor do indicador se encontra. Normalmente calcula-se esse intervalo de modo que ele contenha o verdadeiro valor (o de toda a população desejada) com 95% de chance.

ITEM

Denominação adotada para as questões que compõem as provas das avaliações educacionais no País, como a Prova Brasil. Essa nomenclatura deve-se ao entendimento de que o termo item refere-se a questões que abordam com preponderância uma única dimensão do conhecimento.

JORNADA ESCOLAR

Tempo diário de permanência do aluno na escola.

MATRÍCULA

Registro formal da inscrição do aluno em um estabelecimento de ensino em determinado nível/etapa de uma modalidade de ensino.

POSIÇÃO DO BRASIL NO IDH

O Brasil ocupa a 85ª posição entre 187 países avaliados pelo índice. O IDH do País em 2012 ficou em 0,73. O país com mais alto IDH de 2012 foi a Noruega, que alcançou a marca de 0,955. Os cinco primeiros colocados do ranking são, pela ordem, Noruega, Austrália, Estados Unidos, Holanda e Alemanha.

MATRÍCULA INICIAL

Total de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola, em uma dada série de um determinado ano letivo, no Dia Nacional do Censo Escolar.

MATRÍCULA POR IDADE

Total de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola no Dia Nacional do Censo Escolar, segundo a idade. O conceito de idade utilizado pelo Inep refere-se à idade que o aluno completa no ano de realização da pesquisa. O mesmo que “Matrícula na idade”.

MATRÍCULA TOTAL

Balanco do total de alunos matriculados ao fim de um determinado ano letivo, considerando-se os movimentos escolares ocorridos no decorrer do referido ano, em função de transferências, admissões, reclassificações, abandonos e falecimentos.

MÉDIA DE HORAS-AULA DIÁRIA

Tempo médio diário de permanência dos alunos na escola, por ano, grupos de anos e nível de ensino, considerando-se a matrícula no Dia Nacional do Censo Escolar e o início e o fim da jornada escolar.

NÚMERO MÉDIO DE ALUNOS POR TURMA

Tamanho médio das turmas.

NÚMERO MÉDIO ESPERADO DE ANOS CONCLUÍDOS

Número médio de anos que um aluno conclui com aprovação, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

OBJETOS EDUCACIONAIS DIGITAIS

Designa diferentes recursos digitais que possam ser usados para apoiar e estimular a aprendizagem, o que inclui vídeos, animações, sites, programas. Têm como característica o fato de serem utilizáveis em diferentes contextos de ensino.

OFERTA ESCOLAR

Total de vagas oferecidas por estabelecimentos de ensino.

PAR – PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), introduzido pelo Ministério da Educação em 2007, colocou à disposição dos Estados, municípios e Distrito Federal, instrumentos de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da Educação, sobretudo da Educação Básica pública, como o Plano de Ações Articuladas (PAR). A partir da adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, um programa estratégico do PDE, instituído pelo Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, os Estados, os municípios e o Distrito Federal passaram à elaboração de seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR), um novo diagnóstico da situação educacional local com um planejamento de investimento em melhorias.

PDDE – PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Criado em 1995, hoje regulado pela Lei nº 11.947/09. É o programa que coordena o repasse de recursos financeiros, em caráter suplementar, às escolas públicas e privadas de Educação Especial mantidas por

O QUE É HORA-AULA

Parâmetro de duração de uma aula, geralmente com duração inferior a 60 minutos (por exemplo, 50 minutos). Também serve para o cálculo de salários. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê 800 horas em 200 dias de ano letivo em que podem ser cumpridas também atividades educacionais fora da sala de aula. A LDB, porém, refere-se à chamada hora-relógio e não à hora-aula.

entidades sem fins lucrativos, de acordo com o número de alunos do Censo Escolar do ano anterior. Até 2008, apenas escolas de Ensino Fundamental podiam receber os recursos; a partir de 2009, também escolas de Ensino Médio e Educação Infantil passaram a recebê-los. Tem como objetivos a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático.

PISA – PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES

Programa internacional de avaliação comparada, desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e aplicado a estudantes da faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países; aplicado a cada três anos, desde 2000, em Leitura, Matemática e Ciências, a cada edição, com uma ênfase. Em 2012, com foco principal em Matemática, entre 65 países, o Brasil ficou em 55ª posição em Leitura, 59ª em Ciências e 54ª em Matemática.

PNAE - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Criado em 1995, garante merenda aos alunos das escolas públicas e filantrópicas. Desde 2010, o valor repassado pela União é de R\$ 0,30 por dia para a Pré-Escola, Ensino Fundamental e Médio e EJA; para Creche, Escolas Indígenas e Quilombolas, R\$ 0,60; para escolas com Ensino Integral pelo programa Mais Educação, R\$ 0,90 por dia.

PNAIC – PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

É um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

PNATE – PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR

Criado em 2004, em substituição ao PNTE de 1993. Originalmente (Lei nº 10.880/04), para alunos do Ensino Fundamental público, hoje (Lei nº 11.947/09), para alunos da Educação Básica pública, residentes em áreas rurais. Promove a transferência legal de recursos financeiros para despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte escolar; também pagamento de serviços contratados. Repasses em nove parcelas anuais, de março a novembro, calculadas com base no número de alunos da zona rural transportados informados no Censo Escolar do ano anterior. Estados podem autorizar o repasse do valor correspondente aos alunos da rede estadual cujo transporte escolar é executado pelas prefeituras diretamente aos respectivos municípios; o governo do Rio Grande do Sul autorizou esse repasse direto em 2007.

PNBE – PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA

Criado em 1997, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), promove o acesso à cultura e o incentivo à leitura por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência.

O BRASIL NO PISA

O Brasil avançou 35 pontos na avaliação de matemática entre 2003 e 2012. A média de desempenho dos estudantes brasileiros saltou de 356 para 391 pontos no período, a maior evolução entre todos os países participantes.

O atendimento é feito em anos alternados: em um ano são contempladas as escolas de Educação Infantil, de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) e de Educação de Jovens e Adultos. Já no ano seguinte são atendidas as escolas de Ensino Fundamental (Anos Finais) e de Ensino Médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de Educação Básica cadastradas no Censo Escolar.

PNÉ – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Previsto na Constituição Federal (art. 214), fixado por lei, é um plano de duração decenal. O primeiro PNE (Lei nº 10.172/01) teve vigência na década de janeiro de 2001 a janeiro de 2011. O segundo PNE está em tramitação no Congresso Nacional (PL nº 8.035/10, do Poder Executivo).

TRAMITAÇÃO DO PNE

Uma comissão especial da Câmara dos Deputados discute a proposta do governo para o PNE. São 20 metas que deverão guiar as ações dos governos municipais, estaduais e federal na próxima década.

PNLD – PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Criado em 1929, passou por diferentes denominações e formas de execução. Por exemplo, em 1993/94 foram definidos critérios para avaliação dos livros didáticos; a partir de 1995/96 a distribuição do livro no Ensino Fundamental voltou a ser universalizada, contempladas todas as disciplinas do currículo escolar e elaborado o “Guia de Livros Didáticos” para orientar a escolha dos professores; em 2000/01, foi introduzida a distribuição de dicionários e livros didáticos em Braille; e a partir de 2006/07, o programa foi estendido ao Ensino Médio. Hoje, atende às escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio com livros didáticos, dicionários e obras complementares. Atende também aos alunos da EJA das redes públicas de ensino e das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado. Executado em ciclos trienais alternados — a cada ano são adquiridos e distribuídos livros para todos os alunos de um segmento, Anos Iniciais ou Anos Finais do Ensino Fundamental ou Ensino Médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes. Cada escola escolhe, entre os livros constantes no Guia do PNLD, aquele que deseja utilizar, segundo seu planejamento pedagógico. São distribuídas também versões acessíveis (áudio, Braille e MecDaisy).

POPULAÇÃO

Número de pessoas que habitam determinada localidade.

Em termos estatísticos, define-se população — ou universo de onde são obtidos os dados desejados — como sendo o conjunto dos elementos que têm alguma característica em comum que possa ser contada, medida, pesada ou ordenada de algum modo.

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

Número de pessoas em idade escolar (4 a 17 anos), matriculadas ou não em um estabelecimento de ensino.

POPULAÇÃO ESCOLAR/POPULAÇÃO TOTAL

Percentual de pessoas da população total que têm entre 4 e 17 anos.

PRÉ-ESCOLA

Etapa da Educação Infantil que presta atendimento a crianças de 4 e 5 anos de idade, segundo a Lei nº 11.274, de 6/2/2006, que altera a LDB. Antes, o atendimento na pré-escola ocorreria na faixa etária de 4 a 6 anos.

PROINFÂNCIA – PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Foi criado em 2007, para transferir recursos financeiros, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e Municípios visando à construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas.

PROINFO INTEGRADO – PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL

O ProInfo Integrado é um programa de formação voltada para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais.

PSE – PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

Programa que visa desenvolver atividades de Educação e saúde em territórios definidos segundo a área de abrangência da Estratégia Saúde da Família (Ministério da Saúde), por meio da articulação entre escola e unidade básica de saúde, com ações de avaliação das condições de saúde dos alunos da escola pública, de prevenção e promoção da saúde, de Educação permanente e capacitação dos profissionais da Educação e da saúde e de jovens. Desenvolvido por adesão do município, por meio de projeto.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

A soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região ou país.

PROFESSOR LEIGO

Aquele que leciona sem ter a escolaridade que o habilita ao exercício do magistério no nível de ensino em que atua.

PROGRESSÃO CONTINUADA

É uma forma de organizar o ensino aplicada, em geral, somente no Ensino Fundamental. Quando utilizada, o ensino é dividido em ciclos com duração superior a um ano. Durante o tempo desses ciclos, não é prevista a repetência dos alunos, mas sim a recuperação dos conteúdos por meio de aulas de reforço. A outra maneira de organizar o ensino é por séries e, neste caso, pode haver a reprovação dos alunos que não atingiram as habilidades esperadas no ano letivo.

PROGRESSÃO PARCIAL

Passagem do aluno para o ano seguinte, com aprovação em parte dos componentes curriculares do ano anterior, de acordo com o regimento escolar; antiga dependência.

PROUNI – PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Criado em 2004, institucionalizado pela Lei nº 11.096/05. Oferece bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de Educação Superior, as quais, em contrapartida, recebem isenção de alguns tributos federais. Contempla estudantes egressos do Ensino Médio da rede pública ou particular com renda *per capita* familiar máxima de três salários

mínimos. Possui sistema de seleção informatizado e impessoal, pelas notas obtidas pelos candidatos no Enem.

PROVA ABC

Avaliação Brasileira do Ciclo de Alfabetização. Avaliação inédita da alfabetização de crianças concluintes do 3º ano/2ª série do Ensino Fundamental em leitura, matemática e escrita, realizada pelo Todos Pela Educação, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro/Ibope, Fundação Cesgranrio e Inep, aplicada pela primeira vez no primeiro semestre de 2011 a cerca de 6 mil alunos de escolas municipais, estaduais e particulares de todas as capitais do País, com resultados divulgados em 25/8/11.

PROVA BRASIL

Avaliação diagnóstica aplicada a cada dois anos pelo Inep aos alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental da rede pública de ensino, tem como foco a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro. É aplicada de forma censitária no Ensino Fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas com no mínimo 20 alunos matriculados no ano avaliado. Oferece resultados por escola, município, unidade da federação e país, utilizados no cálculo do Ideb.

PROVA BRASIL

Os resultados da Prova Brasil compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

PROVA NACIONAL DE CONCURSO PARA O INGRESSO NA CARREIRA DOCENTE

Criada em 2011, a prova teve de ser aplicada em 2012 de forma descentralizada em todo o País para subsidiar Estados, Distrito Federal e municípios nos concursos públicos ao ingresso na carreira docente das redes de Educação Básica. Cada ente federativo poderá decidir pela adesão e pela forma de utilização dos resultados como única prova, seguida da análise de títulos, ou como primeira prova, seguida de uma prova adicional do próprio município. Prova baseada numa matriz nacional e que tem como ponto de partida o perfil desejado para um ingressante na carreira docente no Brasil.

PROVINHA BRASIL

Criada em 2008, avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no 2º ano de escolarização das escolas públicas. Em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo. Elaborada pelo Inep, é distribuída pelo MEC/FNDE a todas as secretarias de Educação municipais, estaduais e do Distrito Federal.

QUILOMBOLAS

Ao contrário do que o senso comum pode imaginar, comunidades quilombolas não significam apenas antigos redutos de escravos foragidos. Antes, segundo a Antropologia, designam contemporaneamente todos os grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar, tais como ocorre nas comunidades de descendentes dos escravos.

RECLASSIFICADO

Aluno que, durante o andamento de determinado ano letivo, é promovido do ano que frequenta a outro mais avançado, após o Dia Nacional do Censo Escolar, com base em critérios pedagógicos de avaliação, observadas as normas curriculares gerais.

REDE

Termo utilizado para designar o agrupamento das dependências administrativas em pública (federal, estadual e municipal) ou privada.

RENDIMENTO ESCOLAR

Condição do aluno ao final de um ano letivo em relação aos requisitos de aproveitamento e frequência; em relação ao rendimento escolar, o aluno pode assumir a condição de aprovado, reprovado ou afastado por abandono.

REPETENTE

Aluno que, em determinado ano letivo, encontra-se matriculado no mesmo ano em que esteve matriculado no ano letivo anterior.

REPROVADO

Aluno que, ao final de um ano letivo, não apresenta os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para ser promovido ao ano posterior.

SAEB – SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Avaliação, em caráter amostral, com foco na qualidade dos sistemas educacionais do Brasil como um todo, das regiões geográficas e das unidades federadas (Estados e Distrito Federal); é aplicada pelo Inep a cada dois anos a uma amostra representativa dos alunos regularmente matriculados no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental de nove anos e do 3º ano do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas, localizadas em área urbana ou rural.

SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento antes somente do Ensino Fundamental e, após a EC 53/06, de toda a Educação básica pública. Criado em 1964 e inserido na Constituição Federal de 1988 (212, § 5º), regulamentado pelas Leis nºs 9.424/96 e 9.766/98, Decreto nº 6003/2006 e Lei nº 11.494/2007. Corresponde a 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais, e é arrecadado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda (RFB/MF). Dividido em quota federal, correspondente a um terço do montante de recursos, em quota estadual e municipal, correspondente a dois terços, integralmente redistribuída entre o Estado e seus municípios de forma proporcional ao número de alunos matriculados na Educação Básica nas respectivas redes públicas de ensino, conforme apurado pelo Censo Escolar realizado pelo MEC.

SISTEMA DE ENSINO

Conjunto de órgãos, instituições e atividades de Educação e ensino organizado de acordo com normas legalmente estabelecidas.

SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Sistema integrado pelos sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, com normas comuns fixadas na Constituição Federal, leis federais e atos normativos do CNE, cabendo à União a coordenação da política nacional de Educação, a articulação dos níveis e sistemas de

ensino e as funções normativas, redistributiva e supletiva (CF, art. 214, caput, redação da EC 59/09, e LDB, art. 8º, § 1º).

TAXA BRUTA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR

Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

TAXA BRUTA DE MATRÍCULA

Percentual da população matriculada em determinado nível de ensino, em relação à população total que se encontra na faixa etária recomendada para esse nível de ensino.

TAXA DE ABANDONO

Percentual de alunos da matrícula total que, num dado ano, deixam de frequentar a escola durante o ano letivo.

TAXA DE ANALFABETISMO

Percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária em uma dada região ou no País; usualmente o analfabetismo é avaliado considerando-se a faixa etária de 15 anos ou mais.

TAXA DE APROVAÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total que, ao fim do ano letivo, concluíram, com sucesso, determinado ano, apresentando os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para cursar, no ano seguinte, o ano imediatamente posterior.

TAXA DE ATENDIMENTO ESCOLAR

Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada na escola no Dia Nacional do Censo Escolar; é calculada para as faixas etárias de 0 a 3 anos; 4 e 5 anos; 6 a 14 anos; e 15 a 17 anos.

TAXA DE CONCLUSÃO

Percentual de alunos que ingressam no ano inicial de determinado nível de ensino e que, independentemente do tempo despendido para a conclusão, conseguem finalizá-lo, estando aptos ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino posterior ao concluído.

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-CONCLUSÃO

Percentual de alunos que concluem determinado nível de ensino com idade superior à recomendada, considerando-se, no sistema educacional brasileiro, a idade de 15 anos para a conclusão do Ensino Fundamental e a de 18 anos para a conclusão do Ensino Médio.

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Percentual de alunos, em cada ano, com idade superior à idade recomendada para aquele ano, considerando-se, no sistema educacional brasileiro, a idade de 7 anos como a recomendada para o ingresso no Ensino Fundamental de oito anos, a de 6 anos no caso do Ensino Fundamental de nove anos e a de 15 anos para o ingresso no Ensino Médio.

TAXA DE EVASÃO

Percentual de alunos da matrícula total de um dado ano, de um determinado ano letivo que, no ano seguinte, não se matriculam na escola.

A TAXA NA PNAD

A taxa de analfabetismo é levantada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Sobre os moradores de um domicílio, pergunta-se se sabem ler e escrever, além de outros itens relativos à Educação. Ou seja, a alfabetização é declaratória: o entrevistado fala de si próprio e das demais pessoas da casa.

TAXAS DE FLUXO ESCOLAR

Grupo de taxas que avaliam a progressão dos alunos entre anos letivos consecutivos; é constituído pelas taxas de promoção, de repetência e de evasão.

TAXA DE PROMOÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total, de um dado ano, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, se matriculam no ano posterior.

TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR

Grupo de taxas que avaliam o aluno quanto ao preenchimento ou não dos requisitos de aproveitamento e frequência ao final de um ano letivo; é composto pelas taxas de aprovação, de reprovação e de abandono.

TAXA DE REPETÊNCIA

Percentual de alunos da matrícula total, de um dado ano, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, se matriculam no mesmo ano do ano anterior.

TAXA DE REPROVAÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total que, num dado ano, ao fim do ano letivo, não apresentam os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para serem promovidos ao ano posterior.

TAXA LÍQUIDA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR

Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola no ano adequado, conforme a adequação ano-idade do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA

Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino recomendado a essa faixa etária; é calculada para as faixas etárias de 0 a 3 anos, 4 e 5 anos, 6 a 14 anos e 15 a 17 anos, que correspondem, respectivamente, a Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs)

O termo TICs refere-se a tecnologias digitais que se constituem em meios de acesso, de transformação, de produção e de comunicação de informação e de novos conhecimentos. As TICs representam, na visão dos especialistas, uma linguagem de comunicação cujo domínio pelos alunos é essencial, para que não se crie uma nova fonte de desigualdade — os incluídos e os excluídos digitais.

TEMPO MÉDIO ESPERADO DE PERMANÊNCIA NO SISTEMA

É o tempo médio esperado que um aluno permaneça no sistema educacional, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

TEMPO MÉDIO ESPERADO PARA A CONCLUSÃO

Tempo médio esperado que um aluno deve levar para concluir um nível de ensino, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

TRANSFERIDO

Aluno que muda de um estabelecimento de ensino para outro, após o Dia Nacional do Censo Escolar, em conformidade com a regulamentação dos sistemas de ensinos.

TRI – TEORIA DE RESPOSTA AO ITEM

A Teoria de Resposta ao Item engloba um conjunto de modelos matemáticos utilizados para o cálculo das proficiências dos alunos em um teste. Tomando como unidade básica de análise cada item isoladamente, a TRI relaciona a probabilidade de acerto do item com a competência do aluno. Essa relação tem sempre um caráter crescente, dessa forma, quanto maior a competência do respondente, maior a sua probabilidade de acertar o item. Os principais benefícios trazidos por essa teoria são a garantia de comparabilidade dos resultados entre os anos de aplicação da avaliação (condição obrigatória para a verificação dos movimentos de melhoria ou de queda de rendimento do sistema educacional) e o auxílio ao desenvolvimento de uma interpretação pedagógica dos resultados, isto é, um diagnóstico dos conhecimentos e habilidades que os alunos demonstraram conhecer e realizar, e também daqueles que ainda precisam ser reforçados.

A TRI

A TRI é utilizada nos sistemas de avaliação educacionais no Brasil, como a Prova Brasil. É reconhecida internacionalmente.

TURMA

Grupo de alunos reunidos em uma sala de aula, que podem receber mesmo conteúdo (turma comum a um ano, ciclo ou disciplina) ou conteúdos distintos (turma multisseriada).

TURMA MULTIETAPA

Turma que reúne alunos de diferentes etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com alunos da Pré-Escola e do Ensino Fundamental.

TURNO

Cada uma das divisões do horário de funcionamento da jornada escolar, que podem ser agrupadas por horário de início de funcionamento: turno diurno (início antes das 17h); turno noturno (início a partir das 17h); turno matutino (início antes das 12h) e turno vespertino (início a partir das 12h). Eventualmente, a escola oferece turnos intermediários entre os turnos usuais.

UNDIME – UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Entidade nacional que congrega os dirigentes municipais de Educação, com seções nos Estados.

VAGA

Disponibilidade de matrícula em um estabelecimento de ensino para ingresso de aluno.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ABC, Prova 10, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 137, 148
 Acesso 16, 19, 27, 33, 46, 47, 54, 73, 94, 127, 140, 143, 146, 152
 Acre 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114
 Alagoas 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114
 Alfabetização
 15 anos ou mais 80-85
 até 8 anos 48-53
 funcional 82, 83, 134
 Alunos com deficiência 27, 33, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 139
 Amapá 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114
 Amazonas 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114
 Anos
 de estudo 74, 75, 82, 141
 Iniciais e Finais do Ensino Fundamental 8, 20, 26, 27, 55, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 86, 87, 105, 110, 113, 125, 126, 127, 128, 142, 146, 147
 Aprovação, taxa de 62, 63, 152
 Atendimento, taxa de 9, 30, 77, 151
 Atividades complementares 55, 56, 135, 141
 Atraso escolar 38, 138
 Avaliação
 Nacional da Alfabetização (ANA) 10, 48, 135

B

Bahia 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114
 Biblioteca 27, 33, 136, 146

C

Carreira 11, 110, 112, 113, 123, 148
 Ceará 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114
 Centro-Oeste 20, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 37, 40, 41, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 64, 65, 66, 67, 69, 74, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 99, 100, 102, 103, 108, 113, 114, 118, 119
 Classes comuns 42, 43, 44, 45, 139
 Concluintes 107, 143, 148
 Conclusão 24, 63, 95, 96, 137, 140, 143, 151
 Conselho
 Escolar 118
 Nacional de Educação 72, 73, 122, 134, 137
 Coordenador pedagógico 111
 Creche 8, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 113, 140, 146, 151
 Crianças
 de 0 a 3 anos 10, 16, 18, 19, 22, 138,
 porcentagem que frequenta a escola 16, 18, 22

de 4 e 5 anos 10, 16, 17, 18, 19, 23, 140, 143, 148
 porcentagem que frequenta a escola 17, 18, 23
 e jovens de 6 a 14 anos 24, 25, 29, 39
 porcentagem que está matriculada 24, 25, 29

D

Deficiência 27, 33, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 139
 Caminhar 41
 Enxergar 41
 Mental/Intelectual 41
 Ouvir 40
 Desempenho 68, 96, 118, 135, 141, 143
 Desigualdade 8, 9, 10, 11, 29, 63, 71, 73, 152
 Diretores 118, 119
 Distorção Idade-Série, taxa de 38, 64, 65
 Distrito Federal 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 104, 108, 114, 123, 125, 131, 130, 138, 145, 147, 148, 149, 150
 Docentes 72, 104, 105, 113, 114, 138
 Doutores 98, 101, 103

E

Educação
 Básica 11, 54, 60, 61, 66, 69, 101, 104, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 122, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 145, 146, 148, 150
 de Jovens e Adultos 11, 24, 28, 29, 30, 31, 34, 36, 86, 87, 88, 89, 123, 125, 141, 146
 em áreas de quilombos 36, 37
 em tempo integral 38, 54, 55, 56, 58, 59, 146
 Especial/Inclusiva 10, 38, 40, 46, 47, 139,
 Indígena 36, 37, 106, 123, 125
 Infantil 10, 16, 19, 20, 21, 29, 36, 43, 54, 55, 58, 59, 105, 106, 122, 125, 126, 127, 128, 137, 138, 140, 141, 145, 146, 148, 153
 no campo 8, 36, 37, 74, 123
 Profissional 11, 32, 36, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 97, 113, 122, 125, 127, 140
 Superior 8, 11, 31, 76, 77, 82, 94, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 112, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 137, 141, 149
 EJA 11, 31, 36, 86, 87, 88, 89, 113, 123, 140, 141, 146
 Enem 73, 94, 95, 136, 137, 141, 149
 Ensino
 Fundamental 8, 10, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 36, 38, 43, 48, 50, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 74, 77, 82, 86, 87, 88, 96, 97, 105, 106, 108, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 153
 Médio 10, 11, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 43, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 68, 69, 73, 74, 77, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 104, 105, 106, 108, 113, 122, 125, 126, 127, 128, 138, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 149, 150, 151
 Superior. Ver Educação Superior

Escolaridade 8, 9, 11, 38, 48, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 104, 105, 106, 112, 138, 141, 143, 145, 148, 151

Escrita 48, 49, 50, 52, 82, 134, 137, 148

Espírito Santo 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114

Estabelecimentos 19, 21, 26, 27, 32, 33, 37, 91, 113, 114, 136, 145

Evasão. Ver Fluxo escolar

F

Financiamento 12, 117, 124, 125, 126, 130, 135, 142, 150

Fluxo escolar 60, 62, 63, 64, 65, 98, 142, 144, 152, 153

G

Gestão 8, 12, 117, 118, 123, 145

Goiás 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114,

Graduação. Ver Ensino Superior

I

Ideb 60, 61, 66, 67, 96, 133, 137, 143, 149

Informática, laboratório de 27, 33

Integral, Tempo 54, 55, 56, 58, 59, 146

Internet, acesso à 27, 33, 136

Investimento público. Ver Financiamento

J

Jovens

de 15 a 17 anos 30, 31, 33

de 18 anos e mais 11, 32, 33, 35, 38, 96

L

Lei

de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 72, 73, 110, 127, 135, 136, 140, 141, 144, 148, 150

do Piso 112, 137

Leitura 21, 27, 33, 48, 49, 50, 51, 57, 69, 70, 71, 82, 134, 137, 145, 146, 148,

M

Maranhão 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114,

Matemática 48, 49, 50, 53, 57, 68, 69, 70, 71, 97, 134, 137, 145, 148

Mato Grosso 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114

Mato Grosso do Sul 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114

Matrículas

Educação em Tempo Integral 54, 55, 58, 59

Educação Especial 40, 42, 43, 44, 45,

Educação Infantil 19, 20, 29

Educação Profissional 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93,

Educação Superior 98, 99, 100, 102, 107

EJA 86, 87, 88, 89

Ensino Fundamental 24, 26, 27, 28, 29

Ensino Médio 30, 31, 32, 33, 34

por turno 33

Mestres 98, 101, 103

Minas Gerais 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114

Mobilidade reduzida 27, 33

N

Nordeste 20, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 74, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 99, 100, 102, 103, 108, 113, 114, 118, 119

Norte 10, 20, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 74, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 99, 100, 102, 103, 108, 113, 114, 118, 119

P

Pará 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114

Paraíba 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114

Paraná 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114

Pernambuco 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114

Piauí 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 89, 92, 93, 102, 103, 108, 114

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes 65, 70, 71, 136, 145

Plano Nacional de Educação (PNE) 7, 16, 19, 24, 30, 36, 37, 40, 46, 48, 54, 60, 74, 80, 86, 90, 98, 104, 112, 117, 118, 120, 121, 124, 125, 127, 134, 136, 137, 146

População 8, 9, 10, 12, 13, 24, 30, 33, 36, 39, 40, 41, 46, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 98, 99, 101, 102, 119, 134, 141, 144, 147, 151

Pré-escola 10, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 113, 140, 143, 146, 147, 148, 151, 153

Produto Interno Bruto (PIB) 70, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 143, 148

Professores 8, 11, 12, 70, 72, 97, 104, 105, 106, 110, 111, 112, 119, 139, 146

Prova ABC 10, 48, 49, 50, 137

Q

Quilombos. Ver Educação em áreas de quilombos

R

Recursos disponíveis nas escolas 21, 27, 33

Rede privada 20, 27, 93

Rede pública 21, 27, 33, 40, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 67, 90, 93, 138, 148, 149

Reprovação. Ver Fluxo escolar

Rio de Janeiro 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114

Rio Grande do Norte 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 89, 92, 93, 102, 103, 108, 114

ÍNDICE REMISSIVO

Rio Grande do Sul 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114, 146

Rondônia 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114

Roraima 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114

S

Saeb - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica 49, 50, 69, 96, 97, 133, 135, 136, 143, 150

Santa Catarina 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114

São Paulo 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114

Sergipe 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114

Sudeste 10, 20, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 37, 40, 41, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 74, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 99, 100, 102, 103, 108, 113, 114, 118, 119

Sul 20, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 74, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 99, 100, 102, 103, 108, 113, 114, 118, 119

Superdotação 40, 42, 45, 46, 47, 139

T

Taxa
de abandono. Ver Abandono
de aprovação. Ver Aprovação
de evasão. Ver Fluxo escolar
de matrículas. Ver Matrículas
de reprovação. Ver Fluxo escolar

líquida de matrícula 9, 24, 28, 29, 30, 31, 34, 96, 98, 102

Tempo integral 54, 55, 56, 58, 59

Tocantins 22, 23, 28, 29, 34, 35, 44, 45, 51, 52, 53, 58, 59, 66, 67, 78, 79, 84, 85, 88, 92, 93, 102, 103, 108, 114

Fontes importantes de consulta:

Inep: <http://www.inep.gov.br/>

MEC: <http://www.mec.gov.br/>

IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

Todos Pela Educação: <http://www.todospelaeducacao.org.br/>

Observatório do PNE: <http://www.observatoriodopne.org.br/>

Créditos das fotos:

Pág. 6 Tyler Olson/Shutterstock

Pág. 9 Monkey Business Images/Shutterstock

Pág. 15 Iracema Chequer/Ag. A Tarde/Futura Press

Pág. 17 Iara Venanzi/Kino

Pág. 21 Ale Ruaro/Pulsar Imagens

Pág. 39 Acervo pessoal

Pág. 42 Lalo de Almeida/Folhapress

Pág. 47 Acervo pessoal

Pág. 56 Luciana Whitaker/Pulsar Imagens

Pág. 73 Acervo pessoal

Pág. 76 Paula Giolito/Folhapress

Pág. 89 Rafael Andrade/Folhapress

Pág. 92 Alain Le Bot/Opção Brasil Imagens

Pág. 97 Acervo pessoal

Pág. 101 Nelson Antoine/Fotoarena

Pág. 111 Mauricio Garcia de Souza/Acervo Assembleia Legislativa do Estado de SP

Pág. 115 Anna Carolina Negri/Valor/Folhapress

Pág. 117 Rogério Reis/Pulsar Imagens



Em sua terceira edição, o *Anuário Brasileiro da Educação Básica* reafirma seu objetivo de ser uma ferramenta de consulta para jornalistas, pesquisadores, gestores de políticas públicas e todos os que desejam compreender melhor o cenário do ensino público e privado no Brasil para, dessa forma, participar do debate em torno da melhoria dos resultados educacionais do País. Com base em dados oficiais, esta publicação reúne indicadores que oferecem um retrato abrangente da Educação Básica, nas diversas etapas e modalidades de ensino, levando em conta os contextos regionais e socioeconômicos. Artigos de especialistas e infográficos sobre temas relevantes completam esta obra de referência.



TODOS PELA EDUCAÇÃO

www.todospelaeducacao.org.br



MODERNA

www.moderna.com.br